

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho

Escola francesa da regulação, escola da estrutura social
de acumulação e as etapas do capitalismo

Belo Horizonte, MG

UFMG/Cedeplar

2016

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho

Escola francesa da regulação, escola da estrutura social de acumulação e as etapas do capitalismo

Tese apresentada ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira

Belo Horizonte, MG

UFMG/Cedeplar

2016

M527a Mello Filho, Marcelo Soares Bandeira de.
2016 Escola francesa da regulação, escola da estrutura social de
acumulação e as etapas do capitalismo [manuscrito] / Marcelo Soares
Bandeira de Mello Filho. - 2016. 246 f. : il.
Orientador: Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira.

Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de
Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia (f. 230-246)

1. Capitalismo - Teses. 2. Economia - Teses. I. Cerqueira, Hugo
Eduardo Araújo da Gama. II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. III. Título.

CDD: 330.122

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, o professor Hugo Eduardo Araujo da Gama Cerqueira, que foi bastante atencioso durante todo o processo de pesquisa, de elaboração e de escrita deste trabalho. A pesquisa beneficiou-se das aulas, das sugestões ou dos comentários dos professores João Antônio de Paula, Carlos Eduardo Suprinyak, Alexandre Mendes Cunha, Cândido Guerra Ferreira, Frederico Gonzaga Jayme Júnior, Eduardo da Motta e Albuquerque, Eleutério Prado, David Dequech, Leonardo Gomes de Deus e Maria de Lourdes Rosenberg Mollo. Expresso também meu agradecimento a todos os professores e aos colegas do Cedeplar, que foram de fundamental importância para que este trabalho pudesse ser realizado. Os funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do Cedeplar, Maria Cecília, Cleusa, Andrea e Sebastião também foram fundamentais para que a pesquisa pudesse ser concluída.

Agradeço à Capes, que me concedeu uma bolsa para que eu pudesse realizar uma parte desta pesquisa na Universidade de Leeds, onde pude dialogar com pesquisadores de diversos países do mundo, sobre temas relacionados ao trabalho. Agradeço especialmente ao professor Gary Dymski pelo convite para passar seis meses na referida universidade e pela generosidade com que me recebeu.

O presente trabalho não teria sido realizado sem o apoio dos meus amigos e parentes, especialmente o apoio dos meu pais, Marcelo e Nazareth, e da minha irmã, Tatiana.

Nenhum dos citados tem responsabilidade pelos eventuais equívocos presentes no trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 IMPERIALISMO, CAPITALISMO MONOPOLISTA E ETAPAS DO CAPITALISMO	9
1.1 INTRODUÇÃO	9
1.2 A EMERGÊNCIA DA TEMÁTICA DO IMPERIALISMO	10
1.3 TEORIAS NÃO MARXISTAS DO IMPERIALISMO.....	16
1.4 TEORIAS MARXISTAS DO IMPERIALISMO	29
1.5 TEORIAS MARXISTAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE O IMPERIALISMO E O CAPITALISMO MONOPOLISTA.....	40
1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
2 ESCOLA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS DE ACUMULAÇÃO.....	51
2.1 INTRODUÇÃO	51
2.2 A ECONOMIA POLÍTICA RADICAL AMERICANA	51
2.3 FUNDADORES DA ABORDAGEM DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO	62
2.4 TRABALHOS FUNDADORES.....	66
2.5 PANORAMA DOS DESENVOLVIMENTOS DOS ANOS 1980 E 1990.....	82
2.6 CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO SEGUNDO A ESCOLA DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO	95
2.7 COMENTÁRIOS FINAIS.....	107
3 ESCOLA FRANCESA DA REGULAÇÃO	110
3.1 INTRODUÇÃO	110
3.2 ANTECEDENTES DA ABORDAGEM DA REGULAÇÃO	111
3.3 TRABALHOS FUNDADORES.....	121
3.4 DESENVOLVIMENTOS DAS DÉCADAS DE 1980 E 1990	143
3.5 A ABORDAGEM DA REGULAÇÃO E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	162

3.6 COMENTÁRIOS FINAIS.....	179
4 LIMITES DA ABORDAGEM DA REGULAÇÃO E DA ESCOLA DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO	183
4.1 INTRODUÇÃO	183
4.2 COMPARAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM DA REGULAÇÃO E A ESCOLA DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO	183
4.3 CRÍTICAS DIRIGIDAS À ESCOLA DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO E À ESCOLA FRANCESA DA REGULAÇÃO	192
4.4 CRÍTICA À VISÃO BÁSICA DO CAPITALISMO DA ABORDAGEM DA REGULAÇÃO E DA ESCOLA DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO.....	203
4.5 ELEMENTOS PARA UMA TEORIA ESTRATIFICADA DO CAPITALISMO	208
CONCLUSÃO.....	227
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	230

RESUMO

O trabalho tem por objetivo compreender as origens e as transformações da escola francesa da regulação e da escola das estruturas sociais de acumulação, tendo como foco principal as modificações dos conceitos principais das abordagens – modo de regulação, regime de acumulação e estrutura social de acumulação – e a utilização desses mesmos conceitos para a compreensão das etapas do capitalismo. Antes dessas duas escolas, os teóricos do imperialismo e do capitalismo monopolista realizaram periodizações do capitalismo, que viriam a ser criticadas, devido ao caráter determinista e a-histórico de tais teorias, que enfatizavam a mudança do capitalismo concorrencial para o monopolista e a provável substituição desse pelo socialismo.

Os conceitos centrais da escola da estrutura social de acumulação e da abordagem da regulação foram elaborados, a partir de meados da década de 1970, para criar um nível intermediário de análise entre uma teoria abstrata e geral do capitalismo e o âmbito histórico e factual. Ao longo da evolução histórica das abordagens, ambas se afastaram de considerações teóricas acerca das características fundamentais do modo de produção capitalista e acabaram, com isso, adotando posições pré-teóricas acerca dessas características. Por isso, a abordagem da regulação e a escola da estrutura social de acumulação tiveram dificuldade para compreender o capitalismo das últimas décadas.

Palavras-chave: Abordagem francesa da regulação; escola das estruturas sociais de acumulação; imperialismo; etapas do capitalismo; economia contemporânea.

ABSTRACT

This work aims to understand the origins and transformations of the French regulation school and the social structure of accumulation school, focusing mainly on the changes of the main concepts of the approaches – mode of regulation, accumulation regime and social structure of accumulation – and the use of these concepts to understand the stages of capitalism. Before these schools, theorists of imperialism and monopoly capitalism elaborated periodizations of capitalism, which would be criticized due to the deterministic and ahistorical character of such theories, which emphasized the changing from competitive to monopoly capitalism, which would be replaced by socialism.

The central concepts of the social structure of accumulation school and the regulation approach were developed from mid-1970, to create an intermediate level of analysis between an abstract and general theory of capitalism and the historical and factual realm. Throughout the historical evolution of these approaches, both moved away from theoretical considerations about the fundamental characteristics of the capitalist mode of production and, eventually, adopted pre-theoretical conceptions about these features. That is the reason why the regulation approach and the social structures of accumulation school had problems to understand contemporary capitalism.

Keywords: French regulation approach; social structures of accumulation school; imperialism; stages of capitalism; contemporary capitalism.

INTRODUÇÃO

O colapso do banco Lehman Brothers, em 2008, marcou o estopim da crise financeira americana, associada ao endividamento, especialmente o endividamento derivado da generalização das hipotecas *subprime*. Muitos analistas, identificados com as mais diversas escolas de pensamento econômico, identificaram esse ano como o início de uma virada histórica no capitalismo¹.

Diversos autores analisados no presente trabalho (LORDON, 2008; BOYER, 2011a; LIPIETZ, 2012; KOTZ, MCDONOUGH, 2010; LIPPIT, 2014) compreendem que a crise econômica contemporânea marca uma mudança de etapa do capitalismo. Esses autores se identificam com escolas de pensamento econômico – inspiradas no marxismo, no keynesianismo e no institucionalismo – que procuram explicar as transformações qualitativas do modo de produção capitalista.

O presente trabalho tem por objetivo analisar criticamente os principais conceitos da abordagem francesa da regulação² e da escola da estrutura social de acumulação. Tais conceitos surgiram, como ficará claro ao longo do trabalho, para descrever as transformações qualitativas do sistema econômico capitalista que possibilitaram o período de crescimento econômico relativamente rápido ocorrido nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. Por isso, as duas escolas se enquadram na tradição dos estudos das etapas do capitalismo, que, historicamente, apresentaram conceitos tais como imperialismo, capitalismo monopolista, taylorismo, fordismo, entre outros, para descrever configurações específicas do modo de produção capitalista.

A abordagem da regulação³ (AR) e a escola da estrutura social de acumulação

1 Ainda no ano de 2008, o colunista liberal, Martin Wolf, por exemplo, clamou que a ação do Federal Reserve, resgatando o banco de investimentos Bear Stearns, em 14 de março de 2008, marcaria “o dia em que teria morrido o sonho do capitalismo global de livre mercado”. Nesse mesmo ano, Robert Shiller (2008, p. 10) identificou a crise do subprime como um “ponto de inflexão histórico na nossa economia e na nossa história”. Esse mesmo autor clamou pelo retorno a políticas econômicas inspiradas em Keynes, de modo a evitar o dano ao tecido social, que Keynes teria, em vão, tentado evitar, quando criticou o Tratado de Versalhes no seu clássico texto “Consequências econômicas da paz”. Outros autores com posições de destaque na mídia, como Krugman (2011, 2012) e Stiglitz (2013) estão entre os economistas que defendem a adoção de políticas econômicas expansionistas, em detrimento de políticas de austeridade que vem sendo aplicadas, sem sucesso em termos de crescimento econômico, em várias partes do mundo, mais notadamente na Europa, mas também no Brasil, que começou a adotar políticas desse tipo no ano de 2015.

2 Para fins de fluência do texto, serão utilizados os termos escola francesa da regulação, escola da regulação, abordagem francesa da regulação e abordagem da regulação para se referir à mesma corrente, a escola parisiense da regulação, que é comumente referida na literatura como teoria francesa da regulação.

3 O termo regulação não se refere ao uso mais comum em economia, que é sinônimo de regulamentação, mas diz respeito à reprodução e à transformação, ao longo do tempo histórico, do sistema econômico.

(EESA) surgiram, de modo relativamente independente, em meados da década de 1970. As duas escolas de pensamento compreendem o capitalismo como um sistema econômico que não é autorregulado, mas organizado com base em instituições (que podem ser leis, rotinas, hábitos, costumes etc), que não são explicáveis apenas pelo cálculo econômico. As instituições são estruturas não redutíveis à lógica econômica, pois são construções sociais permeadas por elementos políticos, culturais e ideológicos.

As duas escolas surgiram procurando construir conceitos que pudessem estabelecer um nível intermediário de análise entre as categorias mais fundamentais para a compreensão do modo de produção capitalista – que, segundo as duas escolas, teriam sido elaboradas por Marx – e os dados mais factuais da economia. A análise das instituições características de cada período da economia realizaria essa mediação entre as características gerais do modo de produção e a observação dos fatos históricos propriamente ditos.

Tanto a teoria da regulação quanto a escola da estrutura social de acumulação partilham algumas proposições (teóricas e metateóricas) sobre o modo de produção capitalista, tais como:

1) a acumulação de capital não ocorre em um ambiente autorregulado no qual agentes simplesmente trocam livremente bens e serviços, tal como em modelos de equilíbrio geral, por exemplo. Para ocorrer a acumulação de capital é necessário que sejam partilhados entre os agentes variados padrões de comportamento, chamados pelos autores de instituições, ou de formas institucionais;

2) um conjunto de instituições configura uma estrutura institucional característica de um espaço geográfico e de um determinado período histórico do capitalismo. Tal estrutura institucional recebe o nome de modo de regulação e estrutura social de acumulação, conceitos centrais das duas correntes de pensamento;

3) o sistema econômico é atravessado por diversos conflitos estruturais, tais como o conflito de classes, a concorrência intercapitalista e as disputas entre as nações. Tais conflitos são capazes de alterar qualitativamente o funcionamento do modo de produção capitalista, destruindo e recriando padrões de comportamento que marcam as diferentes épocas do capitalismo;

4) ao longo da história do capitalismo existem períodos nos quais a estrutura institucional vigente garante estabilidade, previsibilidade e crescimento. As contradições do capitalismo fazem com que tais estruturas institucionais acabem sendo destruídas (esse é o período das “grandes crises”). As grandes crises podem ser superadas com a construção de uma nova estrutura institucional que garanta estabilidade, previsibilidade e crescimento.

Como mencionado, a escola da regulação e a abordagem da estrutura social de acumulação surgiram para tentar compreender as mudanças no sistema econômico capitalista ao longo do século XX e, mais especificamente, o tipo de crise, único da história do capitalismo, que ocorria na década de 1970, a estagflação. Esta seria resultado das contradições originárias do conjunto de instituições predominantes na economia mundial nas primeiras décadas do pós-guerra que, de modo bastante geral, incluiriam: o crescimento dos salários e o consumo em massa; um Estado intervencionista e que promovia o expansionismo fiscal; a moeda fiduciária e de crédito; a hegemonia americana, no plano internacional; o predomínio de grandes empresas transnacionais. Tal estrutura institucional teria sido responsável pelos cerca de trinta anos de elevado crescimento econômico (1945-1975) posteriores à Segunda Guerra Mundial nos países centrais⁴. Diferentes versões, elaboradas por ambas as escolas, para explicar a origem e a crise desse arcabouço institucional, serão discutidas nos capítulos 2 e 3.

Muito embora a AR e a EESA não sejam objeto das disciplinas canônicas dos cursos de economia (tais como macroeconomia, microeconomia e mesmo economia política), não se pode dizer que sejam escolas irrelevantes do ponto de vista da economia política, por vários motivos.

Em primeiro lugar, as duas correntes apresentam ricas interpretações sobre o padrão de crescimento das décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial e também sobre a crise econômica e política que se evidenciou na década de 1970. Sobre tais assuntos, em particular, conseguem solucionar questões que de difícil explicação para teorias convencionais, tais como a ocorrência da estagflação em alguns momentos da década de 1970.

Em segundo lugar, os conceitos e os métodos empregados pelas duas escolas são relevantes em muitas das disciplinas próximas à economia, tais como a geografia econômica, a economia política internacional, a sociologia do trabalho, a teoria do Estado, e até mesmo a engenharia de produção.

Em terceiro lugar, as principais obras de autores como Robert Boyer, Michel Aglietta, Alain Lipietz, David Gordon, Samuel Bowles e David Kotz, para citar apenas alguns entre os principais teóricos das duas escolas, além de serem relevantes em si mesmas, influenciaram diversos autores considerados clássicos nas disciplinas anteriormente citadas, por exemplo, Robert Cox (2007), Giovanni Arrighi (1996), David Harvey (2005), Bob Jessop

4 A abordagem francesa da regulação e a escola das estruturas sociais de acumulação centram suas reflexões nas principais economias do mundo e, mais especificamente, nos Estados Unidos. Para ambas as escolas, os Estados Unidos representam o caso paradigmático do capitalismo, assim como a Inglaterra do século XIX representava para Marx (AGLIETTA, 1979; BOYER, JUILLARD, 2002; BOYER, 2004a; GORDON, EDWARDS, REICH, 1982; BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1984, 1990).

(JESSOP, SUM, 2006), Joaquim Hirsch (1991, 2010), Michael Piore e Charles Sabel (1984)⁵.

Por fim, ambas as correntes se destacam por adotar uma concepção transdisciplinar dos problemas econômicos e sociais, que são analisados de pontos de vista que rompem os limites tradicionais da economia, da ciência política, das relações internacionais e de outras disciplinas.

A breve descrição (feita acima) dos princípios teóricos e metateóricos mais fundamentais da abordagem da regulação e da escola da estrutura social de acumulação possibilita que se vislumbre uma filiação das duas escolas às correntes de pensamento marxista e institucionalista, ainda que, como ficará claro no presente trabalho, os autores tanto da AR quanto da EESA busquem outras influências (tais como as ideias de Keynes e de Kalecki). Essa pluralidade de influências teóricas faz com que as duas escolas de pensamento não possam ser enquadradas com facilidade em nenhuma das divisões mais tradicionais da história do pensamento econômico.

Um pesquisador de referência sobre a AR, Bob Jessop (1990; JESSOP, SUM, 2006), advoga a existência de pelo menos sete abordagens de filiação regulacionista, da qual fariam parte as duas principais escolas estudadas no trabalho, mas também outras correntes, como a escola de Amsterdã, a escola de Boccara, a escola de Grenoble, a corrente regulacionista alemã e a corrente regulacionista nórdica⁶.

5 Embora tais autores apresentem contribuições que podem ser consideradas relevantes para a economia política das últimas décadas, não serão objeto de análise do presente trabalho.

6 Essas correntes não serão objeto do presente trabalho e serão citadas apenas pontualmente. As escolas de Boccara e de Grenoble são tão antigas, ou mais antigas, que a AR e foram influenciadas por ela e a influenciaram, como será notado no capítulo 3. As outras três correntes citadas foram influenciadas pela AR. De acordo com Jessop e Sum (2006, p. 20-30), existem cinco vertentes menos conhecidas e próximas à escola da regulação:

I. Escola de Boccara, que surgiu na primeira metade da década de 1970, conceitualizando o capitalismo monopolista de Estado como uma nova forma de capitalismo, capaz de regular, temporariamente, a tendência a queda da taxa de lucro. Seu principal autor, Paul Boccara, será mencionado nos capítulos 1 e 3;

II. Escola de Grenoble, data da primeira metade dos anos 1970. Divide o capitalismo em três etapas conforme o modo de regulação: os estágios competitivos, monopolista, e o estágio monopolista de estado. As mudanças nas etapas do capitalismo ocorreriam para contrabalançar a tendência para a queda da taxa de lucro. O principal autor dessa corrente, Destanne de Bernis, será mencionado no capítulo 3;

III. Escola de Amsterdã é mais voltada a Economia Política Internacional, principalmente para a vertente autointitulada materialismo histórico transnacional. Considera a existência de diferentes frações do capital com diferentes projetos hegemônicos, analisados no plano transnacional. Essa escola não será analisada no presente trabalho. Algumas referências importantes são Kees van der Pijl (1998) e Henk Overbeek, Bastiaan van Apeldoorn e Andreas Nölke (2007);

IV. Escola Alemã Ocidental é a que apresenta mais elementos de uma teoria do Estado, baseada na adoção de conceitos gramscianos, tais como bloco histórico, hegemonia e ideologia dominante. Seu principal desenvolvedor é Joachim Hirsch (1991; 2010), que será mencionado no capítulo 4;

V. Escola Nórdica, voltada para a compreensão da regulação de pequenas economias abertas, principalmente os países escandinavos. Não será trabalhada nesta tese. Uma importante referência é Mjøset (2002).

Outro autor, Phillip O'Hara (2007), nota uma grande convergência entre escolas que agrega sob o rótulo de “economia política institucional evolucionária”. Ele identifica sete dessas escolas: institucionalismo radical, feminismo radical institucional, pós-keynesianismo institucionalista, schumpeterianismo evolucionário, institucionalismo socioeconômico, marxismo institucionalista (corrente que abarca tanto a TR quanto a EESA) e, finalmente, a corrente heterodoxa que faz a convergência entre todas essas vertentes, com a qual ele se identifica. O grande número de autores envolvidos com o tema das instituições econômicas e que são influenciados ou são próximos da AR e da EESA justifica que se analisem criticamente os principais conceitos dessas escolas de pensamento.

O presente trabalho procurará demonstrar as mudanças que ocorreram nos conceitos de modo de regulação, regime de acumulação e estrutura social de acumulação (utilizados para a compreensão das etapas do capitalismo), desde a fundação da AR e da EESA. Em razão da presente tese procurar compreender as origens e as transformações das escolas enfatizando a visão das mesmas acerca das etapas do capitalismo, é importante analisar as periodizações do capitalismo que antecederam e influenciaram às duas escolas. Por isso o primeiro capítulo da tese é destinado à compreensão das origens, das potencialidades e das limitações das teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista.

No caso da escola da regulação, por exemplo, o conceito de modo de regulação foi primeiro utilizado, por autores marxistas franceses, na contextualização do capitalismo monopolista de Estado. Depois disso, o conceito foi apropriado pela escola parisiense da regulação, na sua origem, para descrever as mudanças institucionais subordinadas às transformações dos regimes de acumulação, termo que descreve um padrão tecnológico e organizacional de crescimento da produtividade.

As obras fundadoras da AR argumentavam que a implantação de um regime de acumulação com elevados ganhos de produtividade provocou a construção do arcabouço institucional que predominou nas economias capitalistas avançadas nos trinta anos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Nos trabalhos das décadas de 1980 e 1990 ficou implícito (e por vezes explícito) que um modo de regulação deveria garantir previsibilidade, estabilidade e altas taxas de crescimento, o que não ocorria naquele período que, portanto, era considerado de crise. Mais recentemente, os principais conceitos têm sido utilizados para a compreensão da crise econômica e financeira contemporânea, considerada uma crise dos regimes de crescimento liderados pelas finanças. O capítulo 3 procurará apresentar as origens da abordagem francesa da regulação e as transformações dos conceitos centrais da mesma.

Um movimento conceitual semelhante ocorreu com a EESA. Primeiramente o

conceito de estrutura social de acumulação foi introduzido com o objetivo de contribuir com as teorias das etapas do capitalismo. Inclusive, na sua origem, o conceito deveria contribuir para a compreensão dos períodos de cerca de cinquenta anos que delimitariam uma onda longa de Kondratief. Nas décadas de 1980 e 1990, o termo foi utilizado para caracterizar a ascensão e queda da estrutura institucional do pós-guerra. Uma estrutura social de acumulação passou a designar um longo período de crescimento econômico elevado e estável. Devido a essa compreensão do conceito, foi considerado que as décadas de 1980 e 1990 eram de grande crise econômica, ou seja, ausência de uma estrutura social de acumulação. Nos últimos anos o conceito está sendo reinterpretado para caracterizar o tipo de capitalismo predominante na atualidade. O capítulo 2 procurará apresentar as origens dessa escola e as transformações dos conceitos centrais da mesma.

Um tema relevante, embora não seja um assunto consensual, referente às duas correntes de pensamento são as críticas que ambas tem recebido, desde a década de 1980. Alguns temas são recorrentes em tais críticas: 1) visão muito simplificada da história do capitalismo; 2) visão harmonicista do capitalismo; 3) existência de problemas teóricos não resolvidos; 4) incapacidade de compreensão do capitalismo neoliberal. Essas críticas serão apresentadas no quarto capítulo do trabalho, que também apresentará elementos para a superação das principais deficiências apresentadas pelas duas correntes ao longo de sua história.

Como será discutido em detalhes adiante, a AR e a EESA surgiram com o objetivo de complementar e/ou contrapor as teorias marxistas e institucionalistas das etapas do capitalismo, que tinham dificuldade de compreender o elevado crescimento do pós-guerra. A AR e a EESA criticaram diversas teorias devido ao caráter a-histórico de tais abordagens (como as teorias neokeynesianas, as teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista). Porém, ao procurarem desenvolver uma teoria centrada na historicidade do modo de produção capitalista, as duas escolas abriram mão de uma compreensão mais adequada dos fundamentos do capitalismo e adotaram posições pré-teóricas sobre esses mesmos fundamentos. A visão equivocada do que seriam as características mais básicas do modo de produção fizeram com que ambas as correntes tivessem dificuldade de compreender o capitalismo das últimas décadas. Esse assunto será aprofundado no capítulo 4.

Ao realizar o movimento teórico de crítica às noções de imperialismo e capitalismo monopolista, os regulacionistas franceses e os radicais americanos cometeram o equívoco simetricamente oposto ao dos teóricos da primeira metade do século XX. A saber, a AR e a EESA não foram capazes de compreender um capitalismo com baixo crescimento econômico e piora do bem-estar de grande parte da população como um capitalismo viável a médio prazo.

Dado o longo período de predomínio do neoliberalismo, os teóricos da AR e da EESA tiveram que mudar seus conceitos, depois de décadas, para procurar compreender o capitalismo neoliberal. Pode-se argumentar que as décadas de equívoco da AR e da EESA não teriam ocorrido se essas escolas de pensamento tivessem absorvido mais adequadamente, embora de maneira crítica, o legado das teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista. Mais importante ainda, a falta de uma visão teórica acerca dos fundamentos do capitalismo será apontada como a causa central de insuficiências das teorias do imperialismo, do capitalismo monopolista, da estrutura social de acumulação e da regulação.

As diferentes teorias de periodização do capitalismo analisadas no presente trabalho cometeram todas um mesmo erro: não diferenciaram as características e as tendências presentes em um período específico do capitalismo das propriedades e tendências mais gerais do modo de produção.

O todo social é composto por uma gama de relações sociais que se manifestam de formas diversas ao longo do espaço e do tempo. Desse modo, é importante distinguir as estruturas sociais multisseculares, como o assalariamento e a concorrência intercapitalista por exemplo, que existem há muito tempo e indicam tendências duradouras. No caso do assalariamento e da concorrência intercapitalista, essas relações sociais apontam para algumas tendências históricas gerais do capitalismo, tais como: geração de mudanças técnicas; elevação da capacidade produtiva da sociedade; conflito distributivo; crise econômica; desemprego; desigualdade social etc.

Outras formas sociais são características de apenas alguns períodos e geram tendências históricas específicas. Por exemplo, a força dos sindicatos e dos partidos de centro e de esquerda em vários países centrais nos trinta anos posteriores à Segunda Guerra Mundial está associada à diminuição da desigualdade e ao rápido crescimento econômico, tendências que não se verificam nas diversas formas históricas do capitalismo. Por isso, a compreensão do capitalismo não pode se dar apenas em um nível de análise ou em uma única temporalidade lógica, já que o modo de produção é um todo complexo e articulado de múltiplas temporalidades. É importante distinguir as características gerais do modo de produção das características específicas a alguns períodos e algumas regiões. O último tópico do capítulo 4 retomará esse tema.

Obviamente que a forma como está organizado o argumento da tese não é a única maneira possível de contar a história das duas escolas de pensamento e de analisar as contribuições e as insuficiências das duas abordagens. A pesquisa visa focar em um tema específico entre os muitos temas possíveis de estudo. Por exemplo, as questões referentes ao

processo de trabalho ou à geografia econômica, bastante caras às abordagens, não serão objeto da análise. O tema em questão é a posição das duas correntes sobre a conceitualização das etapas do capitalismo e a história das mesmas escolas será contada apenas no que se refere a tal assunto. Outras narrativas, com enfoque em variadas questões, são viáveis e necessárias.

1 IMPERIALISMO, CAPITALISMO MONOPOLISTA E ETAPAS DO CAPITALISMO

1.1 INTRODUÇÃO

Algumas nações parecem ter uma compulsão quase inexplicável pela intervenção em outros países. É o caso da Inglaterra, por exemplo. Segundo o historiador Stuart Laycock (2013), o país interviu militarmente (invadiu, bombardeou ou realizou atividades de pirataria) em nada menos que 171 dos 193 países da Terra. Esse dado não é mera curiosidade para historiadores, retrato de um passado distante. Atualmente os Estados Unidos utilizam *drones* para atacar ilegalmente alvos considerados estratégicos em diversos países, espionam, por meio de sua Agência Nacional de Segurança (*National Security Agency*, NSA), chefes de Estado do mundo todo e, de acordo com o jornalista Nick Turse, enviaram seus Comandos de Operações Especiais (*Special Operations Command*, SOCOM) para 134 países no ano de 2013, seja para missões de treinamento e simulações de combate, seja para missões de sequestro e assassinato de suspeitos. Tais práticas podem ser entendidas como imperialistas, mas o que significa o imperialismo?

O objetivo deste capítulo é analisar os desenvolvimentos das teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista a partir do ponto de vista da conceitualização das etapas do capitalismo. Naturalmente que um tema tão discutido como o imperialismo não poderá ser exaurido. A análise realizada no presente capítulo fornecerá elementos para a análise, realizada nos próximos capítulos, das origens e da evolução histórica das teorias marxistas e institucionalistas contemporâneas – abordagem da regulação e escola das estruturas sociais de acumulação – acerca das etapas do capitalismo.

Os conceitos de imperialismo e de capitalismo monopolista foram desenvolvidos por Hobson, Veblen, Lênin, Hilferding, Luxemburgo, Bukharin, Baran, Schumpeter, Sweezy e outros autores, visando compreender as transformações do capitalismo iniciadas no final do século XIX. As obras desses autores acima citados são obras relevantes para a compreensão de uma variada série de assuntos, que vão desde a economia até a política e a história, passando pela sociologia. É evidente que não será possível, no âmbito deste capítulo, analisar detidamente a totalidade das contribuições de nenhum dos autores citados. Esses serão analisados apenas no que se refere à periodização do capitalismo e, mais especificamente, à teorização do imperialismo e do capitalismo monopolista.

Na próxima seção será apresentado o ambiente intelectual no qual emergiram as

teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista. Nas três seções seguintes serão comentadas, respectivamente, teorias não marxistas sobre o imperialismo (com ênfase em Hobson, Veblen e Schumpeter), teorias marxistas do imperialismo (com destaque para Hilferding, Rosa Luxemburgo, Lênin e Bukharin) e teorias sobre o capitalismo monopolista. Na última seção são tecidos breves comentários críticos.

Do ponto de vista das etapas do capitalismo, deve-se notar, por um lado, que a concentração de capital e de renda, assim como a relação promíscua entre grandes corporações e o Estado, não são características de uma fase do capitalismo apenas, mas características duradouras do modo de produção há, pelo menos, cento e cinquenta anos. Portanto, as obras analisadas no presente capítulo fornecem elementos para a compreensão de características perenes do capitalismo. Por outro lado, é importante deixar claro uma grande limitação dos conceitos de imperialismo e capitalismo monopolista: os conceitos se enquadram bem as grandes potências do final do século XIX e início do século XX e ao capitalismo americano atual, mas não a outros exemplos de sucesso no capitalismo, como a Europa Ocidental e o Japão desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

1.2 A EMERGÊNCIA DA TEMÁTICA DO IMPERIALISMO

É fundamental o estudo das teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista para que se possa vislumbrar as origens e os desenvolvimentos das teorias sobre etapas do capitalismo. As teorias do imperialismo se consolidaram, principalmente, entre 1902, ano em que Hobson publicou sua obra clássica sobre o fenômeno, e 1914, ano em que eclodiu a Primeira Guerra Mundial.

De acordo com Mariutti (2013, p. 3-4), o adjetivo imperialista (*impérialiste*) e o substantivo imperialismo (*impérialisme*) começaram a ser utilizados na França por volta de 1830 com um significado totalmente diferente do atual: os imperialistas eram os defensores do império de Napoleão. Nas décadas seguintes, o termo adquiriu características pejorativas, que remetiam ao militarismo de Luís Napoleão e passou a ser usado, tanto por franceses quanto por ingleses, para denunciar o expansionismo francês. Ainda segundo Mariuti (2013, p. 3-4), o termo se popularizou na língua inglesa, na década de 1870, ao remeter à política externa de Disraeli, durante a era vitoriana, embora nem sempre fosse usado de modo pejorativo, pois também era utilizado para defender o expansionismo britânico.

Há um consenso entre os teóricos do imperialismo (como será mostrado nas próximas seções), que o fenômeno se tornou muito importante a partir das últimas décadas do

século XIX. Muitos empresários e políticos que viveram nessa época caracterizaram o período como constituindo uma Grande Depressão. O famoso historiador Eric Hobsbawn (1989, p. 57-85) não coaduna com essa visão, embora a compreenda. O período que vai de 1873 até meados da década de 1890 não seria marcado pela estagnação das atividades econômicas, como atestam os dados sobre a construção de ferrovias, sobre a produção de ferro e as estimativas da renda nacional de diversos países. Mas o período seria, isto sim, de grande instabilidade econômica e forte retração de preços em diversos setores. Mais especificamente, os preços agrícolas teriam declinado muito, o que teria contribuído para as grandes ondas migratórias de italianos, espanhóis e alemães no período. Outro efeito da deflação teria sido o aumento do poder dos credores. Além disso, na última década do século XIX e na primeira década do XX, houve uma grande onda de fusões e aquisições que atingiu os países mais desenvolvidos.

A necessidade de compreensão das particularidades da vida econômica no final do século XIX levou autores da época a não mais acreditar que a economia política clássica ou mesmo as concepções marginalistas (que enfatizavam o caráter auto-organizador do capitalismo liberal) seriam capazes de apreender a realidade do sistema econômico. Em diversos países surgiram, a partir da década de 1870, correntes de pensamento que defendiam o socialismo, o historicismo e o institucionalismo como matrizes teóricas e normativas para a compreensão das transformações qualitativas da economia e para a intervenção na realidade econômica⁷.

Na realidade, antes mesmo da Grande Depressão do século XIX, já havia autores que questionavam a aplicação das teorias liberais da economia a todas as realidades econômicas. Um dos atores mais importantes na elaboração e execução de políticas econômicas nos Estados Unidos na virada do século XVIII para o século XIX, Alexander Hamilton, defendeu a adoção de medidas protecionistas para a indústria nascente do país. Seguindo o legado de Hamilton, décadas depois, Friedrich List – autor associado com um pensamento “mercantilista tardio” e que influenciou a escola histórica alemã – identificou diferentes tipos de capitalismo, nos distintos países, os “sistemas nacionais de economia política”.

Porém, seria apenas a partir da segunda metade do século XIX que uma onda de pensadores, em um ambiente marcado pela atmosfera do romantismo e do nacionalismo, em contraposição ao internacionalismo e harmonicismo característicos do iluminismo do século anterior e das primeiras décadas do século XIX, constituiria variadas correntes de pensamento

⁷ Obviamente que não cabe no presente trabalho uma análise pormenorizada da história do pensamento econômico dessas correntes surgidas a partir da década de 1870. Uma boa interpretação da história do pensamento heterodoxo em economia, e que cobre esse período, foi publicada por Lee (2009).

econômico enfatizando as questões nacionais, os conflitos sociais e a necessidade de intervenção estatal na economia. Entre essas correntes pode-se destacar, por exemplo, a escola histórica alemã, os socialistas fabianos e o institucionalismo americano, que contribuíram, direta ou indiretamente, para a construção dos conceitos de imperialismo e de capitalismo monopolista.

A outra grande matriz teórica que deu origem ao pensamento em termos de etapas do capitalismo é o marxismo, que teve de compreender porque, apesar da grande instabilidade econômica ocorrida entre as décadas de 1870 e 1890 e apesar do grande crescimento dos movimentos operários no período, não houve uma revolução socialista nem tampouco o colapso do capitalismo. A explicação para a continuidade e para a transformação pelas quais passava o modo de produção se centrou nas transformações econômicas da época: a monopolização do capital, as inovações técnicas e organizacionais e o expansionismo imperialista (MCDONOUGH, 2010, p. 1-6; HOBBSAWN, 1989, cap. 2; p. 187-193).

O próprio Marx, por exemplo, em “O Capital”, não elabora uma teoria das etapas do capitalismo, mas fornece alguns importantes elementos que podem servir de base a uma periodização. Por exemplo, identifica variadas formas de organização da produção. No que se refere às diferentes formas de organização do trabalho, identifica três princípios: cooperação; divisão do trabalho e manufatura; maquinaria e grande indústria. Já no que se refere às origens históricas do modo de produção, Marx identifica uma fase de acumulação originária de capital. Mas, de modo geral, o autor não tratou de etapas específicas do capitalismo em “O capital”, obra cujo método consistia, em termos bastante gerais, de partir de níveis mais altos de abstração para níveis cada vez menos abstratos, embora esse movimento teórico não se dê de forma linear e unidirecional, mas de modo dialético, perfazendo uma espiral, na qual os diferentes assuntos são retomados em níveis diversos de abstração e complexidade. Mas Marx não concluiu seu projeto original de crítica da economia política, que apareceu do seguinte modo na introdução dos “*Grundrisse*”:

Evidentemente, é preciso fazer a subdivisão da seguinte maneira: 1) As determinações universais abstratas, que, por essa razão, correspondem mais ou menos a todas as formas de sociedade, mas no sentido explicado acima. 2) As categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais se baseiam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. As suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre elas. Circulação. Sistema de crédito (privado). 3) Síntese da sociedade burguesa na forma de Estado. Considerada em relação a si mesma. As classes “improdutivas”. Impostos. Dívida Pública. Crédito público. A população. As colônias. Emigração. 4) Relação internacional da produção. Divisão internacional do trabalho. Troca internacional. Exportação e importação. Curso do câmbio. 5) O mercado mundial e as crises (MARX, 1857/58, p. 61).

Marx não cumpriu os cinco pontos de seu plano inicial. Entre os intérpretes de

Marx, há uma polêmica se o autor abandonou esse plano inicial, ou se não teve tempo de concluí-lo (HEINRICH, 2012). Para ser exato, pode-se considerar que apenas os dois primeiros itens foram trabalhados com profundidade em “O capital”. Apesar de ser um autor bastante produtivo e com importantes contribuições para a compreensão do Estado e das relações internacionais, Marx não escreveu os livros projetados sobre tais assuntos. Tais livros talvez trouxessem importantes elementos para uma compreensão das diferentes manifestações do modo de produção capitalista.

Mesmo que Marx não tenha escrito as obras que pretendeu sobre o Estado e sobre as relações internacionais, as mudanças do sistema interestatal capitalista ocorridas nas últimas décadas do século XIX estimularam o surgimento de uma vigorosa literatura, em grande medida inspirada no próprio Marx, procurando explicar as transformações nas relações entre as empresas capitalistas, as transformações nas relações entre essas e o Estado e entre os diferentes Estados Nacionais.

As teorias do imperialismo foram uma importante contribuição no sentido de compreender as mudanças nas formas da concorrência, na relação entre o Estado e as classes sociais e também na compreensão dos conflitos entre os países. Coube a outros autores marxistas completar o projeto de Marx, mesmo que, muitas vezes, tais autores não tenham tomado conhecimento do projeto original dele, que só veio à luz com a publicação, primeiro parcial e depois completa, dos “*Grundrisse*”.

Marx não usava o termo imperialismo, mas já identificou, no contexto da acumulação primitiva de capital, o colonialismo como uma característica do capitalismo. Se em textos da juventude, como o “Manifesto comunista”, Marx via a expansão internacional do capital como uma força progressista, ainda que por vezes violenta, em seus textos jornalísticos, nos quais trata da Guerra do Ópio e da colonização da Índia, Marx observa que a expansão do capital por meios violentos pode causar a barbárie ao invés do progresso (KAY, 2001, p. 724).

Alguns estudiosos da história do pensamento econômico notam que houve uma influência recíproca entre várias das correntes de pensamento que analisavam o capitalismo levando em conta a história, os conflitos sociais e as instituições. A escola histórica alemã foi um dos mais importantes movimentos teóricos na economia entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Era a principal escola de pensamento da Alemanha e dominava o ensino de economia nas universidades. Possuía a mais influente publicação de economia da Alemanha, chamada *Verein für Sozialpolitik*. Devido a essa institucionalização da economia no país sob o domínio da escola histórica alemã, os principais autores dessa corrente, como Roscher, Schmoller, Hildebrand, Knies, entre outros, conseguiram grande influência

internacional, o que outra escola histórica, a inglesa, com menores vínculos institucionais, não conseguiu (TRIBE, 2003).

A escola histórica alemã contribuiu decisivamente na estruturação da economia como disciplina nos Estados Unidos. Vários dos primeiros presidentes da *American Economic Association* tiveram formação na Alemanha, tais como Francis Walker, John B. Clark, Henry C. Adams, Richard T. Ely, Edwin Seligman e Frank Taussig (DORFMAN, 1963). Esses autores contribuíram, alguns de maneira direta, outros de modo indireto, com o surgimento do movimento institucionalista na economia americana, que teve como alguns de seus principais expoentes, nas primeiras décadas do século XX, Thorstein Veblen, Wesley C. Mitchell, John R. Commons, John Maurice Clark, Walton Hamilton e Clarence Ayres⁸.

Por seu turno, o institucionalismo, na sua origem, foi marcado pelo diálogo crítico com o pensamento marxista⁹. Veblen fez diversas resenhas sobre autores marxistas (HODGSON, 2004) e publicou dois artigos de críticas ao marxismo (VEBLEN, 1906, 1907). Diversos dos autores da chamada *Progressive Era* nos Estados Unidos se identificavam com o socialismo, embora esse termo não necessariamente se referisse a uma ruptura revolucionária da ordem capitalista (como na tradição marxista), mas sim a uma reforma radical do sistema econômico (DORFMAN, 1949). Há controvérsias sobre a posição de Veblen em relação ao socialismo e ao anarquismo. Enquanto Dorfman (1949, p. 445) o caracteriza como “um tipo de anarquista”, Galbraith (2012) afirma ingenuamente que Veblen não possuía nenhum juízo de valor, realizando uma argumentação puramente científica, e Hodgson (2004, p. 223-224) observa que Veblen enunciou poucas e nada claras proposições normativas no sentido de um “anarcosindicalismo” ou de um “soviete de engenheiros”.

De acordo com Rutherford (2007), os mais destacados institucionalistas americanos tinham uma proximidade com os socialistas fabianos britânicos, tais como Sidney Webb, Beatrice Webb, William Beveridge e John A. Hobson, que, com base em uma interpretação crítica do socialismo de Marx e de outros autores, defendiam uma via reformista para o socialismo. A relação entre fabianos e institucionalistas incluía troca de correspondência e visitas institucionais. Hobson e Veblen, que eram, respectivamente, os principais teóricos inglês e norte-americano das transformações do capitalismo da época, se encontraram pessoalmente

⁸ Hodgson (2004) e Rutherford (2011) são importantes referências para a compreensão da história do institucionalismo americano.

⁹ Não é objetivo do presente trabalho analisar profundamente a escola histórica alemã, o institucionalismo ou o marxismo como um todo. Tais correntes foram mencionadas apenas com o intuito de apontar as principais referências teóricas para a consolidação do conceito de imperialismo.

algumas vezes e fizeram diversas referências um ao trabalho do outro. Tanto a escola histórica alemã quanto os socialistas fabianos e os institucionalistas americanos advogavam algum grau de reforma e de controle social sobre a economia. Havia correntes marxistas reformistas e revolucionárias na Alemanha, na Áustria e na Rússia, que contribuíam com esse debate e eram influenciadas pelo mesmo¹⁰.

Um conceito bastante associado ao termo imperialismo é o de capitalismo monopolista, que se refere a uma fase do capitalismo distinta da fase concorrencial e, portanto, com diferentes características, tanto no nível da firma, quanto no âmbito macroeconômico e mesmo no nível das relações internacionais. Marx também é a influência fundadora para o conceito de capital monopolista, já que teorizou a tendência à concentração capitalista, que depois seria melhor analisada por autores como Hobson, Hilferding e Veblen.

As pesquisas em torno do capitalismo monopolista floresceram a partir da década de 1930, quando diversos autores de inspiração marxista passaram a analisar a associação entre os grandes capitalistas e o Estado dando origem a uma nova fase do capitalismo. Baran e Sweezy foram os principais teóricos do capitalismo monopolista. Inspirados pelos trabalhos de Rosa Luxemburgo, Keynes, Kalecki, Schumpeter, Lênin, Hilferding e Steindl, os autores argumentaram que, com a monopolização do capital e o aumento das taxas de lucro, crescia o excedente da economia, que tinha dificuldade de ser realizado. Haveria, para eles, uma tendência subconsumista e estagnacionista no capitalismo. Como medidas para atenuar esse problema, ocorreriam grandes inovações tecnológicas, cresceriam os gastos com publicidade e também os gastos do governo, seja para fins civis, seja para fins militares. Na França, Paul Boccara utilizou a expressão “capitalismo monopolista de Estado”, expressão similar ao capitalismo monopolista, para denotar as transformações do capitalismo no século XX, com maior presença do Estado e das grandes firmas multinacionais. Essas transformações contrabalançariam, temporariamente, as tendências à sobreacumulação de capital e à queda da taxa de lucro.

10 Uma outra linha de pesquisa, que procura compreender mudanças de longo prazo do capitalismo, mas sob um ponto de vista da análise de séries com dados estatísticos ou das diferentes ondas de progresso tecnológico, é a pesquisa sobre as ondas longas. Freeman e Louçã (2004) notam que tal agenda de pesquisa remonta a meados do século XIX, quando Hyde Clarke, em 1847, publicou um panfleto com a hipótese de ciclos econômicos de cinquenta e quatro anos, causados por condições meteorológicas e por variações nas colheitas. Parvus, Wolff, Gelderen, Pietri-Tonelli, Bresciani-Turroni, Pareto, Aftalion, todos autores das primeiras décadas do século XX, são alguns dos precursores da literatura sobre ondas longas, cuja teorização mais consagrada foi realizada por Kondratiev, na década de 1920, e por Schumpeter. A abordagem em termos de ondas longas perdeu força com a ascensão das teorias e políticas de cunho keynesiano, mas nunca foi abandonada. Mandel (1964) e Freeman e Louçã (2004), por exemplo, são continuadores dessa tradição. Devido aos limites da presente pesquisa, os trabalhos em termos de ondas longas não serão analisados.

1.3 TEORIAS NÃO MARXISTAS DO IMPERIALISMO

O conceito de imperialismo é muito usado, nem sempre com rigor teórico. De modo geral, já desde o século XIX, denota o domínio político, cultural, econômico ou militar de uma nação sobre outra. Os teóricos do imperialismo procuraram transformar o termo em um conceito preciso, diferenciando-o de expressões análogas, como colonização e nacionalismo.

Algumas das contribuições iniciais sobre o imperialismo não procuravam criticar, mas justificar o fenômeno. Um dos primeiros autores a teorizar o imperialismo, Charles Conant, escritor, jornalista e empresário americano, publicou um artigo no periódico *The North American Review*, em 1898, procurando compreender a origem econômica do imperialismo e propondo estratégias para os Estados Unidos se inserirem de forma vantajosa no ambiente econômico mundial da época.

Os Estados Unidos estariam começando a adotar políticas expansionistas, que, de acordo com Conant (1898, p. 326), seriam características quase inatas de povos como os Godos, os Vândalos e os Saxões. Porém, a necessidade do imperialismo se daria principalmente por força de uma lei da economia, que faria com que os países mais ricos tivessem grande quantidade de poupança excedente (CONANT, 1898, p. 326-327).

Combatendo a lei de Say, o autor advoga que haveria, desde a década de 1870, uma tendência de as empresas produzirem bens que ou não seriam consumidos ou seriam investidos de forma pouco lucrativa, já que a demanda dos consumidores, mesmo as dos trabalhadores, estaria satisfeita. Em seguida, argumenta que o crescimento do capital aplicado em ações, o aumento das contas de poupança postal, a redução das taxas de juros de títulos públicos e mesmo de obrigações privadas, em diversos países, como França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Rússia e Bélgica, seriam sintomas do processo de aumento da poupança excedente (CONANT, 1898, p. 328-335).

Segundo o autor, o fenômeno, visto como geral nos países ricos da virada do século XIX para o XX, já teria ocorrido antes, em Florença, na Holanda e mesmo na Inglaterra. Três soluções para o problema do capital excedente seriam possíveis, a princípio. A primeira, socialista, de taxar a produção e redistribuir para os idosos, seria inviável politicamente. A segunda, a criação de novas necessidades, estaria se mostrando pouco efetiva. Por fim, a terceira solução seria o investimento em regiões mais pobres, tanto na construção de edifícios e fábricas, quanto na formação de infraestrutura (CONANT, 1898, p. 336-337).

Alguns países teriam tomado a dianteira dos investimentos internacionais, por

exemplo, a Alemanha, investindo no Brasil, na Argentina, no Chile, na Turquia e nos Estados Unidos. Este último país, para o qual autor se dirige, deveria seguir as práticas imperialistas, participando da divisão do mundo entre as potências “civilizadas”, seja adquirindo territórios, protegendo países “nominalmente independentes”, governando territórios “quase selvagens” ou apenas estabelecendo representações diplomáticas e estimulando o livre comércio (CONANT, 1898, p. 335-340).

Como demonstra esse artigo de Conant, alguns dos temas principais das teorias do imperialismo já estavam presentes antes da virada do século XX, entre os quais: o excedente de capital, a busca por regiões mais lucrativas e o rompimento com as teorias ortodoxas sobre o funcionamento do capitalismo. O principal ponto que destoa a obra de Conant dos textos dos seus sucessores é a apologia do imperialismo como missão civilizatória.

O primeiro grande autor a conceituar com rigor o imperialismo foi Hobson, em livro publicado em 1902. O autor foi inspirado pelo contexto da Guerra dos Bôers – onde hoje é a África do Sul –, que presenciou na condição de jornalista. Como o próprio autor deixou claro logo no prefácio de *“Imperialism: a study”*, esse livro foi escrito com o objetivo de dar mais precisão a um termo que já estava sendo muito usado. O caso específico estudado por Hobson é o britânico. O autor se preocupa em diferenciar o imperialismo de outros fenômenos, de outros “ismos”, como o nacionalismo e o colonialismo. Enquanto o nacionalismo se referiria a um sentimento de identidade relacionado a raça, língua, religião, antecedentes políticos comuns ou a proximidade geográfica, o colonialismo se referiria a um povoamento estrangeiro que segue os costumes e leis da terra nativa. Já o imperialismo diria respeito ao controle político despótico exercido por uma minoria sobre uma população estrangeira (HOBSON, 1902, p. 7-9). A definição de Hobson, portanto, não restringe o imperialismo a um fenômeno exclusivo do capitalismo.

No capítulo VI de seu livro, Hobson procura pela raiz econômica profunda do fenômeno. A concorrência que os produtos manufaturados da Inglaterra passaram a sofrer, nas últimas décadas do século XIX, por parte da Alemanha, da Bélgica e dos Estados Unidos, fizeram com que a principal potência mundial de então perdesse mercados. Esse fato passou a ser inclusive utilizado por alguns defensores do imperialismo para justificá-lo. Com a entrada da Inglaterra na competição imperialista, outros países, como os EUA e a Alemanha, também começariam a se dedicar ao imperialismo. A raiz mais profunda do fenômeno seria encontrada na incapacidade local de consumo de toda a produção nacional, em um contexto no qual a capacidade de produção cresce em virtude da generalização dos monopólios, combinações, trustes e também devido à mecanização. Esse excedente não consumido teria de ser exportado.

Além disso, grandes montantes de capital poupados, mas não automaticamente investidos, necessitariam encontrar ocupações lucrativas. A influência que os grandes capitalistas têm no mundo político seria responsável pela institucionalização do imperialismo como prática de Estado (HOBSON, 1902, p. 53-57; 201-202)¹¹:

Superprodução, no sentido de um excesso de plantas manufatureiras e capital excedente que não consegue encontrar investimentos sólidos dentro do país, forçam Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda e França a deslocar porções cada vez maiores dos seus recursos econômicos para fora da área dos seus domínios políticos atuais, e então estimulam uma prática de expansão política de modo a tomar novas áreas. As raízes econômicas desse movimento são reveladas por depressões comerciais periódicas, causadas pela incapacidade dos produtores de encontrar mercados adequados e lucrativos para o que eles podem produzir (HOBSON, 1902, p. 57)¹².

De acordo com o autor, existe superprodução, ou excesso de poupança, porque a distribuição de renda não segue a capacidade produtiva da sociedade. Caso os salários aumentassem na proporção da produtividade, não haveria subconsumo. Mas como os salários não são baseados na eficiência do trabalho, mas sim no custo de vida, haveria superprodução (HOBSON, 1902, p. 58-59). Entretanto, o imperialismo não é uma necessidade do capitalismo. Ele pode ser totalmente superado se o sistema econômico for reformado. Uma “reforma social”, que inclua aumentos salariais e de impostos, canalizando a renda para que os trabalhadores e o governo gastem, faria com que não fosse mais necessária a busca por mercados externos para evitar as crises de superprodução e garantir o pleno emprego:

A disputa por mercados, a maior ansiedade dos produtores para vender do que dos consumidores para comprar, é a prova suprema de uma falsa economia da distribuição. O imperialismo é o fruto dessa falsa economia; a “reforma social” é o remédio. O objetivo primeiro da “reforma social”, usando o termo no seu significado econômico, é a ampliação do padrão saudável do consumo privado e público de uma nação, de modo a permitir que a nação viva no mais alto padrão possível de produção (HOBSON, 1902, p. 61)¹³.

Os grandes inimigos do imperialismo seriam, então, os sindicatos, que desejariam maiores salários para os trabalhadores, e o socialismo, que pretenderia uma melhor distribuição

11 Com o intuito de melhorar a fluidez do trabalho, citações em língua estrangeira no corpo do texto foram livremente traduzidas. Sempre que isso ocorrer, a citação no idioma original será apresentada como nota de rodapé.

12 “Over-production in the sense of an excessive manufacturing plant, and surplus capital which cannot find sound investments within the country, force Great Britain, Germany, Holland, France to place larger and larger portions of their economic resources outside the area of their present political domain, and then stimulate a policy of political expansion so as to take in the new areas. The economic sources of this movement are laid bare by periodic trade-depressions due to an inability of producers to find adequate and profitable markets for what they can produce” (HOBSON, 1902, p. 57).

13 “The struggle for markets, the greater eagerness of producers to sell than of consumers to buy, is the crowning proof of a false economy of distribution. Imperialism is the fruit of this false economy; "social reform" is its remedy. The primary purpose of "social reform," using the term in its economic signification, is to raise the wholesome standard of private and public consumption for a nation, so as to enable the nation to live up to its highest standard of production” (HOBSON, 1902, p. 61).

da produção social, por meio da ação do Estado. Por sua vez, os agentes do imperialismo procurariam destruir os sindicatos e controlar o Estado (HOBSON, 1902, p. 61-62). Na conclusão de seu livro, Hobson (1902, p. 205-207) alerta para o risco de uma elite militarista, parasita e inescrupulosa perpetuar-se no poder (fato que teria ocorrido com o Império Romano), enfraquecendo a capacidade produtiva da nação.

Hobson influenciou e foi influenciado pelo trabalho de Thorstein Veblen, considerado o fundador do institucionalismo americano. Veblen foi um autor bastante a par de diversos movimentos teóricos ocorridos em variados campos das ciências humanas e naturais até, pelo menos, a primeira década do século XX. Além de marcado pela leitura crítica da escola histórica alemã e da economia política marxista, era um autor caracterizado pelo darwinismo, que também inspirou diversos outros autores a partir da segunda metade do século XIX, tais como Herbert Spencer. Outra influência sobre Veblen e sobre o institucionalismo é a filosofia pragmatista de Charles Sanders Peirce, William James e John Dewey.

Sem dúvida, a referência mais idiossincrática de Veblen é a teoria evolucionária. Com base em uma leitura bastante particular do darwinismo, não incorrendo em diversos equívocos comuns na sua época, tais como o etnocentrismo e o reducionismo biológico, ele realizou uma profunda crítica ao pensamento econômico clássico, à escola histórica alemã, à escola austríaca e ao marginalismo no seu famoso artigo de 1898, “*Why is economics not an evolutionary science?*”. Nesta obra defende que a economia deveria se tornar uma ciência evolucionária, assim como já seriam as ciências naturais. E define assim uma ciência evolucionária: “Qualquer ciência evolucionária (...) é um corpo teórico rigorosamente traçado. É a teoria de um processo, de uma sequência de eventos” (VEBLEN, 1898, p. 2)¹⁴.

Veblen define seu programa de pesquisa como a busca pela gênese das instituições, ou seja, pelo surgimento e transformações dos hábitos e convenções, enquanto condicionados pelo ambiente material e também pelas características inatas da espécie humana, os instintos: “Uma pesquisa sobre a gênese das instituições vai se direcionar ao crescimento dos hábitos e convenções, enquanto condicionados pelo ambiente material e pelas propensões inatas e persistentes da natureza humana” (VEBLEN, 1914, p. 2)¹⁵. A ênfase numa psicologia de hábitos e instintos, desenvolvida principalmente por William James, é contrária tanto à psicologia

14 “Any evolutionary science, on the other hand, is a close knit body of theory. It is a theory of a process, of an unfolding sequence” (VEBLEN, 1898, p. 2).

15 “A genetic inquiry into institutions will address itself to the growth of habits and conventions, as conditioned by the material environment and by the innate and persistent propensities of human nature” (VEBLEN, 1914, p. 2).

utilitarista, adotada por autores marginalistas, quanto à psicologia behaviorista, que predominaria nas décadas seguintes.

No campo da economia, uma teoria evolucionária seria uma teoria do processo de mudança cultural, de transformação institucional, delimitada pelas relações econômicas; uma teoria processual da sequência cumulativa das instituições econômicas: “Do que tem sido dito, segue que uma teoria evolucionária da economia tem que ser a teoria de um processo de crescimento cultural enquanto determinado pelo interesse econômico, uma teoria de uma sequência cumulativa de instituições econômicas, estabelecida em termos do próprio processo” (VEBLEN, 1898, p. 14)¹⁶. Cabe destacar que, como indica Veblen, o processo de evolução social é um processo não teleológico, sem um fim pré-determinado. Essa é uma das principais contribuições do autor a uma teoria evolucionária da economia.

O termo instituição é um conceito que adquire uma grande força na obra vebleniana. É resultado da generalização de determinado hábito. Tanto o conceito de instituição quanto o de hábito trazem em seu bojo a síntese entre teoria e prática, rompendo, portanto, o dualismo que ocorre entre visões idealistas, de um lado, e materialistas, de outro. Isso ocorre porque as expressões instituição e hábito indicam, simultaneamente, tanto uma forma corriqueira de pensar quanto uma forma corriqueira de agir.

Veblen introduz uma importante distinção entre dois diferentes tipos de instituições envolvidas numa economia capitalista. Identifica a contradição entre os hábitos que contribuem para a melhoria da quantidade e da qualidade da produção, que chama de industriais, e os hábitos voltados à ampliação da renda da atividade, que são pecuniários. Essa dicotomia remete à diferenciação já realizada pela economia política clássica – e trabalhada por Marx (1867) – entre valor de uso e valor de troca:

Para adotar a terminologia clássica, são elas instituições de aquisição ou de produção; ou, para revertermos às palavras já empregadas numa diferente conexão em capítulos anteriores, são elas instituições pecuniárias ou industriais; ou, ainda em outros termos, são instituições a serviço ou do interesse econômico invejoso ou do não invejoso. A primeira categoria tem a ver com os “negócios”, a última com a indústria, tomando-se essa palavra em seu sentido mecânico (VEBLEN, 1899, p. 95).

Tal dicotomia se reflete em diferentes parcelas da sociedade interessadas em diferentes resultados econômicos. Para Veblen, os engenheiros e operários se preocupariam com a qualidade do processo industrial, enquanto os empresários, a classe ociosa, preocupada com os negócios, manipularia a oferta, a demanda e o processo produtivo para tentar ampliar

16 “From what has been said it appears that an evolutionary economics must be the theory of a process of cultural growth as determined by the economic interest, a theory of a cumulative sequence of economic institutions stated in terms of the process itself” (VEBLEN, 1898, p. 14).

sua renda. “A relação da classe ociosa (isto é, da classe rica não industrial) com o processo econômico é uma relação pecuniária – relação de aquisição, não de produção; de exploração, não de utilidade” (VEBLEN, 1899, p. 95).

Apesar de construir uma teoria da evolução institucional na qual o próprio metabolismo social é responsável pelas transformações do tecido institucional (que se dão sem um fim pré-determinado), Veblen, equivocadamente, acreditava que a simples utilização habitual das máquinas imprimiria aos hábitos de pensamento o raciocínio em termos de sequência causal, trazendo consequências sérias para as instituições pecuniárias (àquelas voltadas ao ganho, aos negócios, ao valor, em contraposição àquelas voltadas à produção, à indústria, ao valor de uso), que tenderiam a desaparecer.

Os hábitos trazidos pela disciplina da máquina substituiriam formas mais arcaicas de compreensão do mundo, fundadas na crença animista, no direito de sangue, no direito natural, no nacionalismo etc. A propriedade privada é uma instituição considerada arcaica pelo autor, como ficará mais claro a seguir, e também tenderia a ser eliminada como consequência dos novos hábitos associados à disciplina da máquina.

Apesar de ver com otimismo – que beira ao determinismo tecnológico – a generalização da maquinaria, o autor nem sempre vê a superação das instituições pecuniárias como necessidade histórica. Nas últimas páginas do livro “*The theory of the business enterprise*”, Veblen indica que duas situações poderiam ocorrer no futuro: ou um estado de guerra, no qual se rompe com os direitos naturais; ou um desenvolvimento da liberdade que supere a simples liberdade de mercado. O autor parece ter acertado, pois as décadas posteriores ao livro assistiram a duas guerras mundiais e, posteriormente, à ascensão de instituições que limitavam a liberdade de mercado, até certo ponto.

Entretanto, não é apenas no sistema da máquina que se deve procurar elementos para explicar as transformações do capitalismo. Veblen dedicou boa parte de sua energia à análise do surgimento, das transformações e do poder da classe ociosa. A característica definidora dessa classe é a abstenção de toda função industrial (ocupação produtiva variada, tanto nas sociedades primitivas, quanto nas feudais e nas modernas, estas também chamadas de quase pacíficas) e o exercício de quatro tipos gerais de atividades: governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas.

Para Veblen, a origem mais remota da divisão do trabalho é a diferença entre os sexos. Devido às distinções no que diz respeito à força, estatura e temperamento, os homens executariam melhor tarefas de caça e de guerra. Já as mulheres, devido à gravidez e à amamentação, tenderiam a desempenhar um papel mais importante na criação dos filhos. Nas

sociedades pacíficas, às vezes chamadas de primitivas pelo autor, a competição entre as pessoas adquiriria a característica de uma disputa não violenta, voltada ao estímulo da produção. Não há indícios de que uma sociedade deste tipo tenha prevalecido em algum momento da história, mas, como o próprio Veblen deixa claro ao longo de toda sua obra, o mais importante não é a existência de uma determinada instituição isoladamente, mas sim qual tipo de hábito prevalece, associado a um determinado tecido institucional¹⁷.

Posteriormente à fase de selvageria pacífica, teria surgido, nas comunidades nas quais ocorrem com mais importância e frequência a caça e o contato beligerante com outros grupos sociais, uma etapa predatória, que teria como pressuposto o desenvolvimento de um excedente. Nessas comunidades, as atividades militares e de caça passariam a ser melhor estimadas, enquanto as atividades agrícolas, domésticas e artesanais seriam rebaixadas a um plano inferior, de forma gradual, pelo crescimento cumulativo de tradições e de hábitos guerreiros. As condições necessárias para que surgisse uma classe ociosa são:

(1) a comunidade deve ter um modo de vida predatório – a guerra ou a caça de grandes animais ou as duas, isto é, os homens, que nesses casos constituem a classe ociosa em potencial, devem estar habituados a infligir dano físico pela força ou por estratégia; (2) a subsistência deve ser possível de modo suficientemente fácil para que uma parte considerável da comunidade fique livre da rotina regular do trabalho. A instituição de uma classe ociosa é o resultado de uma discriminação, bem cedo estabelecida, entre diversas funções, segundo a qual algumas são dignas e outras indignas. Estabelecida a discriminação, as funções dignas são aquelas em que intervém um elemento de proeza ou façanha; as funções indignas são as diárias e rotineiras em que nenhum elemento espetacular existe (VEBLEN, 1899, p. 8).

As pessoas que não se envolvem nas atividades de guerra (mulheres, crianças e idosos, principalmente) passariam a ocupar uma posição subordinada na comunidade. Ainda hoje ocorreria a mesma distinção entre atividades ligadas à proeza, consideradas mais dignas, e as atividades rotineiras e produtivas, consideradas menos dignas, ou até mesmo indignas. De modo geral, o autor identifica que, nas sociedades capitalistas, as características emulativas e de comparação odiosa tendem a prevalecer sobre as motivações construtivas e voltadas ao bem-estar. A emulação pecuniária, segundo Veblen, atua como uma força conservadora das instituições, pois faz com que haja uma:

(...) tendência constante no sentido de fazer de cada padrão pecuniário o ponto de partida para um novo aumento de riqueza; o novo padrão, por sua vez, produz um novo critério de suficiência e uma nova classificação em relação aos vizinhos. Relativamente à questão ora

17 “A suposição aqui feita é que, no curso da evolução cultural, os grupos primitivos passaram de um estágio inicial pacífico para um estágio subsequente em que a guerra é a ocupação aceita e característica. Nessa suposição não está, todavia, a afirmação de uma transição abrupta de uma paz inalterável para uma fase ulterior em que pela primeira vez ocorre combate; tampouco se afirma que, com a transição para uma fase predatória de cultura, toda indústria pacífica desaparece. Pode-se dizer, com segurança, que sempre existiu luta, mesmo nos estágios mais primitivos de desenvolvimento social” (VEBLEN, 1899, p. 12).

discutida, o fim da acumulação de riquezas é sempre uma autoclassificação do indivíduo em comparação com o resto da comunidade no tocante à força pecuniária (VEBLEN, 1899, p. 19).

Como consequência, em vez de destinar sua atenção e energia à mudança institucional, as classes subordinadas ficariam presas à comparação pecuniária com os demais estratos sociais. A classe ociosa, especificamente, não tem interesse na mudança institucional, sendo uma parcela conservadora da sociedade¹⁸.

Na obra “*The theory of the business enterprise*”, Veblen (1904, p. 384-400) adiciona outros elementos responsáveis por inculcar o conservadorismo. Um dos mais importantes é a imprensa (jornais e revistas), interessada na manutenção das instituições pecuniárias, por ser uma atividade pecuniária. A principal maneira da imprensa estimular hábitos pecuniários seria a propaganda. Outro elemento conservador, considerado pelo autor o mais forte, é o nacionalismo, que propaga o imperialismo e o militarismo, com seu sistema despótico e hierarquizado. A generalização das atividades militares poderia levar a sociedade de volta a um sistema de direito divino ou direito de sangue.

Nos seus primórdios, o hábito de pensamento dos direitos naturais – fundamentalmente o direito inviolável à propriedade – foi uma instituição que teria possibilitado a melhoria do padrão de vida da comunidade. Mais recentemente, porém, segundo Veblen, devido ao desenvolvimento das grandes empresas monopolistas, que utilizam máquinas intensamente, o direito inviolável à propriedade passaria a ser um entrave para o desenvolvimento humano. Por isso, Veblen acreditava que os operários e engenheiros deveriam se unir para controlar a produção, eliminando as instituições pecuniárias. Caso contrário, a busca pelo lucro poderia se voltar às práticas nacionalistas e militaristas, anulando os progressos culturais advindos da utilização das máquinas e da tecnologia e fortalecendo as instituições pecuniárias e dinásticas:

A busca por lucros leva a uma política nacional predatória. As grandes fortunas pedem por aparatos massivos de governo para garantir a acumulação, por um lado, e por grandes oportunidades conspícuas de gastar a renda resultante, por outro lado; o que implica em uma administração doméstica combativa e coercitiva e algo na direção de uma vida de corte imperial, uma fonte dinástica de honra e um serviço de amenidades cerimoniais cortesãs (VEBLEN, 1904, p. 398)¹⁹.

18 “Os abjetamente pobres, e as pessoas cujas energias são absorvidas na luta para a obtenção do sustento diário, são conservadores, pois não podem realizar o esforço de pensar no dia de amanhã; de igual modo, os muito prósperos são conservadores porque têm poucas ocasiões de ficar descontentes com a situação presente” (VEBLEN, 1899, p. 94).

19 “The quest of profits leads to a predatory national policy. The resulting large fortunes call for a massive government apparatus to secure the accumulations, on the one hand, and for large and conspicuous opportunities to spend the resulting income, on the other hand; which means a militant, coercive home administration and something in the way of an imperial court life a dynastic fountain of honour and a courtly bureau of ceremonial

Veblen foi um importante teórico das transformações do capitalismo no sentido da monopolização, do militarismo, do imperialismo e até do consumismo, apesar de não ser considerado um autor clássico das teorias do imperialismo.

Outro dos mais importantes autores do pensamento econômico, Schumpeter, também procurou analisar o fenômeno do imperialismo, mas em uma direção oposta à de Veblen²⁰. Schumpeter nasceu em 1883, estudou direito na Universidade de Viena, onde foi aluno de Wieser e de Böhm-Bawerk e colega de Otto Bauer e de Hilferding. Foi professor na Áustria, na Alemanha e nos Estados Unidos, inclusive em Columbia e em Harvard. Também foi ministro das finanças e banqueiro, não sendo bem-sucedido nessas duas últimas atividades. Faleceu em 1950.

As contribuições de Schumpeter abarcam os mais diversos ramos da economia e das ciências humanas em geral, tais como metodologia, história do pensamento econômico, teoria dos ciclos econômicos, teoria política e história (LAPLANE, 1997, p. 60). No que diz respeito à economia, sua obra gira em torno do conceito de inovação, a reorganização da atividade econômica, que pode se dar de quatro formas diferentes: a introdução de um novo bem, a descoberta de um novo método de produção, a descoberta de novas fontes de matérias-primas, ou a alteração de uma estrutura de mercado.

As inovações são motivadas pela busca de um sobrelucro temporário e têm como consequência a destruição das estruturas econômicas existentes, rompendo o equilíbrio dos mercados e criando ciclos econômicos, processo que ficou conhecido como “destruição criadora”. A obra do autor passa pela compreensão do desenvolvimento como um fenômeno *sui generis*, que transforma qualitativamente a economia. Esta não pode, portanto, ser reduzida a um sistema em equilíbrio, embora Schumpeter argumente que o sistema econômico tenda sempre para o equilíbrio. Apesar dessa importante visão heterodoxa sobre o capitalismo, Schumpeter foi bastante influenciado por Walras e pela teoria econômica *main stream*, como ficará claro em sua análise do imperialismo. As principais influências fora do *main stream* foram Marx e a escola histórica alemã.

No artigo “A sociologia do imperialismo”, publicado originalmente em 1919, o autor procura analisar o imperialismo do ponto de vista dos interesses concretos associados ao fenômeno, ao longo da história. Cita, por exemplo, a disputa entre dois Estados pelo acesso ao

amenities” (VEBLER, 1904, p. 398).

20 Não é possível, no âmbito do presente capítulo, analisar profundamente as inúmeras contribuições de Schumpeter, seja à teoria do desenvolvimento econômico, seja à interpretação da história do pensamento econômico, seja à análise das relações entre capitalismo, progresso técnico e socialismo.

mar como um caso no qual a guerra é explicada pelos interesses concretos dos países (SCHUMPETER, 1919, p. 3). Muitas vezes, entretanto, a razão apontada pelos governantes para guerrear seria apenas uma desculpa para tornar o conflito aceitável.

No caso específico dos conflitos provocados pelo imperialismo, esses não seriam conflitos isolados motivados pela busca de objetivos concretos específicos, mas uma prática constante de amor à expansão e à guerra. Independentemente de todos os pretextos e interesses racionais envolvidos com o imperialismo, as guerras seriam causadas, muitas vezes, pelo simples interesse em se expandir e não por outros motivos que não sejam o próprio expansionismo:

A história nos mostra, na verdade, nações e classes – e a maioria das nações fornece, em uma época ou outra, algum exemplo disso – que procuram expandir-se pelo interesse em se expandir, guerrear pelo interesse em lutar, ganhar pelo interesse em ganhar, dominar pelo interesse em governar. Essa determinação não pode ser explicada por nenhum dos pretextos que iniciam a ação e por nenhum dos objetivos pelos quais parece estar lutando, no momento (SCHUMPETER, 1919, p. 5-6)²¹.

Daí o autor deriva sua definição de imperialismo, que é bastante precisa: “imperialismo é a disposição sem objetivo, por parte de um Estado, de expandir-se à força e ilimitadamente” (SCHUMPETER, 1919, p. 6)²². Tal disposição à expansão pode fazer algumas nações tornarem-se guerreiras, reorientando toda a sociedade (o que inclui a política, a cultura, a psicologia do povo e a economia) em torno da guerra (MARIUTTI, 2013, p. 19-21).

Schumpeter (1919) analisa o fenômeno em diversas civilizações como a egípcia, a assíria e a persa, notando que o expansionismo ilimitado e irracional foi muito importante na história da humanidade. Os diferentes casos concretos seriam explicados, em seu início, pela necessidade de um povo tornar-se guerreiro para evitar a extinção. Os povos manteriam as práticas imperialistas como resultado da reprodução das estruturas sociais militaristas e dos interesses das classes dominantes.

No caso específico da Inglaterra, os diferentes partidos políticos teriam se tornado contrários às políticas imperialistas, que apareceriam mais na retórica dos políticos que nas ações concretas. Tal atitude seria explicada pelas práticas dos Tudor e dos Stuart, consolidadas com a Revolução Gloriosa, ocorrida em 1688, de promover eleições, limitadoras do poder da classe dominante (SCHUMPETER, 1919, p. 7-22). O autor considera que a formação do

21 “And history, in truth, shows us nations and classes – most nations furnish an example at some time or other – that seek expansion for the sake of expanding, war for the sake of fighting, victory for the sake of winning, dominion for the sake of ruling. This determination cannot be explained by any of the pretexts that bring it into action, by any of the aims for which it seems to be struggling at the time” (SCHUMPETER, 1919, p. 5-6).

22 “Imperialism is the objectless disposition on the part of a state to unlimited forcible expansion” (SCHUMPETER, 1919, p. 6).

Império Britânico ocorreu mais como forma de defesa contra a França e como resultado da ação de indivíduos aventureiros, que promoveram a colonização, do que como política expansionista estatal deliberada.

Já no que se refere às políticas imperialistas adotadas por países capitalistas da época do autor, seriam práticas atávicas, sobreviventes de épocas anteriores da humanidade, e tenderiam a desaparecer gradualmente com o desenvolvimento do capitalismo (SCHUMPETER, 1919, p. 64-66). A generalização do capitalismo e a Revolução Industrial, ambos processos ocorridos no século XVIII, explicariam as transformações nas estruturas sociais, generalizando a produção racional e pacífica de mercadorias:

A conexão causal era a seguinte: a transformação nos fatores econômicos básicos (...) criou a oportunidade objetiva para a produção de mercadorias, para a indústria de larga escala, trabalhando para um mercado de consumidores cujas identidades individuais eram desconhecidas, operando somente com vistas ao lucro financeiro máximo (SCHUMPETER, 1919, p. 66)²³.

A ampliação das práticas capitalistas favoreceria o poder políticos dos capitalistas, dos intelectuais e dos trabalhadores, que seriam inevitavelmente “democratizados, individualizados e racionalizados” (SCHUMPETER, 1919, p. 68). O imperialismo, prática irracional por definição, além de não ser explicado pelo capitalismo, tenderia a ser eliminado pelo desenvolvimento do mesmo, que traria consigo uma tendência ao cálculo racional (em termos de custos e benefícios) e ao pacifismo:

Tomando em conjunto a obra de Schumpeter, torna-se particularmente visível a tese de que o capitalismo apresenta uma forte tendência à racionalização (entendida como cálculo racional de custos e benefícios, isto é, o que o weberiano chamaria de racionalidade instrumental); a qual manifesta-se predominantemente no plano econômico, mas que tende também a projetar-se sobre todas as demais esferas da existência social. Neste sentido, o capitalismo é essencialmente pacífico e, portanto, antagônico às práticas imperialistas: ele tende a neutralizar ou canalizar todas as atitudes agressivo-irracionais – guerra, expansão imperialista, violência, etc – para a competição econômica no mercado, que, por efetivar-se num quadro racional, acabaria redundando na consolidação de práticas e instituições democráticas, mais inclinadas ao pacifismo (MARIUTTI, 2013, p. 21).

Do ponto de vista econômico, as guerras não seriam vantajosas, por empobrecerem a economia como um todo, devido a um aumento excessivo no consumo. Já os investimentos estrangeiros nas colônias, trariam consequências positivas, gerando produção, emprego e provocando tendências pacificadoras. Uma prática muitas vezes associada ao imperialismo, o protecionismo, seria irracional, se comparado ao regime do livre comércio, pois limitaria os

23 “The causal connection was this: a transformation in the basic economic factors (which need not detain us here) created the objective opportunity for the production of commodities, for large-scale industry, working for a market of customers whose individual identities were unknown, operating solely with a view to maximum financial profit” (SCHUMPETER, 1919, p. 66).

ganhos originários das trocas. O mesmo raciocínio se aplicaria ao capital monopolista, que restringiria a produção possível de uma nação e só tenderia a prevalecer se houvesse protecionismo e outros favorecimentos do Estado, herdados de épocas pré-capitalistas (SCHUMPETER, 1919, p. 74-84).

Assim sendo, o resultado normal da competição capitalista seria um mercado concorrencial, no qual a formação de trustes e cartéis seria inviável. Diferentemente de Marx e seus seguidores, Schumpeter não acredita que o capitalismo tende, normalmente, à centralização e concentração de capital, resultando em grandes conglomerados econômicos com poder de mercado (práticas monopolistas, segundo a terminologia do início do século XX). Enquanto para o autor austríaco, as práticas monopolistas não se sustentam no capitalismo, por exigirem uma ação irracional do Estado, protegendo os interesses de uma minoria em detrimento da maior parte da população, para os autores marxistas, analisados a seguir, o Estado pode ser capturado pelos monopólios, que surgem espontaneamente da própria dinâmica do sistema econômico. Para os últimos autores, a ação do Estado deveria ser direcionada para a contenção das práticas monopolistas, dando continuidade ao processo de socialização da produção, que se torna viável devido à produção em larga escala e à concentração de capital. Entretanto, segundo Schumpeter:

Particularmente, a ascensão dos trustes e cartéis – um fenômeno bem diferente da tendência à produção em larga escala, com a qual é frequentemente confundido – não pode nunca ser explicada pelo automatismo do sistema competitivo. Isso segue do simples fato de que trustes e cartéis podem seguir seu propósito primário – buscar políticas monopolistas – apenas sob tarifas protetoras, sem as quais eles perderiam seu significado essencial. Mas as tarifas protetoras não surgem automaticamente no sistema competitivo. Elas são o fruto da ação política – um tipo de ação que de modo algum reflete os interesses objetivos de todos aqueles interessados, mas ao contrário, é impossibilitada assim que a maioria daqueles, cujo consentimento é necessário, percebem seus interesses verdadeiros (SCHUMPETER, 1919, p. 88-89)²⁴.

O autor não acredita que o capital monopolista seja capaz de impor sua vontade ao restante da população por um longo período de tempo: “Além do mais, se for para uma política de exportação de capital monopolista ser dirigida ao extremo da expansão à força, é necessário que conquiste todos os segmentos da população – pelo menos até ao ponto em que estejam a

24 “In particular, the rise of trusts and cartels – a phenomenon quite different from the trend to large-scale production with which it is often confused – can never be explained by the automatism of the competitive system. This follows from the very fact that trusts and cartels can attain their primary purpose – to pursue a monopoly policy – only behind protective tariffs, without which they would lose their essential significance. But protective tariffs do not automatically grow from the competitive system. They are the fruit of political action – a type of action that by no means reflects the objective interests of all those concerned but that, on the contrary, becomes impossible as soon as the majority of those whose consent is necessary realize their true interests” (SCHUMPETER, 1919, p. 88-89).

meio caminho de apoiar a guerra” (SCHUMPETER, 1919, p. 85)²⁵. Os pequenos capitalistas e os trabalhadores notariam que o expansionismo e o nacionalismo são ideologias e práticas impróprias ao modo de vida do capitalismo e impediriam a continuidade de tais atitudes.

Conclui-se que o imperialismo não pode ser considerado um desenvolvimento do capitalismo: “Resulta daí que é uma falácia básica descrever o imperialismo como uma fase necessária do capitalismo, ou mesmo falar da transformação do capitalismo em imperialismo. Nós vimos antes que o modo de vida do mundo capitalista não favorece atitudes imperialistas” (SCHUMPETER, 1919, p. 89)²⁶.

Quanto menos características de épocas pré-capitalistas estiverem presentes em um país, menos ele tenderia a ser imperialista. O exemplo dado por Schumpeter, nesse caso, é o dos Estados Unidos que, embora não totalmente livre do imperialismo (devido à influência herdada da colonização europeia), possuiria as menores tendências expansionistas, já que não conquistou o México e o Canadá (SCHUMPETER, 1919, p. 72-73).

Algumas observações pontuais para concluir a presente parte do texto. Em primeiro lugar, o trabalho de Hobson sistematiza os elementos principais que as teorias críticas do imperialismo vão apresentar nos anos seguintes. Introduz a ideia de que o imperialismo decorre da busca por mercados mais lucrativos para o capital excedente nos países mais ricos e observa o controle do Estado, nesses mesmos países, por uma pequena fração dos capitalistas, que conseguiria impor o militarismo e o expansionismo à sociedade como um todo, mesmo que tais fenômenos não fossem benéficos à população em geral. Entretanto, diferentemente dos autores revolucionários marxistas analisados a seguir, Hobson, um autor reformista, advoga que a ampliação do papel do Estado e a redistribuição de renda em favor dos trabalhadores criariam mercados mais lucrativos nos países avançados, empregando o capital excedente dentro desses mesmos países, que não precisariam praticar o imperialismo. De fato, as políticas de reforma social do capitalismo viriam a ser bem-sucedidas, nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, em alguns países europeus, nos quais foram construídos Estados de bem-estar social. Historicamente, o imperialismo foi essencial para a manutenção do poder e da riqueza de grande parte das potências econômicas, mas não se mostrou indispensável para manutenção do nível de demanda agregada de parte significativa dos países desenvolvidos.

25 “Furthermore, if a policy of export monopolism is to be driven to the extremes of forcible expansion, it is necessary to win over all segments of the population – at least to the point where they are halfway prepared to support the war” (SCHUMPETER, 1919, p. 85).

26 “It follows that it is a basic fallacy to describe imperialism as a necessary phase of capitalism, or even to speak of the development of capitalism into imperialism. We have seen before that the mode of life of the capitalist world does not favor imperialist attitudes” (SCHUMPETER, 1919, p. 89).

Em segundo lugar, é interessante contrastar as contribuições de Veblen e de Schumpeter sobre o imperialismo. Os dois autores apresentam alguns pontos em comum no que se refere à ontologia da economia capitalista, que é vista por ambos como um sistema em constante transformação²⁷, que não poderia ser analisado abrindo-se mão da história. Os dois autores foram fortemente influenciados por uma releitura crítica da escola histórica alemã e de Marx e viam a possibilidade de substituição do capitalismo por algum tipo de economia socialista (embora por razões distintas das defendidas por Marx).

Entretanto, no que se refere ao imperialismo, a concepção dos dois autores é radicalmente diferente. Enquanto Schumpeter nota uma tendência pacifista na própria racionalidade do capitalismo e entende o imperialismo como uma herança política e cultural de sociedades não capitalistas, que tenderia a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo, Veblen compreende o próprio capitalismo como uma evolução de sociedades baseadas na competição militar e por *status*. O expansionismo observado pelos dois autores no final do século XIX e início do século XX decorreria, de acordo com Veblen, da própria lógica do sistema capitalista, que estimula o consumismo, a competitividade e a busca por lucros, mesmo que para tal a classe ociosa use do militarismo, da sabotagem e da manipulação. Nenhuma dessas ações é vista por Veblen como contrária à lógica dos negócios.

1.4 TEORIAS MARXISTAS DO IMPERIALISMO

Antes de discutir as teorias marxistas do imperialismo propriamente ditas, é importante vislumbrar o ambiente intelectual do marxismo no qual ocorreram os principais debates: Alemanha, Rússia e Áustria. O imperialismo foi um dos temas centrais debatidos por autores inspirados em Marx na virada do século XIX para o século XX. Outro tema discutido foi a necessidade ou não de atualizar o pensamento de Marx, substituindo seu sentido revolucionário por um pensamento evolucionário, que destaca a passagem gradual do capitalismo para o socialismo. Os dois autores mais destacados desse tipo de pensamento foram Kautsky e Bernstein que, com inspiração em Darwin e no positivismo, imbuídos de determinismo, defendiam que o socialismo seria alcançado a partir da evolução necessária e inevitável do capitalismo (GUIMARÃES, 1999).

Outro tema que foi foco dos debates de economia marxista na virada do século XX

²⁷ Veblen procurou reconstruir a teoria econômica de um ponto de vista claramente evolucionário e muitos dos seguidores de Schumpeter se autodenominam economistas evolucionários.

é a interpretação e o uso dos esquemas de reprodução de Marx, elaborados no livro II de “O capital”. A Rússia da última década do século XIX e do início do século XX, a Alemanha e a Áustria dos primeiros anos do século XX foram os palcos principais desses debates.

O primeiro autor a adotar os esquemas de reprodução para compreender o capitalismo da época foi o *narodniki* (os *narodnikis* eram também conhecidos como populistas russos), Danielson, que defendeu que o capitalismo precisava dos mercados externos para o consumo dos seus produtos (ROSDOLSKY, 2001, p. 383-385). No caso da Rússia, estudada por ele, o país possuiria um mercado interno muito pequeno e não teria acesso aos mercados externos, o que inviabilizaria o desenvolvimento do capitalismo.

Os autores que polemizaram com Danielson, entre os quais se destacam Tugan-Baranovski e Serguei Bulgakov, que faziam parte de um movimento conhecido como marxistas legais, argumentaram, com base nos mesmos esquemas de reprodução, que o capitalismo era viável na Rússia, pois a produção capitalista seria capaz de ampliar-se ilimitadamente – mesmo que passando por crises de desproporção, e não por crises de realização –, criando seus próprios mercados internos, seja de máquinas e equipamentos, seja de bens de consumo. Até mesmo o consumo dos trabalhadores não seria central, de acordo com a interpretação de Tugan-Baranovski dos esquemas de reprodução de Marx, pois a produção e o consumo de máquinas e equipamentos seriam capazes de garantir a demanda pelos próprios bens de capital, dando continuidade à expansão do sistema (ROSDOLSKY, 2001, p. 386-393)²⁸.

A interpretação dos esquemas de reprodução na Áustria e na Alemanha, de um lado, favoreceu teorias que viam a superprodução e o subconsumo da economia como um todo como impossíveis (é o caso do pensamento de Hilferding). De outro lado, possibilitou a teoria do subconsumo e da impossibilidade de expansão permanente do sistema capitalista, já que este dependeria de mercados não capitalistas, de Rosa Luxemburgo (ROSDOLSKY, 2001, p. 401-412).

Na verdade, toda a polêmica em torno dos esquemas de reprodução, de acordo com Rosdolsky (2001, p. 371-419), seria baseada em uma interpretação equivocada da obra de Marx, que colocou os esquemas de reprodução em uma posição de pouco destaque, dado que o desenvolvimento desse instrumental analítico, no livro II, foi feito de modo bastante abstrato, visando apenas demonstrar a viabilidade do capitalismo (e não a necessidade da acumulação *ad*

²⁸ O jovem Lênin participou desse debate. Ele acreditava que o capitalismo seria possível na Rússia, mesmo que o mercado interno fosse centrado na produção e na demanda de meios de produção; tal contradição seria presente no próprio capitalismo (não seria um problema da teoria), que desenvolveria as forças produtivas ao mesmo tempo em que negaria ao povo o acesso aos bens de consumo (as crises econômicas seriam principalmente de desproporção) (ROSDOLSKY, 2001, p. 393-401).

infinitum) e a possibilidade de crises de desproporção, não sendo adequado para uma análise mais concreta do modo de produção, como tentaram fazer os autores citados acima. Os esquemas de reprodução não abarcam a totalidade da obra de Marx, pois abstrai elementos centrais do modo de produção, tais como a dualidade entre valor de uso e valor de troca (intrínseca à forma mercadoria), o aumento da composição orgânica de capital (que pode provocar a queda da taxa de lucro), o fetichismo da mercadoria, a possibilidade de aumento do entesouramento e a formação estrutural de um exército industrial de reserva.

Um dos mais fecundos autores marxistas do período, Hilferding nasceu em 1877, em Viena, na Áustria. Formado em medicina, desde jovem se envolveu com o marxismo e o socialismo. Foi membro do PSD, Partido Social Democrata. A sua obra procurou atualizar e rever algumas das teses de Marx. Ele serviu como médico na Primeira Guerra Mundial, foi deputado no *Reichstag* entre 1924 e 1933 e foi ministro das finanças entre agosto e outubro de 1923 e entre junho de 1928 e dezembro de 1929, no difícil período de crise econômica da Alemanha do entreguerras. Com a ascensão de Hitler ao poder, exilou-se na Dinamarca, na Suíça e em Paris. Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo colaboracionista francês o entregou a Gestapo, que o torturou. Ele morreu, provavelmente assassinado, em 1941.

Polemizou com as teses subconsumistas de Rosa Luxemburgo e defendeu a teoria do valor de Marx das críticas de Bonh-Bawerk. Escreveu sua obra principal, “O capital financeiro”, em 1905 e a publicou em 1910. O livro foi estruturado em cinco partes. A primeira, sobre dinheiro e crédito, inicia com a necessidade do dinheiro nas economias capitalistas e daí deriva a moeda fiduciária, o sistema bancário e o crédito. A segunda parte versa sobre a mobilização do capital, por meio de sociedades anônimas e bolsas de valores, que além de permitirem maior mobilização de capital, favorecem a especulação financeira. A terceira discorre sobre a formação de cartéis, trustes, monopólios (entendidos, como em geral na literatura da época, em um sentido amplo que inclui os oligopólios) e sobre a união entre o capital industrial e o bancário, que formará o capital financeiro, assunto principal da obra e tema da quarta parte do livro. A quinta parte discorre acerca de algumas políticas econômicas associadas ao capital financeiro.

Segundo Hilferding, as transformações do capitalismo levariam ao surgimento dos monopólios e dos cartéis, que exerceriam uma grande influência sobre o Estado. Este seria levado a adotar políticas protecionistas e expansionistas (em busca de matérias-primas e de baixo salário). Quando o Estado assume tais políticas, entra em conflito com outros Estados.

De acordo com Bottomore (1985, p. 16), a teoria do imperialismo de Hilferding se diferencia da de Bukharin e de Rosa Luxemburgo, por não compreender a guerra ou o colapso

do capitalismo como uma consequência inevitável do imperialismo. Enquanto para Bukharin, o imperialismo necessariamente levaria à guerra e à revolução proletária, para Rosa Luxemburgo, a expansão do capitalismo um dia chegaria ao fim, provocando o colapso do modo de produção. Ainda segundo Bottomore (1985, p. 16-17), de acordo com Hilferding, o colapso do capitalismo seria político e social e não econômico. A ampliação dos monopólios e trustes seria reforçada pelo crescimento do Estado, que poderia ser controlado pelos trabalhadores, levando à ampliação do planejamento e da socialização. Como será mostrado a seguir, também em Hilferding estão presentes passagens nas quais ocorre uma relação causal única que vai dos monopólios para as guerras e destas para a destruição do capitalismo.

No prefácio, Hilferding (1910, p. 27) afirma que sua obra procura atualizar a economia política clássica (que começaria com Petty e teria sua expressão máxima em Marx), para tentar compreender os fenômenos econômicos da época. Quais seriam esses fenômenos? A concentração de capital, a formação de cartéis e trustes e a relação mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial, que formariam o capital financeiro, conceito principal de sua obra:

Os traços mais característicos do capitalismo “moderno” são constituídos pelos processos de concentração que aparecem, por um lado, na “abolição da livre concorrência”, mediante a formação de cartéis e trustes, e, por outro lado, numa relação cada vez mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial. É através dessas relações que o capital vai assumir a forma de capital financeiro, sua forma mais elevada e abstrata (HILFERDING, 1910, p. 27).

O conceito de capital financeiro, de Hilferding (1910), é melhor compreendido como fruto da fusão entre o capital industrial e o bancário, correspondendo a um novo tipo de capital, do que como a subordinação do primeiro ao último (MARIUTTI, 2013, p. 33). Os grandes conglomerados e trustes capitalistas nacionais, embora em paz no âmbito das suas nações de origem, disputariam, no plano internacional, graças ao poder que exercem sobre os Estados, o controle das áreas produtoras de matérias-primas e dos espaços para onde exportariam produtos e capitais. A paz internacional seria sempre provisória, já que o capital financeiro de cada nação possui interesse em buscar novos mercados, desafiando assim os interesses do capital financeiro de outros países.

Além disto, exatamente por autonomizar a riqueza e esmaecer a diferença entre o capital dito “produtivo” e o “especulativo”, o capital financeiro obscurece a dominação do capital sobre o trabalho, desempenhando, ainda que de forma indireta, uma função ideológica importante. Mas, como o próprio Hilferding adverte, esta harmonia é precária. Ela depende da expansão do sistema, que não pode ocorrer sem intensificar a concorrência, a qual passa a envolver grandes monopólios baseados nacionalmente em disputa por espaço no mercado mundial (MARIUTTI, 2013, p. 34).

Devido às transformações organizacionais e tecnológicas do capitalismo no final

do século XIX e início do século XX, as empresas tornaram-se maiores e mais propensas a sobreviver às crises. De um modo bastante otimista, que não correspondeu ao desenrolar histórico do capitalismo, Hilferding (1910, p. 271-277) observou que o desenvolvimento dos trustes, das bolsas de valores e do sistema bancário colaboraria com a diminuição do número e da gravidade das crises econômicas, ao colaborar com o ordenamento da produção e com a contenção da especulação e dos pânicos bancários.

O último parágrafo do livro sintetiza a visão do autor sobre o futuro do capitalismo. O capital financeiro aperfeiçoa o sistema capitalista de produção e de exploração, por meio da socialização do capital entre acionistas e trustes. Porém, o poder crescente dos grandes capitalistas de um país se chocaria com o de outros países e atrairia os trabalhadores para a luta. Esta, por sua vez, levaria à ditadura do proletariado:

O capital financeiro na sua perfeição significa o mais alto grau de poder econômico nas mãos da oligarquia capitalista. Ele leva à perfeição a ditadura dos magnatas capitalistas. Simultaneamente, a ditadura dos donos nacionais do capital de um país torna-se cada vez mais incompatível com os interesses capitalistas de outros países, e a dominação do capital dentro do país cada vez mais inconciliável com os interesses dos explorados pelo capital financeiro – mas também com as massas populares chamadas para a luta. No violento choque dos interesses opostos, a ditadura dos magnatas do capital transforma-se finalmente na ditadura do proletariado (HILFERDING, 1910, p. 346).

Uma das principais autoras a polemizar com Hilferding e também uma das mais notáveis autoras do marxismo, Rosa Luxemburgo nasceu em 1871, onde atualmente é a Polônia, e foi assassinada em 1919, por militantes da extrema direita que mais tarde estariam associados ao nazismo.

Rosa Luxemburgo é muitas vezes criticada pela falta de rigor formal. Também é acusada de propagar um voluntarismo ingênuo ou mesmo de ser adepta de uma teoria fatalista, que preveria o colapso inexorável do capitalismo (MARIUTTI, 2013, p. 22). Do ponto de vista das teorias da acumulação de capital e do imperialismo, a opção de Rosa Luxemburgo por adotar os esquemas de reprodução como ponto de partida, mostrou-se problemática, muito embora fosse uma opção metodológica muito utilizada pelos marxistas russos, com quem a autora debatia.

São dois os problemas principais associados com essa parte da obra da autora. O primeiro é o de que os esquemas de reprodução não foram feitos para uma análise de formas concretas do capitalismo, mas para estabelecer as possibilidades tanto do crescimento balanceado do sistema capitalista quanto de crises econômicas de desproporções setoriais. O segundo problema, que se mostrou mais grave, foi a conclusão incorreta de que a acumulação ampliada era inviável em um sistema capitalista fechado, sem acesso a mercados nos quais não

predominavam as relações de produção capitalistas.

A tese do imperialismo de Rosa Luxemburgo deriva diretamente da necessidade da busca por mercados não capitalistas. O imperialismo seria uma necessidade lógica do capitalismo, que sempre precisaria adotar práticas análogas ao que Marx chamou de “acumulação primitiva”, a expansão para espaços não capitalistas. E também é derivada daí uma teoria do colapso do capitalismo: já que as áreas não capitalistas são finitas, em algum momento histórico não haveria mais espaços disponíveis para a exportação de capitais e o capitalismo entraria em uma crise insolúvel. A passagem abaixo resume o pensamento da autora com precisão:

O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra ao seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como força de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo – daquela forma de economia que por sua natureza é ao mesmo tempo um sistema internacional e harmônico, por não visar à acumulação, mas a satisfação das necessidades vitais da própria humanidade trabalhadora, por meio o desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta (LUXEMBURGO, 1913, p. 98).

Outro autor marxista que merece ser destacado, Bukharin, realizou uma análise acerca do imperialismo considerada mais precisa, em termos teóricos, que a de Luxemburgo. Bukharin nasceu na Rússia em 1888 e foi assassinado durante os expurgos de Stálin em 1938. Escreveu o livro “A economia mundial e o imperialismo” em 1915, durante a Primeira Guerra Mundial, mas a obra só foi publicada em 1917. O livro contou com prefácio de Lênin (1917b), no qual é afirmado que o imperialismo decorre da evolução do capitalismo para o seu mais alto estágio de desenvolvimento. Lênin afirma ainda, nesse mesmo prefácio, que o imperialismo inevitavelmente será transformado em socialismo.

Bukharin realizou uma importante inovação metodológica ao tomar como ponto de partida a noção de uma economia mundial, na qual ocorre a divisão do trabalho, não só entre diferentes unidades econômicas, mas também entre países: “No momento, basta-nos ter em conta que, ao lado de outras formas de divisão social do trabalho, existe a divisão do trabalho entre economias “nacionais”, a divisão do trabalho entre países diversos, a que sai dos limites da economia nacional e constitui a divisão internacional do trabalho” (BUKHARIN, 1917, p. 18).

A divisão internacional do trabalho estaria passando, na virada do século XIX para

o XX, por uma reestruturação, graças ao desenvolvimento das forças produtivas. A energia elétrica, o telégrafo, o telefone, os motores de combustão interna e as transformações na metalurgia e na química foram destacados por Bukharin (1917, p. 27-29) como inovações que teriam permitido, por um lado, a expansão geográfica da economia capitalista mundial, mas, por outro lado, teriam causado a destinação de maior parte do trabalho da sociedade à produção de meios de produção, diminuindo a parcela dos salários na renda. Tal fenômeno provocaria a queda da taxa de lucro (BUKHARIN, 1917, p. 29).

Outra transformação do capitalismo, que estaria associada ao desenvolvimento das forças produtivas, seria o aumento da presença do Estado na economia, que se deveria tanto à maior militarização das nações mais ricas, quanto à ampliação da infraestrutura urbana²⁹:

O formidável crescimento do orçamento do Estado, provocado tanto pelas complicações ocorridas, de maneira geral, na vida econômica, como pela militarização de toda a economia nacional, suscita, para cobrir as despesas, uma necessidade sempre crescente de empréstimos externos. Por outro lado, o desenvolvimento das grandes cidades exige a execução de uma série de trabalhos (construção de ferrovias eletrificadas, instalação de iluminação elétrica, tipos diversos de canalização, serviço de limpeza pública, aparelhagem de aquecimento central, telégrafo e telefone, adaptação dos matadouros etc) cuja execução necessita de grandes quantidades de dinheiro (BUKHARIN, 1917, p. 37).

O autor observa a ampliação das fusões e aquisições, que fariam com que um grande bloco de empresas, que anteriormente poderiam concorrer entre si, passasse a ter interesses em comum (BUKHARIN, 1917, p. 41-46). Seguindo a contribuição de Hilferding, nota que os grandes blocos de empresas normalmente estão subordinados aos grandes bancos, que garantem o crédito. A fusão entre os capitais industriais e bancários formaria o capital financeiro. Tal fenômeno, que primeiramente teria ocorrido no âmbito das economias nacionais, posteriormente internacionalizou-se. Porém, se no plano nacional os grandes blocos de capital conseguem conter a concorrência, no plano internacional, vigora uma estrutura concorrencial anárquica (muito distante do que poderia ser uma “comunidade de interesses”), que fica mais clara em duas circunstâncias: nas crises mundiais e nas guerras (BUKHARIN, 1917, p. 47-54)³⁰.

É um equívoco analisar de forma estática os acordos entre conglomerados

29 Bukharin (1917, p. 148-151) denuncia que a ampliação do Estado estava sendo incorretamente classificada como “socialismo de Estado” ou “socialismo de guerra”, termos que utilizariam equivocadamente a palavra socialismo para se referir as experiências que nada teriam de socialistas, mas poderiam ser melhor compreendidas como formas de “capitalismo de Estado”.

30 Outra mudança importante no capitalismo mundial identificada por Bukharin (1917, p. 138-139) foi a ascensão econômica dos Estados Unidos, país bastante beneficiado economicamente pela Primeira Guerra Mundial e que tornou-se o principal fornecedor de produtos agrícolas e de material bélico para a Europa e, mais importante, tornou-se a principal fonte de financiamento dos países europeus (que anteriormente eram credores dos EUA) e também de regiões anteriormente dependentes de financiamento da Europa, como a América Latina.

econômicos ou mesmo entre países. Um acordo pacífico entre trustes capitalistas de diferentes nações, ocasionando o que Kautsky chamou de superimperialismo, seria sempre temporário, já que as inovações e as mudanças nas estruturas de custos das empresas forçariam a volta da competição, que sempre pode se dar de forma violenta – por meio da conquista territorial, a política mais violenta do imperialismo –, mas também pode se dar de maneira não belicosa, com a exportação de capitais e o protecionismo. O imperialismo é considerado o tipo de concorrência específico do capital financeiro, marcado pela concorrência pela posse de mercados, de fontes de matérias primas e de esferas de investimento de capital. Outro fator que faria ressurgir o imperialismo é o desequilíbrio de poder militar entre os países, mesmo se houver um acordo entre trustes econômicos (BUKHARIN, 1917, p. 125-135). Devido aos desequilíbrios no plano internacional, a tendência a um truste universal único nunca pode de fato ser concretizada.

O autor argumenta que as práticas imperialistas podem ser favoráveis, momentaneamente, aos operários europeus, que se beneficiariam do acesso mais barato às mercadorias produzidas pelas colônias: “Tudo o que o capitalismo traz consigo, de sangue e de lama, de horror e de vergonha, todo o cinismo, toda a crueldade da democracia moderna, transbordou sobre as colônias. Em contrapartida, ganharam com isso os operários europeus, no momento, conquistando salários mais altos graças à ‘prosperidade industrial’ ” (BUKHARIN, 1917, p. 156). Entretanto, com a guerra na Europa, a desgraça, que antes assolava somente as colônias, atinge a população europeia e os operários começam a se revoltar contra a burguesia e o nacionalismo (utilizado para mascarar o domínio burguês sobre a sociedade), passando a defender o socialismo internacionalista (BUKHARIN, 1917, p. 157-158)³¹.

O principal sistematizador da teoria marxista do imperialismo foi Lênin que, assim como Hobson, nota que o termo imperialismo estava sendo utilizado na literatura econômica e política desde o final do século XIX, para conceituar a etapa que correspondia ao capitalismo da época. O autor foi influenciado, ainda que à sua maneira crítica, pelas obras de Hobson, Bukharin e de Hilferding:

Durante os últimos quinze ou vinte anos, sobretudo depois da guerra hispano-americana (1898) e anglo-bôer (1899-1902), a literatura econômica, bem como a política, do Velho e do Novo Mundo, utiliza cada vez mais o conceito de “imperialismo” para caracterizar a

31 Bukharin (1917, p. 154) faz referência às práticas de trabalho e remuneração realizadas nas fábricas de Ford: “Hoje, constatamos algo análogo no ‘patriotismo de aldeia’ que assola as empresas particularmente qualificadas. Um exemplo temos nas fábricas de Ford, ‘pacifista’ americano muito conhecido (ao mesmo tempo fornecedor de guerra). Ali, os operários são submetidos a uma verdadeira seleção, beneficiam-se de prêmios de todo gênero e participam dos lucros sob a expressa condição de afeiçoar-se à empresa. O resultado é que, mistificados, os operários ‘entregam-se’ a seu senhor”. Será observado nos próximos capítulos que o fordismo é um dos conceitos principais utilizados para a compreensão das transformações do capitalismo ocorridas desde o entreguerras.

época que atravessamos. Em 1902, apareceu em Londres e Nova York uma obra do economista inglês J. A. Hobson intitulada “O imperialismo” (...) Em 1910, publicou-se em Viena a obra do marxista austríaco Rudolf Hilferding: “O capital financeiro” (LÊNIN, 1917a, p. 116).

Lênin observa que as características mais marcantes do capitalismo da época são o desenvolvimento da indústria, a grande concentração da produção e a generalização de práticas monopolistas, com as grandes empresas de determinados setores agindo conjuntamente por meio de cartéis e trustes. O desenvolvimento dos monopólios teria tido grande impulso a partir da crise de 1873, principalmente nos Estados Unidos e na Alemanha. Tal desenvolvimento decorreria da própria lógica do sistema capitalista, que faria com que a concorrência levasse à formação de grandes firmas e de monopólios.

Assim, os principais períodos da história dos monopólios podem se resumir do seguinte modo:

- 1) décadas de 1860 e 1870, período de grande desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis.
- 2) após a crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, no entanto eles ainda constituem apenas uma exceção. Carecem ainda de estabilidade, representando ainda um fenômeno transitório.
- 3) expansão de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo (LÊNIN, 1917a, p. 126-127).

Algumas das maiores empresas citadas por Lênin são Standard Oil, US Steel, General Electric, Krupp, Deutsche Bank, J P Morgan, Siemens, AEG e Lloyd. Seguindo a linha de Hilferding, os bancos são destacados pelo seu papel central de concentração de recursos e de decisões. Eles forneceriam a base para o chamado capital financeiro e seriam o elo entre os grandes empresários e as autoridades políticas. Lênin antecipa desenvolvimentos teóricos posteriores do marxismo, que serão comentados mais à frente, que identificam o capitalismo monopolista como o elemento central para a compreensão da fase do sistema econômico. Os grandes grupos monopolistas repartiriam o mercado mundial entre si:

Se fosse necessário dar uma definição, a mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido (LÊNIN, 1917a, p. 217).

Karl Kautsky previra que o fenômeno da partilha mundial do globo por parte dos monopólios capitalistas, chamado por ele de ultraimperialismo, traria paz entre as potências mundiais. Porém, Lênin interpreta o fenômeno de outra maneira. Para ele, depois de encerrada

uma primeira fase, de partilha pacífica do mundo, teria passado a ocorrer, em virtude da mudança do poder relativo de cada país, uma disputa pela redistribuição dos territórios. Essa redistribuição é que se daria de forma belicosa. Qualquer tentativa de reformar o sistema capitalista não conseguiria eliminar o imperialismo porque a única forma de eliminá-lo seria destruindo os monopólios, que por sua vez são uma decorrência necessária do funcionamento do sistema capitalista. Como consequência lógica dessa linha de raciocínio, conclui-se que o imperialismo só pode ser destruído com a superação do próprio capitalismo (LÊNIN, 1917a, p. 210).

O autor vislumbra o imperialismo como uma fase de transição entre o capitalismo e o socialismo, já que grande parte da produção encontra-se planejada, mas as grandes empresas não permitem um maior controle social sobre a produção e a distribuição, que só viria com o socialismo: “O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, independentemente de sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa” (LÊNIN, 1917a, p. 131).

Os “economistas burgueses” acreditavam que a generalização dos trustes eliminaria as crises econômicas. Mas Lênin (1917a, p. 135-137) argumentou que as grandes melhorias técnicas tendiam a gerar mais possibilidades de desproporção entre os setores, além de estimular a especulação. Além disso, as pequenas e médias empresas sofrem muito mais com as crises do que as gigantes empresas monopolistas. Um argumento levantado por Lênin, que destaca outro ponto negativo do imperialismo, foi também utilizado anteriormente por Hobson: o argumento de que o imperialismo fortalece segmentos rentistas e parasitários da burguesia, já que uma parcela significativa da renda dos países imperialistas é derivada de juros, dividendos, comissões e especulações (LÊNIN, 1917a, p. 232-234).

Antes de concluir o presente tópico capítulo, vale a pena mencionar importante autor marxista, da primeira metade do século XX, que destoa das visões tradicionais acerca do imperialismo e do capitalismo monopolista. Henryk Grossman, economista, historiador e militante político polonês, publicou uma importante obra, pouco antes da crise de 1929, sobre a teoria marxista da acumulação e do colapso do capitalismo³². O autor procura realizar uma

32 Grossman (1929, p. 123-125) nota, citando fontes da época, que houve uma explosão da especulação financeira nos Estados Unidos da segunda metade da década de 1920, o que, segundo o autor, redundaria em uma grave crise, que de fato eclodiu, alguns meses após a publicação do livro. A pletora de capital destinado à especulação seria consequência da sobreacumulação de capital.

análise profunda da teoria da acumulação e do colapso do capitalismo em Marx, combatendo, desse modo, conclusões que considera simplificadas ou grosseiras acerca da obra de Marx, tanto por parte dos críticos do marxismo, como também por parte dos adeptos.

Um ponto enfatizado por Grossman é a pouca compreensão, tanto por parte dos críticos, quanto por parte dos próprios seguidores, do método empregado por Marx em “O capital”. Grossman destaca o caráter tendencial das leis elaboradas por Marx. O método de Marx consistiria em abstrair aspectos da realidade, adotando hipóteses simplificadoras, mas que permitiriam compreender a estrutura interna do objeto investigado. Entre as hipóteses adotadas por Marx estariam: a ausência de mercados não capitalistas, a divisão da sociedade em apenas duas classes sociais, a troca de mercadorias pelo seu valor, a ausência de crédito e o valor constante do dinheiro (GROSSMAN, 1929, p. 1). As conclusões derivadas com a presença de tais hipóteses seriam apenas provisórias e deveriam ser seguidas de uma análise que relaxasse tais pressupostos.

Grossman (1929, p. 3) toma como ponto de partida a dualidade entre o processo de trabalho, que historicamente tende a ampliar o volume físico de maquinaria por unidade de trabalho e o processo de valorização, baseado na ampliação, em termos de valor, da quantidade de meios de produção em relação ao total de salários. Porém, como seriam os trabalhadores os produtores de todo o valor, a ampliação da última razão acarretaria em uma superprodução de capital, na qual a massa de mais-valia cresceria menos que o necessário para a perpetuação do sistema, provocando, teoricamente, o colapso do capitalismo.

Alguns fatores, apresentados por Marx como contratendências à queda da taxa de lucro, foram apontados por Grossman como responsáveis por evitar, ao menos temporariamente, o colapso do capitalismo. Esses fatores seriam: ampliação da produtividade (equivalente ao aumento da taxa de mais-valia); redução dos custos do trabalho; diminuição do tempo de rotação do capital; diminuição da soma de capital necessária; criação de setores com menor composição orgânica do capital; diminuição da importância da renda da terra; diminuição dos lucros do comércio; importância dos setores não capitalistas; desvalorização periódica do capital; expansão do capital acionário; ampliação da população empregada; ampliação do comércio internacional (a ampliação dos mercados contribui com a diminuição dos custos de produção e com o aumento da produtividade); o comércio internacional, contribuindo com a transferência internacional de valor dos países mais atrasados para os mais desenvolvidos (com maior composição orgânica de capital); a busca por fontes mais baratas de matérias-primas; a exportação de capital e o imperialismo (GROSSMAN, 1929, p. 71-136).

Devido à opção metodológica de compreender as contradições e as tendências das

relações sociais capitalistas, Grossman apresenta o imperialismo (a busca por mercados, por fontes mais baratas de matérias-primas e até mesmo a anexação territorial) como uma tendência do capitalismo, que pode se realizar de diferentes formas, ou até mesmo não se realizar, e não como a etapa final do modo de produção.

O conceito de imperialismo ficou associado, na literatura marxista, a um período específico do capitalismo, que se estende das últimas três décadas do século XIX até o período do entreguerras. Depois da Segunda Guerra Mundial houve uma grande onda de descolonização do Terceiro Mundo. Entre os anos de 1945 e 1975 dezenas de territórios conseguiram a independência, tanto na África quanto na Ásia e na Oceania³³. Tal fato contribuiu para que o conceito de imperialismo parecesse parcialmente datado, pelo menos para compreender o capitalismo como um todo. Recentemente, no entanto, o termo tem sido resgatado para compreender políticas adotadas pelas grandes potências econômicas, mais especificamente as políticas expansionistas dos Estados Unidos.

1.5 TEORIAS MARXISTAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE O IMPERIALISMO E O CAPITALISMO MONOPOLISTA

O geógrafo americano David Harvey publicou em 2003 um livro dedicado ao que chamou de “novo imperialismo”, a política militarista e expansionista adotada pelos Estados Unidos nas últimas décadas. O autor destaca a participação do país em golpes de estado, como o que derrubou Salvador Allende no Chile e tentou derrubar Chávez na Venezuela, além de intervenções militares como a Guerra do Golfo e a invasão do Afeganistão e do Iraque. Para ele, muitas vezes um inimigo externo, ou mesmo uma guerra, são usados para mascarar os problemas internos enfrentados por um país. No caso específico das guerras do governo George W. Bush, a crise iniciada no ano 2000, os escândalos contábeis de diversas empresas, os problemas ambientais e no balanço de pagamentos foram alguns dos obstáculos enfrentados pelo início do governo. A dificuldade de estabilizar uma democracia multicultural e os interesses estratégicos no petróleo do Oriente Médio também são destacados como possíveis causas para a Guerra do Iraque (HARVEY, 2003, p. 11-25).

Harvey (2003, cap. 4) teoriza que a causa econômica mais profunda para o

³³ Uma lista não exaustiva dos países que conseguiram se libertar da colonização no período inclui Indonésia, Vietnã, Filipinas, Paquistão, Índia, Myanmar, Laos, Camboja, Malásia e Singapura, na Ásia e na Oceania, e inclui Líbia, Sudão, Egito, Tunísia, Marrocos, Gana, Camarões, Togo, Mali, Senegal, Madagascar, Congo, Somália, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gabão, Nigéria, Serra Leoa, Ruanda, Burundi, Argélia, Uganda, Quênia, Zâmbia, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e Angola, na África.

imperialismo não é o subconsumo, como pensavam Rosa Luxemburgo (e também Hobson), mas a superacumulação, a falta de oportunidades lucrativas de investimento, que pode estar associada ou não ao subconsumo. A superacumulação de capital levaria à acumulação por despossessão (associada à fraude, predação, especulação e violência), que contrasta com a acumulação produtiva de capital, que ocorre com a compra da força de trabalho e com os canais tradicionais de consumo e de investimento. A acumulação primitiva de capital teria sido um tipo de acumulação por despossessão, mas esta modalidade de acumulação não se extinguiu nas fases iniciais do capitalismo.

O autor cita diversos casos contemporâneos de acumulação por despossessão. Entre os principais podem-se citar as pirâmides e bolhas financeiras, a biopirataria, as privatizações dos serviços e empresas públicas, a privatização da água e a destruição das florestas pelas práticas agropecuárias.

Antes da volta da utilização do conceito de imperialismo por autores como David Harvey, a expressão capitalismo monopolista foi bastante utilizada, principalmente da década de 1960 em diante³⁴. Nesse período, o mundo capitalista passou por diversas turbulências, dos tipos mais variados, que englobam desde guerras associadas aos processos de descolonização e ondas de protestos pela ampliação dos direitos das minorias, até crises de estagflação. Foi nesse contexto que surgiram novas abordagens procurando compreender as transformações de longo prazo do capitalismo. O conceito de imperialismo continuou sendo utilizado, mas não era mais o conceito central. A tradição de compreender as diferentes etapas do capitalismo com base uma releitura crítica de Marx e de outros importantes autores da economia política foi continuada enfocando predominantemente o conceito de capital monopolista.

No caso da França, o conceito de capitalismo monopolista de Estado foi utilizado por vários autores, entre os quais destaca-se Paul Boccara, cujas principais contribuições sobre o assunto apareceram a partir da “Conferência Internacional sobre o Capitalismo Monopolista de Estado”, realizada em Choisy-le-Roi em 1966. A expressão já havia sido utilizada no início do século XX por Lênin. Boccara utiliza a expressão para indicar uma economia marcada por duas características principais: a importância da presença de grupos monopolistas e oligopolistas e a centralidade da participação do Estado no processo de reprodução do capitalismo (BOCCARA, 1966, 1972, 1978b).

34 Na América Latina, a partir da década de 1960, surgiu uma corrente teórica que procurava compreender, partindo das teorias do imperialismo e da contribuição da Cepal, a articulação entre as regiões mais avançadas e mais atrasadas do capitalismo global. Alguns dos principais teóricos da dependência foram Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Fernando Henrique Cardoso. Tal corrente não será analisada no presente trabalho por não ter como foco principal a teorização das etapas do capitalismo.

Segundo Boccara (1966, p. 26-27), o pensamento marxista identifica três fases do capitalismo: 1) período manufatureiro; 2) período clássico (ou da concorrência total); 3) imperialismo (ou etapa monopolista). O capitalismo monopolista de Estado seria um novo período, nascido das transformações ocorridas no imperialismo, desde o final do século XIX, mas só amadurecido durante a Primeira Guerra Mundial.

No período entre as duas guerras mundiais, tanto o *New Deal* de Roosevelt, quanto a economia da Alemanha Nazista seriam exemplos de diferentes tipos de capitalismo monopolista de Estado, o primeiro construído por um governo de esquerda e o segundo por um de direita (BOCCARA, 1966, p. 27). De acordo com Boccara (1966, p. 27), o capitalismo monopolista de Estado foi a estratégia utilizada por diferentes governos para salvar o capitalismo e generalizou-se durante a Segunda Guerra Mundial.

Décadas depois, durante a segunda metade da década de 1960, o capitalismo monopolista de Estado teria entrado em crise. A inflação, a ampliação da concorrência no plano internacional, o aumento do desemprego, a diminuição das taxas de crescimento, a incapacidade de o Estado fornecer todas as necessidades coletivas (saúde, educação, habitação, pesquisa, transporte), o alto grau de endividamento dos países do Terceiro Mundo, as mudanças ideológicas e o crescimento das lutas políticas e sociais seriam os principais sintomas da crise (BOCCARA, 1972, p. 443-445). O autor argumenta que as crises do capitalismo são provocadas por uma mesma contradição central, a sobreacumulação de capital:

Sobreacumulação de capital significa capital acumulado em quantidade excedente, uma vez que a mais-valia é insuficiente para remunerar o capital em excesso e para lhe permitir funcionar normalmente.

Conhecemos a lei da tendência para a baixa da taxa de lucro médio. Na realidade, não há baixa contínua e uniforme da taxa de lucro, mas sim baixa aos solavancos, afetando sobretudo o excedente de capital e interrompida pelos levantamentos da taxa (BOCCARA, 1972, p. 446).

Os gastos públicos podem compensar a queda da taxa de lucro, ao financiar despesas que podem tornar mais lucrativa a produção, como os gastos em educação, saúde, pesquisa e infraestrutura. Adicionalmente, as empresas públicas podem trabalhar no prejuízo, subsidiando, assim, os custos das empresas privadas (BOCCARA, 1972, p. 448). Essa teria sido a estratégia adotada para a superação das contradições originárias no período imperialista, sedimentando o capitalismo monopolista de Estado, que, por sua vez, não poderia ser socorrido pela mesma estratégia.

Os monopólios e o Estado francês teriam procurado responder à crise do capitalismo monopolista de Estado com diversas medidas, tais como: uma intervenção mais direta do Estado nos monopólios, em vez de ações indiretas por meio do setor público; tentativa

de coordenação das políticas econômicas no plano internacional; redução dos gastos em saúde, educação e infraestrutura urbana; combate às greves e moderação nos aumentos salariais (BOCCARA, 1972, p. 458-4).

A solução proposta pelo autor para a crise dos anos 1960 e 1970 é a democracia avançada, que seria uma fase de transição pacífica para o socialismo, decidida pela maioria da população (BOCCARA, 1971). O socialismo estaria se mostrando um sistema com melhores resultados econômicos para a população como um todo, além de ser melhor adaptado às novas tecnologias sendo desenvolvidas. No âmbito político francês, o Partido Comunista Francês e o Partido Socialista se uniram em torno do Programa Comum, que previa, no plano econômico, a ampliação e radicalização da democracia, propondo, por exemplo, a nacionalização de importantes setores da economia, como o setor financeiro (BOCCARA, 1972, p. 460-462, 1971, 1978b).

Boccaro foi o principal autor francês a utilizar a expressão “regulação” no discurso econômico antes da escola parisiense da regulação. Em um texto publicado em 1971, por exemplo, se refere à regulação da economia como o processo que garante a “coerência do conjunto” do sistema capitalista. Contrasta a regulação planejada, científica e democrática, no socialismo, com a regulação espontânea do capitalismo, baseada na taxa de lucro, na acumulação de capital e no progresso das forças produtivas, além de marcada pela luta de classes e por crises de superacumulação e desvalorização de capital. A regulação do capitalismo seria a lógica do conjunto que garantiria o reestabelecimento da coerência normal do sistema, para que esse sobrevivesse a crises e transformações, até um ponto no qual o próprio capitalismo fosse ameaçado³⁵.

Outra inovação conceitual presente nas contribuições de Boccaro (1971, p. 4) e adotada pelos regulacionistas franceses, de forma mais detalhada e sofisticada, foi a observação de diferentes relações sociais para a compreensão da regulação do capitalismo, em vez de focar apenas na relação capital-trabalho. Além dessa relação, o autor sublinha as relações de produção, de circulação, de distribuição e de consumo.

A principal limitação da contribuição de Boccaro é a utilização de uma perspectiva linear da história ao analisar o capitalismo monopolista de Estado. Para o autor, tal fase do capitalismo seria uma decorrência lógica da crise do imperialismo e deveria ser sucedida, por meio de um processo de ampliação da democracia, pelo socialismo, única solução definitiva

35 No período de democracia avançada, ainda restariam características mercantis na regulação do sistema, tais como o preço dos produtos refletindo o custo do tempo de trabalho médio mais a taxa de lucro, mas paulatinamente a regulação se voltaria às necessidades da sociedade e à busca do valor de uso, em vez do valor de troca.

para a crise. O autor superestima as experiências socialistas da época, ao considerá-las exemplos a serem seguidos pelos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental. As economias socialistas seriam, segundo tal interpretação, mais competitivas, menos contraditórias e garantiriam uma melhor qualidade de vida para a classe trabalhadora.

No mesmo período em que se consolidava a abordagem do capitalismo monopolista de Estado na França, foi construída a abordagem americana do capitalismo monopolista. O livro “Capitalismo monopolista: um ensaio sobre a ordem econômica e social americana”, foi publicado por Baran e Sweezy em 1966. Os autores citam Lênin como uma referência teórica, pois ele defendeu que o imperialismo corresponde ao estágio monopolista do capitalismo. Porém, dizem que vão além de Marx, de Lênin e de Hilferding, autores marxistas pioneiros na teorização da formação dos monopólios, ao identificar as “leis de movimento” dessa nova etapa do capitalismo (BARAN, SWEEZY, 1966, p. 4). Baran e Sweezy (1966, p. 6) compreendem as empresas monopolistas como aquelas que produzem em larga escala, controlando uma parcela significativa da produção do setor e com controle sobre o preço de mercado. Ou seja, o conceito é utilizado com o mesmo significado dado pelos autores do início do século, abarcando monopólios e oligopólios³⁶. O foco da investigação é a geração e a absorção do excedente em uma economia com presença importante de grandes firmas com poder de mercado (capacidade de determinar o volume da produção e o nível de preço).

Baran e Sweezy consideram que os Estados Unidos são o caso paradigmático do capitalismo daquela época, que se caracterizaria por ser monopolista. Esse tipo de sistema econômico teria se originado aproximadamente no período do fim da Guerra Civil Americana. Devido à grande concentração de renda nesse tipo de capitalismo, é esperado que o mesmo apresente uma tendência à estagnação, apenas compensada por duas contratendências principais: a ocorrência de inovações tecnológicas que marcam época e a eclosão de guerras. De acordo com os autores, somente três inovações marcaram época: o motor a vapor, a ferrovia e o automóvel. Outras invenções radicais, como a eletricidade e o avião, por exemplo, não teriam respondido por uma mudança tão grande no volume de capital mobilizado, nem teriam provocado transformações cumulativas na geografia econômica como as três anteriormente destacadas (BARAN, SWEEZY, 1966, p. 218-222). Os efeitos econômicos das guerras, tais como o racionamento e o planejamento do conflito e, posteriormente, a satisfação de uma grande demanda reprimida, seriam também importantes causas para a superação momentânea da tendência à estagnação.

36 Veja-se por exemplo, VEBLEN, 1904, cap. 3, nota 17.

Ainda de acordo com Baran e Sweezy (1966, p. 225-248), a partir do ano de 1907 já haveria uma tendência à estagnação na economia americana. A diminuição do crescimento só não foi maior devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, desde meados da década de 1920, a diminuição do crescimento já estaria presente. Portanto, a Crise de 1929 não seria uma grande surpresa, mas antes a confirmação de tendências estagnacionistas do capitalismo monopolista. No final da década, teria sido novamente uma guerra que tirou a economia americana da depressão, já que apenas na Segunda Guerra Mundial o PIB dos EUA voltou ao nível anterior ao da Grande Depressão. No pós-guerra a economia do país apresentaria um bom desempenho em virtude dos maciços gastos militares e do aumento do endividamento das famílias. E, apesar desses estímulos, já estariam presentes sinais de saturação, constatáveis pelo aumento do desemprego na década de 1960. Na conclusão do seu livro, Baran e Sweezy (1966, p. 364-367) observam que a revolução socialista estaria se espalhando em vários países, substituindo economias capitalistas irracionais por economias planejadas. A revolução mundial poderia, até mesmo, alcançar os Estados Unidos.

A previsão revolucionária não se concretizou. Porém, o conceito de capital monopolista continuou sendo utilizado pelos pensadores influenciados pela Monthly Review. Entre eles, John Bellamy Foster e Fred Magdoff se dizem continuadores do pensamento radical criado e desenvolvido por Marx, Veblen, Schumpeter, Keynes, Kalecki, Steindl e Minsky e reelaborado por Paul Baran, Paul Sweezy e Harry Magdoff (FOSTER, MAGDOFF, 2009, p. 8). Publicaram o livro *“The great financial crisis”* em 2009, procurando compreender a crise que teria eclodido no ano de 2007. Os autores notam que, longe de ser um evento isolado, a crise foi precedida por inúmeros outros momentos de perturbação grave da economia, como o *crash* da bolsa de 1987, a crise japonesa dos anos 1990, a crise asiática de 1997-1998 e o estouro da bolha das empresas “ponto com” no ano 2000.

Os autores recuperam o argumento, já explorado por Hobson, Lênin, Rosa Luxemburgo, Kalecki, Keynes, Hansen, entre outros autores, de que o capitalismo não necessariamente segue uma trilha que leva ao pleno emprego e ao crescimento econômico, podendo ficar estagnado até mesmo por décadas, devido à falta de investimento e de consumo. Entretanto, o principal argumento estagnacionista sobre o capitalismo, de acordo com Foster e Magdoff (2009, p. 14-18), foi elaborado por Baran e Sweezy no seu livro de 1966. O argumento é o de que no capitalismo monopolista, com preços fixados pelas principais empresas, há uma tendência de geração de um enorme excedente que não será absorvido pelo consumo, pelo investimento, nem mesmo pelos gastos civis do governo, que são combatidos pelos grupos monopolistas. O sistema só conseguiria se manter graças a artifícios, como os elevados gastos

militares e a especulação financeira. Esta, inclusive, teria ficado cada vez mais importante como fonte de lucros, alimentando o endividamento das famílias e do próprio governo, que teria de salvar periodicamente o sistema financeiro. Portanto, a especulação financeira seria o principal instrumento do capitalismo para evitar sua tendência à estagnação. E, como consequência lógica do argumento dos autores, percebe-se que o problema real da crise contemporânea se encontra no capitalismo monopolista e não na financeirização, que seria apenas um sintoma de um problema mais grave.

Nas últimas três décadas a parcela dos salários no PIB americano tem decaído. Contrariando tal fenômeno, a parcela destinada ao consumo tem. Esse fato somente pode ser explicado pelo grande aumento do endividamento das famílias, que passou de cerca de 62% da renda disponível em 1975, para 127% no ano de 2005 (FOSTER, MAGDOFF, 2009, p. 29-36). O tipo de endividamento das famílias que mais cresceu foi o dirigido à aquisição de imóveis, seguido pelos empréstimos destinados à compra de carro e pelos empréstimos estudantis. Algumas evidências indicam que o aumento do consumo é mais fortemente correlacionado com a valorização dos imóveis do que com a alta da bolsa (FOSTER, MAGDOFF, 2009, p. 29-36). Em setembro de 2008, após o estouro da bolha de endividamento para a aquisição de imóveis, o presidente do *Fed*, Ben Bernanke, e o Secretário do Tesouro, Henry Paulson, anunciaram um plano de mais de 700 bilhões de dólares de compra de ativos podres do sistema financeiro americano para evitar uma crise ainda maior. Mas, segundo os autores, tal medida teria pouco efeito na economia real, já que o sistema financeiro optou por reter a liquidez.

Para os autores, uma reforma gradual do capitalismo americano, reeditando o *New Deal*, por exemplo, não seria uma solução para a crise atual, por duas razões principais. Em primeiro lugar, porque não teria sido o gasto público civil e sim o militar que superou a Grande Depressão. Em segundo lugar, porque as relações de poder no país fariam com que a elite econômica e política não tenha interesse em mudanças progressistas. Uma solução real para a crise dependeria da total reconstrução do sistema econômico americano, dirigindo a economia com base nos desejos populares. Ou seja, a construção do socialismo (FOSTER, MAGDOFF, 2009, p. 22-23).

1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de exploradas as principais teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista, algumas considerações críticas acerca das obras devem ser tecidas, com o intuito de compreender as razões que fizeram tais teorias irem paulatinamente perdendo sua força, ao

longo do século XX.

As teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista, historicamente, se mostraram uma importante fonte de *insights* para o entendimento do capitalismo predominante na primeira metade do século XX. Entretanto, não se mostram suficientes, nem mesmo em suas versões mais contemporâneas, para esclarecer as características centrais do capitalismo das últimas décadas.

Antes de avançar nos argumentos críticos, é importante salientar as contribuições duradouras das teorias para a compreensão das características básicas e da dinâmica histórica do modo de produção. Uma contribuição bastante duradoura das teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista é o reconhecimento de que alguns tipos específicos de capital têm interesse no expansionismo territorial e militarista³⁷. É essa concepção que permite que Harvey explique diversas opções da política externa estadunidense das últimas décadas.

Outro ponto que merece destaque é o de que a coesão social nas sociedades capitalistas não necessariamente está ligada a aumentos de bem-estar dos indivíduos. O nacionalismo e o militarismo são fatores de ordenamento social sempre destacados pelos teóricos apresentados neste capítulo. Além do nacionalismo, Veblen destaca a emulação pecuniária e o consumo conspícuo como instituições que garantem o conservadorismo da sociedade. Pode-se traduzir os conceitos de Veblen em termos da sociologia contemporânea como referentes ao consumismo e às lutas de classificação³⁸ (disputas pela ascensão social e não pela transformação da sociedade).

Os teóricos do capitalismo monopolista da segunda metade do século XX notaram também que o aumento do consumo pode ser financiado pelo endividamento das famílias e que os governos podem ampliar paliativamente os gastos públicos (civis ou militares) em períodos de crise para reaquecer a economia e garantir a solvência das famílias e das instituições financeiras.

A despeito do sucesso em explicar práticas atuais que possam ser identificadas com o imperialismo e o capitalismo monopolista, as abordagens acerca desses fenômenos falharam em um objetivo mais ambicioso: a explicação para as diferentes etapas do capitalismo. Os diferentes autores se apegaram a um aspecto histórico ou teórico específico e analisaram o capitalismo desse ponto de vista, unilateral e enviesado.

37 A principal exceção a esse argumento é Schumpeter, que considera o imperialismo como um fenômeno irracional, do ponto de vista do capitalismo. O desenvolvimento desse tenderia a eliminar o fenômeno.

38 Termo usado, por exemplo, por Bourdieu (2008).

Desse modo, as transformações históricas do capitalismo e o fenômeno do imperialismo eram explicados de modo reducionista. Por exemplo, Hobson, Danielson e Rosa Luxemburgo compreendem o imperialismo como resultado da tendência ao subconsumo. Mais recentemente, Baran e Sweezy adotaram um ponto de vista análogo, estagnacionista, que tem pouca capacidade de explicar as elevadas taxas de crescimento das décadas de 1950 a 1970. Voltando aos autores das primeiras décadas do século passado, Hilferding, Bukharin e Lênin explicam as mudanças nas etapas do capitalismo com base em transformações no plano da esfera da concorrência, que teriam dado origem ao capitalismo monopolista e ao capital financeiro. Por seu turno, Boccara reduz a dinâmica histórica do capitalismo à tendência decrescente da taxa de lucro.

É importante notar que as principais noções dos teóricos do capitalismo monopolista – de que o capitalismo tende à concentração de renda e à diminuição da concorrência e, por isso, gera problemas de falta de consumo e de excesso de demanda que tendem a ser sanados com aumentos de gastos públicos, com o endividamento das famílias e com a exportação (pacífica ou imperialista) de capital – já tinham sido estabelecidos pelos teóricos do imperialismo. Fica claro, portanto, que as teorias do capitalismo monopolista pouco contribuem para uma compreensão teórica do capitalismo, se levarmos em conta as obras sobre o imperialismo.

A maior parte dos autores marxistas, entre os quais destacam-se Luxemburgo, Hilferding, Bukharin, Lênin, Boccara, Baran e Sweezy, além de autores não marxistas como Veblen e Schumpeter, viam o imperialismo ou o capitalismo monopolista como a forma mais avançada de capitalismo, que tenderia a entrar em crise e dar lugar ao socialismo. O maior nível de coordenação entre as empresas monopolistas e a maior atuação estatal seriam formas intermediárias de organização de uma economia que se direcionaria ao socialismo. Na prática a história não caminhou nesse sentido linear e o capitalismo mostrou uma grande capacidade de se reinventar.

Somente Hobson, autor pioneiro na conceitualização do imperialismo e do capitalismo monopolista, considerou a possibilidade das lutas dos trabalhadores e dos socialistas em geral modificarem a ação do Estado nas economias capitalistas e promoverem o aumento da parcela dos salários na renda nacional. Paradoxalmente, os autores marxistas do imperialismo e a corrente inspirada pelo trabalho de Baran e Sweezy subestimam a capacidade de os trabalhadores influenciarem as políticas estatais dentro do modo de produção capitalista³⁹.

39 Boccara também destaca a possibilidade de os trabalhadores transformarem o capitalismo, mas acredita que tal

De modo bastante geral, deve-se notar, com relação aos conceitos de imperialismo e de capitalismo monopolista, por um lado, que a concentração de capital e de renda, assim como a relação promíscua entre grandes corporações e o Estado, não são característica de uma fase do capitalismo apenas, mas características duradouras do modo de produção. Estiveram presentes desde o início do capitalismo, por exemplo nas políticas mercantilistas, colonialistas e de dívida pública, destacadas por Marx no contexto da acumulação primitiva de capital.

Por outro lado, é importante deixar claro uma grande limitação dos autores do imperialismo e do capitalismo monopolista: o conceito se enquadra bem às grandes potências do final do século XIX e início do século XX e ao capitalismo americano atual, mas não à totalidade da Europa Ocidental e do Japão desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Nessas últimas regiões não foi necessário recorrer a elevados gastos militares e ao endividamento das famílias para sustentar a demanda. Portanto, contrariando o que previram a maior parte dos teóricos do imperialismo e os teóricos do capitalismo monopolista, com a importante exceção de Hobson, os trabalhadores conseguiram elevados ganhos de salário real, mesmo em países com estruturas concorrenciais tão ou mais concentradas que a estadunidense. Portanto, o caráter monopolista do capitalismo não necessariamente leva os Estados Nacionais a privilegiarem as demandas da burguesia militarista.

A existência de monopólios e oligopólios não implica em um tipo único de política de Estado. Não é possível reduzir as ações dos Estados das nações capitalistas a uma única lógica. As transformações ocorridas ao nível dos Estados nacionais e no âmbito internacional ao longo do século XX indicam que diferentes lógicas, cristalizadas em formas institucionais diversas, podem prevalecer mesmo em economias pouco concorrenciais.

Após a Segunda Guerra Mundial, os movimentos dos trabalhadores conseguiram restringir o poder dos grupos monopolistas, ampliando os salários reais e garantindo a ampliação dos serviços públicos e dos direitos sociais. Os grupos anticoloniais conseguiram realizar a independência da quase totalidade das colônias do mundo. Entretanto, os Estados Unidos permaneceram como a principal nação imperialista do mundo. Do ponto de vista de uma teorização das etapas do capitalismo, outros critérios (além do tipo de empresa prevalente), como o tipo de moeda (metálica ou fiduciária), o tipo de relações de trabalho, o padrão de ação econômica do Estado (seja ele liberal, keynesiano, neoliberal, desenvolvimentista ou ainda de outro tipo) e o tipo específico de ambiente internacional são necessários para a compreensão das etapas do capitalismo, como será discutido nos próximos

fenômeno sempre aproxima a economia do socialismo.

capítulos.

Quadro 1: Teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista

Autores Elementos	Hobson	Veblen	Lênin, Bukharin, Hilferding	Baran, Sweezy, Foster, Magdoff
Origens do imperialismo ou do capitalismo monopolista	Ampliação da produção; subconsumo	Mentalidade voltada aos negócios em vez da produção	Crescimento das empresas (monopólios); superprodução de capital	Crescimento das empresas (monopólios); superprodução de capital
Futuro do capitalismo	Reforma social (ampliação do Estado e dos salários)	Mudanças técnicas levariam a mudança nas mentalidades e ao fim do capitalismo	Luta de classes levaria ao fim do capitalismo	Luta de classes levaria ao fim do capitalismo. Descrença no reformismo
Insuficiências teóricas	Ênfase equivocada no subconsumo	Determinismo tecnológico	Determinismo tecnológico; visão linear da história	Determinismo tecnológico; visão linear da história

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 1, acima, sintetiza algumas das contribuições sobre o imperialismo e o capitalismo monopolista. Se, por um lado, práticas atuais de alguns países mostram que os conceitos de imperialismo e de capitalismo monopolista não estão totalmente datados, por outro lado, não há uma ligação ontológica necessária entre um capitalismo menos concorrencial e a adoção de práticas imperialistas. Se houve uma época caracterizada pela importância do imperialismo, o fenômeno não foi presente apenas em um período específico do capitalismo, tampouco foi imutável ao longo do tempo. Ainda há imperialismo nos dias atuais, mesmo que a etapa atual do capitalismo não seja caracterizada como imperialista, pois, como apontou Grossman, o imperialismo é uma tendência sempre presente no capitalismo, embora possa se manifestar de diferentes maneiras, ou mesmo não se manifestar. A tendência multissecular de formação de monopólios e oligopólios não necessariamente leva ao imperialismo, que deve ser explicado, além de pelas características da economia, pelas estruturas históricas específicas e pelas correlações de força do mundo político. A existência do imperialismo e do capitalismo monopolista não necessariamente amplia a possibilidade de superação do capitalismo.

2 ESCOLA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS DE ACUMULAÇÃO

2.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo procura analisar o desenvolvimento de uma das mais importantes vertentes da economia política radical estadunidense, a escola das estruturas sociais de acumulação. É virtualmente inexistente a bibliografia em língua portuguesa sobre essa escola, embora correntes similares, como a escola francesa da regulação e a abordagem neoshumpeteriana, já sejam bastante conhecidas no Brasil e já exista, há mais de três décadas, uma vasta literatura sobre a escola das estruturas sociais de acumulação em língua inglesa. O presente capítulo tem o duplo objetivo de contextualizar tanto a origem quanto as transformações da corrente no ambiente heterodoxo americano, mais especificamente o ambiente da economia política radical⁴⁰.

Para cumprir tais objetivos, o argumento estará estruturado da seguinte maneira: na próxima seção será apresentado o ambiente acadêmico americano que antecedeu o surgimento da escola. Na sequência serão apresentados os argumentos que deram origem ao conceito de estrutura social de acumulação. Em seguida serão apontadas as transformações no uso do conceito ao longo da história. Por fim serão analisadas obras de autores ligados à abordagem voltadas para a compreensão do capitalismo contemporâneo.

2.2 A ECONOMIA POLÍTICA RADICAL AMERICANA

Para que se compreenda a emergência, nos Estados Unidos, do movimento que se identificou como economia política radical é importante vislumbrar, ainda que esse assunto não possa aqui ser devidamente aprofundado, as transformações do ambiente acadêmico de economia no país ao longo do século XX. É importante destacar que não havia uma corrente de pensamento econômico hegemônica nas primeiras décadas do século passado. Conviviam, nos primeiros departamentos de economia que estavam se formando, autores ligados à escola histórica alemã, à economia política clássica, ao pensamento marginalista, à economia austríaca, ao institucionalismo⁴¹ e autores que procuravam combinar elementos de duas ou mais

40 Serão apresentadas críticas pontuais à escola. Críticas mais abrangentes serão objeto de outro capítulo.

41 Tanto o institucionalismo quanto o marginalismo ainda estavam se consolidando nas primeiras décadas do século XX.

dessas correntes de economia⁴². A história do ensino de economia nos Estados Unidos do século XX é a história da passagem desse ambiente de discussão de ideias de variadas posições conceituais e ideológicas para um ambiente mais conservador e dominado pelo pensamento neoclássico. Ao longo do tempo, autores e ideias que questionavam mais profundamente a sociedade americana foram sendo excluídos do debate acadêmico. Mais recentemente, principalmente a partir dos anos 1960, economistas insatisfeitos com os rumos do ensino da economia e com a própria sociedade americana se organizaram em torno do movimento da economia política radical, que, apesar de ser um movimento com importantes contribuições teóricas, permanece em uma posição marginal nas universidades.

Apesar do pluralismo da academia americana das primeiras décadas do século passado, alguns autores influentes, considerados mais radicais, por proporem mudanças profundas na sociedade, tais como Marx, Edward Bellamy e Henry George, tinham uma aceitação relativamente pequena nas universidades do país. Uma visão menos radical e que prega a unidade de interesses entre capitalistas e trabalhadores começou a ganhar força: o pensamento neoclássico ganhou um grande impulso com as ideias contidas nos “Princípios de economia” de Alfred Marshall e foi adotado pela grande maioria dos cursos de economia das universidades, em detrimento das ideias de George e Marx, que muitas vezes eram consideradas inaceitáveis no meio acadêmico, de caráter majoritariamente conservador (LEE, 2009, p. 13-25). Entretanto, o pensamento neoclássico estava longe de ser dominante no período.

Muitas vezes ocorria perseguição a professores que contestassem a visão conservadora dominante. Lee (2009, p. 26-32) cita como exemplo da perseguição a professores com posições reformistas, a saída de Daniel de Leon da Universidade de Colúmbia, após ter apoiado a candidatura de Henry George à prefeitura de Nova York, em 1886, e argumenta ainda que, com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, houve a ampliação da perseguição a professores socialistas, anarquistas, pacifistas ou simplesmente progressistas (no período que ficou conhecido como *First Red Scare*, entre 1919 e 1920).

Outro notório exemplo da dificuldade de aceitação de ideias progressistas no tradicional sistema de ensino americano é a fundação da *New School for Social Research*, em 1919, por um grupo de respeitados intelectuais, muitos deles originariamente professores na Universidade de Colúmbia, em Nova York. O principal motivo da ruptura com a Universidade de Colúmbia foi a posição pacifista desses intelectuais (no contexto da Primeira Guerra

42 Alguns dos principais autores de economia nos Estados Unidos na última década do século XIX e na primeira década do século XX incluem William Graham Sumner, Frank Taussig, John Bates Clark, Thorstein Veblen, Richard T. Ely e Henry C. Adams (RUTHERFORD, 2011, p. 5-10).

Mundial), contrária às ideias do Reitor da Universidade. Entre os fundadores da *New School* destacam-se Thorstein Veblen, Wesley Clair Mitchell e John Dewey⁴³.

Se, por um lado, o marxismo e o georgismo estavam praticamente excluídos das salas de aula de economia estadunidenses na virada do século XX, uma importante alternativa à abordagem marginalista, a corrente institucionalista, inspirada em Veblen e na escola histórica alemã, teve uma maior influência acadêmica por mais tempo. Além de Veblen, outros autores ligados ao institucionalismo, como Commons, Mitchell, Clark, Hamilton e Means criticavam, com base na filosofia, na psicologia e na história, as teorias neoclássicas, consideradas mecânicas, estáticas, irrealistas e a-históricas.

Apesar de diversas obras que viriam a ser identificadas com o institucionalismo já tivessem sido publicadas desde o final do século XIX, a expressão “economia institucional” só se tornou notória com a apresentação, em 1918, de um artigo de Walton Hamilton na *American Economic Association*. O mesmo artigo, “The institutional approach to economic theory”, foi publicado no ano seguinte (Hamilton, 1919).

Neste artigo, Hamilton sintetiza os elementos centrais do movimento institucionalista da economia. Seriam 5 as características centrais da corrente: 1- capacidade de dar unidade à investigação das diferentes áreas da economia (teorias sobre as firmas, o mercado de trabalho, os ciclos econômicos etc); 2- relevância para as questões do controle social, entendido como reforma institucional com o intuito de aprimorar o funcionamento da economia; 3- pesquisa em termos das instituições, as unidades de análise mutáveis do mundo econômico; 4- tratamento da economia como um processo, submetido à mudança institucional; 5- adoção de uma teoria aceitável do comportamento humano, baseada nas conclusões da psicologia (HAMILTON, 1919; RUTHERFORD, 2011, p. 15-27).

Nas décadas do século XX que antecederam à Segunda Guerra Mundial, os principais autores da economia institucionalista (Veblen, Mitchell, Clark, Commons, Hamilton e outros) fizeram diversas contribuições importantes ao pensamento econômico, tais como: importantes críticas ao marginalismo e à economia política clássica; elaboração de análises que conjugam a psicologia e a filosofia evolucionárias com a análise das instituições econômicas;

43 Posteriormente, devido à deterioração das condições políticas, econômicas e sociais na Europa das décadas de 1930 e 1940, uma onda de imigrantes foi recebida na *New School*. Entre eles estavam Adolph Lowe, Abba Lerner e Jacob Marshak. Algum tempo depois, Robert Heilbroner, Michael Hudson, Edward Nell, Anwar Shaikh, David Gordon, Lance Taylor e Duncan Foley foram alguns dos professores responsáveis por manter a forte tradição heterodoxa, muito embora disciplinas com temas como raça, gênero, história do pensamento econômico e economia marxista tenham perdido espaço para disciplinas ligadas à matemática, microeconomia, econometria e teoria dos jogos (KATZNER, 2011, p. 189-191).

obras que conjugam a análise econômica com a investigação das mudanças históricas e mudanças na legislação; teorias realistas sobre o funcionamento das firmas submetidas a elevados custos fixos e em mercados pouco concorrenciais; teorias dos ciclos econômicos com base nos ajustes imperfeitos de preços e da produção; conceitos e técnicas que permitiram o aprimoramento de estimativas dos níveis de produção e de preços⁴⁴.

No período entreguerras, o institucionalismo se apresentava como uma abordagem bastante produtiva e promissora nos Estados Unidos, por possibilitar uma visão realista da economia, por facilitar o diálogo da economia com outras áreas do conhecimento humano – como a história, a antropologia, a psicologia e o direito – e por oferecer instrumentos para a reforma das instituições econômicas (o “controle social”, que foi aplicado, por exemplo, no *New Deal*).

Entretanto, já a partir da Segunda Guerra Mundial a abordagem entrou em crise. Vários fatores, tanto internos quanto externos à abordagem, explicam a decadência do institucionalismo. Em relação aos fatores internos, pode-se citar que alguns projetos teóricos do institucionalismo, como a análise de ciclos econômicos, de Mitchell, e a tentativa de articular a economia com o direito, de Commons, não foram plenamente concluídos. Além disso, o darwinismo desenvolvido por Veblen no contexto do institucionalismo passou a ser visto como uma forma inadequada e perigosa de analisar a sociedade. Em relação aos fatores externos à abordagem e que explicam seu declínio, é importante mencionar que o keynesianismo apresentou uma alternativa teórica consistente e que oferecia ferramentas para a intervenção na economia e para a atenuação dos ciclos econômicos. Além disso, as mudanças teóricas que ocorreram na psicologia, que deixou de lado a abordagem em termos de hábitos e instintos e passou a ser predominantemente behaviorista, enfraqueceram um dos pilares do institucionalismo. Outros dois fatores importantes para compreender a decadência do institucionalismo e a formação de um ambiente acadêmico hegemonicamente neoclássico nos Estados Unidos serão comentados com mais detalhes a seguir: a evolução da formalização da economia e a perseguição a autores radicais.

Apesar de o país ter passado por uma onda de crescimento e de transformação econômica desde o final do século XIX, a profissão de economista tinha pouca relevância nos Estados Unidos até a Primeira Guerra Mundial. Com o conflito, o prestígio aumentou, até a eclosão da Crise de 1929. Mas foi somente com a mobilização para a Segunda Guerra Mundial

44 Rutherford (2011) e Hodgson (2004) são algumas das principais referências para a compreensão do pensamento institucionalista.

que os economistas passaram a ocupar cargos de maior relevância no país (KATZNER, 2011, p. 61-64).

No período da Guerra Fria, em associação ao desenvolvimento dos computadores, alguns ramos da economia ortodoxa, como teoria dos jogos, programação linear, teoria do equilíbrio geral, econometria e modelos keynesianos de larga escala, foram desenvolvidos, graças à ajuda de instituições como a *RAND Corporation* e a *Cowles Commission*, que recebiam muitos recursos de Washington (MIROWSKI, 2002; LEE, 2009, p. 39). Tais ramos se desenvolveram, em boa medida, com o objetivo de contribuir com o planejamento econômico e de defesa. Com o passar do tempo, disciplinas ligadas à matemática e à estatística, além de disciplinas neoclássicas de microeconomia e macroeconomia, começaram a moldar a formação básica dos alunos de economia.

Havia um clima anticomunista nos Estados Unidos da época da Guerra Fria, mas, apesar disso, algumas revistas marxistas continuaram como importantes referências. A revista *Science and Society* foi fundada em 1936 e, desde então, vem publicando artigos ligados a temas marxistas das mais variadas áreas do conhecimento, como filosofia, sociologia, literatura, política etc (LEE, 2009, p. 52-53). Em 1949, Leo Huberman e Paul Sweezy fundaram a *Monthly Review*. Os dois autores e também Paul Baran e Harry Braverman publicaram vários artigos ligados à economia marxista, capitalismo monopolista e desenvolvimento. Durante os períodos de maior perseguição ao marxismo nos Estados Unidos, muitos artigos eram publicados sem explicitar a autoria e outros assinados por pseudônimos (LEE, 2009, p. 52-53).

No pós-guerra, uma geração inteira de autores radicais foi praticamente silenciada pelo macarthismo. Até o final da década de 1960, não só comunistas, mas também socialistas, progressistas, sindicalistas, pacifistas, defensores dos direitos civis, e mesmo adeptos do *New Deal* foram censurados, demitidos, perderam o financiamento de pesquisas, entravam para a lista negra ou sofriam outras formas de ostracismo (LEE, 2009, p. 35-39). Nesse ambiente de caça às bruxas, mesmo as ideias reformistas de autores keynesianos ou institucionalistas foram deixadas em segundo plano⁴⁵.

45 Lee (2009, p. 32-39), cita alguns exemplos de perseguição a economistas keynesianos, marxistas ou institucionalistas entre os anos 1930 e a década de 1960. O institucionalista Gardiner Means teve dificuldade de ter sua tese de doutorado aceita em Harvard no ano de 1933, possivelmente devido aos ataques direcionados à teoria ortodoxa dos preços, e perdeu seu posto de trabalho no National Resources Planning Board em 1940, graças à pressão de economistas ortodoxos. No final da década de 1940, Lorie Tarshis teve seu livro de introdução à economia praticamente banido por apresentar uma concepção keynesiana da economia e até o manual de Paul Samuelson foi considerado perigoso. Economistas como Don Patinkin e Franco Modigliani sofreram perseguição da mídia e, em 1951, o legislativo estadual do Texas solicitou a demissão de uma das mais proeminentes figuras do institucionalismo, Clarence Ayres. Entre os exemplos citados de macarthismo na década de 1960, estão a perseguição que durou até o final da vida de Paul Baran, por parte de membros da Universidade de Stanford e a

Um dos mais renomados economistas perseguidos pelo macarthismo foi Harry Dexter White, economista do Departamento do Tesouro que coordenou a delegação americana no encontro de Bretton Woods, no qual foram definidas as instituições básicas do sistema financeiro internacional do pós-guerra. Apesar de ter contribuído decisivamente na construção de um arcabouço institucional favorável aos Estados Unidos, White, juntamente com outros economistas do Departamento do Tesouro, foi acusado de passar informações sigilosas à União Soviética, então aliada dos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial. Ele morreu em 16 de agosto de 1948, três dias após testemunhar no Comitê de Atividades Antiamericanas do Congresso, vítima de um ataque cardíaco.

Apesar de o ambiente acadêmico de economia ser predominantemente conservador nos anos 1950, as mudanças da sociedade americana viriam a impulsionar o surgimento da economia política radical. A eclosão do movimento estudantil, a luta pelos direitos civis e a mobilização contrária à Guerra do Vietnã foram alguns dos fatores que estimularam a revigoração de ideias consideradas de esquerda na academia do país.

A partir de meados da década de 1950, o movimento pelos direitos civis (*civil rights*) cresceu nos Estados Unidos. Foi impulsionado pela prisão, em 1955, de Rosa Parks (que se recusou a ceder o assento para um homem branco em um ônibus) e pela liderança de Martin Luther King. Instituições estudantis, como *Students for a Democratic Society* (fundado em Chicago em 1960), apoiaram o movimento.

Outro motivo de agitação estudantil foi a participação americana na Guerra do Vietnã, que cresceu após os supostos ataques a navios americanos no golfo de Tonkin, em 1964. A opinião pública estadunidense começou a ficar crescentemente desfavorável à guerra, como resultado da Ofensiva do Tet, de 1968, que ampliou o número de baixas americanas. Na primavera de 1970 praticamente todos os *campi* do país apresentaram protestos de estudantes contra a ampliação da guerra em direção ao Camboja.

Em maio de 1970, quatro estudantes foram assassinados pela Guarda Nacional de Ohio na Universidade Estadual de Kent e outros dois foram assassinados pela polícia na Faculdade Estadual Jackson, no Mississippi, o que provocou a ampliação da onda de protestos e greves estudantis nas universidades (KATZNER, 2011, p. 55). A movimentação estudantil contra a Guerra do Vietnã só cessou quando as tropas dos Estados Unidos foram retiradas, em 1973.

A confluência entre os movimentos de estudantes, feministas, sindicalistas,

tentativa de demissão de Bowles de Harvard em 1965.

pacifistas e defensores dos direitos civis formou a chamada nova esquerda (*New Left*), movimento político consolidado graças à atuação de organizações como *Student Peace Union* (1959), *Young Socialist League* (1960) e *Students for a Democratic Society* (SDS, fundado em 1960). O SDS, originário do *Student League for Industrial Democracy* (SLID), foi muito ativo ao longo dos anos 1960, mobilizando milhares de estudantes em torno da luta dos Direitos Civis e contra a Guerra do Vietnã. Protestos, ocupações de *campi*, greves estudantis e outras formas de manifestação ocorreram em diversas universidades, tais como na Universidade da Califórnia em Berkeley (já a partir de 1964-65), na Universidade de Nova York, em 1968, e na Universidade de Colúmbia, também em 1968. Nos anos seguintes, a movimentação estudantil continuaria intensa.

De acordo com Lee (2009 p. 59), em julho de 1967, o Projeto Educacional Radical, da SDS sediou uma conferência sobre radicais na academia e nas profissões em geral e, em janeiro de 1968 fez uma nova conferência sobre o mesmo tema. Nos dois anos seguintes, grupos de radicais foram estabelecidos nas associações americanas de antropologia, ciência política, sociologia, línguas modernas e psiquiatria. Ainda segundo Lee (2009, p. 59-65), os economistas radicais optaram por criar uma associação alternativa à *American Economic Association*, fundando a *Union for Radical Political Economics* (URPE). Alguns dos fundadores da URPE são Samuel Bowles, Barry Bluestone, Gene Coyle, Herbert Gintis, Art MacEwan, John Pool, Michael Reich, Tom Weisskopf, and Howard Wachtel (URPE, 2013). As instituições centrais para o surgimento da URPE foram os departamentos de economia da Universidade de Michigan em Ann Arbor e da Universidade de Harvard (MATA, 2009; WEISSKOPF, 2012). A URPE foi fundada ainda em 1968 e, no ano seguinte, foi criada a *Review of Radical Political Economics*. Entre os temas pesquisados pela economia política radical, estão gênero, pobreza, desigualdade, racismo, educação, imperialismo, desemprego, sindicalismo.

Reich (2000, p. 528-529) sintetiza bem as ideias da economia política radical americana:

Nós víamos o capitalismo como profundamente envolvido nas múltiplas opressões que víamos a nossa volta: desigualdade, alienação, racismo, sexismo, imperialismo, desperdício e irracionalidade. Nossa visão de economia radical era diferente do marxismo tradicional, tanto em relação ao descontentamento com o caráter antidemocrático dos países stalinistas – nós preferíamos um socialismo descentralizado, democrático, participativo, que não existiu e ainda não existe – quanto na ausência de interesse por tópicos econômicos padrão da economia marxista, como teoria do valor trabalho e queda da taxa de lucro. Para ser exato, nós colocamos os conceitos de conflito de classe e poder no centro da teoria da economia radical. Mas nós éramos mais influenciados pelo amplo ambiente marxista, notadamente as teorias da alienação e da mudança histórica e pelos novos movimentos sociais (como feminismo e ambientalismo), cujas preocupações não eram estritamente economicistas e cujas visões políticas e estratégias pareciam mais transformadoras do que

aquelas estabelecidas no movimento operário⁴⁶.

A economia política radical surgiu, de acordo com Weisskopf (2012), tanto da emergência de movimentos políticos desafiando o *status quo* quanto da insatisfação em relação às teorias econômicas dominantes, que se baseavam na síntese neoclássica, especialmente na versão de Samuelson, e no pensamento ortodoxo de autores como Milton Friedman. Ainda segundo Weisskopf (2012), confirmando a citação acima de Reich, a economia política radical tinha em Marx uma inspiração, mas não se prendia a alguns aspectos da teoria marxista, como a teoria do valor trabalho e a lei da tendência à queda da taxa de lucro, além de ser influenciada pelo pensamento keynesiano e pós-keynesiano e “combinar: 1) a apresentação de muitos dados econômicos; 2) um foco em tendências históricas de longa duração; 3) análise de instituições econômicas fundamentais e sua mudança no tempo; 4) análise do conflito de classes e do exercício do poder político” (WEISSKOPF, 2012, p. 5)⁴⁷.

Os economistas radicais americanos começaram a revisitar a obra de autores tais como Marx, Lênin, Keynes, Schumpeter e Kalecki, em busca de respostas para questões que sequer eram levantadas pelas correntes teóricas dominantes, tais como: o papel subordinado da mulher, o imperialismo, o racismo, as ondas longas do capitalismo, a segmentação do mercado de trabalho e o sistema educacional⁴⁸. E desenvolveram diversas teorias para explicar tais fenômenos, apesar de não haver um único paradigma teórico da economia política radical.

Depois da década de 1960, graças aos movimentos pelos direitos civis, pelo fim da Guerra do Vietnã, pelo direito dos homossexuais e pelas reformas do *Great Society*, não era mais possível fazer, abertamente, uma “caça às bruxas” entre os economistas e a comunidade acadêmica procurou, então, estabelecer novas formas de controle sobre a disciplina. Assim, os economistas radicais continuaram tendo dificuldade de ocupar posições de destaque na academia e as perseguições a economistas heterodoxos continuaram, mesmo que de forma

46 “We regarded capitalism as deeply implicated in the multiple oppressions that we saw around us: inequality, alienation, racism, sexism, imperialism, waste and irrationality. Our vision of radical economics differed from traditional Marxism both in our fundamental dissatisfaction with the undemocratic character of Stalinist countries – we preferred a decentralized, democratic participatory socialism that did not and still does not exist – and in our lack of concern with such standard Marxian economic topics as the labour theory of value and the failing rate of profit. To be sure, we placed the concepts of class conflict and power at the centre of radical economic theory. But we were more influenced by the broader Marxian fare, notably the theories of alienation and of historical change, and by the new social movements (such as feminism and environmentalism) whose concerns were not narrowly economic and whose political visions and strategies seemed more transformative than those of the established labour movement” (REICH, 2000, p. 528-529).

47 “It combined (1) presentation of much economic data, (2) a focus on long-run historical trends, (3) analysis of fundamental economic institutions and their change over time, and (4) analysis of class conflict and the exercise of political power” (WEISSKOPF, 2012, p. 5).

48 As coletâneas editadas por Bowles e Edwards (1990) e por Edwards, Reich e Weisskopf (1986) apresentam um panorama dos trabalhos da economia política radical americana.

velada⁴⁹.

O caso mais famoso de dispensa de economistas radicais, que será melhor detalhado mais à frente, ocorreu com Bowles e MacEwan, em Harvard, no ano de 1972. Entretanto, muitos outros casos ocorreram: Stephen Hymer teve a efetivação negada por Yale em 1969-70, Michael Best não teve o contrato renovado na Universidade de Massachusetts em Amherst em 1972, Peter Bohmer foi demitido da Faculdade Estadual de San Diego em 1973, Ron Stanfield não foi recontratado pela Universidade Estadual de Idaho em 1973, David Landes, Gayle Southworth e Andy Parners foram trocados por economistas ortodoxos na Universidade Estadual de San Jose, Eugene Cole teve a efetivação negada na Faculdade St. Mary's em 1974 e Paddy Quick não teve o contrato renovado na Universidade de Massachusetts em Boston em 1975, mesmo ano em que Duncan Foley teve a efetivação negada em Stanford (LEE, 2009, p. 69).

Muitos dos principais pensadores radicais americanos – MacEwan, Bowles, Gintis, Weisskopf, dentre outros – tiveram uma formação tradicional em economia: estudaram e lecionavam disciplinas nas quais predominava a economia neoclássica. Esses quatro autores, especificamente, eram professores associados de Harvard entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970. Nenhum dos quatro foi efetivado, em virtude da sua posição política radical.

Arthur MacEwan, Samuel Bowles, Herbert Gintis e Thomas Weisskopf lecionavam um curso sobre economia radical em Harvard já em 1969 (MATA, 2009). Esse curso serviu de base para a publicação de um importante livro, cuja primeira edição é de 1971, “*The capitalist system*”, que consistiu no primeiro manual importante de economia política radical. Posteriormente, o livro passou por duas novas edições que o reestruturaram e ampliaram. A terceira edição, de 1986, reúne diversos textos de economistas radicais: desde passagens clássicas de Marx e Engels, Maurice Dobb, Hobsbawn, Baran e Sweezy, até grande parte da produção radical mais relevante da época, feita por autores como Reich, Edwards, Bowles, Gordon, MacEwan, Gintis, Best, Weisskopf, entre outros. Alguns dos principais temas abordados nesse livro, editado por Reich, Edwards e Weisskopf (1986) são: a origem e o desenvolvimento do capitalismo no mundo e nos Estados Unidos, o capitalismo monopolista,

49 Frederic Lee (2009, p. 41-43) nota que uma forma eficaz de controle é o estabelecimento de rankings de periódicos e de departamentos, que teve início com William Moore, entre 1972 e 1973, procurando evitar o controle por parte de institucionalistas e outros economistas heterodoxos, do departamento de economia da Universidade de Houston. Os rankings passariam, nos anos 1980, a ser utilizados como uma forma pretensamente objetiva para decidir se um departamento deveria continuar a existir, ser reorganizado ou abolido, além de balizar promoções, efetivações e salários de professores. De modo geral, a diminuição ou eliminação do componente heterodoxo nos departamentos leva à uma posição superior nos rankings universitários americanos.

o imperialismo, o processo de trabalho, exploração e alienação dos trabalhadores, a relação entre as classes sociais e o Estado, a desigualdade, a relação entre o patriarcado e o capitalismo, a discriminação, as crises econômicas, as ondas longas do capitalismo e as estruturas sociais de acumulação, alternativas ao capitalismo, o socialismo democrático, o militarismo, os desperdícios e as irracionalidades do capitalismo.

Apesar de boa parte da rica produção intelectual da economia política radical ser feita por autores ligados à Universidade de Harvard, nesta universidade apenas um professor radical era efetivo (Stephen Marglin) no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. No ano acadêmico de 1972-73, Samuel Bowles teve seu pedido de efetivação recusado, mesmo tendo recebido apoio de Galbraith, Leontief, Arrow e de grande parte dos estudantes (KATZNER, 2011, p. 71-72; MATA, 2009). Em virtude da negação de sua efetivação, Bowles viria a ser figura central na montagem de um centro de economia política radical na Universidade de Massachusetts, em Amherst, nos anos seguintes.

Na década de 1960, a Universidade de Massachusetts em Amherst (UMass) passava por um período de ampliação e de reestruturação, tendo em vista obter maior qualidade acadêmica. A estratégia da administração, aplicada em vários departamentos, seria a de contratar um chefe (*head*) com proeminência na área e dar a ele total liberdade para decidir os docentes a serem contratados. Em 1968 o chefe do departamento de economia escolhido seria James Kindahl, PhD pela Universidade de Chicago, mas ele teria tido dificuldade de contratar nomes de peso do *main stream* econômico em número suficiente para uma grande melhoria na reputação do departamento⁵⁰, além de não ser bem aceito pelos antigos professores da instituição. Um episódio específico serviria para deteriorar o controle de Kindahl sobre a instituição: um professor radical com prestígio entre os alunos e os colegas, Michael Best, não foi indicado para ser efetivado. Protestos de alunos, de professores e a falta de suporte da administração da universidade fariam com que Kindahl renunciasse em 1971 (KATZNER, 2011, p. 81-103).

O novo chefe do departamento, Simon Rottenberg, também não conseguiria a confiança do diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Comportamentais, Dean Alfange Jr., quando rejeitou a indicação de Samuel Bowles como professor visitante no departamento e quando tentou negar a renovação do contrato de Best. Bowles acabaria passando um ano no Centro de Pesquisas de Relações de Trabalho da UMass. Rottenberg deixaria a chefia do departamento e Alfange passaria a acumular os cargos de chefe do departamento de economia

50 O ponto forte do departamento à época tornou-se a microeconomia neoclássica.

e de diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Comportamentais (KATZNER, 2011, p. 105-112).

De acordo com Katzner (2011, p. 113-118), Alfange e Bowles começaram a negociar a contratação de um grupo radical de economistas caso se confirmasse a não efetivação de Bowles em Harvard. A contratação dos economistas radicais possibilitaria que o departamento passasse a ser mais forte, mais diversificado e tivesse maior visibilidade⁵¹. O grupo radical inicial consistia, além de Bowles, em Richard Edwards, Herbert Gintis, Steven Resnick e Richard Wolff. O grupo teria imposto a condição de não aceitar a entrada no departamento sem que todos os nomes fossem aceitos. Os radicais chegaram a Amherst a partir de 1973.

Ainda de acordo com Katzner (2011, p. 125-129), a chegada do grupo promoveu uma reformulação no currículo do curso de PhD, para atender tanto a demanda dos novos professores quanto a dos alunos radicais, que aumentaram bastante em número. Além das disciplinas tradicionais de orientação neoclássica, seriam adicionadas disciplinas com forte conteúdo keynesiano e marxista. Alguns professores mais antigos, descontentes com as mudanças, deixaram o departamento, enquanto outros professores, mesmo os de visão mais ortodoxa, se beneficiariam da presença e do diálogo com os radicais para realizar contribuições criativas à economia⁵².

Em meados da década de 1970, ainda havia conflitos entre professores radicais e não radicais, além de conflitos dos professores com os estudantes radicais⁵³. Tais conflitos poderiam culminar em uma exposição desfavorável do grupo radical do departamento na mídia (em um contexto de Guerra Fria), ou até mesmo na dissolução do departamento. Entre as decisões que diminuíram o nível de conflito, ficou estabelecido que o departamento manteria uma parcela de 40% de professores radicais e 60% de não radicais. Tal decisão perdurou até 1994, mas, mesmo depois disso, o departamento não perdeu suas características de pluralidade

51 Katzner (2011, p. 74), resume as ideias que explicariam a ida do grupo radical para Amherst: 1) a universidade ainda estava em expansão e havia vagas disponíveis no departamento de economia; 2) economistas radicais tinham dificuldade de encontrar emprego em outras universidades; 3) a administração da universidade era simpática às demandas estudantis por maior diversidade e por professores de esquerda; 4) não havia influência governamental (mesmo a universidade sendo estadual) na contratação de professores.

52 O sétimo e o oitavo capítulos do livro de Katzner (2011) citam diversos frutos da pesquisa realizada em Amherst na época.

53 Uma das novidades introduzidas pelos economistas radicais no departamento foi a ampliação da democracia, ou seja, a maior participação estudantil nas decisões. Como resultado positivo desse processo, os estudantes de pós-graduação ajudariam na configuração do curso de PhD, participariam na contratação de professores efetivos e assistentes, entre outras tarefas. Por outro lado, aspectos negativos dessa democratização incluem tanto o grande tempo dispendido para estabelecer as regras de decisão quanto a administração de variados tipos de conflitos pessoais que surgiam (KATZNER, 2011, p. 20-22).

e heterodoxia (KATZNER, 2011, p. 148-181).

Foi justamente no contexto da economia política radical americana que tiveram início as pesquisas em termos de estrutura social de acumulação. Antes de ser analisado o desenvolvimento da abordagem da estrutura social de acumulação, na próxima seção será apresentado o percurso intelectual dos autores que fundaram e consolidaram a abordagem.

2.3 FUNDADORES DA ABORDAGEM DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO

A geração de economistas que introduziu o conceito de estrutura social de acumulação – Gordon, Reich, Edwards, Bowles e Weisskopf – nascida entre 1939 e 1945, fez estudos de Ph.D. entre meados da década de 1960 e o início dos anos 1970, período de surgimento da economia radical americana. Os autores estudaram em universidades tradicionais, como Harvard e MIT, nas quais a economia heterodoxa é marginal. Devido às lutas a favor dos direitos civis, contra a Guerra do Vietnã e a favor dos direitos das mulheres e dos estudantes, os autores se identificaram com a nova esquerda e decidiram estudar economia para compreender e transformar as injustiças que observavam no mundo. Nesse processo, ajudaram a fundar e a formatar a economia política radical americana.

Bowles (2000, p. 73), nascido em 1939, notou, em meados da década de 1960, que havia um grande descompasso entre o que acontecia no mundo real – o movimento pelos direitos civis, o movimento estudantil, a escalada da Guerra do Vietnã – e o que os economistas conseguiam ensinar. Filho de pais liberais (contrários ao racismo, ao sexismo e ao domínio sobre o terceiro mundo), Bowles (2000, p. 75) via uma contradição entre essas ideias e a defesa do capitalismo. Conheceu a Índia na década de 1950 e depois foi professor de segundo grau por três anos na Nigéria. Bowles (2000, p. 74) explica que começou sua atividade política escrevendo artigos voltados para a marcha de 1968 de Martin Luther King. Em 1979 ajudou a fundar, juntamente com ativistas pela paz, pelo feminismo, pelo ambientalismo e pelos trabalhadores, o *Center for Popular Economics*. Mais tarde, ainda se envolveria na campanha presidencial do Reverendo Jesse Jackson, em 1988, pelo Partido Democrata.

Durante os estudos para o PhD, em Harvard, teve contato e foi influenciado, entre outros, por Arthur MacEwan, Thomas Weisskopf, Richard Edwards, Michael Reich, Stephen Marglin, Herbert Gintis e Paddy Quick, que também participaram da fundação da URPE, em 1969. Ainda nos anos 1960, começou sua parceria com Herbert Gintis, pesquisando sobre o sistema de ensino americano, que reproduziria a hierarquia, a estrutura de classes e a alienação

da economia capitalista do país (BOWLES, 2000, p. 75-76).

Thomas Weisskopf nasceu em 1940, nos Estados Unidos. É filho de imigrantes judeus de Viena e luteranos da Dinamarca. Obteve o título de Ph.D. pelo MIT em 1966. Inicialmente se interessou por física e matemática, mas depois se voltou às ciências humanas. Em 1961 e entre 1964 e 1965, passou dois anos na Índia, na primeira passagem dando aula de economia para alunos de graduação e, na segunda passagem fazendo parte da pesquisa de seu Ph.D. Voltou à Índia entre 1966 e 1968 para dar aula e trabalhar com planejamento econômico (WEISSKOPF, 2000, p. 709-710).

Desiludido com a distância entre a teoria convencional que aprendeu na academia e o mundo real, no qual poder e política importam, começou a estudar Marx e autores marxistas, tais como Kalecki, Baran e Sweezy, se dedicando a temas do desenvolvimento econômico (WEISSKOPF, 2000, p. 710). Quando voltou aos Estados Unidos, em 1968, Weisskopf se aproximou da economia radical e da nova esquerda, enquanto era professor assistente em Harvard. Ajudou na fundação da URPE. Em 1972 tornou-se professor efetivo em Michigan. Nesse mesmo ano publicou, juntamente com Reich e Edwards, “*The Economic System*”, importante coletânea de artigos radicais em economia.

Por sua vez, David Gordon (1944-1996), veio de uma família de economistas. Tanto sua mãe quanto seu pai, que foi presidente da *American Economics Association*, foram economistas. Seu único irmão, Robert J. Gordon, é uma das principais figuras da macroeconomia novo-keynesiana. David Gordon, em parte motivado pela Guerra do Vietnã, decidiu também se dedicar à economia e foi estudar em Harvard, onde completou seu Ph.D. em 1971. Dois anos depois começou a dar aula na *New School for Social Research* (GORDON, 2000, p. 250). Contribuiria na fundação da URPE e com a educação popular de economia – voltada para trabalhadores, mulheres, pacifistas, ambientalistas etc – especialmente com a fundação, em 1975, do *Institute for Labor Education and Research*, depois renomeado, em 1981, para *Center for Democratic Alternatives* e também contribuiu com o *Center for Popular Economics*, em Amherst (GORDON, 2000).

Gordon iniciou sua carreira pesquisando sobre mercado de trabalho e processo de trabalho nos Estados Unidos. Por vezes o grupo de autores com os quais ele se identifica é chamado de “escola das relações sociais”, por focar a análise do mundo do trabalho não apenas na esfera da tecnologia, mas também no conflito capital-trabalho (GORDON, 2000, p. 251-252). Uma das contribuições desse tipo de abordagem é a análise da segmentação do mercado de trabalho americano, que reproduz e explora divisões entre os trabalhadores. Outra contribuição é a explicação da variação da produtividade não apenas com base na tecnologia,

mas também na forma como são administrados os conflitos no mundo do trabalho. Assim como Bowles, também participou da campanha eleitoral de Jesse Jackson à presidência, em 1988 (GORDON, 2000, p. 253).

Outro autor relevante para a abordagem das estruturas sociais de acumulação, Michael Reich, filho de judeus sobreviventes do holocausto, nasceu em 1945 na Polônia e migrou, juntamente com sua família, para os Estados Unidos, em 1949. Começou sua vida acadêmica estudando física e matemática, além de ter feito estágio em um laboratório de pesquisa da marinha dos Estados Unidos em Washington (REICH, 2000, p. 526).

Ainda durante a faculdade, se aproximou na nova esquerda, se interessando pelas organizações voltadas à pobreza urbana e pelo movimento estudantil contra a Guerra do Vietnã. Depois disso, resolveu estudar economia e escolheu Harvard para fazer seus estudos de Ph.D. Apesar de o curso ser convencional, pôde ter contato com professores radicais ao realizar uma pesquisa sobre mercado de trabalho, juntamente com David Gordon, sob a supervisão de John T. Dunlop, Peter B. Doeringer e Michael J. Piore (REICH, 2000, p. 527). Dessa pesquisa teve origem a teoria sobre o mercado de trabalho dual de Doeringer e Piore, além da teoria sobre segmentação do mercado de trabalho de Reich, Gordon e Edwards. Segundo a teoria do mercado de trabalho dual, haveria dois mercados de trabalho. O primeiro caracterizado por altos salários, estabilidade e mobilidade na hierarquia das firmas, enquanto o segundo seria caracterizado por baixos salários, alta rotatividade e ausência de perspectiva de promoção (REICH, 2000, p. 257). Enquanto realizava seus estudos de pós-graduação em Harvard, Reich ajudou a fundar a URPE, em 1968. É professor na Universidade da Califórnia em Berkeley.

A partir de meados dos anos 1970 a preocupação de uma parte dos autores radicais americanos se voltou à macroeconomia. Aqui, novamente as explicações para as variáveis importantes, como lucratividade, investimento e crescimento se voltaram para as instituições e para as relações de conflito e de poder (GORDON, 2000, p. 252; REICH, 2000, p. 530; WEISSKOPF, 2000, p. 712). Foi o próprio Gordon (1978, 1980) o autor pioneiro no estabelecimento de um conceito que procurasse apreender as mudanças de longo prazo no comportamento macroeconômico com base em instituições, transformações tecnológicas e no conflito social, o conceito de estrutura social de acumulação, que será explorado nas próximas seções.

De acordo com Bowles (2000, p. 76), em 1979 teve início uma cooperação dele com David Gordon e Thomas Weisskopf, a pedido de uma coalizão de sindicatos e grupos políticos progressistas, para compreender a estagnação da economia americana na década de 1970. Os autores usaram o conceito de estrutura social de acumulação para entender mudanças

na taxa de crescimento, na taxa de lucro e no movimento dos salários. Além disso, propuseram uma série de medidas para diminuir o desperdício e a falta de democracia no sistema produtivo americano. Os três autores fizeram várias obras voltadas ao entendimento da economia da época e à uma reforma democrática da economia americana⁵⁴. Tais obras, analisadas à frente, são alguns dos textos mais importantes da EESA dos anos 1980.

Na década de 1990, ocorrem novas mudanças nas linhas de pesquisa dos fundadores da escola da estrutura social de acumulação. Devido ao falecimento de David Gordon, em 1996 (MCDONOUGH, 2010), mas também como consequência da mudança da conjuntura econômica e política mundial, marcada pelo fim da estagflação e pelo colapso da União Soviética, Bowles e Weisskopf se afastaram da abordagem das estruturas sociais de acumulação. Por seu turno, Reich continuou essa linha de pesquisa, que teria como novos nomes importantes David Kotz e Terrence McDonough. O primeiro obteve o título de Ph.D. na Universidade da Califórnia em Berkeley e é professor da UMass, enquanto o último é Ph.D. pela UMass e professor da Universidade Nacional da Irlanda em Galway.

Nos cinco anos anteriores à sua morte, David Gordon estava desenvolvendo um modelo econométrico estruturalista heterodoxo da economia americana, além de continuar pesquisando sobre a supervisão do processo de trabalho e sobre o declínio dos salários reais nos Estados Unidos (GORDON, 2000). Em relação às atuações de Bowles na década de 1990, ele continuou sua parceria com Gintis, pesquisando microeconomia heterodoxa, como, por exemplo, mercados não equilibrados (devido à presença de custos para cumprimento dos contratos, que resultam em ineficiência e falta de democracia). Além disso, desenvolve trabalhos em economia comportamental, dando importância à reciprocidade e ao altruísmo nas ações humanas, além de ter participado de diversas atividades políticas, inclusive tendo servido à Comissão Presidencial sobre Mercado de Trabalho, na África do Sul presidida por Nelson Mandela (BOWLES, 2000. p. 77-78).

Já Weisskopf (2000) se voltou principalmente aos estudos da transição econômica e social da antiga União Soviética. Por sua vez, além das pesquisas sobre estruturas sociais de acumulação, Reich (2000) continuou pesquisando sobre o mundo do trabalho, com foco especialmente no racismo, no sindicalismo, na segmentação e nas transformações históricas do mundo do trabalho nos Estados Unidos.

54 Bowles (2000, p. 78) colaborou, ainda nos anos 1980, com Robert Boyer em uma pesquisa que investigava as relações entre o mundo do trabalho e o comportamento da macroeconomia, enfatizando os efeitos da compressão dos lucros pelos salários, os efeitos da distribuição de renda sobre o crescimento econômico e a relação entre a flexibilidade no mercado de trabalho, a barganha salarial e o nível de emprego.

2.4 TRABALHOS FUNDADORES

O primeiro texto em que foi utilizado o conceito de estrutura social de acumulação é “*Up and down the long roller coaster*”, de David Gordon, publicado em 1978. O objetivo principal dessa obra é a compreensão da crise econômica da década de 1970. Para isso, o autor procurou combinar as contribuições teóricas de Marx com uma análise mais concreta das instituições e dos tipos de crise característicos dos diferentes períodos do capitalismo (GORDON, 1978, p. 22).

Gordon (1978, p. 23), adota, neste primeiro trabalho, a perspectiva de ondas longas, também conhecidas como ciclos de Kondratiev, para periodizar o capitalismo. Desse modo, o autor afirma que o primeiro ciclo econômico ascendente teria ocorrido na Inglaterra entre o final do século XVIII e, aproximadamente, a década de 1820, puxado pela Revolução Industrial. As décadas de 1830 e 1840 seriam um período de crise, que só teria fim com o início do próximo *boom*, associado com a construção de ferrovias, indústrias de vestuário, de ferro e de aço. Entre 1873 e meados da década de 1890, teria ocorrido mais uma crise, chamada de Grande Depressão, pelos seus contemporâneos. Porém, nas décadas seguintes, novas transformações do capitalismo surgiriam, no período que seria marcado tanto pelo uso da eletricidade, pelo imperialismo e pelos monopólios, quanto pela organização dos sindicatos e adoção das primeiras políticas chamadas de progressistas. Os Estados Unidos cresceriam muito, até a Crise de 1929, marcada pelo colapso do sistema bancário e pelo desemprego em massa. Depois disso, os Estados teriam que intervir, realizando reformas para superar a crise, que associadas à Segunda Guerra Mundial, acabariam alterando a geografia do poder político e econômico mundial. Estas últimas mudanças serviriam de base para o crescimento rápido das décadas seguintes (GORDON, 1978, p. 24)⁵⁵.

O autor critica as teorias das ondas longas que explicam o fenômeno com base em eventos acidentais, como guerras ou invenções e propõe que se adote a perspectiva marxista de analisar as ondas longas com base na acumulação de capital, vista como um fenômeno complexo, que necessita de algumas instituições para ser estabilizado (GORDON, 1978, p. 26-27). O arcabouço institucional necessário para a estabilização de uma determinada etapa do

⁵⁵ Gordon (1978, p. 24-26) apresenta alguns dados estatísticos sobre comércio mundial, mudanças nos preços nos Estados Unidos e produção industrial na Alemanha, Inglaterra, além dos Estados Unidos. Segundo o autor, esses dados indicariam a validade das teorias de ondas longas.

capitalismo é chamado pelo autor de estrutura social de acumulação⁵⁶.

Nesse primeiro trabalho, o autor argumenta, partindo do pensamento marxista, que há algumas relações fundamentais no capitalismo: “A acumulação capitalista está enraizada em algumas relações que envolvem contradições fundamentais – a anarquia potencial da competição, por exemplo, e a oposição entre trabalhadores e patrões na produção. Enquanto essas contradições podem ser silenciadas por um tempo, elas estão profundamente enraizadas na estrutura do capitalismo, para desaparecerem” (GORDON, 1978, p. 28)⁵⁷.

Gordon (1978, p. 28), ainda com base em Marx, menciona as principais formas possíveis de crise no capitalismo:

O estoque de reserva de trabalhadores pode secar, comprimindo os lucros. Ou a exploração bem-sucedida pode reduzir a demanda efetiva, criando crises de realização e estagnação. Ou o contínuo investimento que causa substituição dos trabalhadores pode reduzir a base na qual os lucros são produzidos, eventualmente causando crise de lucratividade. Espreitando, como sombras, ao longo de todos esses caminhos, estão os problemas potenciais de “desproporcionalidade”, os desequilíbrios anárquicos entre oferta e demanda entre firmas e setores capitalistas⁵⁸.

Apesar de suas muitas contradições, o capitalismo é capaz de sobreviver às crises, principalmente porque essas podem fornecer as bases necessárias para uma retomada do processo de acumulação de capital, de uma maneira que corrija, ao menos temporariamente, as contradições que as originaram: se os salários estão muito altos, o desemprego forçará uma redução salarial; se a lucratividade das empresas está baixa, uma recessão elimina as firmas menos competitivas e lucrativas (GORDON, 1978, p. 28). Um raciocínio análogo é válido para as instituições responsáveis por cada etapa do capitalismo. Se algumas instituições não são capazes de garantir um nível lucrativo de acumulação, toda a estrutura institucional acabaria sendo substituída (GORDON, 1978, p. 28).

Uma das preocupações principais de Gordon (1978, p. 30-31), em seu primeiro artigo sobre estruturas sociais de acumulação é a explicação para a duração das ondas longas:

56 Gordon (1978, p. 28) cita o trabalho do marxista japonês Kozo Uno, que desenvolveu uma análise do capitalismo estratificada em três níveis, um primeiro nível mais geral e abstrato; um segundo nível que trata das instituições típicas de cada etapa do capitalismo e, finalmente, um terceiro plano analítico, mais histórico e detalhado.

57 “Capitalist accumulation is rooted in some relationships which involve fundamental contradictions – the potential anarchy of competition, for instance, and the opposition between workers and bosses in production. While these contradictions can be muted for a time, they are too firmly rooted in the structure of capitalism for them to wither away” (GORDON, 1978, p. 28).

58 “The pool of reserve workers is likely to dry up, squeezing profits. Or successful exploitation is likely to reduce effective demand, creating crises of realization and stagnation. Or continuing labor-displacing investment is likely to narrow the basis upon which profits can be produced, eventually provoking a crisis of profitability. Lurking like shadows along all these paths are potential problems of “disproportionality”, of the anarchic imbalances of supply and demand among capitalist firms and industries” (GORDON, 1978, p. 28).

tanto os períodos de crescimento quanto os de crise durariam cerca de vinte e cinco anos. Por um lado, a inércia da estrutura institucional é explicada pelos interesses econômicos dos capitalistas individuais, que não estão preparados para mudar suas estratégias de negócio e pela falta de coordenação, que também contribui com a duração das crises. Por outro lado, as mudanças profundas na infraestrutura da economia explicariam as grandes ondas de investimento, concentradas no início da expansão e causadoras dos efeitos multiplicadores subsequentes⁵⁹.

Um tema bastante central para o marxismo aparece de modo pouco importante nesse primeiro texto sobre as estruturas sociais de acumulação. Apesar de o autor argumentar que a luta de classes cumpre um papel central na construção institucional, ela não é importante nem na determinação do padrão de crescimento nem na origem da crise, que são inteiramente explicadas, respectivamente, pelos efeitos multiplicadores das ondas de investimentos estruturais e pelo fim desses efeitos de encadeamento, quando os investimentos já estão maduros.

No que diz respeito à época de ouro do capitalismo, Gordon (1978, p. 32) caracteriza a estrutura social de acumulação da seguinte maneira: empresas organizadas em conglomerados e corporações multinacionais; luta de classes moderada pela cooptação parcial dos trabalhadores; competição intercapitalista moderada; estabilidade internacional garantida pelo poder militar dos EUA; crédito fácil e o dólar como moeda internacional; gastos sociais moderados e tolerância da intervenção estatal, particularmente na construção de infraestrutura; algumas instituições sociais, como a escola, ajudariam na reprodução da força de trabalho; participação crescente das mulheres na força de trabalho; salários reais e produtividade crescentes garantiam estabilidade nas relações de trabalho; segmentação do mercado de trabalho (impedia que os custos e os benefícios dos salários crescentes e direitos sociais atingissem todos os trabalhadores); disponibilidade de matérias-primas baratas; demanda final garantida pelo consumo crescente (especialmente de carros e casas em um contexto de suburbanização); política fiscal expansionista (particularmente por meio de gastos militares).

Tal sistema econômico apresentava contradições, que teriam começado a se agravar em meados dos anos 1960. O autor argumenta que parece necessário separar a dissolução da estrutura institucional em dois níveis, um mais abstrato e outro mais concreto. Porém, o que

59 Gordon (1978, p. 31) fornece alguns exemplos do tipo específico de investimento importante em cada onda longa: ferrovias entre 1840 e 1870; usinas de energia elétrica entre 1890 e a primeira década do século XX; infraestrutura de energia, autoestradas e aeroportos depois da Segunda Guerra Mundial.

Gordon (1978, p. 32-33) faz, na prática, é identificar um conjunto de contradições responsáveis pela crise, no plano da etapa específica do capitalismo: a automação excessiva das indústrias americanas teria provocado a diminuição da lucratividade; alguns países, como o Vietnã, começaram a combater o imperialismo americano; minorias, como mulheres e jovens começaram a demandar mudanças mais profundas na sociedade; a recuperação econômica da Europa e do Japão acirrou a competição com as empresas estadunidenses; trabalhadores (mais severamente na Itália e na França) ampliaram as demandas salariais e fizeram maior número de greves; a inflação e os déficits comerciais americanos alimentaram o mercado de eurodólares e a especulação financeira, fenômenos que destruíram o sistema monetário internacional de Bretton Woods; houve aumento dos preços de matérias primas, por exemplo alimentos e petróleo.

Em virtude da crise econômica, as corporações estariam, no final da década de 1970, momento de publicação do texto, tentando realizar uma mudança institucional. Caberia aos trabalhadores entender o fenômeno e procurar influenciar tais mudanças (GORDON, 1978, p. 34). Como a taxa de crescimento da economia seria determinada especificamente pelas ondas de investimento em infraestrutura e seus efeitos multiplicadores, caberia aos trabalhadores lutar por uma melhor distribuição da renda e pela ampliação de direitos sociais.

Depois de aparecer pela primeira vez no artigo de Gordon de 1978, “*Up and down the long roller coaster*”, o conceito de estrutura social de acumulação foi trabalhado no artigo “*Stages of accumulation and long economic cycles*”, do mesmo autor, apresentado em 1979 na conferência *Political Economy of the World-System*, ocorrida na Universidade Estadual de Nova York, em Binghamton. No ano seguinte, o artigo foi publicado numa coletânea organizada por Terence K. Hopkins e Immanuel Wallerstein.

Tal artigo teve como objetivo construir uma base teórica mais sólida para a compreensão das ondas longas do capitalismo, realizando uma leitura marxista das contribuições de Kondratiev e de Schumpeter, a partir das teorias dos estágios do capitalismo elaboradas por Lênin, Mandel, Baran e Sweezy. Para tanto, Gordon (1980, p. 10), procurou responder às seguintes perguntas, que as teorias das ondas longas teriam dificuldade de responder: “Por que os ciclos longos devem ser recorrentes? Por que eles duram cerca de cinquenta anos? O que determina sua amplitude? Qual a conexão entre as causas da estagnação e uma nova explosão da acumulação na sequência?”⁶⁰ O autor procura responder esses

60 “Why should long cycles recur? Why should they last roughly fifty years? What determine their amplitude? What is the connection between the sources of stagnation and a new burst of accumulation in the next?” (GORDON, 1980, p. 10).

questionamentos partindo dos requisitos estruturais à acumulação de capital.

Para ele, a acumulação de capital não é um processo totalmente redutível aos aspectos técnicos da produção. Ela “não ocorre num vácuo”. O ambiente no qual ocorre a acumulação de capital inclui não só elementos econômicos, mas também fatores políticos e sociais, tais como as relações de trabalho e as ações do governo: “A acumulação de capital por meio da produção capitalista não pode ocorrer num vácuo ou no caos. Os capitalistas individuais não vão investir na produção se eles são incapazes de fazer cálculos razoavelmente determinados das taxas esperadas de retorno. Caso a possibilidade desses cálculos falhe, eles vão deixar seu dinheiro nas esferas comercial e financeira, ganhando a ‘taxa financeira de retorno’” (GORDON, 1980, p. 11)⁶¹. O funcionamento normal de uma estrutura social de acumulação garante tanto condições econômicas, como a disponibilidade de crédito e o nível esperado de demanda, quanto fatores políticos e sociais, como a disponibilidade de força de trabalho, a estabilidade de governos estrangeiros e o suporte do governo local à acumulação de capital (GORDON, 1980, p. 11-12).

Gordon (1980) elabora uma lista longa, mas que não exaure totalmente o assunto, com instituições, ou estruturas, que deveriam ser estáveis para garantir uma acumulação de capital por um período longo de tempo. As estruturas são: estrutura corporativa, forma da competição, forma da luta de classes, sistema monetário, tipo de Estado, estrutura da oferta de bens primários e de bens intermediários, estrutura familiar, forma do mercado de trabalho, tipo do gerenciamento do trabalho, composição da demanda de consumo final, sistema financeiro, estrutura administrativa das firmas. O conjunto dessas instituições formaria uma estrutura social de acumulação.

É importante destacar que, na concepção pioneira de Gordon (1980, p. 22-31), as diferentes etapas da acumulação do capital são tanto um fenômeno qualitativo quanto um fenômeno quantitativo e periódico, já que o autor aceita a possibilidade da existência dos ciclos de Kondratiev. A explicação para os períodos de cerca de quarenta e seis anos que delimitariam cada onda longa do capitalismo se dá com base nos investimentos em infraestrutura (necessários para o estabelecimento de novas formas institucionais) concentrados justamente na fase inicial do ciclo e com períodos longos de maturação e de depreciação. Alguns exemplos desses investimentos estruturais de longo prazo seriam as ferrovias, em meados do século XIX, a

61 “The accumulation of capital through capitalist production cannot take place in a vacuum or in chaos. Individual capitalists will not invest in production if they are unable to make reasonably determinate calculations of their expected rates of return. Failing the possibility of such calculations, they will leave their money to the financial and commercial spheres, earning the ‘financial rate of return’” (GORDON, 1980, p. 11).

eletricidade e a infraestrutura urbana, no começo do século XX, as autoestradas, os aeroportos, os sistemas de comunicação e o complexo petroquímico, após a Segunda Guerra.

Gordon (1980, p. 17-18) observa ainda a existência de duas versões para explicar o funcionamento conjunto desse composto institucional. A versão fraca propõe que a estrutura social de acumulação é a simples agregação de instituições individuais. A dissolução de uma instituição particular pode ameaçar a acumulação de capital, mas não necessariamente abalar as outras instituições. Já a versão forte advoga que as instituições são interdependentes. Transformações em uma única instituição afetariam as demais, levando todo o sistema a ter alterações. O autor advoga que a segunda versão é mais adequada, devido ao fato de o capitalismo ser um sistema econômico no qual diversas de suas características são interdependentes. E argumenta mencionando a análise de Marx, que descreve a articulação do sistema econômico a partir da sua totalidade.

Uma estrutura social de acumulação pode passar por dois tipos principais de crise, a crise cíclica, superada nos termos da estrutura institucional vigente, e uma crise grave, que dissolve a estrutura institucional. Uma estrutura social de acumulação garante elevado crescimento econômico por algum tempo, mas como o crescimento econômico tende a ser reduzido com a maturidade do arcabouço institucional, as contradições do regime se acentuam, com destaque para os conflitos distributivos. A crise econômica também pode ser de sentido inverso, originária das contradições da própria estrutura institucional, capazes de “reforçar ou mesmo de contribuir com a eclosão de tendências mais profundas para a crise econômica” (GORDON, 1980, p 19-20).

Apesar de reconhecer a possibilidade de a crise econômica ser originária da decadência das formas institucionais, os conflitos de classe ocupam um papel bastante secundário nas primeiras formulações da teoria, já que a origem e a crise de uma etapa do capitalismo podem ser explicadas apenas pelo início e pela exaustão das ondas de acumulação de capital. Os conflitos sociais, políticos e distributivos apenas acelerariam ou dariam início à crise, explicada fundamentalmente pela exaustão das ondas de investimento, provocando efeitos multiplicadores recessivos.

Uma vez ocorrida a crise de uma estrutura social de acumulação, tanto os capitalistas quanto os trabalhadores se interessariam pela volta do rápido crescimento econômico. Dada a impossibilidade de restauração da estrutura social de acumulação anterior, dever-se-ia construir uma nova estrutura institucional. É aqui que a luta de classe aparece de forma mais presente, já que as classes sociais conseguiriam determinar muitas das formas institucionais mais importantes do capitalismo (GORDON, 1980, p. 20-22).

David Gordon (1980, p. 35-39) cita algumas vezes nessa obra o projeto do marxista japonês Kozo Uno de construir uma teoria do capitalismo em três extratos da realidade. Defende que a teoria dos estágios do capitalismo não procura reformular ou substituir as teorias marxistas tradicionais das tendências do capitalismo na direção da mecanização, reprodução do exército industrial de reserva, concentração e centralização de capital, que continuam condicionando o processo de acumulação, embora sejam formuladas em um nível distinto de abstração.

Além de Uno, Gordon (1980, p. 32-35) cita as pesquisas de Kondratiev, Schumpeter, Mandel, Baran e Sweezy como exemplos de teorias das etapas do capitalismo que antecederam a teoria das estruturas sociais de acumulação. O principal ponto fraco das teorias desenvolvidas por tais autores seria, ainda de acordo com Gordon (1980, p. 32-35), o apelo a estímulos exógenos ao processo econômico e social: as inovações técnicas. A concepção das estruturas sociais de acumulação consideraria as ondas de transformação do capitalismo endógenas ao próprio metabolismo do modo de produção.

Depois dos trabalhos pioneiros de David Gordon, a abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação se consolidou com o livro *“Segmented work, divided workers”*, de David Gordon, Richard Edwards e Michael Reich, publicado em 1982, e que procura compreender a falta de radicalismo e de unidade da classe trabalhadora americana. Na verdade, como os próprios autores deixam claro, tal preocupação é recorrente entre os economistas radicais, pelo menos desde o início da década de 1970.

Doeringer e Piore (1971) estabeleceram a hipótese do mercado de trabalho dual. Nos anos seguintes, vários autores, inclusive Reich, Gordon e Edwards (1973) e Edwards, Reich e Gordon (1975) desenvolveram a hipótese da segmentação do mercado de trabalho. No artigo de 1973, os autores realizaram uma revisão da literatura sobre o assunto e identificaram quatro tipos de segmentação no mercado de trabalho: a dualidade entre mercados de trabalho primários e secundários (os trabalhadores inseridos no mercado primário seriam mais qualificados, teriam maior estabilidade no emprego, teriam maior possibilidade de ascensão e receberiam salários maiores que os empregados inseridos no mercado secundário); a segmentação no âmbito do mercado primário entre trabalhadores subordinados (pior remunerados e com tarefas rotinizadas) *versus* independentes (mais valorizados e criativos); a segmentação por raça; a divisão por sexo.

Ainda nesse artigo, os autores dividem a história da organização do trabalho nos Estados Unidos em dois períodos. Na etapa anterior à 1890, caracterizada como concorrencial, teria havido uma tendência à homogeneização do trabalho, enquanto que no período seguinte,

de capitalismo monopolista, a tendência seria de segmentação do mercado de trabalho: “(...) a segmentação do mercado de trabalho está intimamente relacionada à dinâmica do capitalismo monopolista” (REICH, GORDON, EDWARDS, 1973, p. 364)⁶².

No estágio mais concorrencial, a produção em massa e a mecanização seriam alguns dos fatores que levariam à homogeneização da classe trabalhadora. Esta, por sua vez, estaria associada ao aumento do poder da classe trabalhadora, organizada em sindicatos politizados. Já no período monopolista, marcado pela ascensão de grandes firmas, esforços conscientes dos capitalistas (que incluem estratégias como a criação de sistemas de promoção, a exploração de diferenças de gênero, raça e etnia e a adoção da “gerência científica”) e as forças sistêmicas da economia (que aprofundam a separação entre o trabalho mais técnico e o que exige menor treinamento) teriam ampliado a segmentação do mercado de trabalho (REICH, GORDON, EDWARDS, 1973).

O livro de 1982 procura superar algumas críticas dirigidas à visão da dualidade e da segmentação do mercado de trabalho. Tais críticas notaram tanto a falta de uma investigação histórica detalhada quanto a falta de profundidade teórica nas discussões sobre as características empíricas e institucionais do mercado de trabalho estadunidense.

A literatura sobre sociologia do trabalho nos Estados Unidos levantou diversas hipóteses para procurar explicar a pouca radicalização das demandas dos trabalhadores no país. Entre os fatores que poderiam explicar o fenômeno, destacam-se o nível de prosperidade econômica, a precoce conquista do sufrágio masculino, a subordinação do movimento trabalhista ao Partido Democrata, a estrutura política bipartidária, o poder da mídia, além de fatores raciais, religiosos e étnicos (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 4-5). A abordagem desenvolvida no livro “*Segmented work, divided workers*” reconhece a pertinência de vários desses argumentos, embora não os considere totalmente satisfatórios. Os autores procuram por um fator mais estrutural, capaz de explicar porque as diferenças culturais não foram sendo diluídas com o tempo. E encontram esse fator na divisão dos trabalhadores no processo de trabalho⁶³.

Ao longo do livro, Gordon, Edwards e Reich (1982, p. 8) procuram analisar a

62 “(...) labor market segmentation is intimately related to the dynamics of monopoly capitalism” (REICH, GORDON, EDWARDS, 1973, p. 364).

63 Embora não seja objetivo do presente trabalho analisar criticamente a interpretação dada pelos autores para a falta de radicalidade da classe operária americana, é importante destacar que a hipótese de que o fenômeno se deve primordialmente à divisão dos trabalhadores no processo de trabalho pode ser questionada com base na comparação com países europeus nos quais ocorreu, historicamente, divisão no processo de trabalho em intensidade próxima ao que ocorreu nos Estados Unidos, mas maior união política.

história da classe trabalhadora americana tendo por base a interação entre: 1) as ondas longas da atividade econômica; 2) as estruturas sociais de acumulação; 3) a organização do processo de trabalho e a estrutura do mercado de trabalho. E definem da seguinte maneira uma estrutura social de acumulação:

Nós entendemos por estrutura social de acumulação um ambiente institucional específico no qual o processo de acumulação capitalista é organizado. Tal acumulação ocorre em estruturas históricas concretas: nas firmas comprando insumos em um conjunto de mercados, produzindo bens e serviços e vendendo tais produtos em outros mercados. Essas estruturas são cercadas por outras, que incidem sobre o processo de acumulação capitalista: o sistema monetário e de crédito, o padrão de intervenção estatal na economia, o caráter da luta de classes e assim por diante. Nós chamamos esse conjunto coletivo de instituições uma estrutura social de acumulação. Nosso foco nas ondas longas deriva, em parte, da hipótese de que cada onda longa do capitalismo é associada a uma estrutura social de acumulação distinta (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 9-10)⁶⁴.

Há uma relação de interdependência e de determinação mútua entre as estruturas sociais de acumulação e as ondas longas do capitalismo. Os períodos de prosperidade são gerados por instituições que garantem um ambiente favorável aos capitalistas. Quando tais instituições perdem a coesão, ocorre uma crise, que é ao mesmo tempo econômica e institucional (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 9-10).

Como o livro é voltado para a história das transformações de longo prazo do mundo do trabalho nos Estados Unidos, Gordon, Edwards e Reich (1982, p. 10-11) constroem uma hipótese para o ciclo de vida da estrutura que modela o processo de trabalho e o mercado de trabalho. Cada estrutura social de acumulação passaria por períodos de exploração, consolidação e de decadência. Na primeira fase, que começa na etapa de estagnação anterior, os capitalistas experimentariam novos métodos de gerência do trabalho, com o objetivo de superar problemas presentes na estrutura institucional anterior. Na fase de consolidação, por seu turno, ocorreria rápida acumulação de capital e taxas de lucro relativamente altas. Por fim, ocorreria a decadência, fase marcada pela estagnação e pelas lutas dos trabalhadores, que minariam as estruturas existentes no processo de trabalho e no mercado de trabalho. Esse último período levaria à busca por inovações que delineariam a nova etapa do capitalismo.

Diferentemente de pesquisas mais convencionais do mundo do trabalho, os autores procuram realizar uma análise ambiciosa, que “combina as conexões críticas e complexas entre

64 “By social structure of accumulation we mean the specific institutional environment within which the capitalist accumulation process is organized. Such accumulation occurs within concrete historical structures: in firms buying inputs in one set of markets, producing goods and services, and selling those outputs in other markets. These structures are surrounded by others that impinge upon the capitalist accumulation process: the monetary and credit system, the pattern of state involvement in the economy, the character of class conflict, and so forth. We call this collective set of institutions the social structure of accumulation. Our focus on long swings derives in part from a hypothesis that each long swing in capitalist economies is associated with a distinct social structure of accumulation” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 9-10).

macrodinâmica, estruturas institucionais, organização do processo de trabalho e a característica do movimento da classe trabalhadora” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 16-17)⁶⁵.

No capítulo II de “*Segmented work, divided workers*”, os autores apresentam o marco teórico utilizado. Eles argumentam que ocorrem importantes transformações qualitativas no capitalismo, entendido como um sistema de produção de mercadorias que utiliza trabalho assalariado e tem o lucro como objetivo. As forças da concorrência e do conflito entre capital e trabalho fariam com que o sistema econômico capitalista continuamente mude. A abordagem desenvolvida no livro procura descrever e compreender essas mudanças qualitativas do sistema econômico.

Os autores procuraram enumerar os *insights* teóricos fundamentais de Marx e, a partir daí, compreender as transformações nas etapas do capitalismo. De acordo com Gordon, Edwards e Reich (1982, p. 19-20), a análise marxista, centrada nas duas características principais do sistema capitalista – a concorrência e o conflito entre capital e trabalho –, chegou a cinco importantes considerações sobre tendências do modo de produção:

- 1) Acumulação capitalista continuamente procura expandir as fronteiras do sistema capitalista (...).
- 2) Acumulação capitalista persistentemente aumenta o tamanho das grandes corporações e concentra o controle e a propriedade do capital em proporcionalmente poucas mãos (...).
- 3) A acumulação de capital generaliza o trabalho assalariado como o sistema predominante de produção, empurra uma proporção crescente da população ao status de trabalhador assalariado, e preenche novamente o estoque de reserva de trabalho. (...) O poder relativo de capitalistas e trabalhadores é mediado pela taxa na qual esse preenchimento procede (...).
- 4) Acumulação capitalista continuamente muda o processo de trabalho, tanto através da introdução, pelos empregadores, de tecnologias aprimoradas e novas máquinas quanto através da imposição de sistemas de gerenciamento crescentemente intensivos sobre os trabalhadores (...).
- 5) De modo a se defender contra os efeitos da acumulação capitalista, trabalhadores tem respondido com suas próprias atividades e lutas⁶⁶.

65 “Previous analyses of the history of labor have failed to integrate critical and complex connections among macrodynamics, institutional structures, the organization of work, and the character of the working-class movement” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 16-17).

66 “1. Capitalist accumulation continually attempts to expand the boundaries of the capitalist system.

2. Capitalist accumulation persistently increases the size of large corporations and concentrates the control and ownership of capital in proportionately fewer hands.

3. The accumulation of capital spreads wage labor as the prevalent system of production, draws an increasing proportion of the population into wage-labor status, and replenishes the reserve pool of labor. The relative power of capitalists and workers is mediated by the rate at which this replenishment proceeds.

4. Capitalist accumulation continually changes the labor process, both through employers' introduction of improved technologies and new machines and through the imposition of increasingly intensive labor-management systems upon workers.

Ao longo da história do marxismo, essas tendências foram sendo interpretadas de formas distintas. Se por um lado, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, predominavam teorias deterministas sobre a transição para o socialismo (tais como a maior parte das teorias do imperialismo, citadas no capítulo anterior). Por outro lado, sempre houve teóricos que destacaram a complexidade da luta de classes, travada não apenas por burgueses contra proletários, mas por uma miríade de frações e segmentos de classe envolvidos em alianças e disputas. De acordo com essa segunda linha de interpretação, não há uma única tendência necessária de desenvolvimento do modo de produção capitalista (a obra de Gramsci se destaca nesse segundo grupo de autores)⁶⁷.

A vertente da estrutura social de acumulação procura se enquadrar no segundo tipo de teoria. Embora considerem importantes as tendências delineadas por Marx, os autores da EESA defendem que tais tendências estão estabelecidas em um nível ainda muito abstrato. Não se pode compreender o que ocorre com o sistema capitalista apenas a partir delas. Para alcançar tal compreensão seria necessária a construção de um nível intermediário de análise, que não se resume nem ao estrato mais abstrato de pensamento, elaborado principalmente por Marx, nem ao nível factual dos estudos de caso da história econômica⁶⁸ (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 20-22). A abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação forneceria esse nível intermediário de análise:

Nós propomos que um nível intermediário de análise, focado na lógica das ondas longas e das etapas do capitalismo, é necessário para a compreensão do desenvolvimento capitalista. Esse nível de análise intermediário procura complementar tanto a análise abstrata e tradicional de Marx do desenvolvimento capitalista quanto a análise mais recente e concreta da vida cotidiana (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 22)⁶⁹.

Além de criticar o determinismo e o historicismo de algumas correntes do marxismo, Gordon, Edwards e Reich (1982, p. 22-23) criticam teóricos do imperialismo e do capitalismo monopolista que defendem que a compreensão do capitalismo com base nos rótulos de concorrencial ou monopolista. Um ponto de partida mais sólido do que a forma predominante de empresa e de estrutura concorrencial deveria ser estabelecido com o estudo da

5. In order to defend themselves against the effects of capitalist accumulation, workers have responded with their own activities and struggles” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 19-20).

67 Sobre a relação entre marxismo e determinismo, veja Guimarães (1999).

68 Edward Thompson e Herbert Gutman são citados como exemplo da análise histórica e factual do capitalismo (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 20-22).

69 “We propose that an intermediate level of analysis, focusing on the logic of long swings and stages of capitalism, is necessary for an understanding of capitalist development. This intermediate analysis is intended to complement both the traditional and abstract Marxian approach to capitalist development and the more recent concrete analyses of everyday life” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 22).

acumulação de capital. O processo de acumulação só ocorre em ambientes propícios, que diminuem o grau de incerteza. Tais ambientes são as estruturas sociais de acumulação. São três os passos fundamentais do processo de acumulação:

Os capitalistas, procurando fazer lucros, começam investindo seus fundos (dinheiro capital) em matérias-primas, força de trabalho, maquinaria, construções e outras mercadorias necessárias à produção. Em seguida eles organizam o processo de trabalho, pelo qual os componentes da produção são colocados em movimento para produzir bens ou serviços úteis – as mercadorias insumo são transformadas, por meio da produção, em mercadorias produto. Finalmente, quando vendem os produtos do trabalho, os capitalistas convertem novamente sua propriedade em capital monetário. Tais fundos, então, tornam-se a base para a próxima rodada de acumulação de capital (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 23)⁷⁰.

Em cada uma das etapas do processo de acumulação, o comportamento de uma série de fatores que a teoria econômica tradicionalmente trata como extraeconômicos, se mostra de vital importância. O tipo de política econômica adotada, as exigências estatais em termos de regulamentação e de tributação da atividade econômica, o nível de conflito de segmentos das classes sociais e mesmo o partido político majoritário no governo são elementos importantes para a compreensão do padrão de crescimento econômico de um período específico.

Entre as instituições mais importantes de uma estrutura social de acumulação estão o sistema de moeda e de crédito, o padrão de envolvimento do Estado na economia e o padrão da luta de classes (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 23). Os níveis de investimento e de crescimento da economia não são resultado exclusivo da vontade de capitalistas individuais, mas respondem ao ambiente político e institucional da economia. Vários fatores influenciam na construção e na decadência das estruturas sociais de acumulação, responsáveis pelas ondas longas do capitalismo⁷¹. Os períodos de crise seriam os momentos de decadência institucional, enquanto os momentos de rápido crescimento seriam as épocas nas quais as novas instituições permitem e estimulam a elevada acumulação de capital.

No período de crise e reconstrução institucional, as classes sociais lutariam para proteger e avançar seus próprios interesses, ainda que não haja nenhuma garantia prévia de que uma nova estrutura social de acumulação bem-sucedida emergirá. Além disso, não seria

70 “Capitalists, in business to make profits, begin by investing their funds (money capital) in the raw materials, labor power, machinery, buildings, and other commodities needed for production. Next, they organize the labor process, whereby the constituents of production are set in motion to produce useful products or services – the input commodities are transmuted through production into output commodities. Finally, by selling the products of labor, capitalists reconvert their property back to money capital. These funds then become the basis of the next round of capital accumulation” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 23).

71 “The periods of boom and stagnation alternate, then, partly in response to exogenous events but more importantly in response to endogenous changes in the institutional context” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 28).

possível estabelecer datas exatas para o surgimento de uma nova estrutura social de acumulação, pois haveria uma sobreposição entre os períodos de crise e o início de um novo arcabouço institucional e seria possível a demora de alguns anos até que uma determinada característica histórica, originada do novo arcabouço institucional em construção, se concretize de maneira dominante (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 31-39)⁷².

Em relação à periodização da história do trabalho na economia americana, os autores identificam três grandes etapas. Tais períodos são associados às três estruturas sociais de acumulação. O período de proletarianização inicial, que vai da década de 1820 à década de 1870, marcaria a fundação do mercado de trabalho. Os salários ainda não seriam determinados concorrencialmente. Os trabalhadores possuiriam o controle sobre o processo de trabalho e os empregados mais experientes ensinariam as tarefas aos mais novos. Na etapa da homogeneização, que teria durado da década de 1870 até o início da Segunda Guerra Mundial, o trabalho teria sido reduzido a operações que exigiriam pouca qualificação. O processo de trabalho não mais seria controlado pelos empregados, mas sim pelos gerentes e pelos empregadores. Teria sido generalizado o uso de máquinas e o mercado de trabalho ficado mais competitivo. Por fim, no período da segmentação, que vai da década de 1920 até pelo menos a publicação do livro, o processo de trabalho teria sido segmentado. Como consequência, teria sido gerada uma hierarquia entre os funcionários e o movimento trabalhista não teria conseguido se organizar (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 3).

A obra “*Segmented work, divided workers*” não cai, no capítulo que analisa a formação da força de trabalho assalariada dos Estados Unidos, em nenhum reducionismo sobre as relações sociais e as técnicas produtivas predominantes no século XIX. Os autores, respaldados por uma extensa bibliografia histórica que traz variados estudos de caso, identificam cinco diferentes estratégias produtivas: grandes fábricas mecanizadas, grandes fábricas sem maquinaria, pequenas fábricas, produção doméstica e produção artesanal; em vez de generalizar uma forma de produção como o tipo ideal da época⁷³.

Diversos setores tiveram forte expansão a partir da década de 1840. A produção de

72 Um ponto importante que não poderá ser exaustivamente debatido no presente trabalho é o âmbito adequado de análise das estruturas institucionais do capitalismo. Gordon Edwards e Reich (1982, p. 37) defendem que uma estrutura social de acumulação seja investigada tanto no plano mundial quanto no plano nacional: “Since capitalism operates on a world scale, one should analyze its contradictions and social structures of accumulation on a world scale (...) At the same time, the analysis must also focus on the structures and contradictions of the social structure of accumulation within specific nations. While international factors provide pressures on national institutions, the content of the social structure of accumulation may vary significantly from one country to another, and many institutions are determined primarily by domestic forces” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 37).

73 Muitas das obras dos autores da escola da regulação compreendem o século XIX como um período de produção artesanal de baixa produtividade, como será tratado no próximo capítulo.

algodão, de roupas, de calçados, de ferrovias; os setores de transporte, mineração e comunicação, teriam crescido rapidamente. Porém, a vigorosa expansão econômica teria chegado ao fim na década de 1870. Em setembro de 1873 a casa financeira Jay Cook and Company foi à falência, o que levou pânico ao setor financeiro como um todo (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 94-98). Teria início a Longa Depressão do século XIX, que durou até a década de 1890. Os preços caíam mais rápido que os salários, o que causaria insatisfação dos proprietários. Os capitalistas começariam a introduzir modificações no processo de trabalho⁷⁴. Os operários, por outro lado, se mobilizaram e tentaram resistir às transformações. As greves em massa só seriam vencidas com a repressão governamental. O desemprego generalizava-se (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 94-98).

A virada do século XIX para o século XX seria marcada por uma acentuada onda de fusões. Mais precisamente, entre um quarto e um terço do capital industrial americano teria passado pelo processo de fusão, entre 1898 e 1902. Esse movimento constitui, em parte, uma resposta aos problemas da década de 1880 (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 107). Ainda de acordo com Gordon, Edwards e Reich (1982, p. 108-111), as fusões entre empresas eram condição necessária, mas ainda insuficiente, para a resolução das contradições da década de 1880. Algumas mudanças, mais importantes que a implantação de um “capitalismo monopolista”, muito comentado pelos autores marxistas, ainda precisariam ocorrer para estabelecer uma nova estrutura social de acumulação. O sistema produtivo de meados do século XIX ainda era predominantemente artesanal, controlado pelos artesãos. Isso começou a mudar nas últimas décadas do século XIX:

Contando primariamente com novos métodos de mecanização, os capitalistas industriais começaram, nos primeiros anos da década de 1880, a explorar e, crescentemente, implementar, novas técnicas de produção que normalmente eliminavam os trabalhadores qualificados, reduziam a qualificação necessária ao mínimo, exerciam cada vez mais controle sobre o ritmo da produção e geravam uma homogeneidade que se espalhava pelas tarefas do trabalho e pelas condições de vida dos empregados industriais (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 113)⁷⁵.

As mudanças tecnológicas que foram adotadas na esfera da produção começariam a ser implantadas ainda no período da Guerra Civil, quando foram introduzidas peças intercambiáveis na indústria bélica e, posteriormente, na civil. As formas primitivas de linhas

74 Datam da década de 1890 os primeiros estudos de tempos e movimentos de Frederick Taylor.

75 “Relying primarily on new methods of mechanization, industrial capitalists began in the early 1880s to explore and increasingly to implement new production techniques that typically eliminated skilled workers, reduced required skills to the barest minimum, provided more and more regulation over the pace of production, and generated a spreading homogeneity in the work tasks and working conditions of industrial employees” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 113).

de montagem já existiam nas décadas de 1870 e 1880, nos açougues, por exemplo (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 113). As máquinas seriam utilizadas na produção não apenas para ampliar o volume de bens fabricados, mas também para ampliar o controle do processo de trabalho por parte dos capitalistas, uma vez que as organizações dos trabalhadores e socialistas ainda estavam fortes. O início do século foi marcado pela Era Progressista (*Progressive Era*), que implantou legislação antitruste, agências reguladoras e criou o *Fed*. O número de trabalhadores sindicalizados foi multiplicado por várias vezes entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX. Também houve aumento da frequência de greves e do número de grevistas em cada greve. Tais movimentos se dariam, em parte, como consequência da homogeneização do trabalho e em parte como causa.

Os autores criticam o regulacionista francês Michel Aglietta por sua ênfase exagerada no fordismo e destacam o reconhecimento, por parte do próprio Ford, de que as mudanças técnicas introduzidas nas suas fábricas se direcionavam, em parte, para o controle sobre os trabalhadores. A linha de montagem não marcaria um “ponto de virada decisivo no desenvolvimento da tecnologia moderna”, mas “pelo contrário, a linha de montagem parece representar a culminação de sucessivos movimentos em direção à mecanização homogeneizadora, que se espalhou desde a Guerra Civil” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 131)⁷⁶.

Durante algumas poucas páginas são comentadas as mudanças profundas da economia capitalista, especialmente nos Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 1940. Em primeiro lugar, os autores reconhecem a importância da Grande Depressão, considerada uma crise da estrutura social de acumulação, em virtude da necessidade de grande intervenção política, baseada numa lenta dinâmica das lutas de classes sociais, para sua resolução. Em segundo lugar, somente os efeitos de ampliação da produção voltada à mobilização da Segunda Guerra Mundial terminaram a recuperação da economia. Em terceiro lugar, o estabelecimento do sistema de Bretton Woods, sob a liderança americana, possibilitou a expansão do comércio internacional e das firmas multinacionais, mesmo para países subdesenvolvidos. Finalmente, a luta de classes foi estabilizada em um sistema de negociações coletivas (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 166-168).

No caso mais específico das relações de trabalho nos Estados Unidos, os autores apontam que uma série de importantes instituições foram construídas no período. Uma delas é

76 “On the contrary, the assembly line seems to represent a culmination of the successive movements toward homogenizing mechanization that had spread since the Civil War” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 131).

o *Congress of Industrial Organizations*. Outra característica importante do período é a força do Partido Democrata. Ademais, algumas legislações foram centrais, tais como o *Social Security Act*, o *Employment Act* e o *Wagner Act*, que garantiam ganhos substanciais aos trabalhadores, embora reduzidos, em grande medida, pela Lei Taft-Hartley⁷⁷ (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 169-170).

No que se refere mais especificamente às relações de trabalho no interior das firmas, é argumentado que, desde a década de 1920, teria começado o processo de segmentação do trabalho. Seriam três os segmentos principais: um primário independente, um primário subordinado e um secundário. Teriam começado, também na década de 1920, os experimentos de alocar grupos de trabalhadores, por exemplo negros e mulheres, entre os homens brancos, para facilitar a degradação e a rotinização de atividades específicas. Além disso, teriam sido criados cargos de liderança e sistemas internos de promoção. Também haveria grande divergência entre firmas grandes e firmas pequenas (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p.174-190).

A crise da estrutura social de acumulação do pós-guerra teria suas raízes nos anos 1960, quando teriam sido melhorados os salários reais, a seguridade social e as condições de trabalho. Como resposta, as firmas começariam a se mudar para as regiões menos industrializadas dos Estados Unidos, cresceria a hostilidade contra os sindicatos e também contra as legislações trabalhista e de seguridade social. Por parte dos trabalhadores, teria crescido a insatisfação, notada pelo aumento das greves e do absenteísmo, o que acarretaria diminuição do ritmo de crescimento da produtividade. Algumas estratégias adotadas pelos empresários incluíam a adoção de novas tecnologias, formas mais “participativas” de trabalho e a introdução de técnicas japonesas de administração. Não só nos Estados Unidos, mas em vários países desenvolvidos, ocorreriam discussões tanto sobre como superar a estagflação, quanto sobre os níveis de tributação e de gastos sociais adequados para os países. As características que prevaleceriam nas décadas seguintes à obra dependeriam da força relativa de trabalhadores e dos capitalistas (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 168; 215-227).

No caso específico dos Estados Unidos, o governo Reagan parecia propor a construção de uma nova estrutura social de acumulação, com uma coalizão política que combate os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos, reduzindo os gastos sociais e ampliando os de defesa, embora a disputa política sobre as modificações institucionais da economia americana

⁷⁷ A Lei Taft-Hartley, de 1947, restringia a liberdade sindical e de greve, garantida pelas leis anteriores. Proibia, por exemplo, que sindicatos realizassem doações eleitorais, vetava diversos tipos de greve, tais como as greves políticas e, seguindo o espírito do macarthismo, proibia líderes sindicais de serem filiados ao Partido Comunista.

continuasse aberta. Em outras palavras, não estava garantida a construção de uma nova “estrutura institucional que reiniciasse um período de rápido crescimento econômico” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 2-3; 240-243). Como será mostrado a seguir, a agenda de pesquisa e a agenda normativa dos autores da EESA, nos anos 1980, gravitará em torno da compreensão e do combate às ideias e práticas da economia neoconservadora americana, que viria a ser conhecida na época como “*Reaganomics*”.

Conforme foi visto, a pesquisa em termos de estruturas sociais de acumulação se originou de um movimento mais amplo de reformulação do pensamento econômico nos EUA, a economia política radical. Em um primeiro momento (GORDON, 1978, 1980) o arcabouço teórico das estruturas sociais de acumulação foi utilizado para explicar as ondas longas do capitalismo, seguindo uma tradição de pensadores marxistas e schumpeterianos. Já em um segundo momento (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982), o conceito serviu de pano de fundo para a compreensão das transformações de longo prazo das relações de trabalho predominantes nos EUA, também seguindo a tradição radical americana. Nesse segundo momento não mais havia a preocupação em explicar a suposta periodicidade das ondas longas. O efeito econômico das estruturas sociais de acumulação foi redefinido: nos primeiros trabalhos garantiriam a estabilidade institucional necessária para que os ciclos de investimento garantissem uma onda de Kondratiev; ao passo que no livro de 1982 garantiriam a previsibilidade necessária para uma alta taxa de acumulação, sem necessariamente a economia seguir um padrão periódico ao estilo de Kondratiev.

O projeto teórico da EESA estava bem delimitado nessas obras iniciais (GORDON, 1978, 1980; GORDON, EDWARDS, REICH, 1982). Os autores procuravam construir uma teoria intermediária entre a obra de Marx – considerada uma obra abstrata, que delimitava as tendências básicas do modo de produção capitalista – e o âmbito histórico e empírico do capitalismo mundial e, especialmente da economia dos Estados Unidos.

2.5 PANORAMA DOS DESENVOLVIMENTOS DOS ANOS 1980 E 1990

Ao longo da década de 1980, Bowles, Gordon e Weisskopf escreveram vários artigos e dois livros – “*Beyond the wasteland*” e “*After the wasteland*” – sobre as mudanças de longo prazo da economia dos EUA e sobre a economia neoconservadora de Reagan⁷⁸. Na

⁷⁸ Além dos livros, os mesmos autores publicaram vários artigos, que sintetizam algumas ideias dos livros (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1986, 1989).

década de 1990, infelizmente, David Gordon faleceu (em 1996), mas antes disso escreveu algumas obras que contribuíram com a EESA. De acordo com McDonough (2010, p. 11-12), o falecimento de Gordon teve como consequência indireta o afastamento de Bowles e de Weisskopf do projeto de pesquisa da abordagem. Samuel Bowles passou a se dedicar à construção de uma microeconomia heterodoxa e evolucionária e Thomas Weisskopf passou a pesquisar temas ligados ao socialismo, à desigualdade e às ações afirmativas.

Apesar de alguns pensadores importantes não terem dado prosseguimento às pesquisas em termos de estruturas sociais de acumulação, a corrente continuou sendo desenvolvida por outros autores, principalmente David Kotz, Terrence McDonough e Michael Reich, organizadores de dois livros essenciais sobre o tema, “*Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis*”, publicado em 1994 e “*Contemporary capitalism and its crises: social structure of accumulation theory for the 21st century*”, publicado em 2010. Os três autores ainda organizaram, em companhia de Gonzales-Perez, um *e-book*, “*Growth and crisis, social structure of accumulation theory and analysis*”, baseado em uma conferência realizada em 2006 na Universidade Nacional da Irlanda, onde McDonough é professor. Os livros de 2006 e 2010 serão tratados na próxima seção. Dos últimos autores citados, Michael Reich é o que tem participação mais antiga na corrente, tendo sido coautor do livro clássico de 1982 “*Segmented work, divided workers*”.

Um livro importante para a consolidação da EESA, “*Beyond the waste land*”, de Bowles, Gordon e Weisskopf, foi publicado em 1984. Nesse livro os autores não utilizam o termo estrutura social de acumulação, embora utilizem o termo estrutura corporativa do pós-guerra, que tem significado análogo. No livro seguinte, que atualiza o primeiro, “*After the waste land*”, escrito pelos mesmos autores e publicado em 1990, o termo estrutura social de acumulação é utilizado diversas vezes. O segundo livro é uma atualização do anterior, tendo cerca de metade de seu conteúdo idêntico ao do primeiro livro.

Devido a esse conteúdo comum, o objetivo de ambos os livros é o mesmo: denunciar as políticas do *Reaganomics* e propor uma alternativa, já que, segundo os autores, a oposição Democrata não possuía um projeto econômico alternativo e o país permanecia em crise: “O mundo está diferente, o ambiente político e social nos Estados Unidos está diferente – mas, como vamos mostrar nas páginas seguintes – a realidade fundamental de uma crise econômica continuada nos EUA persiste tão obstinadamente quanto há dez anos atrás” (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1990, p. xiii)⁷⁹.

79 “The world is different, the political and social environment within the United States is different – but, as we will show in the pages to follow, the underlying reality of a continuing U.S. economic crisis persists just as

De acordo com o senso comum conservador denunciado no primeiro livro, haveria pouco incentivo aos capitalistas dos Estados Unidos, que, por isso, teriam reduzido o nível de investimento. Em outras palavras, haveria “escassez de capital” (*capital-shortage*). E a solução conservadora para o problema seria simples: “A solução é clara: colocar mais dinheiro nas mãos dos ricos de modo que eles possam investir e expandir a capacidade produtiva da nação” (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1984, p. 3)⁸⁰.

Os autores criticaram tal concepção de que a economia funcionaria como um jogo de soma zero, no qual dever-se-ia reduzir o consumo e os gastos governamentais para que o nível de investimento crescesse. Bowles, Gordon e Weisskopf (1984) argumentam que o nível de produção do país poderia ser maior se houvesse menos desperdício de trabalho, de capital, de energia e de recursos naturais. Esses são os custos do capitalismo corporativo estadunidense.

No que se refere à análise da economia americana do ponto de vista das etapas do capitalismo, o argumento de ambos os livros é praticamente idêntico. Os autores fazem uma análise histórica, rica em dados estatísticos, sobre a construção e a decadência das formas institucionais que garantiram o funcionamento da estrutura social de acumulação do pós-guerra, chamada na primeira obra de sistema corporativo do pós-guerra, uma estrutura institucional construída, de forma não intencional, nos Estados Unidos, nas décadas de 1930 e de 1940 e que forneceu as bases para o rápido crescimento das décadas de 1950 e 1960.

A abordagem utilizada pelos autores, baseada no conceito de estrutura social de acumulação, evita que o sistema econômico seja compreendido com base em aspectos isolados do todo, que é irredutível a apenas uma, ou algumas, de suas partes. Desse modo, o sistema corporativo não é resultado apenas da maior presença do Estado na economia, nem do poder militar dos Estados Unidos, tampouco da maior organização dos trabalhadores, embora tais aspectos, em conjunto, forneçam boa parte da explicação do relativo sucesso da economia do país no período:

Muitos analistas simplificam as características desse novo sistema de poder corporativo, enfatizando uma ou outra dimensão isolada da transformação. Alguns enfatizam o papel muito maior do governo, chamando-o de “Estado de bem-estar social”, ou de “economia mista”. Outros focam nos seus aspectos internacionais, concentrando no século americano ou nas suas relações “neoimperialistas”. Outros apontaram para o crescimento dos sindicatos industriais como seu aspecto distintivo (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 63; 1990, p. 48)⁸¹.

obdurately as it did ten years ago” (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1990, p. xiii).

80 “The solution is clear: put more money in the hands of the rich so that they can invest and expand the productive capacity of the nation” (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1984, p. 3).

81 “Many analysts have simplified the character of this new system of corporate power, emphasizing one or another single dimension of transformation. Some emphasize the much greater role of the government, calling it

No livro publicado em 1984, “*Beyond the waste land*”, os autores identificam como três as principais dimensões do sistema corporativo: a *pax americana*, o acordo capital-trabalho e o acordo capitalistas-cidadãos. Já em “*After the waste land*”, além dessas três estruturas, é identificada uma outra: a limitada competição entre as empresas no capitalismo americano. No capítulo quatro e cinco de “*Beyond the waste land*”, republicados de forma praticamente idêntica nos capítulos cinco e seis de “*After the waste land*”, os autores detalham a origem e a crise do sistema corporativo do pós-guerra.

Os autores identificam o início da construção do arcabouço institucional do pós-guerra na conferência de Bretton Woods, em New Hampshire, em 1944, onde as propostas de Keynes, representante da Inglaterra, de construir organizações verdadeiramente internacionais, foram vencidas pelo maior poder de barganha dos Estados Unidos, que viriam a controlar, na prática, as principais organizações projetadas: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, cujos quartéis gerais viriam a se localizar em Washington (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 65-66; 1990, p. 49-50). Esse é o núcleo econômico do componente internacional, a “*pax americana*” que garantia poder de intervenção dos Estados Unidos em nações que contrariassem os interesses das grandes empresas do país, abandonando o isolacionismo que marcara o período entreguerras. Bowles, Gordon e Weisskopf (1984, p. 66-67; 1990, p. 50-51) citam os golpes de Estado, organizados pela CIA, que derrubaram o primeiro ministro iraniano Mohammed Mossadegh, em 1953, e o presidente da Guatemala democraticamente eleito, Jacobo Arbenz, em 1954, depois que o governo Mossadegh nacionalizou a Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana e o governo Arbenz tentou relizar uma reforma agrária que afetaria a *United Fruit Company*⁸².

Outro componente importante da “*pax americana*” foi o plano Marshall, que ajudou a recuperar as economias europeias nos Pós-Guerra, financiando a reconstrução de países, ao mesmo tempo em que beneficiou as exportações e os investimentos das corporações estadunidenses. Estas, aliás, não só investiam na Europa, mas em várias partes do mundo, garantindo acesso privilegiado a matérias-primas e mercados (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 68-69; 1990, p. 51-52).

Os EUA decisivamente abandonaram o isolacionismo para adotar uma postura internacional crescentemente intervencionista. Como outros impérios, os ganhos privados

the ‘welfare state’ or the ‘mixed economy’. Others have focused on its international dimensions, concentrating on the American Century or its ‘neo-imperialist’ relations. Others have pointed to the rise of industrial unions as its central distinguishing feature” (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 63; 1990, p. 48).

82 De acordo com Bowles, Gordon e Weisskopf (1984, p. 69, 1990, p. 53), em 1929, dez anos após o final da Primeira Guerra Mundial, o orçamento militar conjunto dos Estados Unidos era de cerca de 0,75% do PIB, enquanto em 1955, dez anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, era de 10% do PIB.

– do comércio internacional, da mobilidade dos capitais americanos e do papel central de *Wall Street* no mercado financeiro mundial – eram baseados em uma confluência dos poderes econômico e militar. A ascendência dos EUA baseava-se em dois pilares. A tecnologia americana – a impressionante maquinaria com a qual os trabalhadores fabricavam os produtos “*made in America*” – e as enormes vantagens de produtividade dos trabalhadores americanos combinaram-se para formar o primeiro pilar. O apoio político agressivo ao investimento estrangeiro, juntamente com o imponente poder militar forneciam o segundo (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 68-69; 1990, p. 52)⁸³.

Outro componente fundamental do sistema econômico do pós-guerra seria o acordo tácito capital-trabalho, baseado na legislação Taft-Hartley, de 1947, que limitava a atuação dos sindicatos. Esse acordo permitia melhores condições de trabalho e ganhos salariais reais dos trabalhadores (em troca de controle absoluto dos empresários sobre produção, tecnologia, localização das plantas industriais, investimento e marketing). Os ganhos salariais, que não atingiam todas as mulheres e as minorias no mercado de trabalho segmentado dos Estados Unidos, foram possibilitados pelas melhorias de produtividade (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 70-75; 1990, p. 53-57)⁸⁴.

O acordo entre capitalistas e cidadãos seria baseado em três pilares principais: 1) o governo deveria reduzir a instabilidade macroeconômica. Para isso, haviam estabilizadores automáticos, como o imposto de renda progressivo, o seguro desemprego e uma política fiscal expansionista, dirigida principalmente aos elevados gastos militares; 2) houve ampliação de gastos públicos (federais, municipais e estaduais) em educação, transporte, comunicações e infraestrutura, que beneficiavam as empresas; 3) os gastos sociais foram ampliados. Tanto o seguro desemprego e a seguridade social, quanto gastos com educação e saúde beneficiavam as pessoas com menores rendas. Os três elementos desse acordo garantiam tanto a lucratividade das empresas quanto a melhoria das condições de vida de uma parcela crescente da população, embora houvesse riscos de instabilidade social, caso algum dos elementos crescesse muito a ponto de gerar um grande número de descontentes em parcelas significativas da sociedade americana (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 77-79; 1990, p. 57-61).

O quarto elemento seria a contenção da rivalidade intercapitalista, resultado de

83 “The U.S. decisively abandoned isolationism to adopt an increasingly interventionist international stance. As with other empires, private gains – from international trade, the mobility of U.S. capital, and the central world financial role of Wall Street – were based on a confluence of economic and military power. U.S. ascendancy rested on two pillars. U.S. technology – the impressive machinery with which U.S. workers turned out products ‘made in America’ – and the huge productivity advantages of U.S. workers combined to form the first. Aggressive political support of foreign investment and imposing military power joined to provide the second” (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 68-69; 1990, p. 52).

84 Se, por um lado, a taxa de desemprego chegou a apenas 3,8% em 1966 e a taxa de acidentes de trabalho caiu em cerca de um terço entre 1948 e os primeiros anos da década de 1960, por outro lado, a razão entre o número de funcionários supervisores e não supervisores cresceu de 13% em 1948 para mais de 22% em 1966 (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 73-74).

mercados oligopolizados por grandes firmas. Os oligopólios teriam crescido como resultado de ondas de fusões em duas épocas diferentes: nas décadas de 1890 e 1900 e na década de 1920. Posteriormente, as maiores corporações teriam se fortalecido, por terem sobrevivido com mais facilidade à Grande Depressão e por terem se beneficiado da interação com o governo, durante a Segunda Guerra Mundial (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, p. 61-63).

Segundo os autores, a partir de meados dos anos 1960, o sistema corporativo do pós-guerra entrou em uma grave crise, relacionada ao abalo das principais instituições que forneciam os pilares para o padrão de crescimento do pós-guerra. No plano internacional, as empresas europeias e japonesas teriam se tornado competitivas, erodindo os superávits comerciais americanos. Além disso, os Estados Unidos são derrotados no Vietnã e a OPEP aumenta o preço do petróleo, uma matéria-prima absolutamente central para a economia americana. Gordon, Bowles e Weisskopf (1984, p. 81-82; 1990, p. 63-66) suspeitam que a ênfase dada na produção militar teria reduzido os recursos disponíveis para a formação de capital, no âmbito da economia como um todo.

No que se refere ao acordo capital-trabalho, a coalizão que possibilitava crescimento econômico, salários crescentes e lucratividade, passou a ser ameaçada desde o final da década de 1950. Neste período, teria crescido a insatisfação dos excluídos da relação salarial, principalmente negros e mulheres, já que os expressivos ganhos salariais reais para apenas uma parcela dos trabalhadores brancos teria feito com que a desigualdade salarial crescesse muito entre o final da década de 1940 e a década de 1960. Como resultado desse sistema, quatro movimentos emergiriam: a luta pelos direitos civis, pelos direitos sociais, pelos direitos dos idosos e o movimento feminista. A resposta governamental acomodou muitas das demandas, fazendo programas como *Medicare*, *Medicaid*, *food stamps*, a legislação do *Great Society*, a ampliação da assistência social e a introdução de ações afirmativas (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 84-91; 1990, p. 66-72)⁸⁵.

Por fim, a terceira erosão identificada pelos autores é a da própria lógica da lucratividade, exemplificada com as campanhas favoráveis a maior saúde e segurança nos setores petrolífero, químico, nuclear, de mineração etc. Já no início da década de 1970, cresceria a regulamentação favorável aos trabalhadores e aos consumidores, por meio de agências governamentais, preocupadas com o aumento da poluição, com os riscos ambientais e à saúde (tanto dos consumidores quanto dos trabalhadores): *National Highway Traffic Safety Commission*

⁸⁵ A ampliação dos direitos dos trabalhadores fez com que ampliasse os custos trabalhistas para os patrões e que os trabalhadores tivessem menos riscos caso perdessem o emprego. Como resultado, aumentaram tanto o número de empregados se demitindo, quanto de greves (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 90-91).

(1970), *Occupational Safety and Health Administration* (1970), *Environmental Protection Administration* (1970), *Consumer Production Safety Administration* (1973), *Mine Enforcement and Safety Administration* (1973), entre outras (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 91-97; 1990, p. 72-75). Como resultado da elevação salarial, do aumento dos impostos e da regulamentação trabalhista, teria caído a lucratividade das empresas americanas, a partir de 1965.

A estrutura pouco competitiva da economia americana ficou ameaçada pelas firmas europeias e japonesas, já que o volume das importações em relação ao PIB dos EUA passou de cerca de 4% no final da década de 1940 para quase 12% trinta anos depois (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1990, p. 75-77).

Em meados dos anos 1960, durante os governos Kennedy e Johnson, o governo simultaneamente reduziu o imposto de renda corporativo e ampliou os gastos públicos, tanto em virtude da Guerra do Vietnã, quanto da Guerra contra a Pobreza. Tais aumentos de gastos seriam resultado de pressões internacionais e domésticas contra o sistema corporativo do pós-guerra. Os déficits fiscais crescentes, aliados a uma política monetária também expansionista, em um ambiente de baixa taxa de desemprego e salários reais crescentes, contribuiriam com a pressão inflacionária e com a diminuição dos lucros (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 99-105; 1990, p. 80-84).

No começo do governo Nixon houve uma recessão, temporária, que não conseguiu debelar nem as pressões inflacionárias, nem o conflito distributivo. As corporações, então, respondendo a esses desafios, teriam pressionado por mudanças tanto no chão de fábrica – onde ampliaram a vigilância sobre o processo de trabalho, aumentaram a perseguição aos sindicatos e promoveram a realocização de plantas industriais – quanto no plano macroeconômico. A crise do petróleo de 1973 foi seguida por uma grande recessão, que fez o índice de desemprego passar de 4,8% no último trimestre de 1973 para 8,2% no primeiro trimestre de 1975, período que marcaria a escalada da estagflação (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 104-121; 1990, p. 84-96).

A estagflação teria sido alimentada pelo conflito distributivo da segunda metade da década de 1970, período no qual os trabalhadores e movimentos sociais ainda não estavam enfraquecidos o suficiente para aceitar a redistribuição de poder e riqueza em favor dos empresários, que só viria mais fortemente com o choque de juros de Paul Volcker, em 1979, e a vitória conservadora nas eleições de 1980, que contaram com grande financiamento das

empresas (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 104-121; 1990, p. 84-96)⁸⁶.

Os autores concluem seu livro de 1984 propondo algumas medidas para reduzir a falta de democracia e o excesso de desperdício que diminuiriam a capacidade produtiva das empresas americanas. Advogam diversas medidas para reduzir os custos do poder das corporações: ampliar o emprego produtivo, diminuir os cargos de supervisão, redução dos gastos militares, de energia, de saúde e propaganda. Segundos os autores, essas medidas poderiam provocar um aumento da produção útil em quase 50% (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 160-178). Embora tais medidas de fato possam contribuir para a ampliação da democracia no meio corporativo americano, dificilmente a redução de uma série de gastos – militares, de supervisão, de energia, com saúde e com propaganda – pode ampliar o nível de produto, já que nas economias capitalistas, é a demanda que garante o nível de renda. Os autores parecem ter caído na armadilha que eles mesmos criticaram, a economia de soma zero. Poderiam ter criticado o sistema econômico da época mais em termos morais e políticos, como está na raiz da economia política radical, do que em termos de eficiência e capacidade produtiva.

Os autores não vislumbraram a possibilidade de que as políticas econômicas neoconservadoras de Reagan poderiam garantir a estabilidade do nível de preços e uma taxa de crescimento pequena, mas positiva, nos anos seguintes, graças, em boa medida, à diminuição das taxas de juros e ao aumento dos gastos militares. Tal estratégia garantiu taxas de lucro crescentes no período e nas décadas seguintes, acomodando o descontentamento da classe capitalista.

Ainda sobre os trabalhos principais da EESA realizados na década de 1980⁸⁷, – com a exceção do livro “*Segmented work, divided workers*” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982), comentado na seção anterior e que faz parte de uma geração anterior de pesquisas – eles não procuram aprofundar a abordagem das estruturas sociais de acumulação em termos teóricos, embora desenvolvam uma argumentação rica em dados estatísticos e no que se refere à análise histórica. Talvez por ser voltado ao grande público, os autores não se preocuparam muito em desenvolver a parte conceitual de seu argumento.

86 Os empresários não esconderam os motivos “pedagógicos” da recessão e do desemprego: “At an important management conference in the middle of the recession, corporate leaders eagerly awaited the effects of rising unemployment. ‘We need a sharp recession,’ one said. ‘People need to recognize,’ a second added, ‘that a job is the most important thing they can have’. A third was most hopeful: ‘This recession will bring about the healthy respect for economic values that the Depression did’” (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984, p. 110; 1990, p. 89).

87 (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984; 1986; 1989; 1990).

Na década de 1990, os autores da EESA continuaram a busca por explicações para o momento pelo qual passava a economia mundial, além de procurar refinar os conceitos utilizados pela abordagem. Em um texto originalmente publicado em 1992, Gordon (2000, p. 251) esclarece que parte do seu “trabalho tem envolvido um esforço para conceitualizar um nível intermediário de análise na economia marxista, que pode prover a base para uma análise teórica das etapas do capitalismo”. Esse trabalho, é centrado no conceito de estrutura social de acumulação, “uma constelação de instituições coerente e determinada que permite a acumulação de capital rápida e estável”⁸⁸. Essa definição de uma estrutura social de acumulação será analisada de modo crítico no último item do presente capítulo e no último capítulo da tese.

Em 1994 foi publicado um importante livro, “*Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis*”, organizado por Kotz, McDonough e Reich. Nessa obra, os autores republicam parte do capítulo 2, já tratado no presente texto, do livro “*Segmented work, divided workers*”, que apresentaria a “explicação definitiva para o arcabouço teórico da EESA” (KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994b p. 6).

Nos capítulos seguintes, os autores refinam alguns argumentos teóricos acerca da construção e dissolução de uma estrutura social de acumulação, mas não aprofundam o diálogo, proposto no livro de 1982, entre os aspectos teóricos mais gerais e abstratos do capitalismo, desenvolvidos por Marx, e a análise histórica e institucional. Esse último tipo de análise é que é melhor desenvolvido ao longo do livro.

Os autores explicam que uma estrutura social de acumulação é lentamente construída, passa por um período relativamente longo de crise e é também lentamente substituída por outra. A demora na construção de instituições se daria em virtude da necessidade de mudanças políticas e ideológicas, assim como de hábitos e costumes (KOTZ, 1994b; MCDONOUGH, 1994a). Por um lado, a construção de uma estrutura social de acumulação não depende da força política de apenas um grupo social, já que várias parcelas da sociedade participam do processo político decisório de construção de novas instituições. Por outro lado, alguns grupos com maior poder econômico, cultural ou político terão um peso desproporcional nesse embate (KOTZ, 1994b). Outra contribuição importante para a compreensão da mudança institucional é a percepção de que cada período histórico de mudança institucional deve ser

⁸⁸ “A second strand of work has involved my effort to conceptualize an intermediate level of analysis within Marxian economics which can provide the basis for a ‘stage-theoretic’ analysis of capitalism. Closely related methodologically to some parallel analysis independently developed by the French ‘regulation’ school, my own work – both individually and with several collaborators – has built upon the concept of a ‘social structure of accumulation’ (SSA), a coherent and determinate constellation of institutions which permits rapid and stable capital accumulation” (GORDON, 2000, p. 251).

investigado de forma única, já que a mudança se dá sempre de forma contingente, não determinística. De acordo com essa visão, a estrutura social de acumulação americana do pós-guerra, por exemplo, só foi possível graças à Segunda Guerra Mundial, um acontecimento que não estava diretamente relacionado com os eventos econômicos e políticos dos Estados Unidos e não pode ser reduzido à lógica econômica apenas (MCDONOUGH, 1994a).

Outro aspecto importante desse livro de 1994 é a presença de textos que procuram aplicar o arcabouço teórico da EESA a outros países, além dos Estados Unidos. Foram publicados estudos sobre Porto Rico (MELENDEZ, 1994), sobre a África do Sul (NATTRASS, 1994) e sobre o Japão (TSURU, 1994)⁸⁹. Do ponto de vista da presente pesquisa, os textos mais importantes do livro “*Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis*” são aqueles que tratam do capitalismo da época (GORDON, 1994; KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994c).

Questionando se os Estados Unidos possuíam uma nova estrutura social de acumulação no início dos anos 1990, David Gordon reconheceu que não é fácil distinguir o período de decadência de uma ordem, do começo de outra. O autor argumentou que as mudanças do capitalismo na época eram mais consequência do desmantelamento da estrutura social de acumulação das décadas de 1950 e 1960 do que de transformações sistêmicas, diagnosticadas por vários autores de esquerda. Assim, a nova divisão internacional do trabalho e a globalização da produção não poderiam ser vistas como transformações permanentes do sistema econômico: “Essas mudanças são melhor compreendidas não como sintomas da transformação institucional, mas antes como uma consequência da erosão da estrutura social de acumulação que condicionava a prosperidade capitalista nas décadas de 1950 e 1960” (GORDON, 1994, p. 292)⁹⁰. O início da década de 1990 é melhor entendido como de “decadência global” do que de transformação no sistema econômico. O aumento do investimento especulativo, em detrimento do investimento produtivo, assim como a volatilidade cambial, é visto também como transitório (GORDON, 1994, p. 293-294).

Para compreender a conjuntura da época, o autor analisa o funcionamento da estrutura social de acumulação anterior, identificando três instituições cruciais para a compreensão da economia global do pós-guerra:

O boom do pós-guerra dependeu de três aspectos institucionais da economia mundial: 1) tanto o crescimento doméstico nas economias avançadas quanto seu acesso relativo ao

89 Devido aos limites da tese, tais obras não poderão ser exploradas.

90 “These changes are best understood not as a symptom of structural transformation but rather as a consequence of the erosion of the social structure of accumulation which conditioned international capitalist prosperity during the 1950s and 1960s” (GORDON, 1994, p. 292).

comércio mundial foram baseados em uma relação cuidadosamente negociada e detalhadamente estruturada entre o crescimento da produtividade e o crescimento do salário; 2) as políticas estatais durante o período de expansão – baseadas na segurança garantida pelo sistema de Bretton Woods e no papel central do dólar – encorajaram o crescimento do comércio entre os países avançados, levando ao crescimento da parcela do comércio internacional realizado entre países avançados de 40% em 1953-55, para 61% em 1973; 3) o efeito combinado dessas duas primeiras tendências contribuiu, tudo o mais constante, para uma relação próxima entre movimentos no custo relativo das unidades de trabalho das economias capitalistas avançadas e mudanças nas suas participações relativas no mercado mundial e no crescimento do comércio (GORDON, 1994, p. 294)⁹¹.

Porém, já a partir de meados da década de 1960, as fundações desse sistema começariam a erodir. Os investimentos produtivos começariam a dar lugar ao investimento financeiro. As taxas de câmbio, após o colapso do sistema de Bretton Woods, em 1971, flutuariam, o que teria levado à sincronização dos ciclos econômicos entre as economias mais desenvolvidas, além de reforçar a incerteza sobre a economia global. As intervenções governamentais para tentar controlar a taxa de câmbio levariam à maior volatilidade e variância nas taxas de juros de curto prazo. Este último fator reforçaria os investimentos financeiros e a mobilidade do capital pelo globo (GORDON, 1994, p. 294).

Gordon (1994) argumenta que muitas das tendências que parecem indicar transformações na economia mundial nada mais são do que sintomas da crise das economias centrais. Entre esses sintomas estão a aparente desindustrialização dos Estados Unidos e o aparente recrudescimento da competição das importações. O senso comum apontava que a década de 1990 seria de maior mobilidade de capital produtivo. Gordon desmente tal concepção apresentando um indício que a contraria: teria crescido a variação da taxa de lucro entre os países no período, em vez de diminuir. Os novos países industrializados seriam, na verdade, alguns poucos países que recebem investimentos de empresas multinacionais, voltadas aos mercados locais, grandes e estáveis, e não à busca por mão de obra barata. Por fim, o último mito desafiado por Gordon (1994) é o da diminuição do papel do Estado. Segundo o autor, os governos estariam se envolvendo cada vez mais na política monetária e de taxa de juros para controlar os capitais de curto prazo e estabilizar as flutuações cambiais, além de barganhar sobre acordos de produção e investimento.

91 “The postwar boom itself had depended on three crucial institutional features of the global economy. (1) Both domestic growth in the advanced countries and their relative access to international trade were based on a tightly structured and carefully negotiated relationship between productivity growth and wage growth. (2) State policy during the expansion period, itself grounded in the security provided by the Bretton Woods system and the central role of the US dollar, encouraged trade growth among the advanced countries, leading to an increase in the share of international trade taking place among advanced countries from 40 percent in 1953-55 to 61 percent in 1973. (3) The combined effect of these first two trends contributed, other things being equal, to a close relationship between movements in the relative unit labor costs of advanced capitalist economies and changes in their relative shares of world markets and trade growth” (GORDON, 1994, p. 294).

No posfácio ao seu livro de 1994, Kotz, McDonough e Reich enfatizam a necessidade de compreensão dos elementos internacionais das estruturas sociais de acumulação, muito embora essas sejam predominantemente estruturas nacionais⁹². Três instituições principais, organizadas em âmbito global, são destacadas: o sistema monetário e de crédito internacional; o sistema de comércio exterior e de investimento; o sistema político e militar mundial (KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994c, p. 307).

Os autores concordam com Gordon (1994), reconhecendo que a maior parte dos seguidores da abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação encarava o capitalismo das décadas de 1980 e 1990 como uma continuação da crise dos anos 1970. A superação de tal crise só seria possível com a criação de uma nova estrutura social de acumulação, que se mostrasse viável. Para isso, deveriam ser construídas novas instituições, seja a nível nacional, seja no plano internacional.

Muitos seguidores da abordagem da estrutura social de acumulação veem a condição atual do capitalismo mundial como uma continuação da estagnação que começou no final dos anos 1960 ou começo dos anos 1970. A longa duração desse período de estagnação resulta da falha, até agora, em criar uma estrutura social de acumulação nova e viável. Um novo período de expansão vigorosa requereria um novo conjunto de instituições internacionais efetivas, assim como de instituições nacionais efetivas, nos principais países capitalistas (KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994c, p. 307-308)⁹³.

Poucos textos que utilizavam o arcabouço teórico da EESA caracterizaram a década de 1990 como um período com uma estrutura social de acumulação estabelecido. Lippit (1997) foi o principal autor a defender a existência de uma estrutura social de acumulação em meados da década de 1990. O ator argumentou que o arcabouço institucional que prevaleceria na economia americana seria marcado pelo fortalecimento do capital em relação ao trabalho, pela desregulamentação da economia, por um governo menor e pelo crescimento dos fluxos internacionais de comércio e de capital.

Entretanto, o diagnóstico prevalecente nas principais publicações da escola apontava para a ausência de uma estrutura social de acumulação. Kotz, McDonough e Reich (1994c, p. 309-310) argumentaram que incapacidade de criação de instituições internacionais capazes de possibilitar um maior crescimento passaria por dois fatores principais. O primeiro

92 O mesmo argumento foi defendido posteriormente por Kotz (2001, p. 93): “SSAs [social structures of accumulation] have both national and international dimensions – a distinct SSA develops in each country, while a set of common international institutions regulates the international aspects of capitalist accumulation”.

93 “Most followers of the social structure of accumulation approach view the current condition of world capitalism as a continuation of the stagnation that began in the late 1960s or early 1970s. The long duration of this period of stagnation results from the failure so far to create a new, viable social structure of accumulation. A new period of vigorous expansion would require a new set of effective international institutions, as well as effective domestic institutions in the major capitalist countries” (KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994c, p. 307-308).

seria a perda de poder dos Estados Unidos, muito evidente a partir da Guerra do Vietnã e das crises do petróleo. O segundo seria a eliminação da União Soviética, grande inimiga do bloco capitalista e, por isso mesmo, importante causa de coesão para os interesses contraditórios das frações dos capitalistas, no período da Guerra Fria.

Os autores vislumbram dois possíveis cenários de reconstrução institucional no plano internacional. O primeiro é um cenário no qual prevaleceria o livre mercado, com livre comércio, câmbio flutuante e livre mobilidade de capitais. Segundo Kotz, McDonough e Reich (1994c, p. 310-312), tal sistema não foi implantado. O livre comércio teria se mostrado inviável na prática, por ferir diversos interesses poderosos, além de ter sido restrito pelos diferentes países, que procurariam se proteger das flutuações cambiais. Ainda associada a este primeiro cenário, haveria uma outra questão, colocada em um plano mais geral do funcionamento do capitalismo: as instituições do livre mercado não garantiriam a previsibilidade e a estabilidade necessárias para servirem de base a um longo período de rápido crescimento e não poderiam, por isso, ser a base de uma estrutura social de acumulação (KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994c, p. 312).

O segundo cenário possível de reconstrução das instituições transnacionais seria marcado pela prevalência de blocos econômicos internacionais, que poderiam fornecer uma maior estabilidade e previsibilidade. Os autores observam os exemplos da Comunidade Europeia, do NAFTA e da integração entre o Japão e seus vizinhos. Os blocos, ainda segundo Kotz, McDonough e Reich (1994c, p. 312), estabeleceriam uma política monetária comum, um Banco Central comum e uma moeda única, além de garantir a liberdade comercial e de investimento. Favoreceriam também a manutenção do Estado de bem-estar social, presente em vários países da Europa.

Essa última previsão infelizmente mostrou-se desastrosa. Apenas o continente europeu conseguiu um elevado padrão de integração econômica, adotando um Banco Central comum e uma moeda única, mas, ironicamente, isso se deu às custas de maior instabilidade econômica, menores taxas de crescimento e redução do Estado de bem-estar social, o oposto do indicado pelos líderes da abordagem das estruturas sociais de acumulação.

Resumindo os desenvolvimentos da abordagem nas décadas de 1980 e 1990, pode-se observar que, enquanto na década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980 a abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação foi utilizada como pano de fundo para a compreensão das ondas longas do capitalismo (GORDON, 1978, 1980) e também da história da classe trabalhadora americana (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982), no restante da década de 1980 o arcabouço teórico foi utilizado para o entendimento da conjuntura

americana do período. A ambição inicial da escola, de desenvolver uma análise intermediária que complementasse a abordagem de Marx, foi sendo substituída por análises de conjuntura e estudos de caso. Nos importantes trabalhos dos anos 1980 (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1984; 1990) a ambição teórica inicial da escola foi substituída pela descrição detalhada da ascensão e queda da estrutura institucional do pós-guerra. O *Reaganomics* aparece como uma resposta pouco eficaz para os problemas de longo prazo do capitalismo americano. São propostas medidas para ampliar a competitividade e a produção do país, que passariam pela redução do desperdício. Nos anos 1990, a teoria foi utilizada para a compreensão do baixo crescimento do período. São observados diferentes cenários possíveis de superação da crise dos anos 1970. O começo da década de 1990 seria caracterizado, pela maior parte dos adeptos da escola da estrutura social de acumulação, como um período marcado pela ausência de uma estrutura social de acumulação estabelecida (GORDON, 1994, KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994c).

2.6 CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO SEGUNDO A ESCOLA DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO

Será agora apresentada a análise da escola da estrutura social de acumulação sobre o capitalismo contemporâneo. Em um texto intitulado “*The state, globalization and phases of capitalist development*”, Kotz (2001, p. 93) afirma que haveria, na história do capitalismo, a sucessão entre períodos de grande crescimento econômico – caracterizados como as três “eras de ouro”, ocorridas entre as décadas de 1840 e 1870, entre meados de 1890 e 1913, e nos vinte e cinco anos do pós-guerra – e épocas de resultado econômico pobre, tais como o período entre meados da década de 1870 e o início da década de 1990, os anos 1930 e as décadas de 1980 e 1990. A alternância entre esses longos períodos de rápido crescimento e as épocas de crescimento baixo ou ausente formariam as ondas longas do capitalismo, explicadas pela construção e decadência de uma estrutura social de acumulação (KOTZ, 2001, p. 93).

Contrariando o senso comum, que apontaria para uma recuperação da economia americana na década de 1990, David Kotz (2001, p. 94) argumenta que, de uma perspectiva histórica, as estatísticas de crescimento do PIB e da produtividade no período não são muito diferentes dos números apresentados nos períodos de crise, entre 1973 e 1979, e na década de 1980: “Até o momento desse escrito, cerca de vinte e cinco anos se passaram desde o fim da última expansão de onda longa, e não há evidência nos dados econômicos para os maiores países capitalistas de que uma nova estrutura social de acumulação, e com ela uma nova fase

do desenvolvimento capitalista, tenha ainda surgido” (KOTZ, 2001, p. 95)⁹⁴.

No que se refere à explicação da constituição das estruturas sociais de acumulação, o autor coloca um maior peso na política e, mais especificamente, no Estado do que as versões da década de 1970 e início dos anos 1980 colocavam. Aponta para algumas instituições chave: “a forma das empresas capitalistas, a relação entre as empresas, o processo de trabalho, a relação entre as classes, o papel do Estado e a ideologia dominante”. Ademais, o autor faz uma observação sobre o papel histórico do Estado nas economias capitalistas, apontando para uma participação crescente do Estado na economia em cada estrutura social de acumulação sucessiva: “A direção da reconfiguração do Estado, no passado, tem sido em direção a um papel crescentemente intervencionistas em relação à economia, em cada estrutura social de acumulação sucessiva” (KOTZ, 2001, p. 95)⁹⁵.

Inclusive, o Estado teria cumprido um papel intervencionista bastante ativo nas maiores economias capitalistas no pós-guerra, sendo uma instituição central para a compreensão da era de ouro. O Estado regularia a relação capital-trabalho, executaria políticas fiscal e monetária ativas, realizaria supervisão do setor financeiro, promoveria investimentos na infraestrutura e na educação, além de promover a proteção social (KOTZ, 2001, p. 96).

Entretanto, desde a segunda metade do governo Jimmy Carter, o Estado americano passaria a ter um papel menos ativo na economia do país, pois os sucessivos governos teriam adotado uma série de políticas de diminuição da intervenção estatal. Entre tais políticas estariam: a desregulamentação de setores como as comunicações, os transportes e a energia; a restrição da política monetária exclusivamente ao combate da inflação; a diminuição das políticas macroeconômicas keynesianas; o combate aos sindicatos; o corte dos gastos em infraestrutura e em programas sociais e, até mesmo, a redução da capacidade de coleta de impostos (KOTZ, 2001, p. 96-97).

Se a agenda neoliberal estava sendo bem sucedida em reduzir o papel do Estado, ela não seria capaz de construir uma estrutura social de acumulação, já que não teria sido capaz

94 “As of this writing, some twenty-five years have passed since the end of the last long-swing expansion, and there is no evidence in the economic data for the major capitalist countries that a new SSA [social structure of accumulation], and with it a new phase of capitalist development, has yet emerged” (KOTZ, 2001, p. 95).

95 “The development of each successive SSA [social structure of accumulation] in history has involved the reconfiguration of key institutions that affect capital accumulation, including the form of capitalist enterprises, relations among enterprises, the labor process, relations among classes, the role of the state, and the dominant ideology. The reconfiguration of the state has been particularly important in the construction of each SSA. The state has a major effect on the conditions of capital accumulation, not only directly, but indirectly through its effects on all other institutions that affect accumulation – for example, on the form of the capitalist enterprise, on inter-enterprise relations, and on class relations. The direction of reconfiguration of the state in the past has been toward a more interventionist role in relation to the economy in each successive SSA” (KOTZ, 2001, p. 95).

de construir as instituições necessárias para promover uma acumulação de capital rápida, estável e duradoura: “(...) se uma estrutura social de acumulação é entendida não apenas como um conjunto de instituições que afeta a acumulação de capital, mas como um conjunto de instituições que promovem uma acumulação rápida e estável, então a continuação da ausência de rápido crescimento no longo prazo dos países capitalistas industrializados é inconsistente com o argumento de que nós temos agora⁹⁶ uma estrutura social de acumulação neoliberal” (KOTZ, 2001, p. 97)⁹⁷.

A segunda grande transformação do capitalismo analisada por Kotz (2001, p. 98) foi a globalização. O autor comenta que o Estado-Nação foi condição necessária para o surgimento do capitalismo e observa que Marx, no “Manifesto comunista”, notara a tendência internacionalista do capitalismo, que marcou a economia nos cinquenta anos anteriores à Primeira Guerra Mundial. No pós-guerra, o sistema de Bretton Woods permitiu um bom grau de liberdade para as políticas macroeconômicas, já que tolerava o protecionismo comercial e os controles sobre os fluxos internacionais de capital. Nas últimas décadas, a participação das grandes empresas transnacionais na produção e no comércio mundiais cresceram e três tipos de fluxo internacional aumentaram: o comércio internacional, o investimento direto estrangeiro e os investimentos em portfólio, sendo que os dois últimos fluxos teriam crescido de forma extremamente rápida, o que refletiria a ruptura do sistema econômico internacional anterior (KOTZ, 2001, p. 99-101).

Se por um lado, a globalização favoreceu o capital contra o trabalho, ela também criou problemas para a relação capital-capital, já que diminuiu as possibilidades de atuação do Estado, necessária para a construção de uma nova etapa de rápido crescimento econômico: “Enquanto oferece vantagens ao capital em relação ao trabalho, a globalização criou problemas na relação capital-capital e na habilidade do capital usar o Estado para seus próprios fins. A forma atual da globalização tem minado a possibilidade de reconfigurar o Estado para iniciar um novo período de acumulação acelerada de capital” (KOTZ, 2001, p. 103)⁹⁸.

96 Um dos raros textos que defendia a existência de uma estrutura social de acumulação no período é o artigo de Lippit (1997).

97 “(...) if an SSA is understood to mean, not just any set of institutions that affect capital accumulation, but a set of institutions that effectively promotes rapid and stable accumulation, then the continuing absence of rapid long-run growth in the industrialized capitalist countries is inconsistent with the claim that we now have a new neoliberal SSA” (KOTZ, 2001, p. 97).

98 “While offering advantages to capital in its relation to labor, globalization has created problems for capital-capital relations and for the ability of capital to use the state for its own ends. The current form of globalization has been undermining the possibility of reconfiguring the state to usher in a new period of rapid capital accumulation” (KOTZ, 2001, p. 103).

Outra consequência da globalização é a de que as grandes corporações americanas – reunidas em torno do *Business Roundtable*, organização conservadora fundada em 1972 que congrega lideranças empresariais –, outrora favoráveis à intervenção estatal, estão mais internacionalizadas, sujeitas à competição internacional, e contrárias ao ativismo econômico, como tradicionalmente são as pequenas e médias empresas, alinhadas com a *US Chamber of Commerce* (KOTZ, 2001, p. 104).

Alguns outros fatos teriam contribuído com o enfraquecimento da ação estatal na economia, por exemplo o enfraquecimento dos sindicatos – já que os trabalhadores de um país, assim como as empresas, sofreriam severa competição dos trabalhadores de outros países – e o colapso dos países do bloco comunista. O capitalismo, pela primeira vez na história, teria se tornado um sistema econômico realmente global. A derrocada dos regimes comunistas enfraqueceu a classe trabalhadora ao redor do planeta, contribuindo para uma visão negativa da intervenção estatal, fazendo com que os capitalistas se tornassem menos receptivos às políticas de bem-estar social e ampliando a desunião entre os países capitalistas (KOTZ, 2001, p. 104-106).

A solução para o principal problema identificado – a incapacidade de reconstrução de uma estrutura social de acumulação – passaria por dois cenários possíveis. O primeiro cenário seria a construção de um Estado global, possibilidade bastante improvável no curto prazo. O segundo cenário seria a formação de blocos econômicos internacionais, com algumas instituições multilaterais. Outras possibilidades não estariam totalmente descartadas, entre elas a reemergência do fascismo, do socialismo ou simplesmente da mobilização da classe trabalhadora (KOTZ, 2001, p. 106-107).

Mais recentemente, os autores da EESA começaram a teorizar o capitalismo das últimas décadas como sendo algo mais do que uma simples continuação da crise da década de 1970. David Kotz foi o principal teórico a advogar essa ruptura, que promove uma releitura do conceito central da escola. Optou por tal estratégia, nos últimos anos, ao observar a persistência do neoliberalismo. Em um artigo publicado em 2003 na *Review of Radical Political Economics*, Kotz cita a definição tradicional de uma estrutura social de acumulação: “A teoria da estrutura social de acumulação argumenta que a criação de um conjunto coerente de instituições favoráveis à acumulação de capital (a estrutura social de acumulação) inicia um longo período de crescimento econômico rápido, que termina quando a estrutura social de acumulação colapsa, inaugurando um longo período de relativa estagnação” (KOTZ, 2003, p. 263)⁹⁹.

99 “The SSA [social structure of accumulation] theory argues that the creation of a coherent set of institutions favorable for capital accumulation (the SSA) sets off a long period of rapid growth, which ends when the SSA

O autor reconhece que não havia um consenso entre os autores da EESA sobre se o neoliberalismo constituiria um novo regime econômico viável, apesar de ter sido construído um conjunto viável e coerente de instituições que possibilita o prosseguimento da acumulação (KOTZ, 2003, p. 263-264). Então, o autor procura reinterpretar a teoria das estruturas sociais de acumulação, argumentando que o padrão histórico de longa duração da acumulação de capital, sugeriria que dois tipos de estrutura institucional são possíveis: as que promovem e as que não promovem rápido crescimento.

Este artigo argumenta que o surgimento e a persistência da estrutura econômica neoliberal desde o final dos anos 1970, nos Estados Unidos e em outros lugares, questiona a teoria da estrutura social de acumulação das ondas longas de acumulação de capital. É aqui sugerido que o padrão histórico de acumulação de capital no longo prazo pode ser melhor compreendido com base no conceito de sucessivas ‘estruturas institucionais’ que podem ou não promover a rápida acumulação de capital. Essas estruturas são de dois tipos, um que promove rápida acumulação de capital e outro que não promove (KOTZ, 2003, p. 264)¹⁰⁰.

Kotz (2003, p. 264), então, introduz um novo conceito, “estrutura institucional”, que difere do conceito de estrutura social de acumulação por ser um conjunto coerente de instituições econômicas, políticas e culturais/ideológicas que garantem a produção e a circulação de capital e de mais-valor, sem promover uma vigorosa acumulação de capital. Quatro dimensões principais diferenciam os dois tipos de estruturas institucionais, liberais e reguladas: a relação Estado-economia; a relação capital-trabalho; a relação capital-capital; o tipo de ideologia dominante. Ainda segundo Kotz (2003, p. 264), nas estruturas liberais, o Estado é menos intervencionista, o capital não faz concessões ao trabalho, a competição entre capitalistas é severa e a ideologia glorifica o livre mercado, enquanto que nas estruturas reguladas, o Estado é mais ativo, há maior cooperação entre capital e trabalho, a competição é menor e a ideologia dominante prega o progresso trazido pelos governos.

A história econômica dos Estados Unidos desde o início do século XX seria marcada pela alternância entre épocas de prevalência de estruturas institucionais liberais e períodos de prevalência de estruturas reguladas. Os períodos liberais teriam ocorrido na década de 1920 e, depois, na década de 1980, enquanto os períodos regulados teriam ocorrido entre 1900 e 1916 (durante a Era Progressista) e entre 1947 e 1973. Enquanto as fases reguladas garantiriam maior crescimento econômico com estabilidade, as fases liberais promoveriam

collapses, ushering in a long period of relative stagnation”(KOTZ, 2003, p. 263).

100 “This article argues that the rise and persistence of a neoliberal economic structure since the late 1970s, in the United States and elsewhere, call into question the SSA [social structure of accumulation] theory of long swings in capital accumulation. It is suggested here that the historical pattern of long-run capital accumulation can be better understood based on a concept of successive “institutional structures” (ISs), which may or may not promote rapid capital accumulation. These ISs are of two types, one of which promotes rapid capital accumulation while the other does not” (KOTZ, 2003, p. 264).

maiores lucros e desigualdade (KOTZ, 2003, p. 265-267).

Embora uma estrutura institucional regulada traga rápido crescimento e estabilidade econômica, apenas em circunstâncias bastante específicas ela é construída e mantida, pois requer um elevado grau de coesão social. Kotz (2003, p. 268-269) identifica quatro dessas circunstâncias: os Estados desenvolvimentistas, como os que ocorreram na Alemanha, no Japão e na Coreia; a emergência de movimentos anticapitalistas, como o socialismo anterior à Era Progressista e o socialismo soviético; uma crise econômica muito severa, como a Grande Depressão; a atenuação da competição intercapitalista, por exemplo a grande onda de fusões que antecedeu a Era Progressista. Depois de passadas as condições excepcionais que estão na origem dos períodos mais regulados, o capitalismo voltaria a ser mais liberal.

Em um artigo mais recente e em um capítulo do livro de Kotz, McDonough e Reich (2010), David Kotz (2006) e Martin Wolfson e David Kotz (2010) fazem uma nova leitura dos conceitos básicos da escola. Não procuram forjar novas categorias, mas reinterpretar o conceito central da escola – estrutura social de acumulação –, que teria apresentado dificuldades de explicar a realidade econômica das últimas décadas, conhecida como neoliberalismo:

Nos EUA, o neoliberalismo tem significado crescente desigualdade de renda, desregulamentação dos mercados industrial e financeiro, influência crescente dos mercados financeiros na tomada de decisões corporativas, política fiscal que enfatiza cortes de impostos para os ricos e cortes em programas sociais, política monetária que coloca uma ênfase maior em redução da inflação que do desemprego e crescimento econômico lento (WOLFSON, KOTZ, 2010, p. 72)¹⁰¹.

Como o neoliberalismo é uma estrutura institucional coerente que existe desde os anos 1980, ele é uma estrutura social de acumulação, apesar de promover um baixo crescimento econômico (WOLFSON, KOTZ, 2010, p. 73). Não haveria argumentos teóricos sólidos para justificar que uma estrutura social de acumulação tenha que promover o crescimento econômico acelerado. O simples fato de que um período de elevado crescimento exija uma estrutura social de acumulação adequada não implica que toda estrutura social de acumulação garanta rápido crescimento (WOLFSON, KOTZ, 2010, p. 76-77).

Citando dados de Piketty e Saez (2007) sobre a distribuição de renda dos 1% mais ricos nos Estados Unidos, que teria chegado a 16,7% da renda total em 2005 (mais que o dobro do valor de 1979 e a maior taxa desde 1929), Wolfson e Kotz (2010, p. 79)¹⁰², fazem uma

101 “In the U.S., neoliberalism has meant increased income inequality, deregulation of industrial and financial markets, increased influence of financial markets over corporate decision-making, fiscal policy emphasizing tax cuts for the wealthy and cutbacks in social programs, monetary policy that puts a greater emphasis on reducing inflation than unemployment, and relatively sluggish economic growth” (WOLFSON, KOTZ, 2010, p. 72).

102 “Given such conditions, would anyone expect a major segment of the capitalist class to propose eliminating the neoliberal SSA [social structure of accumulation], and its replacement by a new institutional structure, on the

pergunta retórica: “Dadas essas condições, alguém esperaria que algum segmento grande da classe capitalista proporia eliminar a estrutura social de acumulação neoliberal e substituir por uma nova estrutura institucional porque o crescimento econômico não tem sido impressionante?”.

As instituições são importantes para explicar o funcionamento do capitalismo e para diferenciar os períodos de acumulação rápida dos períodos de pior desempenho macroeconômico. Porém a afirmação de que todas as formas estruturais sustentam uma acumulação acelerada não seria validada pela observação histórica do capitalismo. É uma prioridade maior para os capitalistas manter ou ampliar a taxa de lucro do que ampliar o ritmo da atividade econômica (KOTZ 2006, p. 5-6; WOLFSON; KOTZ, 2010, p. 76-80).

No sistema capitalista, as empresas teriam um grande poder político, exercendo uma influência decisiva na construção de uma estrutura social de acumulação. As instituições que promovem uma alta taxa de lucro deveriam ser preferidas por esse segmento. Muitas vezes a classe capitalista agiria em conjunto, com o objetivo de assegurar seus interesses comuns, entre os quais o de restaurar sua lucratividade ou um nível razoável de crescimento. Uma taxa medíocre de crescimento não seria motivo suficiente para uma mobilização política capitalista com o intuito de realizar reformas sistêmicas. Uma depressão prolongada, por outro lado, provocaria mobilização maior dos segmentos empresariais. Uma estrutura social de acumulação é melhor entendida como um conjunto de instituições voltadas para estabilizar os conflitos sociais na economia e garantir a acumulação de capital do que para estimular o rápido crescimento (WOLFSON; KOTZ, 2010, p. 76-80; KOTZ, 2006, p. 6-7).

Dois tipos de estruturas sociais de acumulação – liberais e reguladas – são identificados por Wolfson e Kotz (2010, p. 81) com base em cinco dimensões: “1) a maneira na qual a contradição capital-trabalho é temporariamente estabilizada; 2) o papel do Estado na economia; 3) as contradições no próprio capital; 4) as contradições entre os trabalhadores; 5) a característica da ideologia dominante” (WOLFSON; KOTZ, 2010, p. 81)¹⁰³.

De todas as formas estruturais, a relação capital-trabalho seria a mais importante. A relação de propriedade do capitalismo garantiria que os proprietários dos meios de produção tenham um poder maior que o dos trabalhadores e, por isso, maior influência no Estado –

grounds that economic growth has not been impressive?” (WOLFSON, KOTZ, 2010, p. 79).

103 “These two types of SSA [social structure of accumulation] differ along five dimensions: 1) the manner in which the capital-labor contradiction is temporarily stabilized; 2) the state role in the economy; 3) the contradictions within capital; 4) the contradictions within labor; 5) the character of the dominant ideology” (WOLFSON, KOTZ, 2010, p. 81).

embora mais recentemente alguns países tenham garantido direitos sociais e trabalhistas que limitem o número de horas trabalhadas, aumentem a segurança no local de trabalho e diminuam a insegurança econômica dos trabalhadores (WOLFSON; KOTZ, 2010, p. 80-85).

Nos períodos de maior poder dos trabalhadores, o Estado teria papel mais regulador e haveria uma ideologia de restrição ao mercado com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e social. Entretanto, nos períodos liberais haveria maior competição entre os capitalistas, o que aumentaria a competição entre os próprios trabalhadores e contribuiria para a diminuição do poder da classe trabalhadora; a ideologia dominante privilegiaria o individualismo, a competitividade e a restrição da intervenção estatal. As crises econômicas dos períodos liberais seriam, predominantemente, ou de insuficiência de demanda agregada ou resultantes de bolhas financeiras, enquanto as crises típicas das épocas administradas seriam provocadas pelo achatamento dos lucros (WOLFSON; KOTZ, 2010, p. 81-88).

Os autores identificam quatro razões teóricas para explicar o menor crescimento econômico nos períodos de capitalismo liberal: 1) os baixos salários e reduzidos gastos públicos tendem a causar insuficiência de demanda; 2) há diminuição de políticas anticíclicas e diminuição dos programas sociais (que são estabilizadores automáticos); 3) o recrudescimento da competição leva os gerentes a promover estratégias de curto prazo, restringindo investimentos de grande maturação; 4) a menor regulação do sistema financeiro desloca capital dos investimentos produtivos para atividades especulativas (WOLFSON; KOTZ, 2010, p. 87-88).

Wolfson e Kotz (2010, p. 85) vislumbram um duplo movimento, no sentido de Karl Polanyi, de alternância entre regimes liberais e regulados, embora reconheçam que historicamente o Estado tenha crescido mais que o setor privado nas principais economias. Ou seja, os períodos liberais restringiriam a ação do Estado, mas não tanto a ponto de reduzir seu papel ao nível prevalecente no período liberal anterior.

Mais recentemente, depois da crise iniciada em 2008, dois dos mais proeminentes desenvolvedores da abordagem das estruturas sociais de acumulação, Kotz e McDonough afirmaram que o neoliberalismo não é mais uma opção viável, ainda que não possam prever a direção que as medidas de reestruturação econômica vão tomar:

As falas sobre a reestruturação econômica estão por toda parte na época em que estamos escrevendo. A teoria da estrutura social de acumulação não pode prever a direção que a reestruturação econômica vai tomar. Entretanto, a teoria da estrutura social de acumulação sugere que sustentar a estrutura social de acumulação neoliberal global não é uma opção viável e que, nos próximos anos, vai emergir um novo caminho para o sistema global,

originado das lutas de várias classes e grupos (KOTZ, MCDONOUGH, 2010, p. 118)¹⁰⁴.

Outro autor que muito contribui com a escola de pensamento nos últimos anos, Victor Lippit, advoga a mesma opinião de que a crise iniciada nos Estados Unidos no ano de 2008 marca o colapso do antigo sistema, a estrutura social de acumulação neoliberal, que não poderia ser reformada de maneira modesta. Ao contrário, terá de ser substituída:

A crise atual, que, no momento deste escrito (maio de 2009), já é a mais severa desde a Grande Depressão, claramente marca o colapso da estrutura social de acumulação neoliberal. É uma crise sistêmica genuína, em que não vai ser possível remontar o antigo sistema, a antiga estrutura social de acumulação, com reformas modestas no sistema financeiro e em outras áreas, que colapsaram graças às contradições nas instituições características. Mais uma vez o capitalismo dos EUA vai ser forçado a se reinventar (LIPPIT, 2010, p. 69)¹⁰⁵.

Em artigo mais recente, Victor Lippit (2014, p. 1), contrariando as reinterpretações do conceito principal da abordagem, continua aceitando a definição de uma estrutura social de acumulação como um arranjo institucional que garanta um período prolongado de crescimento relativamente vigoroso, embora a construção da frase relativize essa concepção: “A teoria da estrutura social de acumulação sugere que o crescimento econômico nos países capitalistas é caracterizado por longos períodos de crescimento relativamente vigoroso, normalmente durando várias décadas, seguidos por períodos longos de crescimento relativamente lento ou estagnação”¹⁰⁶. Com o tempo, as contradições inerentes a uma estrutura social de acumulação se manifestariam e a estrutura institucional entraria em crise. Um pouco mais à frente, o autor é ainda mais enfático na associação entre elevado crescimento e uma estrutura social de acumulação, que seria “um conjunto de instituições que permite a um país capitalista crescer vigorosamente” (LIPPIT, 2014, p. 6)¹⁰⁷.

Nesse mesmo artigo, Lippit (2014, p. 6) resume a história econômica do pós-guerra da seguinte maneira: durante vinte e cinco anos, após a Segunda Guerra Mundial, houve um

104 “Talk of economic restructuring is everywhere at the time of this writing. The SSA [social structure of accumulation] theory cannot predict the course that economic restructuring will take. However, the SSA theory does suggest that sustaining the global neoliberal SSA is not a viable option and that, in the years ahead, out of the struggles of various classes and groups will emerge a new path for the global system” (KOTZ, MCDONOUGH, 2010, p. 118).

105 “The current downturn, which at the time of this writing (May 2009) is already the most severe since the Great Depression overall, clearly marks the collapse of the neoliberal SSA. It is a genuine systemic crisis in that it will not be possible to put together the old system, the old SSA, with modest reforms in the financial system and other areas where the contradictions in the institutions that characterized it have brought about its collapse. Once again, U.S. Capitalism will be forced to reinvent itself” (LIPPIT, 2010, p. 69).

106 “Social structure of accumulation (SSA) theory suggests that economic growth in capitalist countries is characterized by lengthy periods of relatively vigorous growth, often amounting to several decades, followed by lengthy periods of relatively sluggish growth or stagnation” (LIPPIT, 2014, p. 1).

107 “A social structure of accumulation (SSA) is the set of institutions that enables a capitalist country to grow vigorously” (LIPPIT, 2014, p. 6).

crescimento econômico acelerado nos Estados Unidos, até a década de 1970, quando a estrutura social de acumulação entrou em colapso. Uma nova estrutura social de acumulação prevaleceu entre 1980 e a crise de 2008-2009. O último período seria caracterizado pela ideologia neoliberal, enquanto o primeiro seria marcado pelo keynesianismo. Lippit (2014, p. 6-13) cita sete características principais da estrutura social de acumulação neoliberal: 1) fortalecimento do capital relativamente ao trabalho; 2) explosão dos ativos financeiros; 3) desregulamentação de várias atividades do setor privado (inclusive do setor financeiro); 4) reestruturação das empresas, que teriam ficado mais lucrativas e mais preocupadas com o curto prazo; 5) diminuição da presença do Estado em setores como educação e infraestrutura; 6) globalização comercial e financeira, que teria reduzido salários e generalizado o risco financeiro; 7) ampliação para o crédito às pequenas empresas (especialmente nos Estados Unidos).

Tal regime, apesar de proporcionar crescimento econômico relativamente rápido por um bom período de tempo, estaria sujeito a grandes contradições. Uma das mais importantes contradições, a incapacidade de gerar demanda agregada, provocaria duas consequências maiores: a primeira seria a opção das firmas de alocar seus ativos no mercado financeiro em vez de realizar investimentos produtivos; a segunda seria a ampliação do endividamento das famílias para sustentar o padrão de consumo. Outro fator tornaria o sistema ainda mais instável: a globalização dos mercados financeiros, que espalha o risco sistêmico ao redor do globo e contribui com os baixos níveis salariais:

Das contradições discutidas, talvez a maior ênfase devesse ser colocada: 1) no fortalecimento do capital em relação ao trabalho, que reduziu dramaticamente os ganhos salariais reais e fez a expansão neoliberal depender de uma expansão dramática da dívida das famílias; 2) na mudança nas instituições financeiras, que inclui inovações financeiras, que, por sua vez, fizeram as companhias vulneráveis; 3) na desregulamentação, que fomentou os abusos no sistema financeiro; 4) na limitação do governo, que ampliou as vulnerabilidades do setor privado, permitindo que as companhias financeiras se expandissem sem capital adequado e permitindo que produtos financeiros fossem introduzidos sem supervisão prudencial; 5) na expansão global do sistema capitalista, que fez a regulação financeira mais difícil e criou desequilíbrios financeiros globais (LIPPIT, 2014, p. 13)¹⁰⁸.

Nesse mesmo trabalho, Lippit (2014, p. 2-3) faz uma descrição detalhada das origens da crise americana atual, destacando o comportamento do mercado imobiliário, o papel

108 “Of the contradictions discussed, perhaps the greatest weight should be placed on (1) the strengthening of capital relative to labor, which sharply limited gains in real wages and made the neoliberal expansion dependent on a dramatic expansion of household debt; (2) the change in financial institutions which included financial innovations that made companies similarly vulnerable; (3) deregulation that fostered abuse in the financial system; (4) limited government that increased the vulnerabilities of the private sector, allowing financial companies to expand with inadequate capital and new financial products to be introduced without prudential oversight; and (5) the global expansion of the capitalist system that made financial regulation more difficult and that created global financial imbalances” (LIPPIT, 2014, p. 13).

da política monetária e o papel das inovações financeiras recentes. O mercado acionário teria passado por um período de subida (“touro”), entre 1982 e março de 2000, seguida de uma queda, que foi muito amplificada pelos ataques de 11 de setembro de 2001. A deterioração das expectativas posteriormente aos ataques teria feito com que os americanos estivessem menos propensos a consumir, viajar e aplicar na bolsa, preferindo o mercado imobiliário, que também foi estimulado pela redução da taxa de juros pelo *Fed* a apenas 1%. As instituições financeiras que garantiam o crédito imobiliário criavam ativos, que agrupavam as hipotecas, e vendiam esses ativos – tais como os CDOs (*collateralized debt obligations*) e SIVs (*structured investment vehicles*) –, que recebiam notas elevadas pelas agências de *rating*, que por sua vez eram remuneradas pelas mesmas instituições. As mais famosas agências de classificação de risco são a *Moody's*, a *Standard and Poor's* e a *Fitch Ratings*.

Os CDOs reuniam hipotecas de diferentes regiões do país e, como o mercado imobiliário dos Estados Unidos nunca caiu no país como um todo desde a Segunda Guerra Mundial, a compra de tais títulos pareceria segura. O preço dos imóveis disparou entre 2000 e 2007, mas começaria a cair logo depois, quando os primeiros grupos grandes de devedores não conseguiram pagar as hipotecas. Os derivativos se deterioraram, provocando a falência de instituições financeiras. As autoridades monetárias permitiram a falência do banco *Lehman Brothers*, em setembro de 2008, precipitando a crise. Outro título importante, os CDSs (*credit default swaps*) ofereciam um seguro para o pagamento do principal e da taxa de juros em caso de inadimplência. Quando as falências começaram, as seguradoras, como a AIG, também foram ameaçadas (LIPPIT, 2014, p. 3-5).

Havia um grande incentivo à aquisição de residências enquanto os preços estavam subindo. De acordo com as regras do mercado imobiliário americano, alguém poderia pegar um empréstimo para adquirir um imóvel por um valor e, quando o imóvel se valorizasse, receber uma elevada quantia monetária para trocar a hipoteca original por uma de maior valor. Porém, quando os preços começaram a cair, em 2006, as pessoas começaram a dever mais que o valor das residências, o que fez com que a inadimplência aumentasse (LIPPIT, 2014, p. 15).

Depois da falência do *Lehman Brothers* e da generalização do pânico no setor financeiro, o *Fed* colocaria as taxas de juros do *overnight* entre zero e um ponto percentual e o Congresso autorizaria planos de socorro ao setor financeiro, no montante de US\$ 700 bilhões no governo Bush e de US\$ 787 bilhões no governo Obama (LIPPIT, 2014, p. 15-16).

Segundo a interpretação de Lippit (2014, p. 17-20), a crise financeira marcaria o fim do neoliberalismo e o início de um longo período de baixo crescimento, provocado pela desconfiança em relação ao futuro e pela disputa política. Embora tanto o capital quanto o

trabalho tenham interesse na criação de uma nova estrutura social de acumulação, não haveria garantia de que será construída.

Seguindo essa mesma interpretação, em artigo publicado em 2013, Kotz advoga que a crise econômica atual é estrutural (ou seja, marca o fim de uma estrutura social de acumulação) e, diferentemente de crises anteriores, não pode ser explicada pela taxa de lucro, mas sim pela sobreacumulação induzida por uma bolha de ativos.

Tradicionalmente, as teorias marxistas da crise enfatizariam o subconsumo, a desproporcionalidade entre os setores e a queda da taxa de lucro. A diminuição da lucratividade teria sido o fator fundamental para a crise que se iniciou no final da década de 1960. Entretanto, as explicações para o fenômeno não seriam consensuais, já que alguns autores explicariam a queda da taxa de lucro pelo aumento da composição orgânica do capital, enquanto outros acreditariam que o que houve foi ampliação do salário acima da produtividade (KOTZ, 2013, p. 286-287).

De todo modo, a taxa de lucro não caiu nas últimas décadas e não poderia ser a explicação para a crise atual. Outra possível causa de crise, o subconsumo, foi descartado, devido ao aumento da proporção do consumo na renda nacional. O fenômeno que melhor explicaria a crise é o sobreinvestimento, um nível de investimento superior ao que poderia ser sancionado pela demanda (KOTZ, 2013, p. 286-288). O sobreinvestimento seria explicado pelas bolhas de ativos por meio de dois mecanismos principais:

Uma grande bolha de ativos leva ao sobreinvestimento de dois modos: 1) os gastos de consumo crescem, com o tempo, em relação à renda disponível, quando as famílias crescentemente apoiam-se no endividamento para sustentar o gasto de consumo. Como resposta, as firmas investem para aumentar sua capacidade produtiva, de modo a satisfazer à demanda crescente por consumo; 2) as bolhas de ativos tendem a produzir expectativas exageradas sobre o futuro da lucratividade do investimento, o que também leva a expansão do investimento (KOTZ, 2013, p. 288)¹⁰⁹.

Devido à ampliação artificial do consumo e do investimento, provocados pelo endividamento e pela bolha de ativos, a crise se manifestaria com uma grande redução da demanda agregada, o que não ocorreu na crise dos anos 1970, por exemplo. As medidas keynesianas de combate à crise poderiam fazer com que o crescimento volte, mas teriam que durar muito tempo para levar à redução da capacidade ociosa e provocar um crescimento

109 “A large asset bubble leads to over-investment in two ways: 1) consumer spending rises relative to disposable personal income over time as households increasingly rely on borrowing to support consumer spending. In response, firms invest to increase their productive capacity in order to satisfy the growing consumer demand. 2) Asset bubbles tend to produce exaggerated expectations of the future profitability of investment, which also leads to expanding investment. This is a more pronounced effect for a bubble in corporate stocks, but even a real estate bubble creates a sense of euphoria and confidence in the future among corporate decision-makers, which stimulates real investment” (KOTZ, 2013, p. 288).

autossustentável. Uma solução real seria o abandono do neoliberalismo e a reestruturação do capitalismo como um todo, incluindo a ampliação do papel do Estado (KOTZ, 2013, p. 291-293).

Em resumo, os últimos quinze anos de pesquisas em termos de estruturas sociais de acumulação foram marcados por algumas inflexões, em termos teóricos e analíticos. Os adeptos da escola não viam, de modo geral, nas décadas de 1980 e 1990, uma estrutura social de acumulação em funcionamento. A partir do ano 2000, devido à persistência das formas institucionais estabelecidas nas duas décadas anteriores – enfraquecimento da classe trabalhadora, globalização comercial e financeira, desregulamentação de vários setores da economia, ideologia que exalta o livre mercado e o empreendedorismo, políticas fiscais e monetárias voltadas ao controle de preços e não ao combate do desemprego – o conceito de estrutura social de acumulação foi reinterpretado para dar conta dessa nova realidade, que já durava ao menos vinte anos.

Desse modo, uma estrutura social de acumulação deixou de ser um conjunto de instituições que possibilitariam uma elevada taxa de crescimento econômico por um longo período de tempo, para ser um conjunto de instituições que garante a estabilidade dos conflitos sociais e de classe no capitalismo¹¹⁰.

A crise econômica que eclodiu em 2008 fez com que o número de trabalhos dos autores da escola da estrutura social de acumulação aumentasse nos últimos anos, justamente para compreender a crise, que foi diagnosticada por todos os membros da escola como resultante das instituições neoliberais. A crise atual marcaria o colapso do neoliberalismo, que deverá ser substituído por uma nova estrutura social de acumulação, depois de um longo período de conflitos sociais.

2.7 COMENTÁRIOS FINAIS

A abordagem das estruturas sociais de acumulação surgiu no final da década de 1970, procurando compreender a crise econômica, iniciada ainda no final dos anos 1960, mas agravada na década de 1970. Os autores que desenvolveram o conceito de estrutura social de acumulação são originários da economia política radical americana, um conjunto de autores

¹¹⁰ Uma outra estratégia para a compreensão do neoliberalismo enquanto uma estrutura social de acumulação viável foi a adotada por Lippit (2014), de defender que o neoliberalismo promoveu alto crescimento por alguns anos, pelo menos nos Estados Unidos. Essa argumentação tem alguns problemas para se sustentar. O principal deles é o de que a economia americana cresceu menos, em média, da década de 1980 em diante, do que no período consensualmente interpretado como de crise, os anos 1970.

que, a partir da década de 1960, retomou as obras de Marx, Veblen, Kalecki, Schumpeter, Baran, Sweezy e outros, para construir explicações, entre outros temas, para o imperialismo, o racismo, o sexismo, as ondas longas do capitalismo, as transformações do mundo do trabalho. Foram justamente as pesquisas sobre os dois últimos assuntos que serviram de inspiração para o surgimento e a consolidação do conceito central da escola. O conceito de estrutura social de acumulação inicialmente foi utilizado para explicar os ciclos de Kondratiev, períodos de pouco mais de vinte anos de alto crescimento econômico seguidos de períodos de estagnação aproximadamente de mesma duração. Os primeiros trabalhos da EESA procuraram desenvolver uma teoria intermediária do capitalismo, que tomasse como base a análise de Marx, mas que evitasse tanto ficar no nível mais abstrato de análise, quanto se perder nas evidências empíricas.

Nas décadas de 1980 e 1990, o conceito de estrutura social de acumulação foi utilizado para a compreensão da emergência e crise do período de alto crescimento econômico com ganhos salariais e melhoria das condições sociais, conhecido como a era de ouro do capitalismo. Os trabalhos publicados nas décadas de 1980 e 1990 interpretavam a economia americana do período como continuação da crise do sistema corporativo do pós-guerra.

Nesse mesmo período ocorreu uma transformação teórica no conceito central da abordagem. Uma estrutura social de acumulação não mais estava associada à periodicidade das ondas de Kondratiev, mas passou a ser compreendida como um arcabouço institucional que permitiria o elevado crescimento econômico por um longo período de tempo.

Quadro 2: Evolução da escola das estruturas sociais de acumulação

Elemento Fase	Motivação dos trabalhos	Conceito de estr. soc. acumulação	Estrutura do pós-guerra	Economia pós 1970
Trabalhos iniciais: (1978-1982)	Explicação das ondas longas. Mundo do trabalho.	Garante ondas de investimento. Mediação com teoria de Marx.	Investimento em infraestrutura. Crescimento acelerado.	Crise. Ausência de uma estrutura soc. de acumulação.
Anos 1980-1990	Compreender crise dos anos 1970. Cenários pós-crise.	Garante alto crescimento.	Estabilizava conflitos e permitia alto crescimento.	Crise. Ausência de uma estrutura soc. de acumulação.
Anos 2000	Compreender o neoliberalismo e a crise atual. Refinar os conceitos.	Estabilidade social e taxa de lucro. Não necessariamente promove alto crescimento.	Estabilizava conflitos e permitia alto crescimento.	Estrutura soc. de acumulação neoliberal desde os anos 1980.

Fonte: elaboração própria.

Mais recentemente, a partir do ano 2000, David Kotz e outros autores da EESA

(especialmente Martin Wolfson e Terrence McDonough) reconheceram que a abordagem adotou, de maneira equivocada, o pressuposto injustificado de que o capitalismo, para seu funcionamento normal, exige elevadas taxas de crescimento econômico. Devido à persistência do regime econômico de baixo crescimento, maior instabilidade e deterioração da distribuição econômica, que ficou conhecido como neoliberalismo, o conceito de estrutura social de acumulação foi novamente reinterpretado. Não mais se referiria à estrutura institucional que permitiria elevado crescimento, mas a uma estrutura institucional que garante a estabilidade dos conflitos sociais.

Nos últimos anos, após a eclosão da crise de 2008, houve uma nova onda de pesquisas em termos de estrutura social de acumulação. Os autores interpretaram a crise como o colapso do arcabouço neoliberal. A crise deve durar alguns anos e ser superada apenas pela criação de novas estruturas, construídas por intermédio de disputas políticas e do conflito entre as classes sociais.

3 ESCOLA FRANCESA DA REGULAÇÃO

3.1 INTRODUÇÃO

O capítulo tem por objetivo a compreensão do surgimento e das transformações da escola francesa da regulação, tendo como foco principal as modificações dos conceitos principais da escola – formas institucionais, modo de regulação e regime de acumulação – e a utilização desses mesmos termos para a compreensão das etapas do capitalismo, principalmente o fordismo e o pós-fordismo.

As expressões modo de regulação e regime de acumulação foram forjadas, primeiramente, para compreender o surgimento e a crise do regime de crescimento dos países avançados no pós-guerra. Depois foram utilizados na explicação de outros tipos de capitalismo, antes e depois do fordismo. Após a crise do fordismo, a abordagem da regulação (AR) se voltou à busca de padrões de desenvolvimento que pudessem substituir o fordismo. Depois do ano 2000, os adeptos da escola passaram a observar que o principal candidato a novo regime de acumulação, nos Estados Unidos, teria sido o regime de crescimento liderado pelas finanças.

A escola da regulação surgiu no ambiente acadêmico francês, influenciado pelo marxismo estruturalista e pela utilização de modelos macroeconômicos de inspiração keynesiana. Ocorre uma tensão, na origem dos conceitos da escola, entre uma utilização dos mesmos ligada à teoria de Marx e uma utilização historicista, que prescinde da concepção marxista acerca das características mais básicas do modo de produção. Em um primeiro momento, os adeptos da AR procuraram desenvolver os conceitos de Marx, mas, ao longo do tempo, a escola procurou adotar um ponto de vista mais historicista.

Antes de avançar a argumentação do capítulo, é necessário sublinhar dois pontos importantes para a compreensão da escola. Em primeiro lugar, é importante destacar que o termo regulação não se refere ao uso mais comum em economia, que é sinônimo de regulamentação, mas diz respeito à reprodução e à transformação do capitalismo, apreendidas por meio de conceitos que captem as regularidades observadas em determinada época do modo de produção. Nesse sentido, o conceito procura substituir a análise do equilíbrio geral da economia pela investigação do arcabouço institucional responsável pela estabilidade da reprodução do sistema econômico em suas diferentes fases.

Em segundo lugar, cabe observar que não há apenas uma abordagem de economia na França que utilize com frequência o conceito de regulação. Há pelo menos três dessas abordagens: a escola parisiense, a escola de Grenoble e a escola de Boccara. No presente

trabalho será analisada com profundidade apenas a vertente parisiense, considerada a mais importante. Para fins de fluência do texto, serão utilizados os termos escola francesa da regulação, escola da regulação, abordagem francesa da regulação e abordagem da regulação para se referir à mesma corrente, a escola parisiense da regulação, que é mais comumente referida na literatura como teoria francesa da regulação.

O restante desse capítulo se estrutura da seguinte maneira: na próxima seção será discutido o ambiente intelectual francês no qual emergiu a abordagem da regulação. Em seguida, serão analisados os textos fundadores da abordagem. Na sequência serão discutidas obras fundamentais da corrente nas décadas de 1980 e 1990. Por fim, serão analisadas as obras voltadas à compreensão do capitalismo contemporâneo.

3.2 ANTECEDENTES DA ABORDAGEM DA REGULAÇÃO

A compreensão dos antecedentes e das origens da abordagem da regulação é melhor feita levando-se em conta as transformações econômicas e políticas que ocorreram no mundo e, mais especificamente, na França, ao longo do século XX. É justamente a compreensão desses movimentos históricos de longo prazo que motivou o surgimento e o desenvolvimento da escola, como ficará claro ao longo do capítulo.

Obviamente que não é possível, no escopo desse texto, uma elaboração aprofundada acerca da história econômica e política da França do século XX. Serão citados apenas dois pontos principais que contribuem para elucidar o surgimento da corrente: a aceitação de concepções marxistas e de esquerda em geral, no ambiente intelectual francês e a importância de instituições de planejamento na reconstrução da economia do país no pós-guerra e na organização de um ambiente de debate econômico que favoreceu o surgimento da escola francesa da regulação.

As reflexões da AR emergiram no contexto de estagflação dos anos 1960 e 1970, procurando esclarecer tanto as razões para o período de elevado crescimento – se comparado a outros períodos da história do capitalismo – do pós-guerra, quanto o tipo específico de crise, a estagflação, que foi diversa da espiral deflacionária da Grande Depressão. Com o intuito de evitar uma regressão infinita ao longo do ambiente intelectual, econômico e político francês, essa reflexão inicial acerca do surgimento da escola tomará como ponto de partida justamente o período do pós-guerra.

Tradicionalmente, a história política da república francesa é dividida em quatro períodos. A Primeira República foi instituída pouco depois da Revolução Francesa e durou de

1792 a 1799. A Segunda República foi instaurada após a revolução de 1848 e durou até a restauração da monarquia por Luís Bonaparte em 1852. A Terceira República perdurou de 1870, ano da queda de Luís Bonaparte (devido à derrota na Guerra Franco-Prussiana), até 1940, quando a França foi ocupada pelos nazistas e foi implantado o regime colaboracionista de Vichy. A Quarta República teve início em 1946 e foi encerrada em 1958, quando uma nova constituição inaugurou a Quinta República. Do ponto de vista do presente trabalho apenas os dois últimos períodos são importantes.

Diferentemente dos Estados Unidos, não ocorreu na França, no período do pós-guerra, uma “caça às bruxas”, que tenha colocado em segundo plano ideias reformistas, progressistas, radicais ou marxistas. Em grande medida devido ao papel que os agentes de esquerda desempenharam na resistência ao nazismo, as ideologias citadas encontraram um ambiente mais favorável ao seu desenvolvimento e puderam desempenhar um papel central em um dos períodos históricos de mais rápida transformação política, econômica e social: o período do pós-guerra. Este período foi marcado, no âmbito político, pela Quarta República e, no plano econômico, pela reconstrução da economia. No âmbito político, os partidos e grupos gaullistas, comunistas, socialistas e democratas-cristãos formaram a coalisão que governou o país.

Nesse mesmo período, a sociedade francesa passou por uma série de transformações estruturais, que incluem o direito das mulheres ao voto, a implantação de um sistema de seguridade social, a implantação de um setor público industrial e financeiro, além da criação de órgãos estatais de planejamento, responsáveis, nesse primeiro momento, pelo projeto de reconstrução da economia francesa.

Entre as organizações de planejamento destacam-se o *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (INSEE – Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos – anteriormente chamado de *Statistique Générale de la France*), responsável por coletar e produzir informações sobre a economia francesa, o *Service des Études Économiques et Financières* (SEEF – Serviço de Estudos Econômicos e Financeiros), que calcula as contas nacionais e o orçamento, depois renomeado para *Direction de la Prévision* (DP – Diretoria de Previsão) e, finalmente, o *Commissariat Général du Plan* (Comissariado Geral de Planejamento), órgão que realizava o planejamento da economia, com base na negociação e com o diálogo entre o Estado, os empresários e os sindicatos (VIDAL, 2001, p. 14-15).

Os teóricos da regulação tiveram uma formação de engenharia econômica, principalmente na Escola Politécnica, onde tiveram uma formação voltada ao uso de métodos quantitativos em economia. Vidal (2001, p. 14-15) nota que em meados dos anos 1970, os principais autores regulacionistas trabalhavam em órgãos de planejamento do governo francês.

Aglietta trabalhava no INSEE, Boyer no *Centre d'Études des Revenus et des Coûts* (CERC – Centro de Estudo dos Rendimentos e dos Custos) e, posteriormente, na *Direction de la Prévision*, Lipietz no *Centre d'Études Prospectives d'Économie Mathématique Appliquées à la Planification* (CEPREMAP – Centro de Estudos de Previsão em Economia Matemática aplicada à Planificação). Tanto o CEPREMAP quanto o CERC são associados ao *Commissariat Général du Plan*.

Durante as décadas de 1960 a 1980, ou seja, durante as primeiras décadas da Quinta República, predominaram os governos socialistas (ou de centro-esquerda) e gaullistas. Estes últimos, como o nome indica, foram influenciados pelas ideias de Charles de Gaulle, político favorável a uma terceira via entre capitalismo e comunismo, defensor das coalisões de classe (em vez do confronto) e adepto de práticas keynesianas e de planeamento económico.

Durante a Quarta República e a Quinta República, o papel dos economistas nos institutos de pesquisa e planeamento franceses incluía a interpretação de dados de médio e longo prazo e a construção de modelos macroeconómicos de inspiração keynesiana. Entretanto, depois da segunda metade dos anos 1960, assim como em outras partes do mundo, notadamente nos Estados Unidos, os modelos keynesianos não mais apresentavam boas previsões, especialmente da relação entre inflação e desemprego, sintetizada na curva de Phillips. Porém, diferentemente dos Estados Unidos, que assistiram à ascensão do monetarismo, boa parte dos economistas franceses foram buscar explicações para a quebra da estabilidade na relação entre inflação e desemprego em Keynes, Kalecki, Marx e uma variedade de economistas heterodoxos.

As primeiras obras dos autores que mais tarde fundariam a abordagem da regulação procuravam desenvolver e refinar modelos macroeconómicos e económicos de inspiração keynesiana, utilizados nos órgãos de planeamento (AGLIETTA, COURBIS, 1969; BOULLÉ, BOYER, MAZIER, GASTON, 1974). Em um segundo momento, os autores exploram as limitações de tais modelos, analisando-os de forma crítica (AGLIETTA, 1971; BOYER, 1976). Os textos críticos aos modelos macroeconómicos apresentam importantes elementos que viriam a fazer parte do pensamento regulacionista e serão explorados a seguir.

Aglietta publicou, em 1971, um artigo cuja principal temática é a explicação da evolução dos salários na França nas décadas de 1950 e 1960. Depois de rejeitar as explicações neoclássicas e com base na curva de Phillips para a relação entre preços e salários, e de realizar uma análise estatística da relação entre salários, inflação, desemprego e autofinanciamento das empresas, o autor defende uma perspectiva centrada na reprodução da força de trabalho, inspirada em Marx, que serviu, no texto, de base para uma breve análise histórica da conjuntura

econômica do país.

É importante destacar que, no que se refere à interpretação da obra de Marx na França dos anos 1960 e 1970, a obra de Louis Althusser era a principal referência. O autor desenvolveu o marxismo estruturalista, que foi uma das influências da escola francesa da regulação. Muito embora não seja possível, no escopo do presente trabalho, realizar uma análise pormenorizada da contribuição de Althusser, será comentado, brevemente, algumas das temáticas levantadas pelo autor.

O estruturalismo havia sido desenvolvido, na linguística, por Ferdinand de Saussure e no pensamento social por Lévi-Strauss. No marxismo, o principal autor estruturalista é Louis Althusser. De acordo com Vidal (2001, p. 29-33), o estruturalismo apresenta três características principais: 1) a busca por explicações profundas para os fenômenos sociais. Tais explicações compreenderiam o mundo empírico e superficial com base em estruturas escondidas; 2) há preferência pela sincronia em detrimento da diacronia. Os sistemas são compreendidos com base em suas interdependências e sua reprodução, em vez de suas transformações e rupturas; 3) predomina o holismo metodológico, que implica que as formas sociais se reproduzem independentemente da consciência dos indivíduos, que não tem outra escolha senão a reprodução de determinada estrutura.

O marxismo estruturalista de Althusser procurava compreender os modos de produção enquanto estruturas, capazes de se reproduzir, e que deveriam ser investigadas com base em suas propriedades estruturais, destacando assim, os elementos sincrônicos da teoria, em contraposição aos diacrônicos. Ao colocar toda a ênfase do marxismo nas estruturas, o autor combatia tendências historicistas e humanistas do marxismo. As obras de maturidade de Marx (em contraposição às obras da juventude ou do período de transição entre a juventude e a maturidade) foram consideradas por Althusser como anti-historicistas e anti-humanistas.

Como consequência do tipo de análise desenvolvida, Althusser dava pouca importância aos agentes políticos e às classes sociais, que eram vistos apenas como suportes das relações sociais, reproduzindo as propriedades estruturais. Qualquer ação humana é explicada pelas estruturas, ou limitada por essas. Os agentes seriam fetichizados pelas estruturas, ou seja, eles naturalizariam ou coisificariam as relações sociais, possuindo uma compreensão ideológica das mesmas, que só poderia ser superada por uma compreensão teórica correta. Outra consequência da ênfase teórica nas estruturas é o combate às influências de Hegel no pensamento de Marx e no marxismo. Os principais elementos do hegelianismo combatidos por Althusser são o historicismo e a dialética (ALTHUSSER, BALIBAR, 1970).

Uma última característica do marxismo estruturalista de Althusser que vale a pena

destacar é que o modo de produção, isto é, a articulação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, delimitariam qual estrutura – política, econômica, cultural etc – seria determinante, em última instância. No caso específico do modo de produção capitalista, a estrutura econômica seria a determinante em última instância.

Os regulacionistas franceses foram marcados pela releitura crítica de Marx e de Althusser (LIPIETZ, 1993; BRAGA NETO, 2002; JESSOP, SUM 2006, p. 37-38). Eles rejeitavam a ênfase althusseriana em formas invariantes e analisavam a reprodução do sistema capitalista utilizando conceitos menos abstratos, como modo de regulação e regime de acumulação, que incluem tanto elementos sincrônicos quanto diacrônicos, e procuram explicitar como os agentes econômicos atuam. Será notado, ao longo do capítulo, que o estruturalismo e o determinismo estiveram presentes na corrente regulacionista, pelo menos nos trabalhos dos anos 1970 e 1980, embora a AR tenha como uma de suas marcas principais a crítica a concepções a-históricas da economia.

Coriat (1994a), por exemplo, realizando uma crítica que também dirige aos autores neoclássicos e aos keynesianos, argumenta que tais escolas teriam dificuldade de compreender as mudanças históricas do capitalismo¹¹¹. O mesmo problema aconteceria com o althusserianismo, que teria a vantagem de sublinhar a centralidade das relações de produção, “mas a pesquisa althusseriana estaria, do nosso ponto de vista, perdida naquilo que os althusserianos (principalmente Balibar) chamavam de pesquisa das invariantes do modo de produção capitalista. E, certamente, não é por meio de invariantes que se pode explicar o movimento e a passagem do crescimento à crise, as diferenças e as formas específicas” (CORIAT, 1994a, p. 6)¹¹².

Retornando ao texto de Aglietta de 1971, o período do pós-guerra, estudado pelo autor, é descrito como uma época de generalização das relações de produção capitalistas, de concentração empresarial, ampliação da concorrência internacional, de maior taxa de lucro, centralização dos recursos financeiros (que exigem um controle e orientação por parte do Estado). Este passaria a garantir um salário indireto, por meio de um sistema público de transferências sociais, além de construir equipamentos de uso coletivo e realizar política fiscal (AGLIETTA, 1971, p. 90-91).

111 Será notado, ao longo deste capítulo, que a crítica central da AR aos autores keynesianos, neoclássicos ou marxistas passa pela suposta adesão desses autores a explicações a-históricas do funcionamento do capitalismo.

112 “Mais, la recherche althussérienne s’était, à notre avis, perdue dans ce que les althussériens (Balibar notamment...) appelaient eux-mêmes la recherche des invariants du mode de production capitaliste. Et, bien sûr, ce n’est pas avec les invariants qu’on peut expliquer le mouvement et le passage de la croissance à la crise, les différences et les formes spécifiques” (CORIAT, 1994a, p. 6).

Na parte final do artigo é realizado um estudo detalhado das mudanças salariais na França. Diversos fatores, como a recuperação da economia no pós-guerra, a ajuda americana, os gastos militares (em parte relacionados à Guerra da Coreia, mas posteriormente à Guerra da Argélia), o grau de abertura comercial, as políticas fiscal e tributária, as diferenças setoriais, os investimentos públicos, as convenções coletivas, a taxa de inflação, os ganhos de produtividade e os aumentos de salário mínimo influenciariam o comportamento do salário real (AGLIETTA, 1971).

Todas as transformações do capitalismo francês elencadas acima deveriam ser explicadas pela ampliação da presença do Estado na economia, que se daria, paradoxalmente, em um momento no qual estaria sendo desmontado o aparato de economia de guerra. Tal fenômeno seria explicado pela ampliação da escala de produção do mais-valor:

(...) A característica principal do conjunto do período 1959-1967 foi a regularidade da evolução média dos salários reais, que aparecem claramente desde 1960, até o começo de 1968 (...). Tal regularidade deve ser pesquisada na política global do Estado. De fato, o aparente retorno à livre determinação dos preços e salários e a intervenção cada vez mais diversificada do Estado no processo de reprodução de capital não devem ser pensados como contraditórios. Eles respondem, ao contrário, à mesma exigência de uma ampliação e do desenvolvimento regular da mais-valor na escala do conjunto do sistema produtivo (...) (AGLIETTA, 1971, p. 110)¹¹³.

Pelo menos seis características centrais do que viria a ser a escola parisiense da regulação já se encontravam presentes nesse texto de Michel Aglietta (1971), ainda que de forma pouco sistematizada. A primeira característica é a centralidade da reprodução da relação capital-trabalho, herdada do próprio Marx, que está presente na própria temática do texto e é desenvolvida ao longo de toda a argumentação.

A segunda característica é a diferenciação entre regimes de crescimento com menor grau de inovação tecnológica (crescimento extensivo) e aqueles nos quais a produtividade aumenta com maior rapidez (crescimento intensivo)¹¹⁴. Esse elemento, que aparece de forma secundária, em apenas um parágrafo desse texto, e mais tarde será central para a AR, já estava

113 “(...) la caractéristique principale de l'ensemble de la période 1959-1967 a été la régularité de l'évolution moyenne des salaires réels qui apparaît nettement à partir de 1960 et jusqu'au début de 1968 (...). Cette régularité doit être recherchée dans la politique globale de l'Etat. En effet l'apparent retour à la libre détermination des prix et des salaires et l'intervention de plus en plus diversifiée de l'Etat dans les processus de reproduction du capital ne doivent pas être pensés comme antinomiques. Ils répondent au contraire à la même exigence d'un élargissement et d'un développement régulier de la plus-value à l'échelle de l'ensemble du système productif (...)” (AGLIETTA, 1971, p. 110).

114 “Ainsi les conditions financières d'une accumulation non plus extensive (reconstitution des capacités de production), mais intensive (recherche des innovations techniques) et concrétisée par des progrès de productivité spectaculaires étaient réunies. Mais ce type d'accumulation provoqua un développement de l'emploi très différencié suivant les secteurs, dont les conséquences sur la détermination des salaires furent importantes” (AGLIETTA, 1971, p. 105).

presente nas teorias do imperialismo, pelo menos desde Hobson, que notou uma elevação do crescimento da produtividade no final do século XIX.

O terceiro ponto que permanecerá como marca da abordagem é a concepção, herdada da economia política clássica, da escola histórica alemã e do institucionalismo original, de que a economia não pode ser entendida sem se levar em conta o Estado. No texto de Aglietta, o Estado participa ativamente de todas as fases da reprodução de capital, seja contribuindo com a formação da força de trabalho, demandando produtos específicos, garantindo financiamento a setores considerados importantes ou apenas garantindo um arcabouço jurídico para o funcionamento de todos os mercados¹¹⁵.

O quarto elemento é a utilização do termo regulação. O autor usa a expressão algumas vezes, mas ainda sem o conteúdo conceitual que mais tarde será dado pela abordagem, embora o termo já se refira à regularização das atividades econômicas. Por exemplo, na passagem a seguir: “Observemos que a existência de uma ligação inversa entre o aumento da taxa de salário por hora e a taxa de subemprego traduz o fato de que o mercado de trabalho não está em equilíbrio, mas que ele exerce um efeito regulador da evolução dos salários” (AGLIETTA, 1971, p. 83)¹¹⁶.

A quinta característica duradoura é a adoção, mesmo que implícita, de uma aproximação crítica com o keynesianismo. Aglietta foi influenciado pelos modelos macroeconômicos de inspiração keynesiana, utilizados pelos órgãos estatais de planejamento na França. Por um lado, ele reconhece a incapacidade desses modelos de lidarem com as transformações qualitativas do capitalismo. Por outro lado, adota, de modo implícito, o princípio da demanda efetiva como arcabouço macroeconômico.

Um sexto elemento regulacionista já presente nesse texto de Aglietta (1971) é a

115 “Le contrôle de la formation des revenus (c'est-à-dire essentiellement du rapport salaire/profit), la récupération d'une partie du salaire par l'impôt et l'épargne, le partage inégal de la plus-value et l'orientation des fonds centralisés au profit des grands groupes industriels et financiers n'est pas qu'une affaire de partage des revenus, il suppose une politique globale dans laquelle l'Etat intervient dans toutes les phases de la reproduction des capitaux: au niveau des processus de production (prise en charge d'une partie de la recherche, formation de la main-d'œuvre), de l'organisation du marché de l'emploi (politique de l'immigration, mesures d'incitation à la mobilité, au travail féminin, recrutement de la main-d'œuvre nécessaire au fonctionnement des administrations...), du soutien ou de la garantie de certains marchés dont il est le seul (ou le principal) débouché, de la circulation des revenus (prélèvements sur les salaires et la plus-value, transferts, mise en place de certaines formes de drainage de l'épargne), du financement (prise en charge des activités non rentables, association de capitaux publics et privés sous diverses formes juridiques, coordination des organes financiers publics par lesquels passent une part non négligeable des capitaux de prêt, action sur le crédit, interventions sur le marché financier)” (AGLIETTA, 1971, p. 111).

116 “Retenons-en que l'existence d'une liaison inverse entre l'accroissement du taux de salaire horaire et le taux de sous-emploi traduit le fait que le marché du travail n'est pas en équilibre, mais qu'il exerce un effet régulateur sur le rythme d'évolution des salaires” (AGLIETTA, 1971, p. 83).

análise do mercado de trabalho com base em mudanças históricas e institucionais, rejeitando qualquer explicação a-histórica ou que leve em consideração apenas uma ou poucas variáveis.

Dando continuidade à análise de obras anteriores à formação da abordagem, é interessante mencionar um texto de Boyer publicado em 1976, que procura compreender a relação entre a história dos modelos macroeconômicos e a dinâmica da macroeconomia francesa nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. Neste texto, Boyer utiliza vários elementos que farão parte do núcleo conceitual e analítico da AR.

O autor observa três momentos distintos na economia do país, que estariam associados a três padrões diversos de modelização. O primeiro momento, de emergência da macroeconomia na França, coincidiria com o período de reconstrução do pós-guerra. Nessa etapa da história francesa, as lutas de classes teriam sido colocadas em segundo plano, em relação ao objetivo de reconstruir a economia. O investimento e o consumo cresceram rapidamente. O Estado construiu instituições de financiamento e de intervenção, além de nacionalizar setores importantes e orientar os investimentos. A restrição externa ao crescimento não seria um problema, em virtude do Plano Marshall. Nessas condições históricas, seria fácil compreender a prevalência de modelos multisetoriais de planejamento, do tipo de Von Neumann, como ferramenta macroeconômica mais utilizada (BOYER, 1976, p. 887-892).

Em um segundo momento, no começo dos anos 1950, teria ocorrido um deslocamento das prioridades das políticas macroeconômicas no país. A preocupação central não mais seria a reconstrução da capacidade produtiva, mas a elevação da demanda, de modo a ampliar os níveis de produção e de emprego. Apareceriam os problemas da inflação e da restrição externa. Também apareceriam as disputas pela distribuição de renda. O Estado passaria a desempenhar um papel menos central, mais ocupado com o controle dos ciclos econômicos do que com a intervenção direta nos variados setores. Os modelos utilizados pelas autoridades econômicas passam a ser de inspiração keynesiana (não mais multisetoriais, mas totalmente agregados), nos quais o nível de produção seria limitado pela demanda agregada (BOYER, 1976, p. 892-902).

Posteriormente, ao longo dos anos 1960, o problema de elevação da produção passaria a ser subordinado às restrições de um ambiente internacional mais concorrencial. A especialização internacional limitaria o crescimento. Os modelos adotados diferenciam um setor fechado, isolado da concorrência internacional, de um setor aberto, no qual os preços seriam determinados no mercado mundial. O principal setor determinante do ritmo de atividade, que se favoreceria de forma limitada das políticas fiscais keynesianas tradicionais, seria aquele ligado ao comércio internacional. As políticas públicas mais adequadas a esse tipo de economia

seriam aquelas que facilitam a competitividade e o financiamento empresarial (BOYER, 1976, p. 902-907).

Boyer (1976, p. 907), estabelece, então, duas questões a serem respondidas no restante do texto:

- Existe atualmente um modelo macroeconômico cuja lógica se imponha com a mesma força que parecem impor os três esquemas apresentados anteriormente?
- Pode-se substituir a intuição dos praticantes por um método rigoroso de seleção de tais modelos que são melhor adaptados à situação historicamente determinada de um sistema econômico e social? (BOYER, 1976, p. 907)¹¹⁷.

O autor, no que se refere à primeira questão, não se mostra otimista em relação aos resultados teóricos e práticos obtidos com os diversos modelos, cuja sucessão não representaria um acúmulo de conhecimento, dado que geralmente os sucessivos modelos seriam incompatíveis. Desse modo, respondendo à segunda indagação, a sucessão dos modelos macroeconômicos seria melhor compreendida como resultado das mudanças nas relações sociais, nas formas institucionais e nas organizações políticas (ou seja, segundo a expressão utilizada no texto, “a regulação de conjunto”) que prevaleceriam em determinado período¹¹⁸. O estudo das mudanças qualitativas da regulação de conjunto da economia possibilitaria a construção mais rigorosa de modelos que captariam melhor as condições estruturais da economia (BOYER, 1976, p. 925-932).

A metodologia adotada pelo autor combina a análise histórica da dinâmica macroeconômica com a análise histórica dos modelos macroeconômicos, estratégia metodológica que marcará, como ficará claro ao longo deste capítulo, a escola francesa da regulação, embora nesse texto ainda não propriamente regulacionista de Boyer, não seja utilizada a história de longo prazo, mas apenas a descrição de diferentes fases de uma mesma etapa do capitalismo, que viria a ser chamada, em textos posteriores, de fordismo.

Já aparece, nesse texto pioneiro de Boyer, o arcabouço conceitual básico que a escola da regulação utilizará para captar o comportamento de longo prazo da dinâmica institucional e macroeconômica de um determinado país, centrado no conceito de “regulação

117 “— Existe-t-il actuellement un modèle macroéconomique dont la logique s'impose avec la même force que semblent le faire les trois schémas antérieurement présentés?

— Peut-on substituer à l'intuition des praticiens une méthode rigoureuse de sélection de ceux des modèles qui sont les mieux adaptés à la situation historiquement déterminée d'un système économique et social?” (BOYER, 1976, p. 907).

118 “(...) si, de façon préliminaire à la modélisation proprement dite, sont clairement caractérisées les relations sociales, formes institutionnelles et organisations politiques qui prévalent dans le système économique considéré, il est possible d'explicitier les types de relations entre agents macroéconomiques, qui conduisent à la dynamique observée des grandeurs macroéconomiques” (BOYER, 1976, p. 930).

do conjunto”¹¹⁹. Este conceito, por sua vez, já se encontra baseado nas cinco formas institucionais que nortearão a investigação acerca dos diferentes arcabouços institucionais do capitalismo: a organização da moeda e do crédito; a inserção internacional; a relação de trabalho; a forma das estruturas industriais e o padrão de ação estatal¹²⁰. A análise em termos dessas cinco formas institucionais principais será uma marca perene da AR.

O conceito de regulação, como mencionado no capítulo 1, já era utilizado pela economia marxista francesa anteriormente às obras de Aglietta, Boyer e Lipietz sobre o assunto. Os primeiros usos do termo se deram com os trabalhos de Paul Boccara e Destanne de Bernis.

Jessop e Sum (2006, p. 18-24) apresentam uma narrativa detalhada da origem do termo regulação no pensamento econômico francês. Para esses autores, foi Boccara quem primeiro utilizou a expressão, no debate acerca do capitalismo monopolista de Estado, travado no âmbito do Partido Comunista Francês. O conceito de regulação foi utilizado para descrever os fenômenos de sobreacumulação e de desvalorização do capital, que regulariam a lei da tendência decrescente da taxa de lucro¹²¹. Depois disso, o conceito foi introduzido na escola de Grenoble – marcada pela contribuição de Perroux e Palloix –, na qual de Bernis se insere como o principal desenvolvedor de uma análise em termos de regulação. Em Grenoble foi fundado o GRREC, *Groupe de Recherche sur la Régulation d'Économies Capitalistes*, que identifica três tipos de capitalismo: concorrencial, monopolista e monopolista de Estado. Ainda de acordo com Jessop e Sum (2006, p. 31-34), embora Boccara tenha utilizado primeiro o conceito de regulação, o fez de modo pré-teórico. O conteúdo teórico do termo teria sido desenvolvido simultaneamente, ao longo da década de 1970, pelas três correntes regulacionistas francesas, que teriam se influenciado mutuamente¹²².

A abordagem da regulação herdou, do grupo de Boccara, a preocupação com as

119 A expressão aparece em algumas passagens, como essa a seguir: “Ainsi, chacun de ces modèles ne ferait que retracer une dynamique partielle et non les caractéristiques de la nouvelle régulation d'ensemble” (BOYER, 1976, p. 928).

120 “On ne saurait pour autant en déduire que l'évolution observée de 1945 à 1975 est le produit d'un même ensemble de mécanismes, invariants sur la totalité de la période: état des structures industrielles, caractéristiques des échanges avec l'extérieur, nature des relations sociales du travail, degré et impact de l'intervention de l'Etat, organisation monétaire et financière... introduisent a priori autant de différences entre, par exemple, l'économie française des années 1945 et celle des années 1975” (BOYER, 1976, p. 883).

121 A contribuição de Boccara já foi comentada no capítulo 1.

122 Destanne de Bernis (1975) defendia, em linha com os argumentos posteriores de Aglietta (1979), que uma teoria da regulação deveria ser desenvolvida como uma alternativa ao equilíbrio geral. A teoria da regulação deveria ser compatível com o tempo histórico, deveria analisar a economia com base em leis tendenciais (tais como as desenvolvidas pela economia política clássica) e compreender as transformações qualitativas do capitalismo com base em mudanças nos “tipos de procedimentos sociais necessários para a regulação de conjunto” (DE BERNIS, 1975, p. 924).

instituições sendo responsáveis pelas regularidades do capitalismo. Porém, rejeitaram tanto a ênfase excessiva no Estado, quanto a utilização de explicações a-históricas para as crises econômicas, tais como a queda da taxa de lucro (CORIAT, 1994a, p. 7).

No caso específico do presente capítulo, que procura analisar com profundidade apenas a vertente regulacionista parisiense, é importante notar que o conceito de regulação se consolidou no âmbito do INSEE e do CEPREMAP, no contexto de discussões conjuntas acerca da tese de doutorado de Michel Aglietta, nos anos de 1974-75, assim como no próprio CEPREMAP e no CORDES, no contexto das discussões tratando da inflação na França (JESSOP, SUM, 2006, p. 35-36). O próximo item explorará os principais frutos desses debates, investigando os textos fundadores da escola parisiense da regulação.

3.3 TRABALHOS FUNDADORES

A obra de Michel Aglietta, “*Régulation et crises du capitalisme*”, baseou-se na tese de doutorado defendida em 1974. O livro foi publicado na França em 1976 e nos Estados Unidos, em 1979, com o título de “*A theory of capitalist regulation: the US experience*”. É considerada a obra na qual a abordagem francesa da regulação é sistematizada pela primeira vez.

Segundo Jessop e Sum (2006, p. 38), a tese de Aglietta, que antecedeu ao livro, ainda não era propriamente uma obra regulacionista, pois não desenvolvia uma teoria da regulação nem tampouco uma narrativa acerca do fordismo. Seria centrada na mudança da acumulação extensiva para a intensiva e nas mudanças estruturais que regulavam tal mudança. Apenas depois de mudanças substantivas é que Aglietta publicou o livro que ficaria marcado como a primeira sistematização da escola da regulação.

Assim como outros importantes economistas da época, Aglietta¹²³ (1979, p. 9-11) se mostra insatisfeito com duas características principais da doutrina econômica predominante: a inability de expressar o pensamento em termos do tempo histórico e a incapacidade de captar o conteúdo social e conflituoso das relações econômicas. Observa que as teorias econômicas predominantes são a do equilíbrio geral neoclássico e da síntese neoclássica, que apresentam grande dificuldade de lidar com as crises e com o tempo histórico. Procura então, assim como outros autores franceses do período, desenvolver o conceito de regulação, como

123 Aglietta (1979, p. 9) cita Joan Robinson, Nicholas Kaldor e Destanne de Bernis como exemplo de pensadores insatisfeitos com a teoria econômica predominante.

alternativa ao paradigma neoclássico.

Mais especificamente, propõe a construção de uma teoria da regulação que busque ser uma alternativa ao paradigma do equilíbrio geral. O conceito de regulação procura dar conta tanto da reprodução do sistema quanto da sua transformação qualitativa. Procurando seguir a tradição do marxismo francês, parte do conceito de modo de produção, mas buscar ir além das leituras marxistas da época, investigando as diferentes formas nas quais o modo de produção se reproduz e investigando os momentos nos quais ocorrem rupturas na reprodução do sistema econômico (AGLIETTA, 1979, p. 12-13).

Refletindo acerca dos seus trabalhos iniciais, cerca de duas décadas depois, Aglietta (1994) explicou que partiu de uma dupla insatisfação. A primeira insatisfação se dava com a teoria do crescimento dominante na época, marcadamente a obra de Solow, que não conseguiria explicar adequadamente o crescimento econômico e os ganhos de produtividade. Como resposta a esse problema, o crescimento seria visto, pela abordagem da regulação, como resultado de fatores endógenos, que incluíam a interação entre o progresso da produtividade e a expansão dos rendimentos, notadamente os salários.

A segunda insatisfação era referente à teoria marxista convencional, que seria baseada na inexorabilidade das crises, na lei da tendência decrescente da taxa de lucro e na categoria de capitalismo monopolista de Estado. A resposta regulacionista a essas insuficiências do marxismo se daria por meio da análise da dinâmica longa do capitalismo, destacando diversas fases históricas nas quais a acumulação de capital se submeteria a diferentes compromissos institucionalizados. Mais especificamente, o primeiro livro de Aglietta destacaria a emergência da sociedade salarial, no século XX, o que demandaria uma atualização das pesquisas de Marx.

A ênfase na reprodução e na transformação das relações econômicas contrasta com a visão naturalista e imutável do ser humano calculista maximizador, que predomina nas abordagens neoclássicas. O comportamento humano torna-se mais complexo, passível de explicações que procuram dar conta dos diferentes tipos de comportamento e das suas mudanças no tempo e no espaço. Tais comportamentos servem de base ao conceito de instituição.

O conceito de instituição é o elemento central que permite a adoção de um ponto de vista historicista na escola da regulação. Entretanto, desde o texto fundador de Aglietta há, no âmbito da AR, uma tensão, que, como será mostrado, não é bem resolvida, entre, por um lado, a caracterização geral do modo de produção capitalista e, por outro lado, a compreensão do sistema econômico como um conjunto de instituições que são sempre historicamente

determinadas e, por isso, não podem ser analisadas de um ponto de vista a-histórico, estrutural, abstrato, seja tal ponto de vista de natureza neoclássica, keynesiana ou mesmo marxista¹²⁴.

Na passagem a seguir, por exemplo, o autor enfatiza o equívoco do estudo de leis econômicas abstratas: “O estudo da regulação capitalista, portanto, não pode ser a investigação de leis econômicas abstratas. É o estudo da transformação das relações sociais na medida em que elas criam formas novas, que são tanto econômicas quanto não-econômicas, que são organizadas em estruturas e reproduzem elas mesmas uma estrutura determinante, o modo de produção” (AGLIETTA, 1979, p. 16)¹²⁵. Essa citação expressa a tensão entre uma abordagem historicista, contrária às “leis econômicas abstratas” e a existência de uma “estrutura determinante, o modo de produção”. Será mostrado que a própria obra pioneira de Aglietta não adota um ponto de vista historicista, ao se apoiar, pelo menos parcialmente, em leis econômicas abstratas. E também será mostrado, no próximo capítulo, que a falta de uma análise adequada da “estrutura determinante, o modo de produção”, seria uma insuficiência séria da abordagem.

A maneira como o argumento do primeiro livro de Aglietta é organizado é a seguinte: o autor parte da análise de Marx do modo de produção capitalista, para depois construir novos conceitos, menos abstratos, derivados das transformações no processo de trabalho, para, por fim, realizar uma exposição acerca do desenvolvimento histórico do capitalismo estadunidense. Tal exposição, por sua vez, é centrada nas mudanças nas normas de produção e consumo, nas transformações da relação monetária e nas formas específicas de crise econômica. A estratégia adotada permitiria “desenvolver o potencial dos conceitos de Marx empregando-os em um estudo crítico das principais transformações sociais do século passado” (AGLIETTA, 1979, p. 17)¹²⁶.

Desse modo, Aglietta procura, primeiramente, interpretar a teoria do valor de Marx. O autor afirma que não é objetivo da obra de Marx estabelecer um conjunto de preços de equilíbrio, ou seja, uma teoria dos preços. O que a teoria do valor de Marx procuraria descrever seriam a relação capital-trabalho e as leis da acumulação e da competição no sistema capitalista,

124 Coriat (1994a), por exemplo, inicia seu texto identificando as especificidades da AR em relação às outras linhas de pensamento econômico (principalmente abordagens neoclássicas, keynesianas e marxistas), na explicação da estagflação. E critica todas essas abordagens pelo que caracteriza como uma incapacidade de compreensão da mudança histórica.

125 “The study of capitalist regulation, therefore, cannot be the investigation of abstract economic laws. It is the study of the transformation of social relations as it creates new forms that are both economic and non-economic, that are organized in structures and themselves reproduce a determinant structure, the mode of production” (AGLIETTA, 1979, p. 16).

126 “The objective of this work, in other words, is to develop the potential of Marx’s concepts by deploying them in a critical study of the major social transformations of the past century” (AGLIETTA, 1979, p. 17).

responsáveis pela reprodução do trabalho social e pela distribuição do mesmo entre duas classes sociais, a burguesia e o proletariado (AGLIETTA, 1979, p. 18).

Diferentemente dos autores estudiosos do imperialismo e do capitalismo monopolista, o autor não centra sua análise nas mudanças das formas de concorrência. As transformações do modo de produção capitalista se dariam, fundamentalmente, na esfera da relação salarial, elemento chave para a compreensão dos diferentes modos de regulação.

No primeiro capítulo¹²⁷, Aglietta (1979, p. 37-39) desenvolve a concepção de que a relação salarial é o ponto de partida da análise. Do conceito de relação salarial retoma algumas categorias fundamentais de Marx, como trabalho abstrato, valor e mais valor. O valor advém da generalização da relação mercantil, quando os diferentes trabalhos são igualados, na forma de trabalho abstrato, que cria o “espaço homogêneo do valor”.

Superando a questão da transformação dos valores em preços, argumenta que a divisão do trabalho abstrato total em valor da força de trabalho e mais-valor apenas tem sentido para a economia como um todo: “A relação salarial é definida no espaço homogêneo do valor. A clivagem que ela introduz é definida diretamente e apenas tem sentido no nível macroeconômico” (AGLIETTA, 1979, p. 46)¹²⁸.

A concorrência faria com que os capitalistas procurassem sempre produzir de forma mais barata e uma das formas mais simples de se fazer isso seria ampliando a jornada de trabalho ou diminuindo as porosidades da jornada de trabalho, ou seja, produzindo mais valor absoluto. Outra forma de reduzir custos se daria por meio da diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção, ou seja, produzindo mais valor relativo.

Continuando o argumento, Aglietta realiza uma análise histórica do capitalismo americano tendo por base uma interpretação particular dos esquemas de reprodução de Marx. Tal interpretação advoga a tendência ao desenvolvimento desigual dos dois departamentos da produção capitalista. O departamento I, produtor de bens de capital, tenderia a ter suas forças produtivas revolucionadas mais rapidamente que o departamento II, produtor de bens de consumo. Essa desigualdade entre os departamentos poderia causar crises no sistema capitalista. A compatibilização entre os dois setores só seria possível por meio de

127 Uma das linhas de pesquisa sugeridas por Aglietta (1979, p. 28-29) é o desenvolvimento de uma teoria do Estado, seguindo os trabalhos de Manuel Castells, Tony Negri, Joachim Hirsch, James O'Connor, Ralph Miliband e Antonio Gramsci. Os aparatos de Estado, as diferentes forças políticas que se manifestam no Estado e a formação de hegemonias são elementos citados por Aglietta. Não é objetivo explorar, na presente tese, as concepções regulacionistas sobre o Estado. Bob Jessop (JESSOP, SUM, 2006) foi o autor que melhor trabalhou a relação entre o Estado e a teoria da regulação.

128 “The wage relation is defined in the homogeneous space of value. The cleavage that it introduces is defined directly, and only has any meaning at the macroeconomic level” (AGLIETTA, 1979, p. 46).

transformações na relação salarial. O autor, então, propõe uma análise do capitalismo centrada nas mudanças do valor dos dois setores e nas transformações da relação salarial:

O desenvolvimento dos dois departamentos deve, então, proceder em uma determinada harmonia. No entanto, as condições sociais que promovem o desenvolvimento desigual do Departamento I e aquelas que tornam possível essa harmonização não são imediatamente compatíveis, uma vez que [os departamentos] são espontaneamente independentes. Eles só podem ser compatibilizados tendencialmente, por meio de um desenvolvimento temporal dos dois departamentos. Essa harmonia é criada por meio de mudanças radicais nas relações de equivalência que afetam as trocas entre eles. O capital social só pode acumular por meio de tais mudanças radicais nas relações de valor que o constituem. Veremos que este modelo teórico torna possível ler a história da acumulação capitalista e interpretar as grandes crises que a pontuam (AGLIETTA, 1979, p. 57)¹²⁹.

Tal raciocínio tem duas hipóteses básicas por detrás: 1) os dois departamentos têm suas quantidades produzidas determinadas de forma independente; 2) a produtividade dos dois departamentos se comporta de maneira diversa. Naturalmente que as duas hipóteses são questionáveis. Com relação à primeira hipótese, diversos autores defendem que ocorre no capitalismo um efeito multiplicador de tipo keynesiano: as decisões de produção de bens de capital implicam em maior produção de bens de consumo. Outros autores defendem que ocorre um efeito acelerador: o aumento do consumo provoca a ampliação da produção de bens de capital. Há ainda autores que advogam que ambos os efeitos ocorrem¹³⁰. Já no que se refere à segunda hipótese, pode-se argumentar que os dois departamentos produzem utilizando tecnologias aproximadas (o próprio conceito de fordismo enquanto um paradigma tecnológico indica isso). Pode-se também argumentar que os setores industriais das economias capitalistas como um todo trabalham com margens de capacidade ociosa justamente para evitar um descompasso entre a própria oferta e a demanda.

O argumento principal do livro pode ser resumido em algumas observações sobre a lógica do sistema capitalista, o que contradiz a pretensão historicista de Aglietta e aproxima a obra ao método estruturalista. Segundo Aglietta, haveria uma tendência ao crescimento desigual dos dois setores principais produtores de bens no capitalismo. Com o crescimento da produtividade do setor I, produtor de bens de capital, poderiam ocorrer crises de desproporção na economia. Tal problema seria evitado, por sua vez, se o segundo setor, produtor de bens de

129 “The development of the two departments must thus necessarily proceed in a certain harmony. Yet the social conditions that promote the uneven development of Department I and those that make possible this harmonization are not immediately compatible, since they are spontaneously independent. They can only be made compatible tendentially, by way of a temporal development of the two departments in which this harmony is created by radical changes in the equivalence relations affecting exchanges between them. Social capital can only accumulate by such radical changes in the value relations that constitute it. We shall see that this theoretical model makes it possible to read the history of capitalist accumulation and interpret the major crises that punctuate it” (AGLIETTA, 1979, p. 57).

130 Uma referência a essa discussão é Serrano (1996).

consumo, crescesse de tamanho. O setor de bens de consumo cresce se os trabalhadores começarem a consumir mais:

A acumulação capitalista necessariamente encontra obstáculos. Ela deriva seu impulso do desenvolvimento desigual do Departamento I. Mas este desenvolvimento desigual encontra uma barreira no curso da acumulação. Esta barreira, que é sempre latente, só pode ser superada se a produção capitalista revolucionar as condições de existência da classe assalariada. É somente por meio dessa transformação social que a produção de mercadorias pode alcançar um ritmo de expansão que permite pelo menos uma realização tendencial do desenvolvimento harmonioso dos dois departamentos, que é uma condição necessária para um ritmo regular de acumulação (AGLIETTA, 1979, p. 60-61)¹³¹.

Ficará claro ao longo do capítulo, que a abordagem da regulação não desenvolveu a intuição de Aglietta de que a história do capitalismo deveria ser explicada pelas mudanças nas relações entre os dois departamentos da economia. Este modelo explicativo, que se inspira no livro II de *O Capital*, padece dos mesmos equívocos das interpretações de autores como Luxemburgo, Tugan-Baranovski e Hilferding, de que os esquemas de reprodução podem ser aplicados diretamente ao entendimento concreto do capitalismo¹³².

Entretanto, outra característica da argumentação pioneira de Aglietta foi adotada nos trabalhos ligados à escola da regulação, ainda que sofra da mesma insuficiência de base empírica e teórica: a periodização do capitalismo com base em regimes de acumulação intensiva *versus* extensiva.

No primeiro livro de Aglietta, os dois regimes de acumulação seriam as formas viáveis de solução do descompasso de crescimento entre os dois departamentos. No regime de acumulação extensiva prevalece a extração de mais-valia absoluta (é um regime de baixo crescimento da produtividade), enquanto na acumulação intensiva prevalece a extração de mais-valia relativa (neste caso ocorreria elevado crescimento da produtividade). Somente no segundo regime a classe assalariada formaria uma norma de consumo em massa:

O regime de acumulação predominantemente intensiva cria um novo padrão de vida para a classe assalariada, estabelecendo uma lógica que opera sobre a totalidade do tempo e do espaço, ocupada ou atravessada por seus indivíduos no dia-a-dia. É formada uma norma social de consumo, que não mais depende de qualquer forma de vida comunitária, mas inteiramente de um código abstrato de utilitarismo (AGLIETTA, 1979, p. 71)¹³³.

131 “Capitalist accumulation necessarily comes up against obstacles. It derives its impulse from the uneven development of Department I. But this uneven development meets a barrier in the course of the accumulation. This barrier, which is always latent, can only be raised if capitalist production revolutionizes the conditions of existence of the wage-earning class. It is only by this social transformation that commodity production can achieve a rhythm of expansion which permits at least a tendential realization of that harmonious development of the two departments which is a necessary condition for a regular rhythm of accumulation” (AGLIETTA, 1979, p. 60-61).

132 Tais utilizações dos esquemas de reprodução já foram mencionadas no primeiro capítulo do presente trabalho.

133 “The predominantly intensive regime of accumulation creates a new mode of life for the wage-earning class by establishing a logic that operates on the totality of time and space occupied or traversed by its individuals in daily life. A social consumption norm is formed, which no longer depends in any way on communal life, but

Além dessa argumentação teórica, o autor desenvolve uma narrativa sobre a história econômica estadunidense. Aglietta (1979, p. 78-79) nota que a Guerra Civil americana, o ponto de partida da análise histórica, foi um dos episódios que mais ímpeto trouxe ao processo de acumulação. Houve grande produção de armamentos, explosivos e equipamentos militares em geral, extensão da comunicação, mecanização da produção têxtil e de couro. Também ocorreu expansão da dívida pública e emissão de moeda sem lastro.

De acordo com o autor, as grandes transformações do processo de trabalho teriam começado no século XIX. A mecanização, substituição de tarefas antes executadas pelas pessoas por ferramentas que atuam mecanicamente, faria dos trabalhadores apêndices das máquinas. Como ficará claro neste capítulo, a abordagem da regulação, estranhamente, dá pouca atenção às grandes mudanças tecnológicas ocorridas a partir de meados do século XIX, enfatizando apenas transformações organizacionais ocorridas a partir da última década do século XIX, o taylorismo, e as transformações originadas no período entreguerras, o fordismo.

A origem do taylorismo estaria associada às lutas de classe do final do século XIX. O taylorismo tem como característica central a busca por um maior controle do processo de trabalho, por parte da gerência da firma, que realiza estudos de tempos e de movimentos (AGLIETTA, 1979, p. 113-115). Já o fordismo, marcaria uma mudança qualitativa e quantitativa do capitalismo, iniciando uma nova etapa do modo de produção, caracterizado pelo regime de acumulação intensiva. O fordismo articularia o processo de produção e o modo de consumo. Em termos do processo de produção, o fordismo introduziria a linha de montagem semiautomática.

O primeiro país que teve esse último sistema produtivo generalizado foram os Estados Unidos (AGLIETTA, 1979, p. 116-117). O fordismo intensifica diversas tendências presentes anteriormente no capitalismo: “O fordismo desenvolveu ainda mais a mecanização do trabalho, aumentou a intensidade do trabalho, radicalizou a separação entre trabalho manual e intelectual, sujeitou rigorosamente os trabalhadores à lei da acumulação e virou contra eles o progresso científico como um poder a serviço da expansão uniforme do valor” (AGLIETTA, 1979, p. 117-118)¹³⁴.

No que se refere a esse assunto central da escola, o fordismo, por um lado, alguns

entirely on an abstract code of utilitarianism” (AGLIETTA, 1979, p. 71).

134 “Fordism further developed the mechanization of labour, increased the intensity of work, radicalized the separation between manual and mental labour, rigorously subjected workers to the law of accumulation and turned scientific progress against them as a power serving the uniform expansion of value” (AGLIETTA, 1979, p. 117-118).

dos temas que marcarão a corrente, tais como os diferentes ritmos de crescimento da produtividade e as transformações do processo de trabalho, aparecem na obra pioneira de Aglietta. Por outro lado, ainda não aparecem outros planos do fenômeno do fordismo, já que as instituições destacadas são apenas aquelas ligadas ao consumo. O regime de acumulação do pós-guerra aparece mais como uma consequência da produção em massa do que dos conflitos sociais, da luta de classes e das instituições. O Estado e as relações internacionais estão praticamente ausentes na narrativa.

Dando continuidade à análise da narrativa histórica, Aglietta apresenta uma interpretação para a Crise de 1929, que posteriormente será a explicação padrão adotada pelos regulacionistas franceses até os dias de hoje. Em termos da conceitualização básica da AR, as origens do regime de acumulação intensiva remontariam ao começo do século XX, quando teria ocorrido a ampliação da produtividade do trabalho advinda da introdução de técnicas tayloristas e fordistas. Porém, a demanda seria limitada pela pequena capacidade de consumo da classe trabalhadora. Essa seria uma das principais causas da Crise de 1929. Para a superação da contradição entre a ampliação dos salários e o crescimento da produtividade teria sido necessário o estabelecimento de um sistema de barganha salarial coletiva.

O fordismo teria passado por duas décadas de rápido crescimento, diminuição do desemprego e ampliação do consumo privado. Mais recentemente, com a crise que se iniciou no final da década de 1960, o processo teria sido análogo: a dificuldade de manter os elevados ganhos de produtividade da era de ouro acabaria por gerar a estagflação¹³⁵.

A disrupção do fordismo teria se iniciado com a ampliação da luta de classes na produção. Os trabalhadores teriam começado a questionar a fragmentação das tarefas e a intensificação do trabalho (AGLIETTA, 1979, p. 162). A crise, entretanto, não se restringiria às disputas diretamente relacionadas ao processo de produção. Ela atingiria o regime de acumulação intensiva. A desaceleração dos ganhos de produtividade, oriunda da exaustão técnica e social do sistema de linha de montagem, teria feito com que os capitalistas atacassem

135 “The development potential of these branches was enormous, but from 1926 onwards threatening signs indicated that it was nearing the limits of social demand. The output of consumer durables started to stagnate. The working-class market could not yet be reached under the social conditions of production of the time. But the transformation of these conditions by the advent of the New Deal and the establishment of collective bargaining permitted capitalist accumulation to go forward on the entire front of Department II immediately after the Second World War (which created greater possibilities of subsequent development than did the First). This accelerated accumulation began to falter again in the mid-1960s. To explain this crisis, we shall analyse the limits to the saving of living labour and the extension of surplus labour in the framework of current labour processes, the increasing difficulties in further revolutionizing the conditions of existence of the wage-earning class in the direction of an ever more total dependence on commodity production, and the significant rise in social overheads that is linked with the generalization of commodity relationships” (AGLIETTA, 1979, p. 87).

diretamente tanto o salário real quanto os custos sociais, que explodiram a partir de meados da década de 1960. Esses gastos sociais acelerados seriam decorrentes da própria generalização das estruturas produtivas fordistas. A superação da crise do fordismo passaria, portanto, pela necessária transformação das condições de produção dos meios de consumo coletivos (AGLIETTA, 1979, p. 163-169).

Ao mesmo tempo em que interpreta a história econômica dos Estados Unidos, Aglietta vislumbra possíveis estratégias de saída da crise do fordismo. Tal estrutura argumentativa, que combina descrições históricas com o desenho de possíveis cenários para o capitalismo no futuro, será outra das marcas perenes da abordagem da regulação.

Para vislumbrar um possível modelo substituto do fordismo, Aglietta retoma o termo neofordismo, atribuído por ele ao economista marxista francês Christian Palloix, estudioso do processo de trabalho e da internacionalização do capital. O neofordismo seria uma tentativa de reduzir os custos da produção fordista. Ainda não seria um sistema de produção predominante, mas, já em meados dos anos 1970, apresentaria algumas novidades em relação ao fordismo. Uma das principais novidades seria a implantação de sistemas integrados de produção, com máquinas que controlam o próprio processo de produção. A eletrônica e as máquinas-ferramentas de controle numérico seriam pré-condições para o sistema. O neofordismo seria adequado tanto à produção em massa quanto à produção em pequenos lotes. O controle do processo de trabalho não se daria mais individualmente, mas por meio do constrangimento coletivo ao trabalho (AGLIETTA, 1979, p. 122-130).

No último capítulo de seu livro, Aglietta trabalha os importantes temas da moeda e da inflação. Segundo o próprio autor, tal capítulo, que não se encontrava originalmente na tese, teria sido “bastante mal redigido” (AGLIETTA, 1994, p. 4). A moeda e a inflação são introduzidas no texto para auxiliar na compreensão das crises econômicas em geral e, mais especificamente, da crise do fordismo¹³⁶.

Deixando de lado a interpretação da história econômica dos Estados Unidos e os possíveis cenários de saída da crise do fordismo e retomando o tema da teoria econômica subjacente à obra de Aglietta, o autor rejeita a visão tradicionalmente aceita na teoria marxista de que as crises se manifestam a partir da lei da tendência decrescente da taxa de lucro¹³⁷. Essa

136 “Certes, par rapport à ma thèse, l’ouvrage publié a été enrichi d’un chapitre sur la monnaie, ce qui constituait déjà un important déplacement. Pourtant, ce chapitre m’est vite apparu assez mal rédigé. Il souffrait en particulier de ce que je n’avais sans doute pas encore bien perçu le caractère absolument central dans l’économie marchande du rapport monétaire” (AGLIETTA, 1994, p. 4).

137 A rejeição da lei da tendência decrescente da taxa de lucro é um tema comum aos textos regulacionistas parisienses em geral.

polêmica lei é reinterpretada de outra forma pelo autor, que a identifica como a tendência para a ocorrência de irregularidades no processo de acumulação capitalista (o que o autor chama de sobreacumulação). Tais irregularidades seriam mais evidentes no nível macro e só seriam superadas, ainda que temporariamente, por meio de transformações sociais mediadas pela luta de classes (AGLIETTA, 1979, p. 354-356).

As crises de sobreacumulação (*over-accumulation*) demonstrariam a unidade orgânica do modo de produção capitalista. São definidas da seguinte forma: “Há uma sobreacumulação de capital quando a obrigação da realização integral do valor recém-criado pela sociedade não pode mais ser efetivada por meio dos intercâmbios orgânicos entre os dois departamentos de produção” (AGLIETTA, 1979, p. 356)¹³⁸.

Uma das formas típicas das crises de sobreacumulação é a crise financeira, com seus movimentos de capital e de dinheiro autônomos em relação à produção de valor. Tais movimentos seriam guiados por ondas de euforia e de pânico. Durante o regime de acumulação intensiva, a forma típica de crise financeira, de acordo com Aglietta (1979, p. 365), é a inflação: “O processo inflacionário é a forma assumida pela crise financeira no regime de acumulação predominantemente intensiva estabelecido após o *New Deal*, quando a restrição monetária é expressa como a formação de um dinheiro nacional com uma moeda de curso forçado”¹³⁹.

Devido às instituições construídas para regular o regime de acumulação intensiva, ocorre a inflação rastejante (*creeping inflation*). Diversos autores identificaram a existência desse fenômeno nas décadas de 1960 e 1970. Aglietta identifica várias instituições necessárias para que ocorra a inflação rastejante. Em alguns momentos parece adotar uma posição monetarista: “O dinheiro que compra os produtos do trabalho novo da sociedade é perpetuamente maior que o integralizado na formação da renda” (AGLIETTA, 1979, p. 368)¹⁴⁰. Mas, em outros, observa que o conflito distributivo importa. Identifica também a necessidade de redução dos fundos de depreciação do capital em um contexto de rápida mudança tecnológica, ou “obsolescência programada” (AGLIETTA, 1979, p. 370). Aglietta se mostrou insatisfeito com as abordagens da inflação e da moeda desenvolvidas por ele em seu primeiro

138 “There is an over-accumulation of capital when the constraint of the full realization of the value newly created by society can no longer be effected by way of the organic exchanges between the two departments of production” (AGLIETTA, 1979, p. 356).

139 “The process of inflation is the form taken by the financial crisis under the regime of predominantly intensive accumulation established after the New Deal, when the monetary constraint is expressed as the formation of a national money with an enforced currency” (AGLIETTA, 1979, p. 365).

140 “The money that buys the products of society's new labour is thus perpetually greater than that integrated in the formation of income” (AGLIETTA, 1979, p. 368).

livro e, nas décadas seguintes, procurou desenvolver uma teoria econômica centrada na relação monetária.

Antes de analisar outros textos fundadores da escola parisiense da regulação, é importante sublinhar uma mudança de postura dos autores regulacionistas em relação à história. Na primeira parte deste capítulo, foi problematizada a origem da escola da regulação, com base em duas influências principais, o marxismo – seja ele o marxismo estruturalista de Althusser ou a versão elaborada para compreender o capitalismo monopolista de Estado – e o ambiente institucional da economia francesa, marcada pela utilização de modelos keynesianos de planejamento. Esses dois conjuntos de influências foram criticados, pelos autores regulacionistas, a partir de um ponto de vista historicista, que reconhece a pertinência das diversas contribuições em contextos históricos específicos, mas relativiza a utilização das análises para outros momentos da história.

A ferramenta analítica que os regulacionistas viriam a utilizar para compreender as mudanças qualitativas do capitalismo, e que não estava presente nesses textos anteriores ao livro de Aglietta, será a leitura da história econômica inspirada na escola dos Anais e na sociologia econômica, preocupada com as mudanças de longo prazo, seculares, do capitalismo. A história econômica nasceu nas últimas décadas do século XIX, período no qual o setor agrícola deixava, paulatinamente, de ser o principal setor e ocorriam grandes revoluções industriais, ligadas às ferrovias e à indústria têxtil. É o período no qual foram elaboradas as primeiras estatísticas sistemáticas de preços e de produção e foi também a época da Grande Depressão do século XIX (CHANU, 2011).

Outra grande convulsão no sistema econômico, a Crise de 1929, está associada a uma nova geração de pesquisas, que teria superado a primeira. A escola dos Anais, inspirada, em boa medida, nos trabalhos de história e de sociologia econômica de Simiand, refinou a análise das séries de preços e dos dados da demografia histórica, interpretadas do ponto de vista de “longuíssimo prazo”, das mudanças seculares (CHANU, 2011; AYMARD, 2011) ¹⁴¹:

A obra coletiva que melhor caracteriza esse período é a criação, em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre, dos *Annales*, com o título revelador de *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Foi entre 1929 e 1932, para dar uma explicação parcial, sem dúvida, porém coerente com a crise de 1929, que François Simiand aperfeiçoou sua teoria dos movimentos

141 Boyer (1990, p. 116) sublinha alguns paralelos entre a abordagem da regulação e a escola dos Anais. Parafraseando Labrousse, afirma que “cada sociedade tem a conjuntura e as crises de sua estrutura” e afirma que a proximidade entre as duas correntes “(...) não é casual, uma vez que este projeto apresenta grandes similitudes com o dos fundadores dos ‘Anais’ no período do entreguerras (A. Burguière): preocupação com as estruturas, os fenômenos coletivos e as formas de organização; recusa de uma utilização dogmática do marxismo; objetivo de elaborar mais um método e um questionário do que uma teoria; aplicação de um método generativo e comparativo; e abertura em direção às outras ciências sociais” (BOYER, 1990, p. 116).

de longa duração, superando-os tais como Kondratieff os havia concebido, vinculando-os, de modo pouco convincente, aos ciclos da atividade solar na teoria das fases que estaria destinada a um extraordinário sucesso na historiografia de língua francesa. Desde 1932, François Simiand havia começado a explicar a crise de 1929-32 pela superposição de uma crise cíclica e uma mudança de fase, comparando a situação daqueles anos à de 1873, 1817, e indicando, até mesmo, alguns referenciais na direção do início do século XVII e de meados do século XIV (CHANU, 2011, p. 219-220).

Os sociólogos franceses Simiand e Halbwachs realizaram análises da economia estadunidense que antecipam diversas contribuições regulacionistas sobre as transformações qualitativas da relação entre produção e consumo no país (STEINER, 2001). Tais autores teriam tomado contato com as contribuições de Veblen, Mitchell e Commons. Além disso, os estudos de Simiand e Halbwachs possuem semelhanças com a pesquisa realizada por outro importante autor que influenciou, de maneira mais direta, a AR. Trata-se de Gramsci (1978a), que, com sua análise do “americanismo e fordismo”, investigou as transformações na produção, no consumo e no modo de vida da sociedade estadunidense no contexto das transformações técnicas e organizacionais do fordismo.

O livro de Aglietta reuniu pela primeira vez os elementos que viriam a ser as características principais da abordagem francesa da regulação: a utilização crítica tanto do marxismo quanto do keynesianismo, a preocupação com as mudanças históricas de longo prazo e a investigação sociológica da economia, que substitui a análise do ser humano abstrato pelo estudo dos comportamentos reais e historicamente delimitados.

Enquanto Aglietta preparava a publicação do seu livro, ele foi influenciado (e influenciou) o grupo de pesquisa reunido no CEPREMAP e no INSEE (JESSOP, SUM, 2006, p. 35-36), que incluía nomes como Boyer e Lipietz e tinha como objetivo principal compreender as transformações do capitalismo francês, principalmente as origens históricas da estagflação da década de 1970 (VIDAL, 2001, p. 23).

Boyer e Lipietz ainda faziam parte de outro grupo de pesquisa, que reunia pesquisadores do CEPREMAP e do CORDES. Um dos primeiros relatórios realizados pelo grupo e publicado apenas parcialmente, foi “*Approches de l’inflation: l’exemple français*” (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978). É justamente a busca de causas para a persistência da inflação que motivou esse trabalho, que viria a ser outro dos textos fundadores do regulacionismo. Os pesquisadores reconhecem a inflação como um fenômeno importante na década de 1970 e quase inexistente até a década de 1960. Além disso, procuram compreender as razões de outras variáveis, como nível de emprego, de investimento e taxa de crescimento, também apresentarem comportamento diferente antes e depois da Segunda Guerra Mundial.

A hipótese básica adotada pelos autores para resolver o enigma da estagflação

persistente, inexplicável de um ponto de vista neoclássico, era o de que ela resultaria não de choques acidentais nos preços, mas das próprias características institucionais do sistema capitalista da época: “A hipótese de base da pesquisa é a de que essas mudanças não resultam de causas acidentais, mas refletem uma mudança fundamental, ainda que muito gradual, nas economias capitalistas. Esquematizando muito grosseiramente essa evolução, nós passamos de uma regulação concorrencial a uma regulação ‘monopolista’ (ou ‘administrada’)” (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 12)¹⁴². Por sua vez, uma regulação de conjunto monopolista, seria resultado de um regime de acumulação intensiva: “Demonstra-se então que a um regime de acumulação intensiva deve corresponder uma forma de regulação monopolista” (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 13)¹⁴³.

Segundo Benassy, Boyer e Lipietz (1978, p. 14-15), a regulação concorrencial se baseia numa relação salarial centrada nas forças de mercado. A concorrência entre os capitalistas se faria principalmente por meio dos preços e ocorreria uma intervenção bastante modesta do Estado na economia, que aconteceria predominantemente nos períodos de guerra. O padrão ouro restringiria a expansão monetária. A flexibilidade de salários e preços favoreceria o equilíbrio entre oferta e demanda.

Os autores argumentam que a outra regulação de conjunto possível, a monopolista, se baseia numa codificação coletiva do contrato de trabalho, que incorpora ganhos de produtividade ao salário real. Os preços passariam a ser fixados pelas maiores empresas. As políticas estatais de gasto público e de salário indireto garantiriam o equilíbrio entre oferta e demanda. O papel de prestador de última instância, realizado pelos Bancos Centrais, favoreceria tanto a estabilização da demanda quanto a expansão monetária por parte dos bancos, inviabilizando a existência de um padrão monetário metálico (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 14-15).

A regulação concorrencial teria sido consolidada, na França, a partir da Revolução Francesa, tendo como fundamento as transformações jurídicas e institucionais que ocorreram no país. Tais transformações visariam combater os elementos feudais da sociedade e estabelecer características do liberalismo econômico (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 15).

Raciocinando de forma análoga a Marx e aos teóricos do capitalismo monopolista

142 “L'hypothèse de base de la recherche est que ces changements ne résultent pas de causes accidentelles mais reflètent un changement fondamental, bien que très progressif, dans la régulation des économies capitalistes. En schématisant très grossièrement cette évolution, on passerait d'une régulation concurrentielle à une régulation 'monopoliste' (ou 'administrée')” (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 12).

143 “On montre alors qu'à un 'régime d'accumulation intensive' doit correspondre une forme de 'régulation monopoliste' ” (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 13).

analisados no primeiro capítulo, os autores argumentam que o próprio funcionamento normal da regulação concorrencial pode levar à sua superação. Isso ocorreria devido ao aumento da concentração e da centralização de capital e ao fato de os trabalhadores serem incentivados a se reunir, com o intuito de restringir a jornada de trabalho e também para proteger o salário nominal.

Os autores realizam uma análise histórica do capitalismo francês, na qual argumentam que a Primeira Guerra Mundial favoreceu a aceleração das mudanças estruturais e institucionais na direção de uma regulação monopolista: foram ampliados os gastos públicos; foi rompido o padrão ouro; teve início a negociação coletiva dos salários; algumas empresas tornaram-se maiores e com maior poder de mercado; as práticas produtivas tayloristas, que viriam a favorecer o surgimento do regime de acumulação intensiva, nas décadas seguintes, foram adotadas em diversos setores (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 16-17).

Contrastando com esse cenário econômico do primeiro grande conflito mundial, a década posterior teria assistido à diminuição da intervenção estatal, à reintrodução do padrão ouro e ao reestabelecimento dos salários negociados via mercado. Desse modo, a regulação predominante no período, e que estaria associada à origem da Grande Depressão, seria concorrencial. Somente depois da Segunda Guerra Mundial é que teriam ocorrido as reformas tanto na criação monetária, quanto nos determinantes do salário e nas formas da concorrência. Tais reformas só atingiriam seu ápice nos anos 1960¹⁴⁴.

Devido à regulação monopolista, o nível de salário real, que seria indexado, pouco seria afetado pelos aumentos de preços e mesmo pelo desemprego. Além disso, em diversos setores importantes, os salários seriam atrelados aos aumentos de produtividade. Como consequência macroeconômica, o nível de consumo é estável e também crescente (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 23). A expansão do crédito e os gastos governamentais seriam outros fatores importantes para o período inédito de mais de quinze anos de crescimento, inexistente no século XIX, época na qual não existiriam as instituições adequadas para uma acumulação tão acelerada, por tanto tempo.

Como todo modo de regulação, a regulação monopolista não está isenta de tensões e contradições. As fontes de instabilidade são de dois tipos principais. Em primeiro lugar, há uma contradição entre economias nacionais reguladas e a economia internacional, não

144 O governo francês adotou uma política de progressão do salário mínimo, além de der adotado instrumentos que permitem um maior salário indireto, dentro os quais se destacam seguridade social, seguro desemprego e assistência médica. Já na década de 1950, os salários de vários setores-chave se ligaram aos ganhos de produtividade (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 21-22).

submetida a uma regulação supranacional: “Finalmente, a regulação em ação nas economias capitalistas contemporâneas está longe de constituir um conjunto totalmente coerente, na medida em que permanecem, particularmente no plano internacional, desequilíbrios significativos que nenhum mecanismo de regulação estritamente econômico consegue absorver” (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 25)¹⁴⁵. A segunda grande fonte de instabilidade é a inflação, que pode surgir do funcionamento normal do arcabouço institucional, uma vez que esse possibilita o conflito distributivo e estimula políticas macroeconômicas expansionistas.

É justamente esse arcabouço institucional (e não eventos exógenos ao ambiente institucional, tais como as crises do petróleo) que deve ser compreendido para se encontrar as causas da persistência da inflação na década de 1970. O problema deveria ser entendido como resultado da regulação vigente, que inclui formação salarial, estruturas governamentais, formas da concorrência e padrão monetário (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 26).

As pesquisas que deram origem a esse texto de Benassy, Boyer e Lipietz também motivaram diferentes trabalhos desses autores. Entre os mais importantes deve-se destacar o livro de Boyer e Mistral, “*Accumulation, inflation, crises*”, publicado em 1978 e os livros de Lipietz, “*Crise et inflation: pourquoi?*”, publicado em 1979, e “*Le monde enchanté: de la valeur à l’envol inflationniste*”, de 1983. Devido ao fato de ser o primeiro livro de Robert Boyer que desenvolve a abordagem regulacionista francesa, “*Accumulation, inflation, crises*” merece uma análise pormenorizada. E por apresentar a culminação da pesquisa de Lipietz desenvolvida no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, “*Le monde enchanté*” também será objeto de uma discussão detalhada¹⁴⁶.

Boyer e Mistral (1978, p. 1) iniciam seu livro estabelecendo o objetivo de compreender a conjuntura econômica de estagflação do final da década de 1960 e dos anos 1970. Em sintonia com os textos anteriores de Boyer, que procuravam analisar as limitações dos modelos econométricos do período para explicar o comportamento macroeconômico do país, Boyer e Mistral (1978, p. 2-3) vislumbram duas estratégias possíveis para a teoria econômica. A primeira estratégia, aquela que predominava na época, procuraria introduzir adaptações parciais nos modelos macroeconômicos e econométricos, refinando-os e

145 “Finalement la régulation à l’œuvre dans les économies capitalistes contemporaines est loin de constituer un ensemble totalement cohérent dans la mesure où subsistent, en particulier au niveau international, d’importants déséquilibres, qu’aucun mécanisme régulateur strictement économique ne parvient à résorber” (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 25).

146 Lipietz planejava o lançamento de um segundo volume de “*Crise et inflation: pourquoi?*”, que nunca foi publicado.

modificando-os para dar conta de mudanças na realidade econômica. Uma segunda estratégia, entretanto, procuraria captar as mudanças históricas e institucionais que seriam o pano de fundo dos modelos: “Portanto, para além de tais adaptações parciais, se coloca um problema teórico mais fundamental: a escolha de uma interpretação global suscetível de integrar e de unificar o conjunto das análises parciais que tratam do emprego, da formação dos rendimentos, dos preços etc” (BOYER, MISTRAL, 1978, p. 2)¹⁴⁷. A segunda estratégia é a marca do tipo de abordagem da regulação que Boyer desenvolverá na sua obra.

Assim como no primeiro livro de Aglietta, os autores buscam partir da análise marxista do modo de produção capitalista, visto como uma totalidade estruturada, mas dinâmica, historicamente mutável. Entretanto, diferentemente de outros textos pioneiros regulacionistas, a referência a Marx se limita ao conceito de modo de produção, não abarcando a teoria do valor ou uma discussão mais detalhada da obra de Marx.

Um importante elemento regulacionista destacado nessa obra é que a economia não é vista com uma instância independente dos universos da cultura e da política, mas todas essas instâncias são consideradas relativamente autônomas. Esse ponto de vista, desenvolvido por outros autores do marxismo francês (principalmente Paul Boccara e Destanne de Bernis), seria o ponto de partida lógico para a substituição do conceito de equilíbrio de mercado pela concepção da economia regulada por instituições:

Assim, o modo de produção capitalista aparece como uma totalidade estruturada e dinâmica: esses dois aspectos não receberam, na literatura marxista, a mesma atenção. Na verdade, as principais interpretações feitas desenvolvem a hipótese da autonomia relativa das instâncias econômicas, políticas e ideológicas e organizam a sua interdependência em referência às condições para a reprodução do sistema social em conjunto. No campo da economia, esta abordagem leva a substituir o conceito de equilíbrio de mercado – regulador universal do comportamento individual – pelo de regulação, o qual condensa o conjunto das práticas necessárias para a reprodução da relação social constitutiva do modo de produção, o assalariamento, descrito por alguns como “invariante estrutural” (BOYER, MISTRAL, 1978, p. 3)¹⁴⁸.

A abordagem em termos de regulação busca oferecer uma estratégia que supere as dicotomias entre indivíduos e estruturas, entre teoria pura e trabalhos empíricos e entre indução

147 “Pourtant, au-delà de ces adaptations partielles, se trouve posé un problème théorique plus fondamental: celui du choix d’une interpretation globale susceptible d’intégrer et de fédérer l’ensemble des analyses partielles traitant de l’emploi, de la formation des revenus, des prix etc” (BOYER, MISTRAL, 1978, p. 2).

148 “Ainsi le mode de production capitaliste apparaît-il comme une totalité structurée et dynamique: ces deux aspects n’ont pas reçu, dans la littérature marxiste, la même attention. De fait, des propositions de portée majeure ont été faites qui développent l’hypothèse de l’autonomie relative des instances économiques, politiques et idéologiques et organisent leur interdépendance par référence aux conditions nécessaires à la reproduction du système social dans son ensemble. Dans le champ de l’économie, cette approche conduit à substituer au concept d’équilibre de marchés – régulateur universel des comportements individuels – celui de régulation dans lequel se condense l’ensemble des pratiques nécessaires à la reproduction du rapport social constitutif du mode de production, le salariat, qualifié par certains ‘d’invariant structurel’” (BOYER, MISTRAL, 1978, p. 3).

e dedução (BOYER, MISTRAL, 1978, p. 4-5). Para tal, centra sua análise nos conceitos de regulação e formas institucionais, que procurariam fazer justamente as mediações entre indivíduos e estruturas, entre teoria e pesquisa empírica e entre indução e dedução.

Os autores começam o primeiro capítulo do livro argumentando que diferentes esquemas teóricos, como o princípio da demanda efetiva, a análise do crescimento em termos da contribuição dos fatores de produção ou a teoria monetarista, conseguem explicar alguns aspectos da realidade, mas não a totalidade da dinâmica econômica, tampouco as inflexões de tendências ou as rupturas nas séries econômicas (BOYER, MISTRAL, 1978, p. 9-10).

No restante do primeiro capítulo mencionam algumas características da economia francesa da era de ouro do capitalismo, tais como: os elevados ganhos salariais; o rápido crescimento da produtividade (explicado por diferentes fatores, que incluem a reorganização do processo produtivo e a ampliação da mecanização); a tardia abertura comercial, iniciada somente com o Mercado Comum, em 1958; as políticas econômicas de industrialização e estímulo ao crédito; a existência de uma taxa moderada de inflação, que afetava os preços relativos; a elevada taxa de crescimento econômico do país entre 1968 e 1973, em comparação com outras das principais economias do mundo, como Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido.

No segundo capítulo, Boyer e Mistral (1978) desenvolvem um modelo macroeconômico multisetorial composto por quatro ramos: agricultura, indústrias diversas (de bens intermediários e de consumo), indústria de equipamentos e setor de transporte e serviços. O modelo funciona da seguinte maneira: para uma dada demanda exógena, são fixados os níveis de produção, troca e valor agregado dos diferentes setores. A diferença entre o crescimento dos salários no setor produtor de bens de equipamentos e os salários dos demais ramos produtivos gera uma tensão no mercado de trabalho. A regra de ajuste salarial é que definirá, ainda de acordo com o modelo, a taxa de inflação (o padrão monetário fiduciário permite que o sistema monetário acomode mudanças salariais via mudanças nos preços).

É justamente a descoberta das causas da aceleração inflacionária entre 1968 e 1973 um dos principais objetivos do livro, como o próprio título do mesmo deixa claro. Os autores rejeitam as hipóteses de que a inflação tenha sido causada por políticas monetárias expansionistas ou que fosse importada de outros países (BOYER, MISTRAL, 1978, p. 89-90). E adotam uma nova hipótese, que sintetiza um dos argumentos centrais da escola da regulação: o argumento de que a estagflação foi uma das grandes crises do capitalismo, que estão associadas a mudanças estruturais, que rompem a estabilidade do conjunto de instituições prevalecente.

Na parte final do livro, os autores desenvolvem uma comparação entre a crise dos anos 1970 e a crise da década de 1930. Do ponto de vista da presente tese, essa é a parte mais importante do livro, pois expõe a compreensão dos autores acerca das mudanças de longo prazo do capitalismo. O aspecto que primeiro os autores procuram compreender é a contradição de que a recessão na década de 1930 provocou uma deflação, enquanto a dos anos 1970 provocou inflação (BOYER, MISTRAL, 1978, p. 159). As diferenças entre a economia da década de 1930 e a economia da década de 1970 não se resumiriam à presença de políticas macroeconômicas keynesianas, mas corresponderiam, em grande medida, a diversas transformações estruturais ocorridas nas relações de trabalho, no plano da concorrência empresarial e na introdução da moeda fiduciária:

Não deveria ser frequentemente superestimada a influência das ditas revoluções “keynesianas”. As mudanças ocorridas na determinação do emprego (e correspondentemente do consumo), os mecanismos de formação dos lucros e, certamente, o pleno desenvolvimento da moeda de curso forçado, exercem de fato uma influência muito mais decisiva (BOYER, MISTRAL, 1978, p. 159-160)¹⁴⁹.

A crise de 1929 já havia sido explicada por alguns fatores fundamentais, como a ampliação dos ativos financeiros e do endividamento muito acima da produção, a tendência estagnacionista do capitalismo ou a tendência à queda da taxa de lucro. Segundo Boyer e Mistral (1978, p. 170-177), esses são apenas sintomas do problema mais fundamental: o descompasso entre a capacidade de acumulação e as normas sociais de salário nominal, de consumo e de demanda.

Os autores comparam as crises de 1929 e da década de 1970, levando em conta diversas variáveis da economia francesa, tais como o nível de consumo e de formação de capital fixo, os volumes de emprego e de salário, as taxas de inflação e de crescimento econômico. E concluem, por um lado, que a primeira crise foi característica de uma regulação de conjunto concorrencial, cuja disrupção teria sido marcada por uma espiral deflacionária, na qual o aumento do desemprego teria provocado a queda da produção, que, por sua vez, realimentaria um novo aumento na taxa de desemprego. Portanto, a Grande Depressão teria sido uma crise de sobreacumulação. Por outro lado, a crise que motivou a publicação do livro teria sido resultado de uma regulação monopolista, na qual os preços e os contratos de trabalho seriam mais rígidos e as políticas fiscal e monetária anticíclicas impediriam o agravamento da recessão (o que enfraqueceria os trabalhadores), ao mesmo tempo em que impediriam a diminuição da

149 “Il ne faudrait pas pour autant surestimer l’influence des révolutions dites ‘keynésiennes’. Les changements intervenus concernant les déterminations de l’emploi (et corrélativement de la consommation), les mécanismes de formation des profits et bien sûr le plein développement de la monnaie à cours forcé, exercent en effet une influence beaucoup plus décisive encore” (BOYER, MISTRAL, 1978, p. 159-160).

inflação. A combinação de um período de menor acumulação com a ampliação das disputas pela distribuição de renda teria provocado a crise de estagflação (BOYER, MISTRAL, 1978, p. 159-196).

A última obra da fase inicial da AR que será destacada é o livro “*Le monde enchanté: de la valeur à l’envol inflationniste*”. Nesta obra, Lipietz diagnostica uma crise do marxismo, especialmente no campo da economia. Uma das razões para tal crise seria a ausência de soluções plenamente satisfatórias para o problema da transformação dos valores em preços. E, portanto, um dos objetivos do livro seria a proposição de uma solução para tal problema. Para lançar uma luz sobre a relação entre valores e preços, o autor considerou que os marxistas deveriam tratar de um modo mais sério o “mundo encantado”, dos preços e rendas expressos em moeda, em vez de se fixar apenas no mundo desencantado dos valores e da apropriação do trabalho social (LIPIETZ, 1983, p. 11-15).

A exploração das relações entre o mundo encantado (ou exotérico) e o mundo desencantado (ou esotérico) traria elementos para o segundo objetivo principal do livro, a compreensão da crise inflacionária que atingia as economias francesa e mundial: “Eu acredito, de fato, que é na exploração desse mundo, no estudo da interação entre esse mundo encantado dos preços propostos, dos lucros esperados, dos salários exigidos, e o mundo desencantado da luta cega pela apropriação do produto do trabalho social, que se oculta a chave do segredo das crises, e particularmente da crise inflacionária atual” (LIPIETZ, 1983, p. 15)¹⁵⁰.

A teoria esotérica diria respeito às relações internas (numa analogia feita com a astronomia, a teoria esotérica explicaria o movimento dos planetas), enquanto a teoria exotérica se referiria às relações aparentes (o que, seguindo a mesma analogia, seria o movimento aparente do Sol). Um aspecto destacado pelo autor é o de que a distinção entre esotérico e exotérico não é o mesmo que a distinção entre níveis mais abstratos e mais concretos, pois tanto o mundo esotérico quanto o exotérico estariam presentes em diferentes níveis de abstração. Outro aspecto destacado pelo autor é que o mundo esotérico seria capaz de explicar o exotérico, mas este não se reduz ao primeiro (LIPIETZ, 1983, p. 19-22).

O mundo encantado seria o mundo fetichizado dos hábitos e das instituições. A relação entre o mundo encantado e o mundo desencantado é o assunto que o autor explorou nos primeiros capítulos do livro. Mais especificamente, no segundo capítulo, o autor explora as três

150 “Je crois en effet que c’est dans l’exploration de ce monde, dans l’étude de l’interaction entre ce monde enchanté des prix proposés, des profits attendu, des salaires exigés, et le monde désenchanté de la lutte aveugle pour l’appropriation du produit du travail social, que se cache la clé du secret des crises, et en particulier de la crise inflationniste actuelle” (LIPIETZ, 1983, p. 15).

relações sociais essenciais do modo de produção capitalista: a relação mercantil, a relação capital-trabalho e a relação de apropriação¹⁵¹. E desenvolve um argumento relacionando os aspectos esotéricos e exotéricos dessas três relações sociais.

A primeira relação social, a relação mercantil, corresponde, no plano esotérico, ao fato de o trabalho da sociedade ser dividido usando como mediação o mercado. Os produtores procuram validar socialmente seu trabalho e com isso adquirir uma parte equivalente do trabalho social. A lógica desse tipo de relação faria com que uma mercadoria seja escolhida como equivalente geral. Do ponto de vista exotérico, a relação mercantil faz com que os produtos do trabalho humanos sejam considerados inerentemente como mercadorias e que tais produtos sejam trocados por intermédio dos preços, que distribuem os produtos do trabalho (LIPIETZ, 1983, p. 31-35).

A relação capital-trabalho, do ponto de vista esotérico, se refere à separação entre os produtores diretos e os meios de produção, que são propriedade dos capitalistas. Os trabalhadores são pagos com uma parcela do valor agregado por eles. No plano exotérico, o mais-valor aparece como uma remuneração da iniciativa dos capitalistas ou da produtividade dos meios de produção (LIPIETZ, 1983, p. 35-36).

A relação de apropriação, do ponto de vista esotérico, corresponderia à expropriação do saber operário, a sistematização do trabalho social, que, dominado pelo capital, tem de ser cada vez mais produtivo. No plano exotérico, esse processo faz com que o aumento da capacidade produtiva do trabalho apareça como aumento da produtividade do capital (LIPIETZ, 1983, p. 39-40)¹⁵². No restante do capítulo 2 e no capítulo seguinte, o autor elabora a relação entre os valores e os preços das mercadorias.

Depois de reconhecer a multiplicidade de capitais (industrial, comercial, bancário), a importância do Estado e a presença de produtores independentes (não capitalistas), Lipietz (1983, p. 103-111; 113-118) argumenta que o mundo encantado possui autonomia em relação ao mundo desencantado. Seguindo a argumentação de Marx, defende que os agentes não seriam compelidos a seguir cegamente as leis coercitivas do modo de produção, mas teriam liberdade para atuar conforme a consciência e adotar diferentes estratégias ao se relacionar com os demais

151 Lipietz (1983, p. 29-31) argumenta que o capitalismo não pode existir em um estado puro, sem a presença de outras relações sociais, tais como as relações familiares, ou entre os sexos. No mundo real tais interações são centrais, mas no estudo do modo de produção capitalista poderiam ser colocadas em segundo plano (embora não devam ser reduzidas analiticamente à lógica do modo de produção).

152 Lipietz defende que o aumento da composição orgânica do capital poderia, inclusive, provocar a queda da taxa de lucro, concepção que contradiz a grande maioria das obras regulacionistas parisienses, tais como o livro baseado na tese de doutorado de Aglietta e os textos de Boyer.

atores sociais. Isso faria com que o mundo encantado tenha autonomia relativa.

Quando o mundo esotérico do trabalho social determinando os valores entra em choque com o mundo exotérico dos preços, salários, juros, lucros e aluguéis, ocorre uma crise: “Quando as divergências entre o esotérico e o exotérico começam a se acumular, é a crise que, deve finalmente, seja restaurar violentamente a unidade, seja impulsionar uma transformação do sistema de relações” (LIPIETZ, 1983, p. 127)¹⁵³. Uma das possíveis fontes de crise ocorreria quando a remuneração nominal de algum fator de produção cresce mais que a renda agregada, gerando um conflito distributivo (LIPIETZ, 1983, p. 128-133)¹⁵⁴.

Lipietz aplica a dicotomia entre os âmbitos esotérico e exotérico da economia ao comparar as crises principais do capitalismo do século XX. Enquanto na crise dos anos 1930 houve superprodução devido à incapacidade de os salários crescerem no ritmo da produção, na época que o autor escrevia teria havido uma diminuição da rentabilidade, que teria causado inflação e políticas econômicas estagnacionistas (LIPIETZ, 1983, p. 166)¹⁵⁵.

Desde os anos cinquenta, até meados dos anos sessenta, o crescimento dos salários e lucros nominais compensou, aproximadamente, os ganhos de produtividade. Assim, os preços nominais permaneceram relativamente estáveis. Mas, desde meados dos anos sessenta, o regime de acumulação intensiva mostra sinais de desaceleração: pode-se falar efetivamente de “crise do fordismo” (...). Os ganhos de produtividade não mais compensavam o crescimento da composição técnica do capital, e a resistência da classe trabalhadora impediu um aumento da taxa de exploração por meio de uma redução dos salários reais (LIPIETZ, 1983, p. 164)¹⁵⁶.

Um dos temas comentados pelo autor no final do livro foi a política econômica neoconservadora adotada pelo governo Reagan nos Estados Unidos. Seriam quatro os elementos principais dessa política: 1) diminuição dos impostos para as empresas e os mais ricos, tentando aumentar as taxas de lucro e de investimento; 2) diminuição dos gastos sociais do Estado; 3) aumento dos gastos público militares; 4) aumento da taxa de juros e uma política

153 “Quand les divergences entre l’ésotérique et l’exotérique commencent à s’accumuler, c’est la crise qui doit finalement soit rétablir violemment l’unité, soit pousser à une transformation du système des relations” (LIPIETZ, 1983, p. 127).

154 Coriat (1994a, p. 6) reconhece, nessa passagem de Lipietz, a influência da autora marxista francesa Suzanne de Brunhoff, autora que teria destacado os mecanismos de pseudovalidação, ou antevalidação, dos trabalhos privados pelo mercado, fato que teria causado disputas distributivas inflacionárias a partir do final dos anos 1960.

155 A moeda de crédito permitiria maiores taxas de crescimento econômico e também ganhos nominais anteriores à determinação da produtividade, que por sua vez, ocasionariam, no período de menor crescimento econômico, uma disputa pelas fatias “de um bolo” que já não cresce tanto (LIPIETZ, 1983, p. 176).

156 “Depuis les années cinquante jusqu’au milieu des années soixante, la croissance des salaires et des profits nominaux a compensé approximativement les gains de productivité. Aussi les prix nominaux sont-ils restés relativement stables. Mais depuis le milieu des années soixante, le régime d’accumulation intensive montre des signes d’essoufflement: on peut effectivement parler de ‘crise du fordisme’ (...) Les gains de productivité n’ont plus compensé la croissance de la composition technique du capital, et la résistance de la classe ouvrière a empêché une hausse du taux d’exploration à travers une réduction du salaire réel” (LIPIETZ, 1983, p. 164).

monetária restritiva (LIPIETZ, 1983, p. 177). Tal conjunto de medidas teria provocado uma recessão e a deterioração das contas públicas.

As políticas econômicas monetaristas, que incluíam altas taxas de juros e restrição ao crédito, teriam ainda provocado, no âmbito internacional, falências de bancos e de indústrias e as crises internacionais das dívidas do México, da Polônia e do Brasil. O monetarismo teria sido deixado de lado, pelo menos momentaneamente, para evitar o surgimento de uma crise tão grave quanto a da década de 1930. As políticas restritivas também poderiam retardar o surgimento de mudanças técnicas e organizacionais, que poderiam contribuir para a construção de um novo regime de acumulação (LIPIETZ, 1983, p. 178-183; 187-190).

Algumas breves observações podem ser tecidas acerca dessa primeira safra de trabalhos regulacionistas. Em primeiro lugar, há um determinismo econômico e tecnológico quando é dito que as mudanças no regime de acumulação causam alterações no modo de regulação. Assim, a relação salarial administrada e o padrão monetário fiduciário aparecem como resultado do imperativo da acumulação intensiva tanto para Aglietta (1979), quanto para Benassy, Boyer e Lipietz (1978).

Em segundo lugar, nota-se uma ênfase – pouco importante em Aglietta (1979), mas evidente em Lipietz (1983), em Benassy, Boyer e Lipietz (1978) e em Boyer e Mistral (1978) – na dicotomia, bastante marcante ao longo da história do marxismo e do institucionalismo, entre capitalismo concorrencial e monopolista. Porém, se o capitalismo monopolista era visto anteriormente apenas como resultante de mudanças nas formas da concorrência e provocaria transformações na ação do Estado e nas relações internacionais, para a escola da regulação o conceito assume uma maior abrangência, se referindo à regulação de conjunto, que inclui, além dos aspectos já citados, a relação salarial e o padrão monetário. As análises do Estado e das relações internacionais se complexificaram. A ação econômica do Estado não é determinada primordialmente por uma pequena fração da classe capitalista, como era nas teorias do imperialismo, e as relações internacionais aceitam outros arranjos que não aqueles associados ao imperialismo e às disputas interestatais.

Outro aspecto que chama a atenção nessa primeira fase das pesquisas regulacionistas é que o termo fordismo não era usado por todos os autores. Se o conceito era central para Aglietta (1979), era ausente em Benassy, Boyer e Lipietz (1978) e em Boyer e Mistral (1978). Era um tema de importância menor para Lipietz (1983).

Um último ponto que deve ser destacado é a dicotomia entre textos – Aglietta (1979) e Lipietz (1983) – que procuram desenvolver uma abordagem marxista da economia e obras – Benassy, Boyer e Lipietz (1978) e Boyer e Mistral (1978) – nas quais predomina uma

visão mais histórica e eclética (embora heterodoxa) da economia. Como será observado, essa segunda estratégia teórica e metodológica prevalecerá.

3.4 DESENVOLVIMENTOS DAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Depois dos trabalhos iniciais, explorados na seção anterior, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por novas linhas de pesquisa e também por alguns autores adotando outras abordagens que não as da escola. Aglietta, por exemplo, afastou-se das ideias regulacionistas e voltou sua análise a uma relação social específica, a relação monetária, escrevendo diversos livros sobre a moeda, sobre a mundialização financeira e sobre as crises financeiras¹⁵⁷.

De acordo com Aglietta (1994), o que o teria feito se afastar da problemática inicial regulacionista seria a insatisfação tanto com a problemática nacional e comparativa da escola, quanto com a abordagem da moeda e com a teoria do valor, trabalhados por alguns autores da corrente. E, afastando-se da problemática da AR, centrada na produção, adota uma concepção que coloca a moeda como a relação social fundamental: “A moeda é, então, aquilo que permite objetivar a racionalidade privada, que faz aparecer um espaço privado e um espaço social. É isso que me faz dizer que a relação monetária representaria a relação fundadora” (AGLIETTA, 1994, p. 4)¹⁵⁸.

Robert Boyer tornou-se o mais destacado desenvolvedor da AR. Escreveu, entre outros livros, uma obra que se tornou o primeiro “manual” do tema, “Teoria da regulação: uma análise crítica”, cuja edição francesa data de 1986 e foi publicado no Brasil em 1990. Posteriormente, contribuiu, juntamente com Saillard, para a organização de uma obra coletiva que abarca os principais temas da escola de pensamento, publicada pela primeira vez em 1995 e com segunda edição em 2002, “*Théorie de la régulation: l'état des savoirs*”. A produção intelectual do autor foi voltada ao estudo de vários temas, que incluem o desenvolvimento dos conceitos centrais da escola, as possíveis saídas para a crise do fordismo e a investigação do pós-fordismo.

Alain Lipietz foi outro autor que se debruçou sobre as possibilidades de superação do fordismo. Além disso, foi pioneiro na aplicação do método regulacionista a outros países

157 Alguns exemplos são os livros de Aglietta (2004) e de Aglietta e Orléan (1990) traduzidos para o português.

158 “La monnaie est donc ce qui permet d’objectiver la rationalité privée, qui fait apparaître un espace privé et un espace social. Ce qui revient à dire que le rapport monétaire représentait le rapport fondateur” (AGLIETTA, 1994, p. 4).

que não apenas a França e os Estados Unidos, tendo em vista que publicou um livro dedicado ao estudo das diferentes formas de relação entre centro e periferia ao longo da história do capitalismo (LIPIETZ, 1988). A partir da década de 1990, no entanto, destacou-se mais pelo seu engajamento político, como uma importante liderança do Partido Verde, na França, do que pelo desenvolvimento da escola. Foi eleito deputado no parlamento europeu por duas legislaturas, de 1999 a 2004 e de 2004 a 2009.

Antes de dar início à análise de algumas das principais obras da AR do período, é relevante destacar como os próprios regulacionistas e como os críticos da corrente interpretaram as transformações da escola desde seus trabalhos fundadores até as obras de maturidade, nos anos 1980 e 1990.

Em uma resenha de um livro de Amable, Barré e Boyer (1997), feita por Frédéric Lordon (1997, p. 337-339), o autor identifica três épocas distintas dos trabalhos regulacionistas. Os textos fundadores da escola procuraram diagnosticar a crise dos anos 1970 e compreender os anos anteriores à crise, “os trinta gloriosos”. Em um segundo momento, os autores teriam se voltado à procura de um modelo, tal qual o toyotismo ou o kalmarismo, que pudesse ser o substituto do fordismo. Uma terceira geração de linhas de pesquisa estaria trabalhando, no momento da publicação do artigo, com as dificuldades da transição do fordismo para um pós-fordismo e analisando casos concretos de mudança institucional, em vez de procurar um modelo ideal substituto do fordismo.

Outro importante autor regulacionista, Coriat (1994a, p. 13), destaca, em relação às inflexões teóricas e metodológicas da escola, a mudança no plano de análise, nos anos 1990, que teria deixado de ser primordialmente macroeconômico e teria se aproximado mais do plano microeconômico, ainda que sem abrir mão do aspecto macro da análise.

Vidal (2001) elabora uma periodização mais interessante da escola. Segundo o autor, as obras iniciais de Aglietta, Boyer e Lipietz inauguram duas estratégias entre os regulacionistas parisienses. A primeira é a busca do desenvolvimento da teoria marxista, partindo dos conceitos fundamentais de Marx e construindo conceitos menos abstratos e mais facilmente observados na realidade concreta. Tal estratégia teria prevalecido durante a fase inicial da escola, caracterizada como uma fase de materialismo histórico e dialético. A segunda estratégia é a da historização da macroeconomia, buscando compreender o comportamento dos agregados macroeconômicos com base em um contexto mais amplo, que inclui as disputas políticas e sociais. O ponto em comum entre as duas versões seria a adoção das instituições como unidade de análise. No primeiro tipo de teorização, as instituições seriam utilizadas para a compreensão das diferentes modalidades nas quais as relações sociais fundamentais do modo

de produção capitalista aparecem. Na segunda estratégia, as instituições forneceriam as bases para a compreensão de determinado comportamento macroeconômico.

Ainda segundo Vidal (2001), no decorrer da década de 1980, os autores regulacionistas se afastaram da primeira estratégia. Abriram mão de uma teorização mais geral do capitalismo e passaram a ver o sistema econômico de um ponto de vista mais “historicista” e “agnóstico”, centrado na compreensão das mudanças nos modos de regulação e nos regimes de acumulação, em vez de buscar a teorização das estruturas mais profundas do modo de produção. Tal segunda etapa marcaria a fase de uma macroeconomia histórica e institucionalista.

Um importante analista da escola da regulação, Bob Jessop, descreveu mais pormenorizadamente, em seu livro publicado com Sum (2006, p. 217-233), as mudanças da abordagem da regulação desde a primeira geração até a segunda e terceira gerações. Os autores notaram que os trabalhos de primeira geração focavam na novidade do regime de acumulação intensiva e na história econômica de longo prazo da França e dos Estados Unidos, explicada por meio dos conceitos de fordismo e de regulação concorrencial ou monopolista. Já a segunda leva de textos regulacionistas procurou substitutos para o fordismo, além de explicar diferentes regimes de acumulação, aplicando o conceito de fordismo a outras nações ou buscando conceitos mais apropriados, elaborados para descrever a realidade de diferentes países. Ainda segundo Jessop e Sum (2006, p. 217-233), uma terceira geração de trabalhos explorou diferentes cenários possíveis de pós-fordismo, inclusive o regime de acumulação liderado pelas finanças, além de teorizar mais detalhadamente as mudanças institucionais e os efeitos da globalização.

Outras mudanças observadas pelos autores foram a maior preocupação com a teorização do Estado, o afastamento do economicismo, a maior ênfase na pluralidade dos regimes de acumulação e dos modos de regulação e a mudança no plano de análise, que passou a incluir não só a escala nacional, mas também a teoria microeconômica e âmbitos de investigação setoriais, locais, regionais, centrados em blocos internacionais e até mesmo voltados ao plano mundial (JESSOP, SUM, 2006, p. 217-233).

Em meados da década de 1990, Boyer e Saillard organizaram uma obra (cuja primeira edição foi publicada em 1995 e a segunda em 2002) que contou com mais de cinquenta artigos, configurando um importante inventário dos desenvolvimentos da AR até então. Nessa obra pode-se observar como a abordagem da regulação foi sendo aprimorada e sofisticada ao longo do tempo.

Alguns dos temas que apareceram nessa obra coletiva, e que já estavam sendo

trabalhados por autores regulacionistas, devem ser mencionados, pois eles preenchem importantes lacunas encontradas nos trabalhos de primeira geração e, além disso, servem para indicar uma visão panorâmica dos assuntos tratados pela escola. Naturalmente que nem todos os temas podem ser devidamente explorados no presente trabalho.

A primeira evolução da teoria em relação à primeira leva de trabalhos foi a tentativa de incorporar o Estado na teoria. Alguns artigos da coletânea (DELORME, 2002; THÉRET, 2002; BOYER, 2002a) e outros textos de autores regulacionistas (LORDON, 1999; THÉRET, 1990; JESSOP, SUM, 2006) visaram tratar o Estado e a política de uma maneira mais complexa, que reconhece a existência autônoma da lógica própria do poder (não redutível à lógica econômica) e coloca a política numa posição mais central na formação e na dissolução dos modos de desenvolvimento do capitalismo.

A segunda novidade é a utilização do instrumental regulacionista em diferentes escalas de análise, tanto maiores quanto menores que o nível nacional, em vez de focarem apenas nesse último nível. Desse modo, foram trabalhados temas como a globalização (SAILLARD, 2002), o sistema monetário internacional (AGLIETTA, 2002), a União Europeia (MAZIER, 2002), foi discutido como articular diferentes planos de análise, desde o âmbito global, até o nacional e o local (SAILLARD, 2002; BENKO, LIPIETZ, 2002, GILLY, PECQUEUR, 2002).

Um terceiro desenvolvimento que deve ser destacado é a aplicação do método regulacionista a diferentes nações, já que originalmente a escola restringia suas pesquisas apenas às principais economias do mundo, como a França (CORIAT, 2002), o Japão (CORIAT, 1994b) e os Estados Unidos (BOYER, JUILLARD, 2002). Foram publicados textos aplicando a abordagem da regulação às economias periféricas (LIPIETZ, 1988, TALHA, 2002), à América Latina como um todo (ABOITES, MIOTTI, QUENAN, 2002), ao Brasil (CORIAT, SABOIA, 1988), ao Chile (OMINAMI, 1980), aos países do Magreb (EL AOUI, 2002) e à transição da União Soviética para a Rússia (CHAVANCE, 2002, SAPIR, 2002).

O quarto desenvolvimento notado na coletânea foi o diálogo com outras abordagens da economia, como as diferentes linhas do institucionalismo (CHAVANCE, 2012, VILLEVAL, 2002), a escola da estrutura social de acumulação (COBAN, 2002), a abordagem neoschumpeteriana (CORIAT, DOSI, 2000, 2002) e a escola das convenções (CORIAT, 1994a, FAVEREAU, 2002). Mais recentemente, devido às crises americana e europeia, foi aprofundado o diálogo com a abordagem pós-keynesiana (BOYER, 2011b; CLÉVENOT, 2011; CLÉVENOT, HÉRON, 2014 e vários artigos da *Revue de la régulation* do segundo semestre de 2011 e do segundo semestre de 2014).

Por fim, um último ponto que deve ser destacado é que diversos trabalhos dessa coletânea, e a maior parte das obras regulacionistas de segunda geração, procuraram aprofundar as contribuições da escola acerca dos temas clássicos, como o fordismo e os conceitos básicos da escola, além de procurar possíveis sucessores do fordismo. Esses últimos temas serão tratados com maior profundidade a seguir. Inicialmente será mostrado o tratamento dos conceitos básicos da escola e, em seguida, será mostrado como os temas do fordismo e do pós-fordismo foram desenvolvidos nas décadas de 1980 e 1990.

Em um texto que sintetiza bem as características da escola no início dos anos 1990, Coriat, além de sublinhar as mudanças da AR ao longo do tempo, investiga as origens da corrente, realiza uma comparação da abordagem com outras escolas de pensamento econômico (notadamente keynesianismo, marxismo e pensamento neoclássico) e resume algumas das principais contribuições realizadas até então. O texto é uma versão atualizada de uma apresentação realizada em Nagoya no ano de 1986 (CORIAT, 1994a).

Depois da primeira seção do artigo, na qual comparou a AR com outras abordagens da economia¹⁵⁹, o autor apresenta as contribuições principais da escola, os conceitos de modo de regulação e regime de acumulação, além da tipologia das crises. Coriat (1994a, p. 8) identifica duas definições de regime de acumulação. A primeira se refere à compatibilização entre os dois departamentos da economia, seguindo a elaboração de Marx no livro II de “O capital”. A segunda definição, também de inspiração marxista, define um regime de acumulação como a forma na qual se obtém, se dividem e se difundem os ganhos de produtividade. Ambas as definições já estavam presentes no primeiro livro de Aglietta, mas só a segunda prevaleceu nos textos regulacionistas.

O outro conceito central, o conceito de modo de regulação, é definido como um conjunto de configurações das relações sociais fundamentais. Um modo de regulação garantiria o funcionamento das modalidades de obtenção, divisão e difusão dos ganhos de produtividade, em outras palavras, garantiria o funcionamento do regime de acumulação. Importante sublinhar

159 Coriat (1994a, p. 3-5) inicia seu texto identificando as especificidades da AR em relação às outras linhas de pensamento econômico no que se refere à explicação da estagflação. De acordo com as interpretações de inspiração neoclássica, a crise seria explicada por choques exógenos, por informações imperfeitas ou pela rigidez de preços e salários, que dificultaria o retorno da economia ao equilíbrio. Do ponto de vista keynesiano (que Coriat diferencia do pós-keynesiano, do qual não trata), qualquer crise poderia ser superada por políticas fiscais ou monetárias adequadas. A conjuntura de crise do período, porém, teria provado o fracasso de tais políticas. Apesar de não concordar que as políticas keynesianas tenham validade universal, o autor defende que a AR concorda com os keynesianos em dois pontos centrais: a visão do capitalismo como inerentemente instável e a ideia, ancorada no princípio da demanda efetiva, de que os salários são um suporte e não um obstáculo ao crescimento. No que se refere ao marxismo, Coriat (1994a, p. 4-5) destaca a oposição dos regulacionistas à lei da tendência decrescente da taxa de lucro como a causa explicativa para as crises, destacando a variedade dos tipos de crise, como a depressão cumulativa, na década de 1930 e a estagflação, nos anos 1970.

que tanto um regime de acumulação quanto um modo de regulação seriam achados da história, pois dependem da ação dos atores e classes sociais para se constituir (CORIAT, 1994a, p. 8-9).

Já a tipologia das crises diferencia as pequenas crises, ocorridas e resolvidas no âmbito das instituições vigentes, das grandes crises, que atingem a reprodução conjunta do sistema e requerem transformações institucionais para sua superação. O autor identificava a conjuntura econômica mundial do início dos anos 1990 como uma grande crise¹⁶⁰.

Em 1986, Boyer publicou um livro, “Teoria da regulação: uma análise crítica”, que apresenta e sintetiza a abordagem da regulação tal como ela se encontrava desenvolvida nos anos 1980. A passagem a seguir sintetiza bem o projeto teórico da escola, de procurar utilizar a história de longa duração para criar uma hierarquia de conceitos partindo de Marx e utilizar tais conceitos para a compreensão tanto das leis gerais quanto das regularidades históricas do capitalismo:

O objetivo da análise em termos de regulação é, justamente, o de fazer da história de longa duração o meio para um enriquecimento e uma elaboração crítica das intuições marxistas referentes à dinâmica das economias capitalistas. Se ainda é estimulante partir dos ensinamentos de Marx, esta década de pesquisas procurou, precisamente, criar uma hierarquização desta herança: entre os conceitos mais abstratos (modo de produção, salariado etc.) e as noções que podem e devem ser confrontadas com as evoluções observadas (por exemplo, a estabilidade ou não de uma regulação parcial, o caráter cíclico ou estrutural de uma crise etc.); entre uma relação social geral e as formas específicas que ela assume ao longo do tempo; entre as leis trans-históricas e as simples regularidades econômicas válidas para um conjunto bem específico de formas sociais (BOYER, 1990, p. 65).

Desse modo, o autor argumenta que a AR parte da concepção marxista do modo de produção e estabelece uma mediação para a compreensão do funcionamento concreto do sistema capitalista em determinado país e em determinado momento. Assim como nas diferentes versões do marxismo, as relações sociais são importantes. Porém, diferentemente de formas deterministas do marxismo, o comportamento individual e coletivo é explicado sem recorrer a uma determinação unidirecional da estrutura para o indivíduo: “Historicamente, as pesquisas sobre a regulação partem de uma concepção holística dos vínculos sociais, sem, entretanto, deixar de negar a necessidade de explicitar as mediações que determinam os comportamentos coletivos e individuais” (BOYER, 1990, p. 68).

Um modo de produção estabelece a maneira como ocorre a reprodução da vida

160 “En relation avec l’importance des ruptures qui affectent les formes structurelles, sont en effet distinguées les “petites” crises qui apparaissent comme des crises dans la régulation et qui ne nécessitent que des ajustements réels ou institutionnels relativement marginaux, et les “grandes” crises qui sont analysées, pour leur part, comme des crises de la régulation. Crises de la reproduction d’ensemble du système, les “grandes” crises requièrent des réaménagements réels et institutionnels fondamentaux. Selon cette acception, il va de soi que la crise que traverse actuellement l’économie mondiale est une grande crise” (CORIAT, 1994a, p. 9).

material da sociedade, as relações de produção e de troca: “O interesse do conceito de modo de produção é o de explicitar as articulações entre relações sociais e organização econômica. Essa expressão designa toda forma específica das relações de produção e de trocas, ou seja, das relações sociais que regem a produção e a reprodução das condições materiais necessárias para a vida dos homens em sociedade” (BOYER, 1990, p. 68).

As relações sociais fundamentais do modo de produção capitalista aparecem, ao longo da história, em diferentes formas, chamadas pelos regulacionistas, de formas institucionais. As três relações sociais mais importantes do capitalismo seriam a relação salarial, a moeda e a concorrência. E elas codificam as três formas institucionais principais, a forma da restrição monetária, a configuração da relação salarial e a forma da concorrência (BOYER, 1990, p. 73-79). Porém, tais formas institucionais não resultam da simples lógica da economia capitalista, mas dependem também da relação entre atores sociais e políticos, além do próprio ambiente mundial no qual determinada economia está inserida. Por isso, diferentemente da análise mais abstrata que Marx teria realizado em “O Capital”, os regulacionistas enfatizam mais outras duas formas institucionais, o tipo de inserção internacional e a forma do Estado:

A definição destas três formas institucionais leva-nos, obrigatoriamente, a refletir sobre o espaço em que elas operam: essencialmente o espaço do Estado-Nação. De um lado, a moeda nacional organiza um desnivelamento entre circulação interna e externa (...) De outro lado, a forma da relação salarial resulta de compromissos, de fato ou institucionalizados, realizados no interior de alianças de classes ligadas à história nacional de cada país. Finalmente, as formas do Estado originam-se, historicamente, num espaço social bem delimitado, definido pela gestão da moeda e pelos componentes mais importantes da relação salarial (BOYER, 1990, p. 76).

São justamente essas cinco formas institucionais que delimitam o conceito de modo de regulação, que se refere ao funcionamento conjunto do sistema econômico em determinado tempo e espaço. Desse modo, os conceitos básicos da AR continuaram sendo utilizados para realizar uma mediação (uma análise intermediária) entre os conceitos fundamentais de Marx (não mais a teoria do valor, mas a categoria modo de produção) e a análise empírica.

O conceito de modo de regulação visa substituir o arcabouço abstrato e restrito do equilíbrio geral enquanto conceito necessário para a compreensão do ordenamento do sistema capitalista. Além disso, não se restringe à lógica econômica, sendo também permeado por elementos jurídicos, culturais, políticos etc (BOYER, 1990, p. 80).

Consequentemente, qualificamos como modo de regulação todo conjunto de procedimentos e de comportamentos, individuais ou coletivos, com a tripla propriedade de:

- reproduzir as relações sociais fundamentais através da conjunção de formas institucionais historicamente determinadas;
- sustentar e “pilotar” o regime de acumulação em vigor;
- garantir a compatibilidade de um conjunto de decisões descentralizadas, sem que seja

necessária a interiorização dos princípios de ajustamento do sistema como um todo por parte dos atores econômicos (BOYER, 1990, p. 80).

São três os modos principais de codificação de uma forma institucional: 1) por lei, regra ou regulamento; 2) via negociações e compromissos; 3) pela generalização de rotinas (BOYER, 1990, p. 82). No primeiro caso, o Estado, seja por meio de decisões democráticas ou não, estabelece um comportamento a ser seguido. No segundo caso, é a negociação entre diferentes partes, com poderes heterogêneos ou não, que estabelece a forma institucional e, finalmente, no terceiro caso, é a imitação do comportamento de outros agentes que leva à generalização do mesmo. Uma instituição não é construída visando necessariamente a sobrevivência ou a harmonia do sistema (BOYER, 1990, p. 85).

Continuando a elaboração dos conceitos básicos da escola, Boyer argumenta que um dos objetivos do projeto de pesquisa regulacionista é a busca da explicação da origem e da crise dos diferentes modos de desenvolvimento do capitalismo. Esse conceito abarca um modo de regulação e um regime de acumulação, definido abstratamente como “conjunto das regularidades que asseguram uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação do capital, ou seja, que permitam absorver ou repartir no tempo as distorções e desequilíbrios que surgem permanentemente ao longo do próprio processo” (BOYER, 1990, p. 71-72).

No oitavo capítulo da obra, é desenvolvida uma tipologia das crises econômicas. Tal tipologia evita dois casos extremos: o primeiro é o de considerar, como fazem alguns autores neoclássicos, as crises como totalmente exógenas ao mercado e, o segundo é o de considerar, como fazem alguns autores marxistas, as crises como o prelúdio do colapso do capitalismo (BOYER, 1990, p. 87). Descrever os possíveis tipos de crise faz com que esses dois casos extremos sejam possíveis, mas não necessários.

Um primeiro tipo de crise é a perturbação externa, causada por um choque exógeno e corrigida sem uma mudança estrutural do sistema econômico. O segundo tipo é a crise cíclica, endógena ao capitalismo, mas superada novamente sem mudanças estruturais. A terceira forma da crise é aquela que rompe o funcionamento das instituições em um determinado período ou torna inviável o padrão de acumulação vigente. Esse é o tipo de crise estrutural, que provoca a mudança nas etapas do capitalismo. Por fim, há a possibilidade de uma ruptura das relações sociais capitalistas, no caso de uma crise do próprio modo de produção (BOYER, 1990, p. 87-99).

Essa apresentação dos conceitos básicos da abordagem da regulação na obra de Boyer (1990) foi repetida de forma bastante similar em outros textos da década de 1980 e da década seguinte (LIPIETZ, 1988, p. 45-50; THÉRET, 1998; BOYER, SAILLARD, 2002b).

Segundo essa interpretação da escola da regulação, a abordagem procura construir conceitos, estratificados em diferentes níveis de análise, que procuram servir a uma análise menos abstrata que a de Marx, em “O capital”.

Considerando que a investigação de Marx acerca do modo de produção capitalista constitua o nível mais abstrato de investigação, o conceito de regime de acumulação, que se refere às regularidades macroeconômicas de crescimento, estaria em um nível intermediário de abstração. No plano menos abstrato de análise estaria o conceito de modo de regulação: o conjunto das formas institucionais, que por sua vez, são as formas históricas nas quais aparecem as relações sociais básicas do modo de produção¹⁶¹. Tal conjunto de conceitos permite que se estabeleça uma periodização do modo de produção, também possibilita o reconhecimento da diferenciação espacial do capitalismo em diversos regimes de acumulação.

As mesmas sistematizações dos conceitos básicos da escola da regulação (LIPIETZ, 1988, p. 45-50; BOYER, 1990; THÉRET, 1998; BOYER, SAILLARD, 2002b) estabelecem que a existência de diferentes níveis de categorias implica no estabelecimento de uma tipologia das crises econômicas. As crises mais simples, pequenas crises, podem ser resolvidas sem mudanças estruturais no sistema, enquanto as grandes crises atingem diferentes níveis das estruturas econômicas, podendo afetar uma ou mais formas institucionais, o modo de regulação como um todo, ou até o regime de acumulação. Como será mostrado na próxima parte do capítulo, são justamente esses mesmos elementos teóricos que continuarão marcando a AR depois do ano 2000.

Depois de apresentadas as categorias básicas da escola, é importante investigar os principais resultados teóricos apresentados pela abordagem da regulação. Desse modo, deve-se discutir a periodização do capitalismo com base no conceito de fordismo e da sua crise, assim como a possibilidade de emergência de um regime de acumulação que supere a crise do fordismo.

Coriat (1994a, p. 9-11) ilustra, de maneira sucinta, a utilização do arcabouço teórico regulacionista na explicação das origens e da crise do fordismo. A origem seria explicada, em poucas palavras, pela sequência “Taylor, Ford, Keynes”, ou, de maneira mais precisa, por uma

161 “Au niveau de la plus grande abstraction, la TR [théorie de la regulation] analyse les modes de production et leur articulation (...). A um deuxième niveau d’abstraction, la TR caractérise les régularités sociales et économiques qui permettent à l’accumulation de se développer sur le long terme, entre deux crises structurelles. L’ensemble de ces régularités est résumé par la notion de régime d’accumulation (...). Um troisième niveau d’analyse concerne les configurations spécifiques des rapports sociaux pour une époque et un ensemble géographique donnés. Les formes institutionnelles ou structurelles définissent l’origine des régularités sociales et économiques observées” (BOYER, SAILLARD, 2002b, p. 60-61).

longa série de mutações, tanto no sistema produtivo quanto nas convenções coletivas, que incluíam a gestão estatal da força de trabalho e da moeda, em um contexto de abertura econômica internacional, que não comprometeria a independência das políticas econômicas no plano nacional. Em outros termos, tais instituições permitiriam a obtenção dos ganhos de produtividade e a divisão dos mesmos entre lucros e salários. O fordismo, e por consequência o keynesianismo, teriam entrado em crise com a diminuição dos ganhos de produtividade¹⁶².

Uma das maiores inovações dos textos de segunda geração *vis-à-vis* os trabalhos fundadores da escola, é a busca da superação do determinismo econômico. Lipietz, por exemplo, procura se resguardar do determinismo ao afirmar que tanto o modo de regulação quanto o regime de acumulação são “achados da história”, que dependem da própria ação conflituosa dos homens para sua construção (LIPIETZ, 1988, p. 31). As instituições de um determinado modo de regulação não seriam construídas para estabilizar um regime de acumulação. Tal estabilização seria acidental¹⁶³. O autor cita, para exemplificar tal raciocínio, que o Estado de bem-estar social não foi criado para estabilizar o fordismo. Deve-se evitar o que Lipietz (1988, p. 31-33) chama de intencionalismo e de funcionalismo.

Nesse mesmo livro de Lipietz, “Miragens e milagres”, o autor retoma a concepção do fordismo entendido como a conjunção de um regime de acumulação intensiva com um modo de regulação monopolista: “Após a Segunda Guerra Mundial, o regime de acumulação intensiva, centrado no consumo em massa, pôde se generalizar justamente porque um novo modo de regulação, monopolista, havia incorporado *a priori* na determinação dos salários e dos lucros nominais, um crescimento do consumo popular em proporção aos ganhos de produtividade” (LIPIETZ, 1988, p. 50).

No âmbito do modo de regulação, as principais formas institucionais seriam: 1) uma relação salarial marcada por convênios coletivos, salário mínimo crescente, previdência social e outras formas de salário indireto; 2) a gestão da moeda marcada pelo dinheiro fiduciário e

162 Nesse mesmo texto, Coriat (1994a, p. 7) faz uma interessante comparação do fordismo com o regime de acumulação que teria prevalecido no Brasil. Haveria, no Brasil, a produção utilizando linhas de montagem e normas produtivas fordistas, mas os contratos salariais não garantiriam uma distribuição mais igualitária dos ganhos de produtividade. Desse modo, o Brasil poderia crescer de modo rápido, mas bastante instável.

163 “Ora, certamente, nada existe que obrigue o conjunto dos capitais individuais a se enquadrarem docilmente num esquema de reprodução coerente. É necessário, portanto, que exista uma materialização do regime de acumulação, sob a forma de normas, costumes, leis, mecanismos reguladores, que assegure, através da rotina do comportamento dos agentes em luta uns contra os outros (na luta econômica entre capitalistas e assalariados, na concorrência entre os capitais), a unidade do processo, o respeito aproximativo do esquema de reprodução. Este conjunto de regras interiorizadas e de procedimentos sociais, que incorpora o social nos comportamentos individuais (o *habitus*, conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu), é o que se chama de modo de regulação” (LIPIETZ, 1988, p. 30).

pela generalização dos empréstimos bancários para as firmas e famílias; 3) formas de governo do tipo Estado-Providência e que adotam políticas econômicas keynesianas; 4) no plano internacional, predominaria a hegemonia americana, já que os Estados Unidos eram o país com maior parque industrial e com maior domínio tecnológico. Além disso, os EUA financiaram os planos Marshall e MacArthur e controlavam instituições como GATT, FMI e OCDE. As empresas americanas eram as principais multinacionais, investindo em diversas áreas do mundo (LIPIETZ, 1988, p. 52-56).

Nesta obra também aparece uma descrição mais acabada da crise do fordismo. Segundo o autor, a crise teria começado com uma desaceleração geral dos ganhos de produtividade. Em seguida teria ocorrido uma compressão dos lucros (*profit squeeze*) decorrente dos aumentos salariais. Como consequência, esse processo alimentaria uma maior inflação e menor investimento, o que ampliaria o desemprego. Por sua vez, os gastos sociais do Estado teriam crescido e evitado uma recessão maior, mas não a estagnação inflacionária. Já antes disso, os Estados Unidos estariam menos competitivos em vários setores, em relação à Europa e ao Japão. Os déficits comerciais americanos teriam feito com que o dólar perdesse sua posição privilegiada. Além disso, os EUA teriam perdido força militar no Vietnã e no Oriente Médio (LIPIETZ, 1988, p. 56-61)¹⁶⁴.

Em um texto apresentado em uma conferência realizada em 1998, no Brasil, Robert Boyer sintetiza de modo muito preciso a concepção dos anos 1990 da escola da regulação acerca das origens do fordismo, a “era de ouro do capitalismo”. Na longa citação a seguir, fica claro que o fordismo não é resultado apenas de mudanças tecnológicas e organizacionais do capitalismo, como nas versões originais (e deterministas) da escola, mas resultado de uma série de compromissos institucionalizados:

O excepcional dinamismo e a notável estabilidade do crescimento, observados depois de 1950 nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, tiveram por origem as obrigações impostas pela evolução social e política do pós-guerra sob a forma de acumulação do capital. Pela primeira vez, na sua maioria, os assalariados foram inseridos política (graças à difusão do sufrágio universal e da democracia) e economicamente nas sociedades contemporâneas: a produção de massa floresceu devido a um compromisso entre capital e trabalho, sem dúvida diferente, segundo os países, mas que tinha por propriedade comum marcar a inserção a título vitalício do conjunto dos assalariados e não mais simplesmente o do capital, como

164 O livro “Miragens e milagres”, publicado na França em 1985 e no Brasil em 1988, é uma obra dedicada à análise das questões relativas à industrialização do Terceiro Mundo. O autor critica concepções reducionistas da divisão internacional do trabalho, que a interpretam apenas como o resultado consciente da ação, seja de empresas multinacionais, seja da Comissão Trilateral e quer evitar aquilo que chama de dedução de “leis imanentes” a partir de um “conceito universal”. Lipietz combate o uso indiscriminado de conceitos como dependência e imperialismo, por serem a-históricos, mas acaba também adotando conceitos a-históricos, quando generaliza as experiências do fordismo e do taylorismo. Os regimes de crescimento típicos dos países do Terceiro Mundo são analisados como anomalias, como não-fordismos, o que fica claro com os termos “taylorismo primitivo” e “fordismo periférico”.

afirmava na época a teoria do capitalismo monopolista de Estado. Esse regime institucional fordista, edificado sobre a *Pax americana*, a aceitação dos métodos modernos de produção, a concorrência moderada, uma moeda de crédito pura e um Estado deliberadamente intervencionista, teve, durante quase um quarto de século, a vantagem de atenuar consideravelmente os desequilíbrios da acumulação, ao mesmo tempo em que assegurava a permanência de um apoio às alianças governamentais que finalmente se tornaram muito estáveis. Mas aos “trinta gloriosos” (1946-1976) sucederam-se os “vinte dolorosos” (1977-1997) e a explicação dessa oscilação está no cerne do projeto regulacionista (BOYER, 1998, p. 195-196).

Entretanto, mantendo o foco inicial da escola na crise do fordismo como crise dos métodos de produção, o autor identifica a derrocada do regime de acumulação como resultante da diminuição dos ganhos de produtividade nos Estados Unidos. A decadência dos métodos produtivos que foram muito bem-sucedidos no pós-guerra seria responsável pelo retorno de um regime de acumulação extensiva:

Nos EUA essa situação [a crise do fordismo] é mais grave, o método fordista e a substituição do capital pelo trabalho tropeçam numa interminável diminuição da produtividade há mais de duas décadas. Na América do Norte, a acumulação não é mais intensiva, centrada no consumo de massa, mas extensiva e construída sobre a diferenciação dos modos de vida e o reforço das desigualdades (BOYER, 1998, p. 196-197)¹⁶⁵.

Em um texto que reuniu três autores ligados ao marxismo e à heterodoxia em geral, e um autor regulacionista, Lipietz, foi feita uma narrativa detalhada da ascensão e queda da era de ouro do capitalismo. O texto analisa seis países: EUA, Inglaterra, Itália, Alemanha, Japão e França. Em todos esses países uma série de dados econômicos teriam se comportado de modo bastante semelhante (entre as estatísticas principais se destacam o baixo desemprego, o acelerado aumento da produção industrial e o elevado crescimento), evidenciando que tais nações possuíam um mesmo regime de crescimento, durante a era de ouro do capitalismo (GLYN, HUGHES, LIPIETZ, SINGH, 1990, p. 40).

Os autores centram sua análise em três aspectos principais, que abarcam tanto o que chamam de estrutura macroeconômica (correspondente ao regime de acumulação), quanto as regras de coordenação (correspondente ao modo de regulação) e o sistema internacional, formado pelo conjunto dos países. No caso da era de ouro do capitalismo, a combinação da estrutura macroeconômica com as regras de coordenação e o sistema internacional teriam permitido um encadeamento positivo entre lucros-investimento-produtividade-salários-lucro (GLYN, HUGHES, LIPIETZ, SINGH, 1990, p. 40-41; 120-121).

165 No livro no qual apresenta a escola da regulação, Boyer (1990, p. 93-95), argumenta que a crise, iniciada no fim dos anos 1960, seria marcada, no plano das cinco formas institucionais da escola, pela: 1) maturação dos setores de bens duráveis e expansão da produção flexível; 2) reivindicação de ganhos salariais acima da produtividade; 3) ampliação dos custos crescentes dos bens coletivos garantidos pelo Estado; 4) ampliação das pressões inflacionárias, causadas pelo conflito distributivo e pelo expansionismo monetário; 5) deterioração do poder militar e econômicos dos Estados Unidos. O caráter estrutural da crise explicaria a razão de governos das mais diversas tendências políticas aplicarem o mesmo tipo de política econômica.

Os autores descrevem, por meio do uso abundante de dados estatísticos, a singularidade da era de ouro, na qual o PIB *per capita*, a produtividade e o comércio internacional cresceram mais do que em qualquer outra época do capitalismo. A taxa de desemprego foi a mais baixa e as flutuações na produção foram as menores de todos os tempos. Entretanto, houve uma inflação pequena, mas positiva. Na década de 1970, praticamente todos esses dados se deterioraram (GLYN, HUGHES, LIPIETZ, SINGH, 1990, p. 41-46).

Os principais fatores que teriam permitido a era de ouro seriam o elevado crescimento da produtividade acompanhado, *pari passu*, por aumentos nos níveis de salário real. O crescimento da produtividade seria resultado da generalização da fabricação em série, permitida pela produção mais intensiva em capital. Os aumentos salariais permitiriam o crescimento sustentado da demanda, que, por sua vez, estimularia nova rodada de investimentos e a continuação do crescimento, na forma de um ciclo virtuoso. O comércio internacional era bastante baixo no começo do período, mas foi crescendo, até ficar mais relevante, no fim da era de ouro. Já no que se refere à inflação, esta seria determinada pelas barganhas salariais, pela fixação de preços, pela disponibilidade de crédito e pelas condições dos mercados internacionais (GLYN, HUGHES, LIPIETZ, SINGH, 1990, p. 46-55).

Uma falha da argumentação reconhecida pelos próprios autores é a ausência de uma narrativa pormenorizada de como essa estrutura macroeconômica foi construída nos diversos países. Assumem, para fins de simplificação, que a estrutura foi uma “exigência da reconstrução do pós-guerra” (GLYN, HUGHES, LIPIETZ, SINGH, 1990, p. 52-53).

Entre os países analisados, a média dos gastos do governo passou de cerca de 27% do PIB nos anos 1950 para cerca de 34% no fim dos anos 1960 e 41% em meados da década de 1970. Déficits públicos eram práticas usuais, pois os países adotavam políticas fiscais e monetárias expansionistas, de cunho keynesiano. Quase todos os países estudados pelos autores (a principal exceção seria o Japão), adotavam alguns ou vários aspectos dos Estados de bem-estar social (GLYN, HUGHES, LIPIETZ, SINGH, 1990, p. 56-64).

Os Estados Unidos ajudaram as nações capitalistas da Europa e Ásia a se reconstruir e a desenvolver economias fortes, que simultaneamente superassem a escassez de dólares e afastassem a ameaça do socialismo, por meio do Plano Marshall. Os EUA promoviam gastos militares, toleravam e incentivavam desvalorizações cambiais e protecionismo, práticas que geraram déficits na balança comercial americana com países da Europa e Ásia. O sistema de conversibilidade do dólar em ouro, ratificado no acordo de Bretton Woods, impunha restrição à emissão monetária, que, entretanto, não era cumprida pelos Estados Unidos, que exerciam, com seus déficits externos, a função de locomotiva do mundo (GLYN, HUGHES,

LIPIETZ, SINGH, 1990, p. 64-70).

Todo este conjunto de práticas e instituições entrou em declínio a partir de meados da década de 1960. Os autores listam cinco fontes de contradição para a estrutura macroeconômica da era de ouro: 1) diminuição dos ganhos de produtividade não acompanhados de diminuição dos ganhos salariais teriam comprimido as margens de lucro; 2) pressões para aumento dos gastos sociais e pela redistribuição de renda; 3) preços de matérias-primas pressionando o sistema de comércio internacional, os custos de produção, o salário real e as margens de lucro; 4) inflação nos EUA e aumento dos déficits comerciais, sem que as demais nações envolvidas aceitassem a não convertibilidade do dólar ao ouro; 5) aumentos da inflação em razão de antecipações de aumento do salário real (GLYN, HUGHES, LIPIETZ, SINGH, 1990, p. 70-72).

Na parte final do texto, os autores destacam a diminuição do crescimento da produtividade (decorrente da própria saturação dos métodos produtivos, baseados no taylorismo e na linha de montagem) que, acompanhada de substantivas elevações do salário real, teria provocado a compressão dos lucros (*profit squeeze*) que, por sua vez, impactaria negativamente no volume de investimento. No final da década de 1970, a diminuição do crescimento teria provocado o aumento do desemprego e dos gastos sociais, enquanto a ampliação do comércio internacional teria feito com que os países com Estados de bem-estar social mais desenvolvidos fossem submetidos à maior pressão concorrencial, que ameaçaria os ganhos sociais.

No começo da década de 1960 estaria avançada a industrialização de parte da periferia, principalmente o Leste Asiático e alguns países da América Latina, onde os custos da força de trabalho seriam menores. Tais regiões se beneficiaram da disponibilidade de crédito para alavancar seu crescimento. Porém, a partir de 1979, a periferia do sistema capitalista seria gravemente atingida pela subida da taxa de juros americana. A ausência de mecanismos internacionais para corrigir as discrepâncias entre países superavitários e países deficitários no comércio internacional, dificultou a retomada do crescimento dos países europeus (GLYN, HUGHES, LIPIETZ, SINGH, 1990, p. 98-113).

Um dos pontos que deve ser destacado nesse último texto trabalhado é que os autores dedicam boa parte do texto à análise do plano internacional, pouco enfatizado pelos trabalhos regulacionistas em geral, que, como será notado no próximo capítulo, são criticados pela excessiva ênfase no âmbito nacional de análise.

Os textos regulacionistas das décadas de 1980 e 1990 que tratam do fordismo e sua crise argumentam que essas duas décadas seriam um período de continuação da crise do fordismo. Esses mesmos textos usualmente traçam cenários, chamados de pós-fordismos, para

a solução da crise.

De acordo com Coriat, por exemplo, a crise do fordismo não foi solucionada nos anos 1980, período no qual a AR foi procurar por novas regularidades, tanto no nível micro¹⁶⁶ quanto no nível macro, que pudessem garantir um novo regime de acumulação: “Em outras palavras, pode-se dizer que os anos 1980, que viram o aprofundamento do questionamento das regularidades fordistas, foram também, sobretudo, de pesquisa, ainda que balbuciante e caótica, da passagem a esses regimes de crescimento pós-fordistas” (CORIAT, 1994a, p. 12)¹⁶⁷.

No posfácio da edição de 1997 de “*Régulation et crises du capitalisme*”, republicado como posfácio da nova edição de língua inglesa, do ano 2000, Aglietta (2000b, p. 388-391) procura retomar e modificar algumas ideias presentes no livro, à luz das transformações históricas e teóricas das décadas de 1980 e 1990.

Esse é um dos raros textos de Aglietta das últimas décadas que trabalha com a temática regulacionista, embora o autor reavalie suas posições iniciais, adotando um novo ponto de vista, não mais centrado na produção e no trabalho, mas considerando que a moeda é “a ligação social primordial em uma economia de mercado” (AGLIETTA, 2000b, p. 393). Segundo esse novo ponto de vista, que não será tratado pormenorizadamente aqui, a moeda antecede, tanto historicamente, quanto logicamente, ao mercado e aos preços, que por sua vez não seriam os responsáveis pela coerência do sistema, garantida pelo sistema de crédito (AGLIETTA, 2000b, p. 393-396).

A posse de moeda possibilitaria, na sociedade capitalista, a compra da força de trabalho, com o intuito de obter, em um movimento que não tem fim, um volume maior de moeda. Os capitalistas compram força de trabalho e promovem a divisão do trabalho. A incoerência entre interesses individuais não coordenados possibilitaria a emergência das crises. O funcionamento normal da economia capitalista, incluindo aí tanto o sistema monetário e financeiro quanto o próprio mercado de trabalho, exigiriam a criação de mecanismos reguladores exógenos ao mercado, assunto principal tratado pela abordagem da regulação

166 Coriat é uma das principais referências no estudo dos processos de trabalho. Publicou um estudo detalhado do modelo japonês de produção, o toyotismo, modelo que superou várias das limitações do fordismo, e foi adotado por diversos setores, no Japão. O toyotismo, que não será descrito com detalhes no presente trabalho, começou a ser implantado nas fábricas da Toyota pelo engenheiro Ohno, no contexto do pós-guerra. Como o Japão não possuía um mercado interno muito forte, Ohno optou por realizar algumas inovações organizacionais, estabelecendo o padrão de organização do trabalho que viria ser chamado de ohnismo, toyotismo, modelo japonês, ou de produção enxuta. Algumas das inovações desse modelo seriam o método *just-in-time*, o *kan-ban*, a subcontratação, a maior flexibilidade das linhas de montagem e dos processos de produção (CORIAT, 1994b).

167 “En d’autres termes on dira que les années 1980 qui voient s’approfondir la remise en cause des régularités fordienues sont aussi et surtout celles de la recherche encore balbutiante et chaotique du passage à des régimes de croissance post-fordiens” (CORIAT, 1994a, p. 12).

(AGLIETTA, 2000b, p. 396-398).

Assim como os demais trabalhos regulacionistas da segunda geração, Aglietta (2000b) caracteriza o fordismo como um regime de crescimento baseado na divisão dos ganhos de produtividade e na ampliação do papel do Estado (seja promovendo políticas sociais, seja administrando políticas econômicas anticíclicas). Uma diferença do trabalho do autor em relação aos outros trabalhos regulacionistas é a ênfase no sistema financeiro, que, no caso do fordismo, seria mais regulamentado e segmentado do que nos anos 1990.

Muitas mudanças teriam ocorrido entre a publicação do primeiro livro de Aglietta e o posfácio da nova edição. Tais transformações ainda não teriam sido capazes de estabelecer um novo regime de acumulação, que estaria emergindo após a crise do fordismo. Entre tais mudanças destacam-se: a globalização (que implicaria tanto na maior integração dos fluxos comerciais e de capitais, quanto na formação de blocos regionais); a ampliação da desigualdade de renda, em parte devido à maior competição internacional; a desregulamentação e a abertura dos mercados financeiros nacionais e internacionais (que teria facilitado a ocorrência de crises financeiras); o aumento do individualismo (que permitiria maiores liberdades individuais, mas mina os laços de solidariedade e de união política); a ampliação do desemprego, do subemprego e da exclusão social; as políticas monetárias voltadas ao combate da inflação, favorecedoras dos credores e dos agentes que especulam com o preço de ativos (AGLIETTA, 2000b, p. 412-432).

O novo modo de regulação, que estaria sendo construído, teria como atores centrais os fundos de investimento (tais como os fundos de pensão) e poderia vir a ser mais igualitário, caso os trabalhadores e os sindicatos tivessem maior influência sobre os fundos de pensão. Se isso ocorresse, seria adotada uma visão de longo prazo nos investimentos e ampliada a participação dos assalariados nas empresas e na divisão dos lucros.

No novo sistema em construção, os governos continuariam sendo atores centrais, ainda que tendam a diminuir de tamanho. Os governos, em primeiro lugar, precisariam suprir uma oferta adequada de bens coletivos e, principalmente, garantir a qualificação do “capital humano”. Além disso, deveriam garantir um nível adequado de assistência aos menos favorecidos, possibilitando, assim, a coesão social e impedindo a deterioração da democracia. Ainda de acordo com Aglietta (2000b, p. 432-445), a principal forma dessa assistência deveria ser o fornecimento de uma renda mínima para todos aqueles em idade de trabalhar, estejam eles empregados ou não.

De acordo com Boyer (1998), a lógica da concorrência internacional e as pressões políticas vindas dos Estados Unidos apontam para o enfraquecimento das regulações que

favorecem mais aos trabalhadores, ou, como questiona o autor, “as más regulações vão expulsar as boas?”. As regulações que o autor considera “boas” seriam a corporativista, a estatista e a social-democrata, prevaletentes respectivamente no Japão, na França e no norte da Europa. Elas estariam sendo questionadas em favor da diminuição dos custos e do liberalismo financeiro. De todo modo, o cenário não estava definido e a viabilidade a médio prazo dos diferentes modos de regulação ainda deveria ser provada, tendo em vista que, numa passagem que parece ecoar os ensinamentos das teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista, uma distribuição muito desigual da renda tende a criar uma taxa de lucro que não se confirma no longo prazo e provoca graves crises:

Mais fundamentalmente ainda não está claro que os regimes de acumulação das economias desenvolvidas sejam viáveis caso se prolonguem as tendências dos 15 últimos anos. De fato, enquanto o fordismo despontava com uma erosão, e depois com uma queda brutal da taxa de lucro, a divisão da renda manteve-se de pé em benefício dos lucros, ao passo que a demanda ficou contida pelo fato que o salário real tende a crescer menos depressa do que a produtividade. A partir daí, pode-se imaginar que a acumulação vai de encontro a uma taxa de lucro muito alta relativamente à sua realização no mercado, o que não deixa de lembrar alguns dos traços da grande crise dos anos 30 (BOYER, 1998, p. 209).

Boyer publicou juntamente com Juillard (2002, p. 378) um texto no qual os autores procuram compreender a economia estadunidense após a crise do fordismo. Afirmam que “os Estados Unidos são para a teoria da regulação, o mesmo que a Inglaterra representava para Marx”, por ser o país de origem do fordismo e a nação hegemônica do pós-guerra. Os autores da escola da estrutura social de acumulação, como notado no capítulo anterior, centram suas pesquisas nos Estados Unidos pelo mesmo motivo. Inclusive, essa é a razão principal pela qual o presente trabalho enfatiza os textos sobre o país¹⁶⁸.

Ocorreria, nos Estados Unidos, depois dos anos 1970, um regime de acumulação extensiva com consumo em massa fracionado (BOYER, JUILLARD, 2002, p. 382-384). Nesse regime, a produtividade não cresceria de modo rápido. Associado a isso, estaria sendo bastante ampliada a desigualdade salarial: os mais pobres teriam salários estagnados, enquanto os mais ricos possuiriam rendas crescentes. Ainda de acordo com os autores, o número médio de horas trabalhadas no país aumentou em virtude da maior competição internacional e também cresceu a sofisticação do mercado financeiro, cada vez mais globalizado. O país estaria explorando um regime de acumulação inédito como saída para a crise do fordismo:

Em primeiro lugar, ocorreu uma grande ruptura entre 1967 e 1971, que levou os Estados

168 Boyer e Juillard (2002, p. 378-382) citam os trabalhos clássicos dos radicais americanos da escola da estrutura social de acumulação, Bowles, Gordon e Weisskopf (1984; 1990) para ilustrar a diminuição do crescimento da produtividade (no caso, provocada pelo aumento dos custos de controle) na origem da crise. Além desse fator, os autores destacam outras causas para a crise, como a diminuição da competitividade da economia americana e a elevação da inflação provocada por uma economia superaquecida (em virtude da Guerra do Vietnã) seguida por políticas monetárias e fiscais restritivas.

Unidos para longe do círculo virtuoso responsável pelo charme e pela coesão do ‘*american way of life*’: estagnação da produtividade, exacerbação das desigualdades e diferenciação crescente dos modos de vida, aumento da competição (com o Japão como com o México), terciarização e financeirização da economia definem um regime sem precedente histórico (BOYER, JUILLARD, 2002, p. 384)¹⁶⁹.

Outro caso clássico estudado pela AR e que vale a pena mencionar é o do fordismo francês. De acordo com Coriat (2002, p. 389), o fordismo francês tradicionalmente se caracterizou por uma forte participação estatal, tanto em termos de política social quanto em termos de política industrial. Teria havido, no país, uma grande estabilidade da divisão entre salários e lucros, graças aos convênios coletivos altamente centralizados e garantidos pelo poder político.

Porém, o fordismo do país, assim como o de outras nações, teria entrado em crise desde o final da década de 1960. Coriat (2002) destaca principalmente os fatores internacionais que teriam feito o modelo desmantelar. Em 1971, o abandono do sistema de câmbios fixos, por parte dos EUA, teria feito com que a França perdesse a competitividade garantida pelas desvalorizações cambiais periódicas. O país também teria sido afetado negativamente tanto pelo aumento do preço do petróleo e pela elevação da taxa de juros, quanto pela liberalização financeira.

De acordo com o autor, em termos internacionais, a globalização, em vez de corresponder à abertura mundial dos mercados, teria implicado na formação de blocos comerciais regionais. No caso francês e europeu, o bloco econômico continental estaria restringindo as políticas monetárias e fiscais dos países. Na década de 1980, o país teria sofrido com as políticas de austeridade adotadas na Europa como um todo. O governo francês teria implementado, nos anos 1980 e no começo da década de 1990, uma política de câmbio valorizado (e fixo em relação ao Marco alemão) e de “desinflação competitiva”, que se mostraria incapaz de restaurar a competitividade das pequenas e médias empresas.

Ainda segundo Coriat (2002), todas essas políticas, associadas às ondas de privatização e da “balkanização”¹⁷⁰ das relações salariais, estariam contribuindo para a dissolução do modelo fordista, que não teria sido substituído por nenhum outro modelo capaz de garantir ciclos virtuosos de crescimento e prosperidade.

169 “D’abord, est intervenue une rupture majeure entre 1967 et 1971, qui a entraîné les États-Unis loin du cercle vertueux qui faisait le charme et la cohésion de l’*‘American way of life*’: stagnation de la productivité, exacerbation des inégalités et différenciation croissante des modes de vie, mise en concurrence (avec le Japon comme avec le Mexique), tertiarisation et financiarisation de l’économie définissent un régime sans précédent historique” (BOYER, JUILLARD, 2002, p. 384).

170 Degradação das condições de trabalho, dos níveis salariais e dos índices de desemprego.

Do ponto de vista dos conceitos da AR, as décadas de 1980 e 1990 consolidam a inflexão da escola em direção a uma abordagem mais historicista e menos teórica do capitalismo. Os autores não mais procuram desenvolver os *insights* de Marx e dos autores marxistas, embora continuem argumentado que a análise de Marx fornece os fundamentos para a compreensão do capitalismo. Tanto o conceito de imperialismo quanto o de capitalismo monopolista são criticados, principalmente por não darem conta das diferentes realidades históricas. Apesar dessa constatação, os autores da escola francesa da regulação permaneceram utilizando de modo ubíquo o conceito de regulação monopolista para se referir a um conjunto de instituições e não apenas à estrutura concorrencial e à ação do Estado.

Há uma tensão entre trabalhos que, na década de 1980 e início dos anos 1990, procuraram compreender diferentes formas de fordismo e de taylorismo (LIPIETZ, 1988, 1991) e trabalhos que, nos anos seguintes, relativizaram a importância do conceito de fordismo para a compreensão de outras regiões que não fossem os EUA e parte da Europa Ocidental. Estudos sobre a França (CORIAT, 2002), sobre o Japão (CORIAT, 1994b, BOYER, SOUYRI, 2001), sobre a América Latina (ABOITES, MIOTTI, QUENAN, 2002), entre outras localidades, procuraram mostrar as particularidades de cada padrão de organização do trabalho e também de cada modo de desenvolvimento.

Nem mesmo na indústria automobilística pode-se dizer que houve o predomínio do modelo fordista a partir da década de 1930 e do modelo japonês a partir da década de 1970. Na verdade, existiram diversos modelos produtivos, com diferentes estratégias de busca de produtividade e lucratividade (BOYER, FREYSSENET, 2000).

Várias obras foram dedicadas ao estudo dos novos padrões de crescimento sendo implantados (CORIAT, 2002; AGLIETTA, 2000b; BOYER, 1998; BOYER, JUILLARD, 2002). Essas últimas obras, apesar de reconhecerem a importância de outros modelos produtivos, diversos do fordismo, enfatizam o conceito de pós-fordismo. Os diferentes autores advogam que não havia, nos anos 1980 e 1990, um modelo produtivo já estabelecido nos países centrais, após a crise do padrão de crescimento do pós-guerra.

Além disso, os trabalhos das décadas de 1980 e 1990 também são marcados pela tentativa de eliminação do determinismo dos anos 1970 (LIPIETZ, 1988) e pela busca de maior rigor conceitual e analítico (BOYER, 1990, BOYER, SAILLARD, 2002). O determinismo tecnológico não é totalmente superado, já que uma das causas principais, senão a principal, da crise do fordismo seria a exaustão dos ganhos de produtividade.

3.5 A ABORDAGEM DA REGULAÇÃO E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Os regulacionistas, no início dos anos 2000, deram continuidade às linhas de pesquisa dos anos 1990, procurando os possíveis sucessores do fordismo e aprofundando o entendimento das mudanças institucionais do capitalismo. Entre os sucessores do fordismo, um regime de crescimento estaria prevalecendo nos Estados Unidos, até a crise de 2007: o regime de acumulação liderado pelas finanças. Nesta última parte do capítulo dedicado às origens e aos desenvolvimentos da AR, será apresentada a concepção do principal autor regulacionista, Robert Boyer, acerca da natureza da escola da regulação depois do ano 2000. Depois disso, serão apresentadas as concepções de Boyer, Lipietz, Lordon e outros autores regulacionistas, acerca o regime de crescimento liderado pelas finanças e sua crise.

As últimas décadas consolidaram o papel de liderança da escola da regulação desempenhado por Robert Boyer. Assim sendo, Jessop e Sum (2006, p. 220-221) dedicam alguns parágrafos de seu livro apenas para elencar alguns dos vários assuntos tratados por ele, que incluem pesquisas teóricas e empíricas sobre os mais diversos temas e em variados níveis de análise e de escala espacial:

As pesquisas teóricas e empíricas dele dizem respeito a muitas questões importantes, que abrangem diferentes níveis de análise, do micro ao macro, cobrem diferentes escalas espaciais, lidam com questões históricas e com prognósticos, assim como temas atuais. Adotam métodos que vão desde a econometria e a teoria dos jogos até o institucionalismo e a análise de cenários e estudam não apenas as mais avançadas economias capitalistas, mas também várias economias socialistas de Estado e pós-socialistas (JESSOP, SUM, 2006, p. 220-221)¹⁷¹.

Sendo mais específicos, os autores explicam que Boyer se ocupou de vários objetos de pesquisa, como os efeitos da mudança tecnológica, problemas de governança econômica, possíveis cenários pós-fordistas, o impacto da globalização, os limites da financeirização, a nova economia (JESSOP, SUM, 2006, p. 220-221). Ele também procurou aprofundar os aspectos teóricos da abordagem da regulação, dialogando com outras teorias econômicas e com diversas áreas das ciências humanas. Boyer procurou incorporar aspectos da sociologia de Pierre Bourdieu, da teoria dos jogos, da escola das convenções e buscou diálogo com diversas correntes econômicas que estudam instituições, desde Coase, Williamson e North, até o institucionalismo original.

171 “His theoretical and empirical research concerns many substantive issues, ranging across different levels of analysis from micro to macro, covering different spatial scales, dealing with historical and prospective as well as current issues, adopting methods ranging from econometrics through game theory and institutionalism to scenario analysis, and studying not only most advanced capitalist economies but also various state socialist and post-socialist economies” (JESSOP, SUM, 2006, p. 220-221).

Fazendo um balanço crítico do trabalho de Boyer, Jessop e Sum (2006, p. 220-221) defendem que, por um lado, Boyer contribuiu com uma maior sofisticação teórica, principalmente ao aprofundar o tratamento teórico dado às instituições, mas, por outro lado, boa parte das experimentações do autor teriam tido pouca relevância e “poucas sobreviveram ao teste do tempo”.

Obviamente que não é possível, no âmbito do presente trabalho, explorar, mesmo que superficialmente, todos os temas trabalhados por Boyer. Com o intuito de investigar as concepções recentes da escola da regulação sobre as etapas do capitalismo e sobre a natureza do modo de produção capitalista, será citada a sistematização da abordagem elaborada pelo autor no início dos anos 2000. Será notada a busca por uma maior teorização das instituições e da mudança institucional. Depois disso, serão apresentadas as contribuições do autor e também de Lipietz, Lordon e de outros pesquisadores ligados à AR, acerca da natureza do capitalismo nas últimas décadas.

Boyer publicou, em 2004, uma nova síntese da escola da regulação, o livro “*Théorie de la régulation: les fondamentaux*”. Logo nas primeiras páginas desta obra, Boyer (2004a, p. 4) defende que a AR se inscreve na tradição do pensamento de Marx, “mas pretende alterar e prolongar a análise de ‘O capital’, tanto à luz dos métodos modernos dos economistas quanto graças aos ensinamentos derivados das transformações do capitalismo desde o final do século XIX”¹⁷². Mais à frente, o autor argumenta que Marx compreendia o modo de produção capitalista a partir de duas relações sociais fundamentais: o mercado e a relação capital-trabalho. Entretanto, Boyer não “altera e aprofunda” a análise de “O capital”. O autor critica tanto Marx quanto os teóricos do imperialismo e do capitalismo monopolista de Estado por enfatizarem principalmente a queda da taxa de lucro como causa das crises e, mais importante ainda, por terem subestimado a capacidade de mudança qualitativa do modo de produção capitalista (BOYER, 2004a, p. 33-36).

Ao longo desse livro de 2004, o autor reforça a concepção de que a AR é baseada em quatro pilares fundamentais: as formas institucionais, o modo de regulação, o regime de acumulação e, por fim, a tipologia das crises. Esse instrumental analítico é que permitiria à abordagem da regulação compreender as diferentes etapas do capitalismo. Seguindo a descrição de Boyer (2004a, p. 39), as cinco formas institucionais, ou formas estruturais, são as codificações históricas das relações sociais básicas do modo de produção. A primeira forma

172 “La théorie de la régulation s’inscrit dans cette tradition théorique, mais elle entend amender et prolonger les analyses du Capital, tant à la lumière des méthodes modernes de l’économiste que grâce aux enseignements issus des transformations du capitalisme depuis la fin du XIX^e siècle” (BOYER, 2004a, p. 4).

estrutural é o regime monetário, condição necessária para o funcionamento do mercado. A segunda forma institucional, a relação salarial, configura a forma histórica específica na qual ocorre a relação capital-trabalho. Seria determinada por cinco características básicas: o tipo dos meios de produção, a forma da divisão social e técnica do trabalho, a modalidade de adesão dos trabalhadores às firmas, os determinantes do salário direto e indireto e, por fim, o modo de vida dos trabalhadores. A terceira forma estrutural é o tipo de concorrência, que estabelece as modalidades de relação mercantil entre produtores privados independentes. Dois casos extremos de concorrência se destacam, a prevalência de mecanismos concorrenciais, que garantiriam a compatibilidade das decisões mercantis *ex post* e a prevalência de mecanismos monopolistas, que garantiriam a compatibilidade das decisões mercantis *ex ante*. A quarta forma estrutural é a modalidade de adesão ao regime internacional, o conjunto de regras que regem os fluxos de mercadorias, de capitais e de pessoas entre as nações. Por fim, a quinta forma institucional é o tipo de Estado, um conjunto de compromissos institucionalizados, que criam regras para as decisões dos agentes e estabelecem o montante e a composição das receitas e dos gastos públicos (BOYER, 2004a, p. 39).

Depois de apresentar as instituições necessárias ao funcionamento normal do capitalismo, Boyer observa que o conjunto de tais instituições configuraria um modo de regulação, um conjunto de regras e comportamentos, tanto individuais quanto coletivos, que reproduzem as relações sociais fundamentais do capitalismo, ao mesmo tempo em que direcionam e permitem a compatibilização das decisões individuais dos agentes, possibilitando o funcionamento de um regime de acumulação (BOYER, 2004a, p. 54).

Por sua vez, um regime de acumulação é um conjunto de regularidades que dizem respeito: à organização da produção, à divisão da renda entre as diferentes classes sociais, à composição da demanda que garantiria a validação tendencial da produção e, por fim, à articulação entre formas capitalistas e não capitalistas (BOYER, 2004a, p. 54).

Depois de apresentar os conceitos fundamentais da escola, Boyer (2004a, p. 77) apresenta a tipologia regulacionista da crise econômica, a qual pode ocorrer em cinco modalidades: 1) perturbação externa, por exemplo, catástrofes naturais, ou climáticas, ou ainda guerras; 2) crise cíclica, originária de desequilíbrios econômicos e sociais, mas superada dentro dos limites do modo de regulação vigente; 3) crise do modo de regulação, quando esse se mostra incapaz de solucionar os problemas; 4) crise do regime de acumulação, que ocorreria quando as formas institucionais mais essenciais entram em colapso; 5) fim do modo de produção, quando as relações sociais mais básicas do modo de produção em vigor são abolidas.

Boyer (2004a, p. 104-107) conclui esse livro enfatizando a importância da história

e das instituições para a compreensão do capitalismo. Elenca os métodos utilizados pelos autores regulacionistas, tais como a econometria, a análise institucional e a modelização matemática dos padrões de crescimento derivados dos modos de regulação e dos regimes de acumulação. E utiliza uma expressão, empregada por Billaudot (2001) no título de um livro, que sintetiza bem o estado das artes da AR no período, ao argumentar que a escola procura desenvolver uma “macroeconomia institucional e histórica”.

Outros desenvolvedores da escola da regulação reconheceram que a escola da regulação se dedica ao desenvolvimento de uma macroeconomia histórica e institucional. Segundo Vidal (2001) e Lamarche (2012), os trabalhos iniciais da escola da regulação – mais especificamente o primeiro livro de Aglietta e os livros de Lipietz do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, procurariam construir uma teoria geral. Mas, essa ambição foi abandonada e a AR se voltou à compreensão da variabilidade histórica: “Em vez de uma teoria geral, a teoria da regulação é uma teoria fundada na compreensão da variabilidade histórica do real. Isso constitui uma grande diferença em relação à produção de uma teoria geral que visa estabelecer uma explicação universal” (LAMARCHE, 2012, p. 5)¹⁷³. No próximo capítulo será retomada de modo crítico a relação entre a falta de uma teoria geral do capitalismo e alguns problemas apresentados pela escola francesa da regulação.

A macroeconomia institucional e histórica desenvolvida pela escola demanda a explicação da origem e da natureza das instituições no capitalismo. Em uma direção oposta à tendência de buscar microfundamentos para o comportamento macroeconômico, a AR advoga que existem fundamentos macroinstitucionais para o comportamento individual em uma economia de mercado. Alguns dos elementos mais básicos do modo de produção capitalista, tais como a moeda, a relação capital-trabalho e as maneiras como ocorre a concorrência empresarial, não são inteiramente explicáveis por forças de mercado, mas dependem de instituições para seu funcionamento (BOYER, 2004b, p. 18).

Indo mais a fundo na explicação da origem das instituições, Boyer (2004b, p. 21-22) argumenta que elas não são construídas apenas em virtude de princípios de eficiência econômica, tais como minimização dos custos de transação, controle de comportamentos oportunistas ou solução de equilíbrio em jogos repetidos. Tampouco são resultado direto de imperativos tecnológicos. As teorizações institucionalistas de inspiração neoclássica teriam dificuldade de analisar a dinâmica histórica real de construção e, principalmente, de crise, das

173 “Plutôt qu’une théorie générale, la théorie de la régulation est une théorie fondée sur la variabilité historique raisonnée du réel. Cela forme une différence majeure avec la production d’une théorie générale qui vise à fonder une explication de portée universelle” (LAMARCHE, 2012, p. 5).

formas institucionais específicas (BOYER, 2004b, p. 26-28).

O conceito de forma institucional adotado pela AR se refere à combinação complexa de vários componentes do comportamento individual e coletivo, tais como (BOYER, 2004b, p. 36-38): 1) a ordem constitucional, deliberada no âmbito político; 2) as instituições enquanto procedimentos que estruturam e permitem a interação dos agentes; 3) as organizações, formadas por uma estrutura de poder e por um conjunto de rotinas; 4) as rotinas, regras de ação resultantes da codificação de conhecimentos tácitos; 5) as convenções, comportamentos que se reforçam mutuamente e resultam da interação horizontal e não hierarquizada dos agentes; 6) os *habitus*, conceito herdado de Bourdieu¹⁷⁴ e que se refere à interiorização, nos indivíduos, de esquemas interpretativos e ações resultantes do processo de socialização.

O autor explica a criação de instituições com base em cinco princípios básicos (BOYER, 2002a, p. 535-538 para os itens de 2 a 5; BOYER 2004a, p. 43-45, para os itens de 1 a 4). Rejeita-se a possibilidade do cálculo racional da eficiência das mesmas:

- 1) montagem ao acaso. As instituições seriam construídas sem que se pense *ex-ante* sua compatibilidade *ex-post*. Pode-se citar como exemplo o aumento dos direitos sociais associados com tentativas de superação da Crise de 1929;
- 2) coevolução das instituições. As instituições sofreriam transformações de modo a se adaptar umas às outras, num processo lento e que nem sempre levaria à convergência. Seria o caso da produção em massa e do consumo em massa;
- 3) complementariedade institucional. Algumas instituições seriam compatíveis e se complementam logicamente ou historicamente. Por exemplo, os ganhos salariais e o sistema de crédito;
- 4) hierarquia institucional. Além de se completarem, algumas instituições poderiam dominar outras. Algumas exerceriam poder direto sobre outras. Por exemplo, o capital financeiro estimulando a desregulamentação financeira internacional;
- 5) paradigma econômico. Uma matriz teórica a partir da qual se construiriam algumas instituições. O caso recente das teorias que advogam a liberalização econômica e a diminuição do papel do Estado na economia seria típico desse tipo de construção institucional.

Um ponto que deve ser sublinhado no que se refere à mudança institucional é que

¹⁷⁴ Há uma proximidade entre o conceito de *habitus*, de Bourdieu e o conceito de hábito elaborado por Veblen e, antes dele, pelo pragmatismo em geral. Hodgson (2004, p. 184-188), por exemplo, menciona essa proximidade e defende a superioridade da elaboração teórica do institucionalista americano.

Boyer (2002a, p. 544-549) reconhece a retroalimentação entre a esfera econômica e a esfera política e ideológica. Mesmo o funcionamento normal da economia afetaria o poder de negociação dos diversos grupos sociais, impactando sobre os blocos políticos e eleitorais que, por sua vez, seriam capazes de modificar instituições, alterando assim o funcionamento da economia. Nos períodos de crise econômica, a ligação entre a esfera política e a econômica ficaria mais clara.

A partir do ano 2000, cresceu a literatura regulacionista dissertando sobre o regime de acumulação que estaria predominando nas economias avançadas e, principalmente nos Estados Unidos. Um dos temas centrais dessa literatura era a possibilidade da existência de um modelo de crescimento liderado pelas finanças.

No ano 2000, Robert Boyer publicou um artigo que marca o início da ênfase da escola da regulação no estudo da viabilidade de um regime de crescimento liderado pelas finanças. Tal regime poderia vir a ser o sucessor do fordismo no Estados Unidos e em alguns outros países, especialmente a Inglaterra. Nesse texto, Boyer desenvolve um modelo matematizado, com o intuito de compreender as características básicas de um padrão de crescimento liderado pelas finanças.

Boyer (2000, p. 112-113) argumenta que vários paradigmas foram candidatos a sucessores do fordismo. O mais importante foi o modelo japonês, também chamado de toyotista, mas que teria entrado em decadência devido à duradoura crise japonesa. Outras possíveis fontes de crescimento seriam: as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o crescimento do setor de serviços, o aumento da competição internacional e a emergência de importantes países exportadores na Ásia.

Segundo o autor, nenhuma dessas fontes de crescimento se mostra poderosa o suficiente para suceder o fordismo. O mais provável é que nenhum desses modelos prevaleça, mas que vários desses elementos sejam generalizados na economia. No caso específico dos Estados Unidos, o autor destaca que a financeirização não é a única característica importante da economia, nas últimas décadas. Porém, a centralidade das finanças seria uma idiossincrasia da economia dos Estados Unidos. Isso faz com que Boyer estabeleça uma previsão, que se confirmaria em poucos anos, de que esse país era um forte candidato a originar a próxima crise financeira:

A próxima grande crise financeira pode se originar nos EUA, cuja economia mais se aproxima do modelo. Mas a assim chamada 'nova economia' americana combina diversas transformações estruturais interdependentes: difusão das Tecnologias de Informação e Telecomunicação, busca por novas regras de competição, flexibilidade crescente de empregos e salários, substituição das manufaturas pelos serviços. As finanças são um

elemento, mas não o todo, desse regime emergente complexo (BOYER, 2000, p. 111)¹⁷⁵.

Boyer (2000, p. 119-120) destaca algumas consequências da financeirização: a necessidade de flexibilidade dos investimentos implicaria em relações de trabalho mais flexíveis; a riqueza financeira se tornaria uma importante influência no consumo de bens duráveis; parte dos salários seria atrelada aos ganhos financeiros; o Estado seria pressionado a se endividar menos e a racionalizar suas atividades; a política monetária não mais estaria voltada apenas à dicotomia crescimento versus inflação, mas também deveria evitar a ocorrência de bolhas financeiras.

As consequências, do ponto de vista macroeconômico seriam contracionistas. Segundo o autor, de um lado, o acesso aos mercados financeiros facilitaria o investimento produtivo. De outro lado, o consumo tornar-se-ia mais volátil, já que os ganhos salariais seriam instáveis. A expansão do crédito, associado a ativos financeiros como colaterais, faria com que bolhas especulativas se movam com facilidade dos mercados financeiros para os mercados de bens (BOYER, 2000, p. 121).

O modelo desenvolvido por Boyer (2000) apresenta diversos resultados possíveis, dependendo dos valores dos parâmetros. O aumento do valor dos ativos pode levar tanto a um ciclo virtuoso de crescimento liderado por investimentos, quanto ao aumento dos lucros não seguido pela expansão da demanda agregada. Há ainda outros resultados possíveis, como um sistema híbrido, no qual a valorização dos ativos impulsiona o consumo, mas diminui a massa salarial e não estimula o investimento. Um último cenário possível é o de grande instabilidade macroeconômica.

Em um texto publicado no ano seguinte, Lipietz (2001, p. 17), argumenta que o modelo do fordismo, dos países centrais – parcialmente imitado pelo modelo de substituição de importações, dos países periféricos –, que prevaleceu na era de ouro do capitalismo, entrou em crise nos anos 1970 e deu origem a um período de experimentação. No caso específico dos Estados Unidos, mas também de outros países, o modelo que estaria triunfando seria o liberal-produtivista, neo-taylorista ou flexível.

Depois da crise do fordismo, cujas origens principais seriam a globalização (que provoca uma restrição salarial, causada pelo aumento da competitividade) e a crise do modelo produtivo fordista, os Estados Unidos e a Europa Ocidental estariam menos competitivos que

175 “The next major financial crisis may originate in the USA whose economy approximates most closely to the model. But, the so-called American ‘new economy’ combines diverse but interdependent structural transformations: diffusion of Information and Communication Technologies, search for new rules for competition, increased flexibility in wages and employment, shift from manufacturing to services. Finance is an element in, but not the whole of, this complex emerging regime” (BOYER, 2000, p. 111).

países com outros modelos produtivos, como o Japão. Diferentes estratégias de saída da crise estariam sendo experimentadas (LIPIETZ, 2001, p. 21-22).

Segundo Lipietz (2001, p. 22), o final do século XX assistiu à disputa entre dois modos de regulação pela predominância nas principais economias do mundo (Europa Ocidental, EUA e Japão). Ainda não estaria definido se o modelo liberal-produtivista, ou neo-taylorista, adotado pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, seria o prevalecente, ou se seria o modelo de envolvimento negociado, adotado na Alemanha, no Japão e nos países escandinavos. O segundo modelo, mesmo com maiores salários, se mostraria mais competitivo e com melhor performance macroeconômica.

A primeira estratégia teria como uma de suas características centrais a piora na distribuição de renda, pois os ganhos de produtividade são distribuídos mais em favor dos lucros. Haveria aumento do desemprego, da exclusão social (notadamente de imigrantes) e haveria deterioração da estabilidade no emprego e da vida de parte dos trabalhadores (o autor menciona a “brasilianização dos salários”). A França estaria optando pelo primeiro modelo (LIPIETZ, 2001, p. 25-29).

Do ponto de vista macroeconômico, ou do regime de acumulação, que Lipietz analisa com base no famoso aforisma de Kalecki (“os trabalhadores gastam o que ganham e os capitalistas ganham o que gastam”), devido à diminuição da proporção dos salários na renda nacional, os volumes de produção e de emprego estariam muito mais instáveis, pois são sujeitos ao “espírito animal”, que fundamenta os gastos dos capitalistas. Outras duas características do liberal-produtivismo, que contribuiriam para os efeitos negativos em termos de nível de atividade, de distribuição de renda e de geração de emprego seriam a globalização e a financeirização. Um dos efeitos colaterais do sistema, causado pela insuficiência de demanda agregada, seria a ocorrência de elevados déficits fiscais. Por fim, o autor termina seu texto argumentando que a situação econômica dos Estados Unidos, apesar do elevado crescimento dos anos 1990, não se sustentaria por muito tempo e o país passaria por crises provocadas pelo estouro de bolhas financeiras (LIPIETZ, 2001, p. 29-35).

No ano seguinte Boyer (2002b) publicou o livro “*La croissance, début de siècle*”, no qual investiga os limites, as possibilidades e as promessas não cumpridas de progresso e estabilidade econômica, associados às novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Uma visão simplista dessas novas tecnologias considerava que elas garantiriam aumentos de produtividade e diminuição dos riscos inerentes à atividade econômica. Essa “nova economia” seria marcada, ainda segundo essa concepção simplista, pelo arrefecimento dos ciclos econômicos (BOYER, 2002b, p. 7-8).

Boyer explica o fenômeno da “nova economia” como uma das vias possíveis de saída da crise do fordismo, nos Estados Unidos¹⁷⁶. Segundo as palavras do próprio autor: “É um outro modo de regulação que está em gestação, mais complexo e interdependente que foi seu predecessor, o fordismo” (BOYER, 2002b, p. 200)¹⁷⁷. Haveria no país, desde 1995, a emergência de um regime de crescimento extensivo com aumento da desigualdade:

Na virada do ano 2000, a configuração da economia americana não apresenta mais do que uma relação distante com aquela que prevalecia na *belle époque* do crescimento. O regime fordista, baseado na generalização do acesso ao consumo em massa, graças à difusão dos ganhos de produtividade ao conjunto da população, entrou em crise desde o fim dos anos 1960. Ele dá lugar, agora, a um regime de crescimento extensivo marcado pela fragilidade dos ganhos de produtividade, o crescimento das desigualdades e a diferenciação dos modos de vida, cada vez mais heterogêneos. A partir de 1995, emerge um modo de regulação diferente, que resulta da combinação de um conjunto de transformações estruturais, acumuladas por duas décadas, que se traduzem em uma forma original de ajustes macroeconômicos, mudança que vai provocar a emergência do tema da nova economia (BOYER, 2002b, p. 195-196)¹⁷⁸.

Segundo o autor, na prática, as novas TIC não gerariam níveis de produção, de demanda e de emprego suficientes para comandar um período de crescimento econômico pujante de longo prazo. O que teria provocado o rápido crescimento estadunidense nos anos 1990 seriam as bolhas do sistema financeiro, semelhantes a outras ondas de especulação que, ao longo da história, sucederam às grandes inovações, como a construção de ferrovias no mesmo país (BOYER, 2002b, p. 197-199).

Nos anos seguintes, uma das linhas de pesquisa seguidas por Boyer continuou sendo a busca por possíveis sucessores do fordismo. Três modos de regulação pareceriam emergir na virada do século XXI. O primeiro seria centrado na concorrência internacional (que restringe

176 No caso dos Estados Unidos, que diferentemente de outros países (por exemplo as pequenas socialdemocracias abertas, como Finlândia e Dinamarca), não haveria recuperado a pujança da economia após a diminuição do crescimento da produtividade provocada pela crise do fordismo, haveria sete estratégias para a saída da crise: internacionalização e realocização das plantas industriais; políticas econômicas conservadoras (desregulamentação da economia e políticas monetárias restritivas); introdução de novos métodos produtivos (adaptação do toyotismo); flexibilização do mercado de trabalho; crescimento do setor financeiro; maior uso de Tecnologias de Informação e Comunicação; uso mais eficiente da energia. Na prática, nenhuma dessas estratégias seria capaz de sustentar a demanda e o crescimento em níveis elevados (BOYER, 2002b, p. 66-93).

177 “C’est un autre mode de régulation qui est en gestation, beaucoup plus complexe et interdépendant que ne l’était son prédécesseur fordiste” (BOYER, 2002b, p. 200).

178 “Au début de la décennie 2000, la configuration de l’économie américaine n’a plus que de lointains rapports avec celle qui prévalait à la belle époque de la croissance. Le régime fordiste, bâti sur la généralisation de l’accès à la consommation de masse grâce à la diffusion des gains de productivité à l’ensemble de la population, est entré en crise dès la fin des années soixante. Il laisse d’abord la place à un régime de croissance extensive marquée par la faiblesse des gains de productivité, le creusement des inégalités et la différenciation de modes de vie de plus en plus hétérogènes. À partir de 1995 émerge un mode de régulation différent qui résulte de la conjonction d’un ensemble de transformations structurelles qui, se cumulant sur deux décennies, se traduisent par une forme originale d’ajustements macroéconomiques, changement qui va susciter l’émergence du thème de la ‘nouvelle économie’” (BOYER, 2002b, p. 195-196).

os aumentos salariais e a ação dos Estados Nacionais), o segundo se basearia na terciarização da economia (a economia não mais se fundamentaria na agricultura, como na regulação antiga, nem na indústria, como na regulação concorrencial, tampouco na articulação entre indústria e serviços, como na regulação monopolista, mas sim no setor terciário) e, por fim, a regulação financeirizada, presente nos Estados Unidos (BOYER, 2004a, p. 49-51).

Em termos mais esquemáticos, teria ocorrido a sucessão de quatro modos de desenvolvimento, sendo que um deles teria se mostrado inviável (BOYER, 2004a, p. 56-61):

- 1) acumulação extensiva com regulação concorrencial, característica da segunda metade do século XIX, período de industrialização crescente, que substitui os setores tradicionais pela manufatura. Tal substituição é um tipo de acumulação extensiva. A demanda é puxada pelo consumo das elites, já que os salários são determinados concorrencialmente;
- 2) acumulação intensiva sem consumo em massa, modo de desenvolvimento instável dinamicamente. A ciência e a técnica foram mobilizadas para racionalizar os métodos de produção. Os salários não acompanham os ganhos de produtividade. Crises de subconsumo acabaram por mostrar a inviabilidade do padrão de crescimento;
- 3) acumulação intensiva com consumo em massa. Fundada com a institucionalização da participação dos salários nos ganhos de produtividade. A aplicação da ciência e da tecnologia é intensiva. O Estado garante investimentos públicos, estabilidade do crescimento e do emprego e direitos sociais. Foi o modo de desenvolvimento fordista;
- 4) acumulação extensiva com aprofundamento das desigualdades, regime que sucedeu o fordismo nos Estados Unidos. A contestação do fordismo levou ao retorno a um padrão de crescimento com baixos ganhos de produtividade, um regime de acumulação extensiva. A relação salarial fordista foi destruída, houve maior taxa de desemprego, menores níveis salariais e de proteção social. Aprofundou-se a concorrência internacional.

A acumulação extensiva com aprofundamento das desigualdades, modo de desenvolvimento que estaria sucedendo o fordismo nos EUA, poderia ser acompanhada por um modo de regulação dominado pelas finanças: “Já foi evocada a possibilidade de um modo de regulação dominado pelas finanças de mercado como possível sucessor da regulação

monopolista” (BOYER, 2004a, p. 91)¹⁷⁹.

Nesse possível sucessor do fordismo, a rentabilidade das finanças substituiria o salário como principal fonte do aumento da demanda: “*Mutadis mutandis*, este regime é então um sucessor potencial do modelo de desenvolvimento fordista, com a dinâmica da bolsa substituindo o salário como fonte de crescimento cumulativo” (BOYER, 2004a, p. 95)¹⁸⁰. Para que tal modelo apresente um ciclo virtuoso, bastaria que a rentabilidade da bolsa estimulasse o consumo, que por sua vez estimularia o investimento:

Pode, assim, ter início um círculo virtuoso: um aumento da rentabilidade financeira estimula a bolsa de valores, que provocaria um crescimento do consumo, que por sua vez estimula o investimento e compensa o efeito, *a priori* negativo, de elevação dos padrões de rentabilidade. O nível de produção é então, o resultado da avaliação financeira, o que inverte a relação entre a economia real e a esfera financeira que prevalecia sob o fordismo (BOYER, 2004a, p. 93)¹⁸¹.

É possível observar que, para Boyer, no início do século XXI, não estava ainda consolidado o sucessor do fordismo nos Estados Unidos. Do ponto de vista dos processos produtivos, os novos modelos candidatos a substitutos do fordismo apresentariam baixo crescimento da produtividade. Do ponto de vista dos regimes de acumulação, o padrão de crescimento liderado pelas finanças aparecia como um sucessor possível do regime de crescimento fordista, mas ainda deveria provar sua viabilidade. Outros autores ligados à escola da regulação procuraram problematizar a existência de um padrão de crescimento puxado pelas finanças. Um desses autores, Mickaël Clévenot publicou, no ano de 2008, um artigo na *Revue de la Régulation*, que procura resolver a tensão, no seio da literatura regulacionista, entre a viabilidade ou não de um regime de acumulação liderado pelas finanças.

De acordo com o autor (CLÉVENOT, 2008, p. 2), um regime de acumulação tem duas características essenciais: “(...) a existência de coerências institucionais e a presença de uma coesão fundada sobre um compromisso distributivo permitindo uma reprodução do regime a médio prazo”¹⁸². O autor comenta o trabalho de alguns pesquisadores ligados à AR, tais como

179 “La possibilité d’un mode de régulation dominé par la finance de marché a déjà été évoquée, comme possible successeur de la régulation monopoliste” (BOYER, 2004a, p. 91).

180 “Mutadis mutandis, ce régime est donc bien un successeur potentiel du modèle de développement fordiste, la dynamique boursière remplaçant le salaire comme source de croissance cumulative” (BOYER, 2004a, p. 95).

181 “Peut ainsi s’amorcer un cercle vertueux: un relèvement de la rentabilité financière stimule la Bourse, ce qui motive un accroissement de la consommation qui elle-même stimule l’investissement et compense l’effet *a priori* négatif du relèvement de normes de rendement. Le niveau de la production est donc la conséquence de l’évaluation financière, ce qui renverse les relations entre sphère réelle et sphère financière qui prévalaient sous le fordisme” (BOYER, 2004a, p. 93).

182 “C’est-à-dire une phase économique possédant les deux caractéristiques essentielles d’un régime d’accumulation: l’existence de cohérences institutionnelles et la présence d’une cohésion fondée sur un compromis distributif permettant une reproduction du régime à moyen terme” (CLÉVENOT, 2008, p. 2).

Lordon, Aglietta, Boyer e Coriat, além de autores marxistas, entre os quais Chesnais, Duménil e Lévy, e encontra uma ambiguidade entre autores que identificam a possibilidade de um padrão de crescimento liderado pelas finanças, ainda que esse padrão de crescimento seja bastante instável, e aqueles que rejeitam tal possibilidade.

Diferentemente do regime de acumulação fordista, cujo ciclo virtuoso baseava-se no aumento de salários, no consumo, no investimento e no crescimento acelerado da produtividade, um regime de crescimento financeirizado poderia realizar um ciclo virtuoso de crescimento do consumo e do emprego a partir de convenções financeiras altistas, que seriam bastante instáveis, por natureza.

Clévenot (2008, p. 11-12) observa, nas últimas décadas, uma sequência histórica de crises semelhantes, que indicariam a perenidade do regime financeirizado e, portanto, poderiam ser consideradas pequenas crises: *Crash* de 1987, crise dos *Saving and Loans*, de 1991, crise russa, de 1998, *crash* da bolsa de 2001, escândalo da Enron, em 2004 e, finalmente, crise do *subprime*, de 2006. Tais crises viriam a ser superadas, de modo geral, graças ao socorro do Estado, que por sua vez, contribuiria com a perenidade da financeirização, ao promover a globalização e a liberalização financeira.

Procurando compatibilizar diferentes visões acerca do capitalismo financeiro, o autor, por um lado, identifica no capitalismo americano contemporâneo uma coerência institucional, ainda que incapaz de sustentar um crescimento que não seja de curto prazo. Por outro lado, considera que a conjuntura da economia americana nos últimos vinte anos “não é o resultado aleatório da anarquia capitalista” (CLÉVENOT, 2008, p. 9-12). Para superar essa contradição entre um conceito de um regime inviável a longo prazo e as evidências de um regime viável a curto e médios prazos, Clévenot (2008, p. 2) propõe que há um período curto de um “regime de crescimento puxado pelas finanças: instável, excludente e sem capacidade de reprodução à longo prazo” apesar de permitir “regular o que corresponde, no âmbito regulacionista, às pequenas crises”¹⁸³. O conceito de regime de crescimento, portanto, não exigiria a estabilidade econômica e social implícita no conceito de regime de acumulação.

Mais recentemente, outro pesquisador ligado à escola francesa da regulação, Thomas Lamarche, em um texto que procura refutar críticas dirigidas à corrente, reconhece que a AR teve dificuldades em compreender e nomear o regime de acumulação dos anos 1990. “A dificuldade enfrentada pela teoria da regulação provém do caráter instável do regime (com a

183 “Enfin on tentera une synthèse autour de la notion de régime de croissance tiré par la finance: instable, excluant et sans capacité de reproduction à long terme mais néanmoins disposant de cohérences qui lui permettent de réguler ce qui correspond dans le cadre régulationniste à des petites crises” (CLÉVENOT, 2008, p. 2).

questão de saber se podemos definir um regime com tão pouca estabilidade) e do fato de que ele não se baseia em um regime de acumulação comum a um conjunto de países, ao contrário da acumulação intensiva, que o precedeu” (LAMARCHE, 2012, p. 4)¹⁸⁴. O autor parece concordar com a posição de Clévenot (2008), que afirma que o padrão de crescimento liderado pelas finanças não pode ser caracterizado como um regime de acumulação, mas sim como um “regime de crescimento”, que seria “impossível de se reproduzir” e idiossincrático aos Estados Unidos, não sendo facilmente replicável (LAMARCHE, 2012, p. 5).

Após o estouro da bolha das hipotecas *subprime*, os autores regulacionistas se voltaram à compreensão do padrão de crescimento americano das últimas décadas e adotaram a visão de que se tratava de um regime de acumulação caracterizado como liderado pelas finanças (segundo Boyer), como financeirizado e desregulamentado (de acordo com Lordon) ou como liberal-produtivista (segundo Lipietz).

Boyer (2009) explica o estouro da bolha imobiliária americana, ocorrido no ano de 2007, como um fenômeno recorrente na economia do país nas últimas décadas. Cita diversas outros eventos semelhantes, como o *crash* de Wall Street de 1987, o colapso dos fundos de investimento LTCM (*Long-Term Capital Management*) e o escândalo da companhia Enron. De acordo com o autor, as autoridades econômicas interpretariam todos esses eventos como meros acidentes, resultantes da falta de transparência, da irracionalidade e da irresponsabilidade dos executivos. Contrastando com tal visão, Boyer (2009) argumenta que a crise atual “não é mais do que a repetição” do episódio das décadas de 1980 e 1990 do *saving and loan*, porém em uma escala maior, permitida pela multiplicação de ativos financeiros (derivativos, *swaps*, opções, contratos de seguro etc), possibilitada pela estratégia de “originar e distribuir” créditos no sistema financeiro. Tal estratégia teria estimulado uma política irresponsável de concessão de crédito e acabaria por espalhar o risco na quase totalidade do sistema financeiro.

As principais recomendações de política econômica de Boyer (2009) passam pela mudança no papel desempenhado pelas autoridades públicas. Os Bancos Centrais, por exemplo, não deveriam ser apenas emprestadores de última instância (para não incentivar atividades irresponsáveis). Outra mudança institucional incluiria a criação uma agência regulatória central, responsável pela certificação, pela supervisão e pela padronização dos instrumentos financeiros. O autor rebate a concepção de que é impossível controlar as inovações

184 “La difficulté à laquelle se trouve confronté la théorie de la régulation provient du caractère instable du régime (avec la question de savoir si l’on peut définir un régime avec si peu de stabilité) et du fait qu’il ne repose pas sur un régime d’accumulation commun à un ensemble de pays, à la différence de l’accumulation intensive qui précède” (LAMARCHE, 2012, p. 4).

financeiras, argumentando que, durante a era de ouro, as crises bancárias praticamente desapareceram e citando países, como a Espanha, nos quais as bolhas imobiliárias tiveram consequências bem menos graves, em virtude de restrições impostas pelo Banco Central.

Outro autor que se debruçou sobre o tema, Frédéric Lordon, publicou em 2008 um texto provocante, na forma de epílogo do livro *“Jusqu’à quand? L’éternel retour de la crise financière”*, escrito no período do epicentro da crise americana, iniciada em 2007. Argumenta que a crise é diferente dos demais colapsos financeiros recentes, pois pode ser a última crise da atual configuração do capitalismo, marcada pela financeirização e pela desregulamentação da economia como um todo.

O ambiente internacional, marcado pela liberalização comercial e financeira, estaria fazendo um nivelamento por baixo dos padrões salariais, além de piorar as condições de trabalho, de estabilidade no emprego e de oferta de programas sociais. Tal fato estaria ocorrendo inclusive na França, mesmo nos períodos de governos que se proclamam de esquerda. Como resultado, há uma redistribuição da renda em favor dos lucros. A queda dos salários deprime a demanda agregada, que acabaria sendo sustentada pela ampliação do endividamento e por déficits fiscais (LORDON, 2008). Em contraste com as ideologias liberais, argumenta, que, no caso da França, seriam justamente a rigidez do mercado de trabalho e o Estado muito avantajado (com suas políticas anticíclicas), que impediriam a ocorrência de uma grave depressão.

Depois de seguidos colapsos financeiros, a crise iniciada em 2008 fez o autor levantar a hipótese de que se trata de grande crise, segundo o jargão regulacionista. Tal hipótese se baseia na evidência da necessidade cada vez mais forte de intervenções estatais, para evitar uma derrocada maior na renda agregada. E especula que a política monetária expansionista poderia ter como efeitos colaterais tanto o retorno a elevadas taxas de inflação quanto a perda da confiança no dólar enquanto moeda internacional. Existiria ainda a possibilidade de a economia americana passar por um longo período de baixas taxas de crescimento, caso nenhuma transformação estrutural ocorra (LORDON, 2008).

Na conclusão do texto, Lordon (2008) argumenta que as finanças devem passar por um período de maior regulamentação, mas não é só isso, deveria haver uma profunda transformação, que substituísse as estruturas do “capitalismo desregulamentado com dominância financeira” por outras instituições, principalmente modificando as formas da concorrência.

Em 2011, Boyer publicou um livro que trata mais detalhadamente da crise financeira americana, além de investigar o poder político do setor financeiro estadunidense, as características e as restrições impostas aos países pela ordem internacional, e de propor

alternativas para restringir o poder das finanças e modificar o sistema internacional, de modo a promover o crescimento econômico a nível mundial. No livro, “*Les financiers détruiront-ils le capitalisme?*”, Boyer analisa o estouro da bolha do *subprime* nos EUA, utilizando o arcabouço teórico da AR: a análise institucional e a história de longa duração. A crise não seria uma mera onda de euforia e pânico financeiros, mas marcaria o limite de diversas estratégias de crescimento adotadas nos Estados Unidos após a derrocada do fordismo: “A crise, que se inicia com a reversão dos preços dos imóveis nos Estados Unidos, não nasceu de mais uma bolha financeira que viria perturbar uma economia próspera. Ela manifesta a chegada ao limite de diversas estratégias que os Estados Unidos experimentaram para retomar suas perspectivas de crescimento depois que se manifestou a crise do fordismo, no final dos anos 1960” (BOYER, 2011a, p. 17)¹⁸⁵.

O colapso das hipotecas *subprime* marcaria o fim do regime de acumulação liderado pelas finanças, que teria prevalecido nos Estados Unidos entre 1986 e 2008. Historicamente, após a crise do fordismo (que teria sido provocada pela diminuição dos ganhos de produtividade e pelo conflito distributivo), as grandes firmas teriam se tornado mais internacionalizadas, o que teria abalado o compromisso salarial fordista, ao moderar os ganhos salariais e ampliar a intensidade do trabalho. Paralelamente, teria ocorrido a desregulamentação financeira e a facilitação do acesso ao crédito, nos Estados Unidos (BOYER, 2011a, p. 23-25).

O regime de acumulação puxado pelas finanças poderia ser explicado, de forma bastante geral, por um pequeno número de mecanismos de produção e de demanda. A difusão da financeirização, a alocação de ativos dos fundos de pensão e de parte dos dividendos em ações e o acesso fácil ao crédito estimulariam o consumo que, por sua vez, induziria o investimento. O aumento da produção geraria empregos, mas os salários não cresceriam muito. Os lucros seriam parte investidos em ampliação da produção e parte retornaria ao sistema financeiro. Tais mecanismos seriam capazes de gerar um ciclo virtuoso de acumulação, ainda que instável (BOYER, 2011a, p. 33-37). Outro aspecto que deve ser mencionado é a política econômica, que buscaria dar liquidez a esse sistema, por meio de baixas taxas de juros.

Tal regime, que teria predominado apenas nos Estados Unidos e no Reino Unido, entrou em crise devido à bolha imobiliária, um tipo de bolha historicamente comum nos Estados Unidos, mas que tomou enormes proporções devido ao elevado nível de endividamento. O

185 “La crise qui déboute avec le retournement du prix de l’immobilier aux États-Unis n’est pas née d’une bulle financière de plus qui viendrait perturber une économie prospère. Elle manifeste l’arrivée aux limites des diverses stratégies que les États-Unis ont tentées pour redresser leurs perspectives de croissance lorsque s’est manifestée la crise du fordisme, à partir de la fin des années soixante” (BOYER, 2011a, p. 17).

estouro da bolha do *subprime*, apesar de possuir elementos similares a outras bolhas financeiras, não seria uma mera repetição de outros eventos, tais como a Grande Depressão, por exemplo. Ainda assim, configuraria uma grande crise, segundo a taxonomia da AR (BOYER, 2011a, p. 41-48).

Em um texto ainda mais recente, que busca explicar as falácias associadas às políticas de austeridade da Zona do Euro, Boyer (2012) destaca que as origens da crise atual não devem ser buscadas em pretensas políticas populistas. O autor compreende a crise atual como resultado da busca de estratégias para a saída da crise do fordismo, originada da diminuição dos ganhos de produtividade, que teria provocado tanto a ampliação do conflito distributivo quanto o aumento dos déficits públicos. Estes déficits ajudariam a alimentar os mercados financeiros. Com base em argumentos keynesianos, Boyer (2012) argumenta que a adoção de medidas de austeridade apenas agravara a crise.

Outro importante autor regulacionista que investigou o capitalismo contemporâneo, Lipietz, caracteriza o modelo de desenvolvimento que teria prevalecido em “todo o planeta” a partir dos anos 1980 como “liberal-produtivista”. A característica liberal do modelo se deve ao triunfo dos mercados em relação às restrições estabelecidas no nível nacional e em relação aos acordos internacionais, que passam a defender o princípio dos mercados autorregulados. Já a característica produtivista do modelo é explicada pela busca do lucro, sem maiores preocupações com as necessidades humanas e tampouco com as restrições ecológicas (LIPIETZ, 2012, p. 1).

Por isso, a solução para a crise econômica não poderia ser apenas o aprofundamento do modelo de consumo em massa (que o planeta não conseguiria suportar). A solução passaria necessariamente, por um *Green Deal*, que implicaria em uma redistribuição de renda favorável aos trabalhadores (e ampliação do tempo livre), uma reorientação do sistema alimentar na direção das proteínas vegetais e a utilização de energias renováveis e mais eficientes. A maior dificuldade em relação às necessárias transformações institucionais seria a falta de uma “autoridade política mundial” que consiga reorientar a atitude livre-cambista das organizações transnacionais, a fim de superar as pressões de *dumping* social e fiscal. Como resposta a tal cenário, na prática, seriam formados blocos econômicos regionais, tais como a União Europeia e o NAFTA (*North America Free Trade Agreement*, ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) (LIPIETZ, 2012).

No ano de 2015, Lipietz publicou mais um texto que trata da crise econômica atual, dessa vez com foco nas turbulências que atingem a Zona do Euro. Seguindo a tradição regulacionista de buscar na história de longo prazo e na periodização do capitalismo uma análise

mais profunda da conjuntura atual, o autor, na sua exposição, argumenta que a história econômica do capitalismo se divide em dois períodos distintos, após a Segunda Guerra Mundial: o período do fordismo, que teria durado de 1945 a 1975 e a era do capitalismo que chama novamente de “liberal-productivismo”, que teria durado de 1980 a 2007. Portanto, a crise atual marcaria a derrocada do liberal-productivismo:

Dois grandes modelos de desenvolvimento capitalista ocorrerem após a Segunda Guerra Mundial. De 1945 a 1975, os famosos “trinta gloriosos”. Os economistas falam do modelo fordista, ou keynesiano, ou da economia social de mercado. E, de 1980 a 2007, o que na França é chamado de “trinta dolorosos”, mas que constitui o período no qual o capitalismo mais foi aceito (em valores absolutos) na história do mundo: os anos triunfantes do “liberal-productivismo” (LIPIETZ, 2015, p. 1)¹⁸⁶.

Depois de descrever as transformações longo prazo da economia mundial, o autor procura explicar, no contexto econômico do fordismo, as razões para a formação da União Europeia. Identifica duas razões principais. A primeira seria uma espécie de “catarse” coletiva, a opção pela paz após dois mil anos de guerra. A segunda razão, mais importante do ponto de vista da AR, é a causa material, associada ao Plano Marshall e à contenção do poder soviético. Teria sido utilizada, de maneira consciente, uma estratégia de adoção do Estado de bem-estar social e das instituições econômicas que viriam a ser caracterizadas como o fordismo, para garantir o crescimento simultâneo da produtividade e do mercado consumidor. O modelo de desenvolvimento europeu seria resultado mais de pressões estadunidenses que originado da vontade dos grupos políticos europeus:

Razão mais material: a repartição do Plano Marshall. Com esse plano de ajuda, os Estados Unidos querem dizer à Europa Ocidental: “Nós vamos projetar em vocês, batendo de frente com a União Soviética, o modelo que nós estamos experimentando aqui, e que os socialdemocratas e os democratas-cristãos o aprovem”. Esse bloco político, ao mesmo tempo atlantista e modernista, mas antissoviético, implementou, simultaneamente ao Mercado Comum, um modelo que se originou conceitualmente mais no *New Deal* de Roosevelt que na Frente Popular de Léon Blum. A teoria do Estado-Providência é mais inglesa ou bismarckiana que americana, mas o alicerce econômico é claramente aquilo que os economistas chamam de “fordismo”. Para Henry Ford, a classe trabalhadora seria a mais numerosa e ela deve tornar-se uma classe abastada, se nós desejamos escoar nossa imensa produção. E como isso se realiza? Por uma “coordenação”, uma regulação entre o crescimento da produtividade industrial e o crescimento do mercado interno. Essa coordenação se efetuará no âmbito do Estado-Nação, mas em um espaço econômico de dimensão continental: a Europa Ocidental (LIPIETZ, 2015, p. 1)¹⁸⁷.

186 “Deux grands modèles de développement capitaliste ont suivi la seconde guerre mondiale. De 1945 à 1975: les fameuses ‘trente glorieuses’. Les économistes parlent de modèle fordiste ou keynésien, ou d’économie sociale de marché. Et, de 1980 à 2007, ce qu’en France on appelle les ‘trente piteuses’, mais qui constituent la période où le capitalisme a cru le plus (en valeurs absolues) dans l’histoire du monde: les années triomphantes du ‘libéral-productivisme’” (LIPIETZ, 2015, p. 1).

187 “Raison plus matérielle: la répartition du plan Marshall. Avec ce plan d’aide, les Etats-Unis signifient à l’Europe de l’Ouest: ‘Nous allons projeter vers vous, et face à l’Union Soviétique, le modèle que nous sommes en train d’expérimenter chez nous, et qu’approuvent chez vous les sociaux-démocrates et les chrétiens-démocrates’. Ce bloc politique, à la fois atlantiste et moderniste mais antisoviétique, met en place, en même temps que le Marché

O fordismo teria funcionado bem por mais de vinte anos, devido a algumas regras, que possibilitavam a regulação dos desajustes econômicos. No plano internacional, se um país crescesse rápido demais, poderia desvalorizar sua moeda e se crescesse muito lentamente, poderia fazer políticas econômicas expansionistas. Desse modo, não ocorreriam fortes pressões contracionistas, na economia mundial. Em relação aos mercados internos, os salários acompanhavam a produtividade. No caso mais típico do fordismo, os Estados Unidos, as convenções salariais garantiriam a seguinte fórmula de reajuste: “*Annual Improvment Factor + Cost Of Living Adjustment*”, ou a sigla “AIF + COLA”, que se refere ao crescimento da produtividade adicionados à correção da inflação (LIPIETZ, 2015, p. 2-3).

Depois da crise do fordismo, o modelo que teria sido implantado na Inglaterra, nos Estados Unidos e na América Latina seria o neoliberalismo, ou liberal-produtivismo, baseado na forte concorrência internacional, que estaria deprimindo os salários e degradando o meio-ambiente. No caso do Leste Asiático, tal modelo teria sido complementado por fortes investimentos em “capital humano” e em tecnologia (LIPIETZ, 2015, p. 3).

A crise europeia atual seria o resultado da aplicação do liberal-produtivismo em um vasto território supranacional que não possui mecanismos federativos e é incapaz de realizar políticas macroeconômicas discricionárias. Além desse aspecto de coordenação econômica, a crise possui ainda outros aspectos, mais graves, citados pelo autor. Entre tais elementos estariam a pressão sobre as fontes de energia não renováveis, as mudanças climáticas, os problemas associados ao tipo de alimentação e as condições de saúde da população. Para a superação de tais problemas, o autor retoma a proposição de um *Green Deal* (LIPIETZ, 2015, p. 4-8).

3.6 COMENTÁRIOS FINAIS

A escola francesa da regulação se originou em meados da década de 1970, tendo como objetivo principal compreender as transformações econômicas da época. A corrente foi marcada, desde sua origem, por uma leitura crítica do marxismo e do keynesianismo. Os fundadores da corrente, entre os quais se destacam principalmente Boyer, Aglietta e Lipietz,

commun, un modèle qui s’origine conceptuellement dans le New Deal de Roosevelt plus que dans le Front populaire de Léon Blum. La théorie de l’État-providence est plus anglaise ou bismarkienne qu’américaine, mais le soubassement économique est clairement ce que les économistes appellent ‘fordisme’. Pour Henry Ford, la classe laborieuse est chez nous la plus nombreuse, il faut qu’elle devienne une classe aisée si nous voulons écouler notre immense production. Et cela se réalise comment? Par une ‘coordination’, une régulation entre croissance de la productivité industrielle et croissance du marché intérieur. Or cette coordination s’effectuera dans le cadre de l’État-nation, mais pour un espace économique de dimension d’emblée continentale: l’Europe de l’Ouest” (LIPIETZ, 2015, p. 1).

foram motivados tanto pela tentativa de superação do marxismo estruturalista althusseriano (e em menor medida, dos teóricos do capitalismo monopolista de Estado), quanto pela busca da compreensão dos limites dos modelos macroeconômicos de inspiração keynesiana.

A principal discordância dos autores regulacionistas em relação a essas correntes é a incapacidade que tanto o marxismo convencional quanto o keynesianismo da época teriam, de captar as mudanças históricas, as transformações qualitativas do modo de produção capitalista. Essa mesma crítica é dirigida, inclusive, à teoria neoclássica da época, seja na sua versão do equilíbrio geral, seja na versão da síntese neoclássica.

Vários dos primeiros trabalhos regulacionistas, elaborados na segunda metade dos anos 1970 e no começo da década de 1980, procuraram partir da análise de Marx do modo de produção capitalista e elaborar conceitos menos abstratos que os de Marx, para captar as transformações qualitativas do capitalismo ocorridas no século XX. Essa é a origem do conceito de modo de regulação, elaborado para compreender as transformações institucionais do sistema econômico, modificado para dar conta de absorver (regular) as tensões originárias da generalização de práticas industriais mais produtivas, baseada na extração de mais-valor relativo (o conceito regulacionista de regime de acumulação intensiva). O fordismo, teria sido, historicamente, o principal modo de desenvolvimento a abarcar um regime de acumulação intensiva com uma regulação monopolista (ou administrada).

Ainda nessa primeira geração de trabalhos, surgiram as primeiras obras que não adotavam Marx como ponto de partida. Tais obras elaboravam um ponto de vista mais historicista, abrindo mão de uma teoria geral do capitalismo. Desde o início da década de 1980 esse ponto de vista prevaleceu. A escola da regulação tornou-se uma corrente menos marxista e mais preocupada em elaborar uma macroeconomia histórica e institucional, embora ainda fizesse referência a Marx como o autor da visão de modo de produção adotada pela AR. O Quadro 3, a seguir, sintetiza algumas das principais transformações da escola da regulação.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a escola da regulação se desenvolveu e se consolidou como uma corrente relevante para a compreensão do capitalismo contemporâneo. A AR superou algumas das deficiências presentes nos primeiros trabalhos, tais como o economicismo, e apresentou alguns importantes resultados. A inovação teórica e metodológica que mais se destaca no período, foi a realização de estudos em diferentes níveis de análise. Por exemplo, os pesquisadores ligados à escola da regulação desenvolveram importantes trabalhos destacando a emergência de novos modelos produtivos, aprofundando as pesquisas no nível mais microeconômico de investigação. Os conceitos centrais da escola foram ainda utilizados para a compreensão da dinâmica econômica de regiões, continentes e até do mundo como um

todo. Além disso, os trabalhos ligados à AR procuraram compreender as transformações econômicas e institucionais ocorrendo em países que não se enquadravam no modelo canônico do fordismo.

Quadro 3: Evolução da abordagem francesa da regulação

Fase \ Elemento	Motivação dos trabalhos	Modo de regulação e reg. de acumulação	Fordismo e sua crise	Pós-fordismo
Trabalhos iniciais	Atualizar análise de Marx. Entender crise dos anos 1970.	Modo de regulação deriva da mudança do regime de acumulação.	Acumulação intensiva e regulação monopolista. Crise de produtividade.	Crise. Ausência de modo de regulação e de regime de acumulação.
Anos 1980-1990	Compreender crise dos anos 1970. Cenários pós-fordismo. Diferentes modelos produtivos.	Tentativa de superação do determinismo. Macroeconomia histórica e institucional.	Acumulação intensiva e regulação monopolista. Crise de produtividade.	Crise. Ausência de modo de regulação e de regime de acumulação.
Anos 2000	Compreender a globalização, o capitalismo financeiro e as crises. Refinar os conceitos.	Tentativa de superação do determinismo. Macroeconomia histórica e institucional.	Acumulação intensiva e regulação monopolista. Crise de produtividade.	Crescimento liderado pelas finanças. Acumulação extensiva. Heterogeneidade entre os países.

Fonte: elaboração própria.

Do ponto de vista da teorização das etapas do capitalismo, é importante destacar que, nas décadas de 1980 e 1990, uma das linhas de pesquisa centrais da escola parisiense da regulação procurou identificar possíveis sucessores do fordismo. Do ponto de vista dos processos produtivos, os pesquisadores regulacionistas observaram a existência de diferentes modelos. Do ponto de vista dos modos de desenvolvimento, os autores apontam que nenhum modelo de crescimento conseguiu substituir o fordismo nos países centrais.

Foi somente a partir do ano 2000 que os autores regulacionistas vislumbraram a possibilidade de existência de um regime de acumulação liderado pelas finanças. Tal regime, marcado pelo estímulo ao consumo e ao investimento com base na valorização de ativos financeiros, teria prevalecido em alguns poucos países, destacadamente os Estados Unidos e a Inglaterra.

As inovações tecnológicas e organizacionais ocorridas nos Estados Unidos não teriam sido capazes de gerar um regime de acumulação intensiva. O baixo crescimento da

produtividade seria característico, portanto, da volta de um regime de acumulação extensiva. Não havia, no início dos anos 2000, um consenso se o crescimento liderado pelas finanças poderia ou não configurar um regime de acumulação. Nos últimos anos, após o estouro da bolha das hipotecas *subprime*, foi reconhecida a existência e a relevância do regime de acumulação liderado pelas finanças, que, entretanto, já teria colapsado. Um novo modo de desenvolvimento poderia, então, emergir.

Um segundo aspecto importante da economia mundial contemporânea investigado pelos pesquisadores ligados à escola da regulação é a globalização econômica. Embora não seja um fenômeno totalmente novo, o tipo de internacionalização que estaria predominando nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, seria diverso do modelo de inserção internacional do fordismo, por exemplo, que resguardava um elevado grau de autonomia para as políticas econômicas nacionais. A onda de globalização das últimas décadas, por sua vez, estaria favorecendo um tipo de competição que prejudicaria a construção de regimes de crescimento liderados pelos salários. Os modelos mais liberais e competitivos estariam predominando sobre os modelos social-democratas ou corporativistas (que distribuiriam melhor os ganhos de produtividade). Desse modo, estaria acentuada a tendência recessiva da economia pós-fordista, incapaz de gerar os ciclos virtuosos de elevação da produtividade, dos salários, do consumo e do investimento.

No próximo capítulo a escola da regulação e a abordagem da estrutura social de acumulação serão comparadas, de um ponto de vista que procura apreender as transformações teóricas das duas vertentes. Além disso, serão analisadas algumas das principais críticas dirigidas às duas vertentes e será elaborada uma crítica que se beneficia do ponto de vista histórico adotado neste trabalho.

4 LIMITES DA ABORDAGEM DA REGULAÇÃO E DA ESCOLA DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO

4.1 INTRODUÇÃO

Nos últimos dois capítulos foram apresentados as origens e os desenvolvimentos da abordagem da regulação e da escola da estrutura social de acumulação. Os capítulos anteriores deixam implícita a grande proximidade existente entre essas duas correntes. O próximo tópico sistematizará essa proximidade, ao apresentar algumas discussões acerca das semelhanças e diferenças entre ambas as escolas. A estratégia de exposição das escolas no presente trabalho, que procura analisar as inflexões teóricas das abordagens ao longo do tempo, permitirá que seja realizada uma comparação, no próximo tópico, que pretende captar os pontos de proximidade e de distanciamento das duas correntes na teorização das etapas do capitalismo, ao longo de cerca de quatro décadas de trabalhos.

Em seguida serão discutidas algumas das críticas mais importantes dirigidas às duas correntes. Mais uma vez, a metodologia do presente trabalho, que procura realizar uma recapitulação histórica de vários conceitos utilizados para a compreensão das etapas do capitalismo, permitirá que seja desenvolvida uma crítica que procura apreender, com base nas origens e nas inflexões das correntes, os limites e as insuficiências de diferentes tentativas de periodização do capitalismo.

Por fim, será elaborada uma crítica baseada em tal perspectiva histórica. Essa mesma crítica pode servir de base para tanto para uma reconstrução dos conceitos básicos da abordagem da regulação e escola da estrutura social de acumulação quanto para a elaboração de teorias alternativas.

4.2 COMPARAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM DA REGULAÇÃO E A ESCOLA DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO

Faz parte do senso comum que analisa a escola da estrutura social de acumulação, aproximar tal abordagem, menos conhecida, com a escola francesa da regulação. Diversos autores já se debruçaram sobre as semelhanças e as diferenças entre as duas correntes (KOTZ, 1994a; COBAN, 2002; MAVROUDEAS, 2006; O'HARA, 1994, 2007; JESSOP, SUM, 2006). A seguir tais textos serão explorados e, depois da revisão da literatura que compara as escolas, será realizada uma breve comparação entre as duas correntes, tendo como foco principal as

mudanças nos conceitos básicos das escolas ao longo do tempo. A vantagem de uma comparação desse último tipo é que apreende as abordagens de forma dinâmica, observando inflexões teóricas e metodológicas.

Um dos principais desenvolvedores da escola da estrutura social de acumulação, David Kotz (1994a), foi também um dos primeiros autores a realizar uma comparação entre as duas abordagens. Segundo o autor, as duas teorias, originadas praticamente na mesma época, possuiriam várias características em comum. Uma característica comum seria a busca de inspiração nas categorias e conceitos de Marx, com o intuito explicar as diferentes etapas do capitalismo. Outro ponto de convergência entre as escolas é a consideração de que a acumulação de capital necessita do suporte de instituições para ocorrer: “A ideia central de ambas as escolas é que características cruciais do processo de acumulação de capital, ao longo de um período prolongado de tempo, são produto do suporte exercido por um conjunto de instituições sociais” (KOTZ, 1994a, p. 86)¹⁸⁸. O funcionamento normal dessas instituições define uma determinada etapa do capitalismo, na qual podem ser superadas as pequenas crises, periódicas, aquelas nas quais não é comprometida a estrutura institucional. O colapso dessa, por sua vez, marca um tipo mais severo de crise, estrutural.

Em relação às diferenças entre as correntes, de acordo com o autor, a ênfase nas mudanças do regime de acumulação por parte dos regulacionistas refletiria uma teoria com um determinismo tecnológico, o que não ocorreria com os radicais americanos. Desse modo, os pensadores franceses seriam mais próximos de uma visão mecanicista do marxismo enquanto a ênfase dos americanos nos conflitos sociais e na luta de classes mostraria um viés mais voluntarista do marxismo. Segundo o autor, nem o determinismo nem o voluntarismo deveriam ser adotados de forma dogmática. As duas teorias poderiam procurar um diálogo maior para evitar extremos teóricos equivocados.

Kotz observa que, no que diz respeito às grandes crises do capitalismo, a AR advoga que são oriundas de contradições entre o modo de regulação e o regime de acumulação. Também aqui estaria presente uma visão marxista mais convencional. A abordagem da estrutura social de acumulação, por seu turno, enfatiza aspectos institucionais da crise, ou seja, a crise se manifestaria na própria estrutura social de acumulação. No que diz respeito à resolução da crise, as duas abordagens divergem, embora ambas tratem da construção de novas instituições. A corrente estadunidense enfatiza mais a construção de novas instituições através

¹⁸⁸ “The central idea of both is that crucial features of the trajectory of the capital accumulation process, over a long time period, are the product of the supporting role played by a set of social institutions” (KOTZ, 1994a, p. 86).

do conflito político de grupos sociais, enquanto a escola francesa foca em aspectos técnicos da produção e a influência desses na construção de novas formas estruturais (KOTZ, 1994a).

Também na investigação sobre a origem da crise do padrão de desenvolvimento do pós-guerra, essa mesma característica apareceria, já que os regulacionistas centrariam sua explicação na crise do sistema produtivo fordista, ou seja, na exaustão de um padrão tecnológico, que teria provocado diminuição dos ganhos de produtividade. Em comparação, os estudiosos da estrutura social de acumulação enfatizariam os rompimentos dos acordos entre capitalistas e trabalhadores e entre capitalistas e cidadãos, assim como a crise do poder americano, como os fatores mais importantes, tanto para a decadência institucional, quanto para a diminuição do crescimento da produtividade do sistema econômico (KOTZ, 1994a, p. 89-95).

Por fim, David Kotz (1994a, p. 92), critica ambas as escolas por observarem uma mudança dramática na produtividade em determinado ponto do início do século XX: “Se a afirmativa sendo feita é que a mudança tecnológica e o crescimento da produtividade se aceleraram por volta da virada do século passado, não há controvérsia. Mas a afirmativa de que havia pouco ou nenhum crescimento da produtividade naquele período – que o mais-valor absoluto era a regra – é sim controversa e tem sido criticada por vários autores”¹⁸⁹. Porém, as evidências textuais apontam que apenas a AR centra sua explicação para a origem do fordismo na mudança abrupta no padrão de crescimento da produtividade entre o final do século XIX e início do século XX. A EESA não o faz de forma sistemática. Algumas passagens de Gordon, Edwards e Reich (1982) apontam para o crescimento baixo da produtividade no século XIX, mas apenas nos anos anteriores à década de 1870¹⁹⁰. No que se refere à crise do padrão de acumulação do pós-guerra, embora ambas as escolas advoguem uma queda abrupta no crescimento da produtividade no final da década de 1960, esse fator é mais importante na explicação da crise para os autores franceses do que para os americanos. Segundo os últimos autores, a diminuição dos ganhos de produtividade seria resultado dos conflitos políticos,

189 “If the claim being made were simply that technological change and productivity growth accelerated some time around the turn of the last century, then this would not be very controversial. But the assertion that there was little or no productivity growth – that absolute surplus value was the rule – in that period is indeed controversial, and it has been criticized by various authors” (KOTZ, 1994a, p. 92).

190 Gordon, Edwards e Reich (1982, p. 113) observam que o crescimento da produtividade nos Estados Unidos acelerou-se pelo menos desde meados do século XIX, em virtude da reestruturação da indústria durante a Guerra Civil. Um dos fatores que mais contribuiu com isso foi a introdução de peças intercambiáveis, primeiro na indústria militar, depois na civil (fato destacado, no caso da indústria automobilística, por WOMACK, JONES, ROSS, 1992). Formas primitivas de linhas de montagem já existiriam nas décadas de 1870 e 1880, nos açougues, por exemplo. Os autores criticam Aglietta por sua ênfase exagerada no fordismo. A linha de montagem não marca uma transformação radical dos sistemas produtivos anteriores: “On the contrary, the assembly line seems to represent a culmination of the successive movements toward homogenizing mechanization that had spread since the Civil War” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 131).

enquanto para os primeiros autores, seria resultado de limites tecnológicos e econômicos, que não são explicados detalhadamente pelos regulacionistas.

Coban (2002, p. 490), outro autor que comparou as duas correntes, destaca várias similaridades entre ambas. Observa que as escolas surgiram no final da década de 1970, procurando utilizar e atualizar, de modo crítico, o marxismo, com o intuito de compreender as especificidades do capitalismo da época.

As duas escolas concordam em relação à existência de uma crise estrutural no capitalismo, iniciada no final dos anos 1960, que estaria associada à diminuição do crescimento da produtividade. Porém, o diagnóstico desse fenômeno difere. Para os radicais americanos, a produtividade cresceria menos devido aos custos de controle do processo de trabalho (e ao crescimento do desperdício), enquanto para os regulacionistas franceses, a produtividade estaria estagnada devido aos conflitos trabalhistas e à maturidade tecnológica (COBAN, 2002, p. 491-492).

No final de seu texto, Coban (2002, p. 493-496) analisa inflexões teóricas e metodológicas realizadas pelas escolas nos anos 1990. Elogia as novas pesquisas dos radicais americanos – principalmente de Bowles – voltadas à fundação de uma microeconomia que leve em consideração a racionalidade substantiva, o poder e o conflito no mundo do trabalho. Destaca a maior formalização, principalmente no plano macro, por parte dos radicais americanos, enquanto a abordagem da regulação seria mais rica em estudos de caso de variados países. Aponta para os trabalhos conjuntos feitos por Bowles e Boyer e clama por maiores diálogos entre as duas correntes, no sentido do desenvolvimento conjunto de uma teoria das instituições.

Além das duas escolas que são o foco do capítulo, outras abordagens também foram comparadas com a escola da regulação e com a abordagem da estrutura social de acumulação. Não é objetivo do presente texto aprofundar tais comparações, mas algumas observações devem ser feitas, pois servirão, no próximo tópico, ao debate sobre as insuficiências da AR e da EESA.

Por exemplo, Coriat (1994a) tece alguns comentários nos quais relaciona a escola da regulação com linhas de pensamento de inspiração neoclássica. Ele enfatiza a emergência de algumas abordagens que combinam aspectos da economia neoclássica com elementos da economia heterodoxa, tais como a importância das instituições, dos contratos de trabalho e das relações não mercantis. Por exemplo: os trabalhos relativos aos salários de eficiência, desenvolvidos por Solow e por Akerloff; a abordagem da firma desenvolvida por Simon; a escola das convenções, uma abordagem francesa que procura, por meio da utilização da microeconomia, dar conta das convenções subjacentes às relações mercantis. Na década de

1980, autores regulacionistas, como Boyer e Orléan, chegaram a sugerir que a abordagem da regulação poderia fornecer a macroeconomia necessária para a microeconomia da escola das convenções e vice-versa.

Ainda de acordo com Coriat (1994a), há uma relação dual entre tais tipos de abordagem e o tipo de teorização desenvolvido pela escola da regulação. Por um lado, todas essas abordagens diminuem a distância entre as teorias neoclássicas e as teorias de inspiração institucionalista, como a escola da regulação. Por outro lado, tais abordagens se atêm a um individualismo metodológico que não é totalmente compatível com a escola da regulação ou com o institucionalismo original, por exemplo.

Uma aproximação que pode ser mais proveitosa é entre correntes que não advogam o individualismo metodológico. Um exemplo nesse sentido foi fornecido por O'Hara (1994), que comparou a escola da regulação com a escola da estrutura social de acumulação e com a corrente neoschumpeteriana. O autor fez uma revisão da literatura que, segundo ele, procuraria, nas últimas décadas, explicar as épocas qualitativamente diferentes do capitalismo, ou, utilizando a terminologia derivada de Kondratieff e de Schumpeter, as sucessivas ondas longas de crescimento econômico. Tais períodos seriam fases que durariam entre 40 e 60 anos, divididos, de modo geral, em duas fases de mesma duração, respectivamente de expansão e de contração. As diferentes fases corresponderiam, de modo aproximado, aos períodos de expansão de 1850-1890 e de 1940-1990, antecidos pelos períodos recessivos de 1780-1840 e 1890-1940.

Nesse artigo, o autor compara a escola parisiense da regulação, a abordagem da estrutura social de acumulação e a abordagem neoschumpeteriana das ondas longas, com o intuito de propor um diálogo entre essas três correntes mencionadas e os pensadores que desenvolvem o institucionalismo americano nos dias de hoje (no caso específico, principalmente os leitores e autores do *Journal of Economic Issues*). De acordo com O'Hara, as três correntes analisadas teriam importantes semelhanças teóricas e metodológicas: 1) análise holista e interdisciplinar; 2) utilização da causação circular e cumulativa; 3) preocupação com a mudança evolucionária; 4) ênfase nas instituições e suas contradições (O'HARA, 1994).

O'Hara (1994) conclui que a abordagem da regulação, a escola da estrutura social de acumulação e os autores neoschumpeterianos que escrevem sobre as ondas longas – Tycolete, Freeman e Perez, bastante influenciados pela AR – apresentam contribuições interessantes, que deveriam ser estudadas pelos desenvolvedores do institucionalismo. O autor realiza críticas pontuais às correntes. Considera que a EESA deveria incorporar noções evolucionárias e de mudança institucional, além de se debruçar sobre importantes formas

institucionais não estudadas: o nível de competição da economia, o sistema financeiro e as relações familiares. Adicionalmente, considera que a abordagem neoschumpeteriana possui algum nível de determinismo econômico, ao focar mais nas mudanças tecnológicas que nas institucionais.

Outro diálogo com a abordagem neoschumpeteriana foi feito por Coriat, em textos conjuntos com Giovanni Dosi (2000; 2002). Estes textos sublinham as convergências, as tensões, as complementariedades e as possíveis linhas comuns de pesquisa entre regulacionistas e evolucionários. Em primeiro lugar, os autores elencam uma série de características consideradas centrais das abordagens evolucionárias: a busca de microfundamentos adequados (a teorização do que os agentes fazem), que incluem a racionalidade limitada dos agentes em um mundo complexo; a ênfase na aprendizagem e na descoberta de novas tecnologias e novos comportamentos; a concepção de que o mercado contribuiu com a seleção, ainda que imperfeita, de tecnologias, rotinas e estratégias; a preocupação com a mudança, que não pode ser teorizada em equilíbrio ou como resultado de ações ótimas, mas emerge dos processos de aprendizagem, inovação e seleção, realizados em um ambiente não previsível e marcado pela heterogeneidade dos agentes e pela dependência de trajetória (*path-dependency*) (CORIAT, DOSI, 2000, p. 96-98; 2002, p. 500-502).

Além disso, os autores sublinham algumas diferenças entre as teorias. Entre as discrepâncias observadas estaria o nível de análise menos abstrato e mais focado na história, por parte dos regulacionistas, que, por sua vez, não desenvolveriam suficientemente a teorização sobre as firmas, compreendidas principalmente do ponto de vista do processo de trabalho e das consequências para a macroeconomia. Associada a essa última questão, os evolucionários não concordam com a utilização da firma fordista como um substituto do agente representativo da teoria ortodoxa, pois teriam uma maior preocupação – em comparação tanto com os autores ortodoxos, quanto com os regulacionistas – em teorizar a diversidade das empresas (CORIAT, DOSI, 2000, p. 107-112; 2002, p. 502-503).

Coriat e Dosi argumentam que as duas correntes tratam de níveis diferentes da realidade, por isso apresentam características que são principalmente complementares e não opostas. Desse modo, há a possibilidade de um diálogo bastante promissor entre as duas abordagens e do desenvolvimento de conceitos que são relevantes para ambas, como os conceitos de rotinas e de instituições, que podem servir de pontes entre diversos âmbitos de análise:

É certo que, na economia, estamos muito longe de uma tal coerência entre os níveis de descrições (e certamente, a compressão para um único nível a-histórico que a tradição

neoclássica nos ensinou não ajuda). No entanto, queremos sugerir que um diálogo informado em termos teóricos entre abordagens evolucionárias “de baixo para cima” [*bottom-up*] (microfundadas, e assim por diante) e abordagens regulacionistas “de cima para baixo” [*top-down*] (agregadas, embora institucionalmente mais ricas) é provavelmente um desafio formidável, mas analiticamente promissor (CORIAT, DOSI, 2000, p. 108)¹⁹¹.

Diferentes abordagens evolucionárias, institucionalistas e regulacionistas poderiam e deveriam se combinar para explicar diversos planos da realidade, que abrangeriam desde a microeconomia até a história de longa duração, passando pela análise dos agregados econômicos e da dinâmica macroeconômica (CORIAT, DOSI, 2000, p. 113-116; 2002, p. 505-506). Ainda que tal diálogo seja bastante promissor, não foi ainda satisfatoriamente desenvolvido.

Retomando o assunto principal desse tópico, a comparação entre a AR e a EESA, Jessop e Sum (2006, p. 28; 48-52) apontam algumas diferenças entre as duas abordagens. Os autores americanos utilizariam com maior frequência as ferramentas da estatística, para se adequar às exigências acadêmicas dos Estados Unidos. Desse modo, variáveis como a taxa de lucro e a taxa de acumulação seriam tratadas de modo mais quantitativo pela EESA e de modo mais qualitativo pela AR. Esta escola, por sua vez, realizaria, com maior frequência, estudos comparativos internacionais. No período de surgimento das escolas, no final da década de 1970, os autores regulacionistas procuraram desenvolver uma análise em termos de valor, enquanto os adeptos da EESA sempre fizeram estudos em termos de preços. Enquanto os autores franceses explicariam as grandes crises como resultado da desintegração de um regime de acumulação ou de um modo de regulação, os autores americanos colocariam uma ênfase maior na destruição das formas institucionais ou nas mudanças das relações de poder.

Um crítico das duas abordagens, Mavroudeas (2006, p. 203-206), argumenta que as duas escolas apresentam um avanço fundamental em relação às teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista: a periodização realizada pela escola da regulação e pela abordagem das estruturas sociais de acumulação não se daria com base na esfera da concorrência, mas com base na esfera da produção. Nos seus primórdios, a abordagem da regulação seria mais orientada pela investigação em termos de valor e realizava estudos mais qualitativos, enquanto a escola da estrutura social de acumulação já utilizava preços e sempre foi uma corrente com maior preocupação quantitativa.

191 “Admittedly, in economics we are very far from such a consistency across levels of descriptions (and certainly the compression to one single ahistorical level that the neoclassical tradition has taught us did not help). However, we want to suggest that a theory-informed dialogue between bottom-up (microfounded, and so on) evolutionary approaches and more top-down (aggregate, albeit institutionally richer) regulation ones is likely to be a formidable but analytically promising challenge” (CORIAT, DOSI, 2000, p. 108).

Ainda segundo Mavroudeas (2006), o conceito de regime de acumulação fornecia um plano de análise no âmbito das estruturas econômicas, denotando a distribuição do valor entre capital e trabalho que garante a reprodução do sistema econômico. Em um nível inferior de abstração, o conceito de modo de regulação se referia às instituições necessárias para o funcionamento do regime de acumulação. Enquanto para os regulacionistas as grandes crises seriam decorrentes da desarticulação dos modos de regulação com os regimes de acumulação, para os autores americanos, seriam originárias do colapso institucional ou de mudanças na balança do poder. Com o passar do tempo, os regulacionistas teriam abandonado o status determinante do regime de acumulação – fortalecendo o que o autor chama de “análise em nível intermediário” – e ambas as teorias teriam perdido capacidade explicativa, por não desenvolverem uma teoria abstrata e geral¹⁹².

As diversas comparações realizadas entre a AR e a EESA concordam em muitos pontos importantes, tanto no que se refere às semelhanças quanto às divergências entre as duas correntes. Entre as semelhanças, pode-se destacar a busca por atualizar a análise de Marx do modo de produção capitalista e a concepção do mercado como um sistema que necessita de instituições para seu funcionamento e estabilização. O conjunto de instituições formaria uma estrutura institucional que, quando reconstruída, daria origem a uma nova etapa do capitalismo.

Já as divergências entre as escolas se situam principalmente na existência do conceito de regime de acumulação na abordagem francesa, ausente na escola americana. Por um lado, tal conceito forneceria uma base mais estruturalista e, em alguns textos, determinista, para a escola da regulação. Por outro lado, a ausência de um conceito análogo ao regime de acumulação faria com que a abordagem da estrutura social de acumulação fosse menos rigorosa, em termos teóricos, e mais descritiva. A ênfase dos autores franceses nas estruturas é substituída pela ênfase dos autores estadunidenses nas mudanças nas relações de poder.

Uma última divergência marcante entre as duas escolas é que os teóricos franceses se atêm menos ao âmbito empírico – são menos preocupados em ilustrar estatisticamente seus fatos estilizados –, enquanto os pesquisadores americanos são bastante preocupados com a utilização de dados que suportem as concepções teóricas e analíticas.

A investigação das diferentes gerações de trabalhos de ambas as escolas permite que se faça uma análise comparativa mais dinâmica, calcada nas inflexões teóricas das abordagens. Os textos regulacionistas de primeira geração se dividiam em duas tendências básicas. Alguns autores buscavam partir das categorias básicas de Marx, tais como modo de

192 Essa crítica será retomada na próxima seção.

produção e valor, e desenvolver conceitos menos abstratos. Outros autores adotavam um ponto de vista exclusivamente histórico, no qual o conceito de valor não era utilizado. Nas gerações subsequentes o segundo ponto de vista prevaleceu. Havia, nos trabalhos regulacionistas de primeira geração, um elevado grau de estruturalismo e de determinismo econômico – presentes mesmo em textos que adotavam o ponto de vista histórico –, pois as transformações no regime de acumulação provocavam mudanças no modo de regulação. Nos trabalhos posteriores, tal determinismo foi parcialmente superado.

Em relação à abordagem da estrutura social de acumulação, inicialmente o conceito central procurava dar conta de transformações qualitativas e quantitativas do capitalismo. Os autores dessa corrente se inspiravam na periodização do capitalismo elaborada por autores como Lênin, Baran e Sweezy, mas também incorporavam a concepção das ondas longas do capitalismo de Kondratieff e de Schumpeter. Desse modo, os primeiros trabalhos da EESA argumentaram que o funcionamento normal da acumulação de capital exige um tecido institucional adequado. Além disso, a construção de uma estrutura social de acumulação seria responsável por um grande volume de investimentos, que garantiria um período de cerca de trinta anos de elevado crescimento. A maturação de tais investimentos provocaria cerca de trinta anos de estagnação. Posteriormente, as características principais dessa definição da categoria estrutura social de acumulação, a periodicidade das ondas longas e a ênfase na estrutura institucional incitando um bloco de investimentos, foram abandonadas.

Assim como os regulacionistas franceses, os autores americanos procuraram, nos trabalhos de primeira geração, elaborar uma teoria intermediária, responsável pela mediação entre as concepções teóricas mais abstratas acerca do capitalismo e as análises descritivas. Entretanto, com o passar do tempo, ambas as correntes abriram mão de preocupações teóricas mais gerais e abstratas acerca do capitalismo. Na próxima seção serão examinadas algumas implicações dessa opção metodológica.

Diferentemente dos trabalhos da AR, que, desde os textos fundadores, partiram do conceito de modo de produção, vislumbrando cinco formas estruturais básicas – relação salarial, tipo de inserção internacional, padrão da concorrência, tipo de Estado e forma de moeda e de crédito – os trabalhos iniciais da EESA identificavam, de uma maneira muito mais descritiva que teórica, dezenas de formas institucionais. Nas décadas de 1980 e 1990, os autores americanos passaram a enfatizar quatro formas estruturais: o acordo capital-trabalho, o acordo capitalistas-cidadãos, a *pax* americana e o acordo intercapitalistas.

Nesse mesmo período, as décadas de 1980 e 1990, os autores de ambas as escolas argumentavam que o capitalismo passava por uma grande crise, uma desarticulação das

estruturas que teriam permitido o elevado crescimento do pós-guerra. E procuravam por transformações institucionais que permitissem a superação da crise e o estabelecimento de uma nova etapa do capitalismo.

Uma distinção importante entre as duas correntes é a ênfase maior, dada pelos autores franceses, no padrão de organização do trabalho. Desse modo, a periodização do capitalismo do século XX é marcada pelo advento, pela generalização e pela crise das práticas produtivas fordistas. Apesar dessa ênfase no processo de trabalho, que por vezes está associada ao determinismo tecnológico presente em alguns textos da AR, os autores regulacionistas – e também os adeptos da EESA – não reduzem as diferentes etapas do capitalismo apenas ao processo de trabalho. As transformações políticas e institucionais são tão importantes quanto as mudanças tecnológicas e organizacionais.

Depois do ano 2000, enquanto os teóricos franceses começaram a vislumbrar a possibilidade do estabelecimento de um regime de acumulação liderado pelas finanças, os autores americanos fizeram uma autocrítica de suas posições das décadas de 1980 e 1990. Os últimos passaram a considerar que existia, já desde a década de 1980, uma estrutura institucional, que poderia ser caracterizada como neoliberal. E redefiniram o conceito central da escola. Uma estrutura social de acumulação não necessariamente deveria proporcionar elevado crescimento econômico, como ocorreu no pós-guerra, mas sim garantir algum nível de estabilidade econômica e social.

No período mais recente, posterior à crise do *subprime*, novamente as escolas convergiram, defendendo que o estouro da bolha, em 2007, marcaria o início de outra grande crise do capitalismo, dando fim ao regime de acumulação liderado pelas finanças, segundo os autores franceses, ou à estrutura social de acumulação neoliberal, segundo os teóricos americanos.

4.3 CRÍTICAS DIRIGIDAS À ESCOLA DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO E À ESCOLA FRANCESA DA REGULAÇÃO

As duas abordagens analisadas no presente capítulo já foram alvo de diversos tipos de crítica. A escola francesa da regulação, mais conhecida do público em geral, foi debatida por um número maior de comentadores, mas a abordagem da estrutura social de acumulação também foi criticada. Devido à grande semelhança entre ambas as escolas, muitos dos comentários destinados a uma das correntes são pertinentes à outra.

Nesta seção serão apresentadas e avaliadas algumas das apreciações dirigidas às

escolas. Também será elaborada uma crítica própria. De modo geral, três tipos de insuficiência, que como será mostrado, estão relacionadas, são destacadas pelos críticos: 1) uma interpretação equivocada dos dados empíricos, ou das generalizações acerca dos fatos econômicos que na literatura econômica são comumente chamados de “fatos estilizados”; 2) problemas teóricos e metateóricos, alguns deles pontuais, outros mais graves; 3) a incapacidade de compreensão do capitalismo contemporâneo. Serão apresentadas, a seguir, os três tipos de crítica, nessa ordem¹⁹³.

O primeiro tipo de insuficiência é mais comum nos trabalhos regulacionistas enquanto os outros tipos são presentes em ambas as correntes. Três artigos importantes – um de Duménil e Lévy, um de Clarke, outro de Brenner e Glick – questionam os principais fatos estilizados da escola francesa da regulação, utilizados para a periodização do capitalismo. Enquanto o primeiro texto questiona principalmente a versão regulacionista da história econômica, os dois últimos artigos criticam, além disso, elementos teóricos da abordagem.

Em um texto escrito em francês em 1990 e traduzido para o inglês em 1999, Duménil e Lévy procuram comparar os principais fatos estilizados da AR, concernentes à Grande Depressão e ao fordismo, com estatísticas macroeconômicas dos Estados Unidos, de 1869 a 1985.

De acordo com a escola da regulação, a Grande Depressão teria sido causada pela aceleração dos ganhos de produtividade (oriunda da generalização dos métodos fordistas de produção), não acompanhada pela elevação proporcional dos salários. Nesse caso, é de se esperar que a taxa de lucro tenha crescido muito na década de 1920. Duménil e Lévy (1999) contestam tal visão. Apresentam dados, de diversas fontes, que atestam tanto que o aumento do salário real não estava descolado do crescimento da produtividade na década que antecedeu a crise dos anos 1930, quanto que a taxa de lucro caiu no período, em vez de subir. Os autores

193 Ao longo de seu desenvolvimento, a AR foi capaz de superar várias das deficiências que estavam presentes em textos fundadores da escola ou em obras de “vulgarização” da escola. Jessop e Sum (2006, p. 238-240) identificam três dessas críticas, que não mais seriam pertinentes à abordagem. A primeira diz respeito ao funcionalismo: os modos de regulação seriam desenvolvidos para responder às necessidades dos regimes de acumulação. Tal crítica, que como foi visto no capítulo anterior, se adequava ao livro pioneiro de Aglietta (1979) e a textos iniciais da escola (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978), não poderia ser aplicada às obras dos anos 1980 em diante. A segunda maior objeção à escola se deveria ao seu estruturalismo e falta de consideração da luta de classes: nos primeiros textos regulacionistas, o desenvolvimento do modo de produção capitalista imporia a existência de determinadas formas institucionais. Mais uma vez, essa crítica se aplica apenas aos trabalhos publicados no final da década de 1970. Por fim, a terceira crítica se refere a uma visão simplista e reducionista da história econômica do Pós-Guerra, reduzida à criação do fordismo, sua crise e a emergência de um pós-fordismo. Essa última crítica, a despeito da negativa de Jessop e Sum, atinge mais pesadamente os textos regulacionistas que, em muitos casos, ficam presos aos conceitos de fordismo e pós-fordismo, tendo dificuldade de explicar as diversas formas de capitalismo distantes histórica ou geograficamente do fordismo canônico. As duas primeiras insuficiências, já superadas, não serão tratadas no presente capítulo.

concluem seu artigo advogando a análise da tendência à queda da taxa de lucro como um instrumento superior para periodização do capitalismo.

Simon Clarke (1991) adota um ponto de vista semelhante, ao questionar a existência de um regime de acumulação extensiva. “A ideia de que a acumulação antes da Primeira Guerra Mundial era baseada na produção de mais-valor absoluto parece muito estranha para alguém familiarizado como os rudimentos da história econômica do capitalismo” (CLARKE, 1991, p. 113)¹⁹⁴.

Em relação à periodização da história econômica dos Estados Unidos com base no fordismo, o autor apresenta dois argumentos contrários à visão defendida pelos autores da escola da regulação. Em primeiro lugar, várias características do regime de crescimento do pós-guerra já estariam presentes bem antes da crise de 1929:

Não há evidência de que a crise de 1929 foi uma crise de um regime de acumulação extensiva, marcando a transição para um novo regime de acumulação intensiva, pois os elementos da acumulação intensiva estavam estabelecidos muito antes de 1929. A produção de mais-valor relativo, a ascensão do consumo em massa e o dinheiro creditício datam do século XVIII. Mesmo as formas institucionais específicas do “fordismo” (a monopolização, a ascensão da produção em massa, as relações industriais e a reforma social) foram crescendo uma ao lado da outra, desde a década de 1870 (CLARKE, 1991, p. 117)¹⁹⁵.

Em segundo lugar, vários dos elementos característicos do fordismo só teriam sido estabelecidos nas décadas de 1950 e 1960, portanto não poderiam ser responsáveis pelo padrão de crescimento dos “trinta gloriosos” anos desde o pós-guerra até a década de 1970. Entre os elementos citados pelo autor estão o Plano Marshall, a generalização das fábricas fordistas americanas para outros países, a Guerra da Coreia, as políticas expansivas keynesianas, a restauração da convertibilidade das moedas europeias (ocorrida em 1958) e o programa da “*Great Society*” de Johnson (CLARKE, 1991, p. 118).

O primeiro elemento da crítica de Clarke à periodização do capitalismo elaborada pela abordagem da regulação ainda é um sério desafio à escola. A seção sobre as pesquisas regulacionistas posteriores ao ano 2000 do capítulo 3 do presente trabalho mostrou que os textos contemporâneos da escola ainda são marcados pela utilização da dicotomia entre regimes de

194 “The idea that accumulation before the First World War was based on the production of absolute surplus value appears very strange to anyone familiar with the rudiments of the economic history of capitalism” (CLARKE, 1991, p. 113).

195 “There is no evidence that the crisis of 1929 was a crisis of a regime of extensive accumulation, marking the transition to a new regime of intensive accumulation, because the elements of the intensive regime were in place long before 1929. The production of relative surplus value, rising mass consumption, and credit money all dated back to the eighteenth century. Even the specific institutional forms of ‘Fordism’ (monopolisation, the rise of mass production, industrial relations, and social reform) had been growing up alongside one another since the 1870s” (CLARKE, 1991, p. 117).

acumulação extensiva *versus* intensiva. Entretanto, a observação acerca de algumas instituições características do fordismo só terem sido completadas nas décadas de 1950 e 1960 não contradiz os argumentos regulacionistas contemporâneos sobre a construção de instituições, que se daria de forma lenta, marcada pela coevolução, pela complementariedade e pela hierarquia das formas institucionais (BOYER, 2002a, pg 535-538; BOYER 2004a, pg 43-45).

Um último ponto importante criticado por Clarke (1991, p. 114-119) é a interpretação regulacionista sobre o crescimento dos salários. Segundo o autor, os baixos salários não ofereceram um entrave ao crescimento baseado na extração de mais-valor relativo, tampouco foram o principal responsável pelo crescimento da demanda, já que o consumo das classes média e alta e os gastos militares aumentaram bastante no período.

Por fim, diferentemente do proposto pela escola da regulação, o crescimento salarial não estava necessariamente atrelado ao crescimento da produtividade, o que exacerbava o conflito distributivo. As políticas expansionistas keynesianas exerciam um efeito parecido. Tais compromissos institucionalizados, longe de responderem ao regime de acumulação, teriam resultado da correlação de forças das classes sociais. Enquanto o keynesianismo teria sido uma ideologia que estava associada à resposta do capital e do Estado para as aspirações da classe trabalhadora, o neoliberalismo seria a ideologia que representava a subordinação dos trabalhadores às aspirações do capital. As políticas econômicas neoliberais de transferência de renda, endividamento e aumento dos gastos militares teriam sustentado o crescimento nos anos 1980 (CLARKE, 1991, p. 120-129).

Esse artigo de Clarke foi baseado em uma apresentação realizada na Conferência Sobre a Teoria da Regulação, ocorrida em Barcelona, em 1988. Nessa mesma conferência, Robert Brenner e Mark Glick apresentaram um trabalho que serviu de base para outro importante artigo, publicado em 1991. Brenner e Glick (1991) elaboraram uma crítica da escola da regulação penetrante e firmemente embasada em argumentos teóricos, históricos e em dados estatísticos. Os autores contestam tanto os dados utilizados pela escola francesa da regulação, quanto alguns elementos teóricos. Entretanto, será observado que boa parte das objeções levantadas por Brenner e Glick não se aplicam aos trabalhos dos radicais americanos.

Os autores apresentam seu ensaio na forma de uma análise crítica dos diferentes modos de desenvolvimento apresentados pela AR. Primeiro discutem o modo de desenvolvimento que possui modo de regulação concorrencial e regime de acumulação extensiva. Na sequência debatem a visão regulacionista de que houve um modo de desenvolvimento que não conseguiu se estabilizar, o modo de desenvolvimento com regime de acumulação intensiva, mas regulação competitiva. Por fim, discutem o fordismo e sua crise.

Os autores notam que, segundo a abordagem da regulação, teria predominado, nos Estados Unidos, no século XIX e no começo do século XX, um regime de acumulação extensiva, baseado em um sistema produtivo ainda artesanal, com baixos ganhos de produtividade, ou seja, um sistema produtivo no qual predomina a extração da mais-valia absoluta. Nesse regime, não haveria possibilidade de consumo em massa, já que não havia produção em massa e tampouco elevação suficiente do salário real (BRENNER, GLICK, 1991). As restrições de oferta e de demanda fariam com que a taxa de crescimento econômico fosse baixa e fosse explicada principalmente pela ampliação do modo de produção em direção às regiões e às populações não submetidas ao capitalismo. Porém, para Brenner e Glick (1991, p. 54), tal descrição contradiz o que é conhecido acerca das características básicas do modo de produção capitalista.

Os autores argumentam, contrariando os fatos estilizados regulacionistas, que, inclusive em condições competitivas, as empresas sofrem pressão para reduzir os custos e, portanto, serem mais produtivas¹⁹⁶. A redução do custo médio pode se dar tanto por meio da introdução de máquinas, quanto pela simples reordenação do processo de trabalho. Brenner e Glick (1991) também observam que é implausível a descontinuidade observada pelos regulacionistas entre os sistemas produtivos tayloristas e fordistas e os tipos de processo produtivo que os antecederam. Os autores notam outro ponto importante de fraqueza teórica e empírica da AR: o aumento da produtividade faz com que as mercadorias possam ser vendidas com menores preços. Isso faz com que o salário real cresça, criando maior mercado consumidor (BRENNER, GLICK, 1991, p. 66).

Desse modo, Brenner e Glick (1991, p. 70) observam nos Estados Unidos, desde a década de 1850, um padrão de crescimento com rápida ampliação da produtividade, o que os regulacionistas chamam de regime de acumulação intensiva. O conceito de regime de acumulação extensiva não tem capacidade de explicar o crescimento acelerado da época.

Já existia produção em massa e consumo em massa em diversos setores importantes da economia americana antes das inovações técnicas e organizacionais de Taylor e de Ford. No ano de 1860, por exemplo, os dez principais setores da economia estadunidense, segundo o valor agregado, produziam: (1) artigos de algodão; (2) madeira; (3) botas e sapatos; (4) farinha e farelo; (5) roupas masculinas; (6) ferro; (7) maquinaria; (8) artigos de lã; (9) couro; (10) bebidas. Segundo o número de empregados, as principais indústrias produziam: (1) botas e sapatos; (2) artigos de algodão; (3) roupas masculinas; (4) madeira; (5) ferro; (6) maquinaria;

196 Tal argumento está presente, inclusive, de modo ubíquo em “O Capital”, de Marx (especialmente no livro I).

(7) artigos de lã; (8) farinha e farelo; (9) couro; (10) bebidas. (NORTH, 1974, p. 80, *apud* BRENNER; GLICK, 1991, p. 72).

Se é aceita a concepção de que já havia produção em massa e consumo em massa antes da década de 1930, logicamente rejeita-se o argumento regulacionista de que a Crise de 1929 tenha sido provocada, primordialmente, pela introdução de um regime de acumulação intensiva (produção em massa) em um ambiente institucional concorrencial (que não possibilita, segundo o argumento regulacionista, consumo em massa)¹⁹⁷.

Outro importante fato estilizado regulacionista rejeitado pelos autores é o crescimento dos salários seguindo o ritmo de elevação da produtividade. De acordo com Brenner e Glick (1991, p. 92-96), nunca houve o que os regulacionistas caracterizam como o pacto salarial característico do fordismo, de divisão dos ganhos de produtividade. Pelo contrário, os autores apontam que o salário real, sistematicamente, crescia menos que a produtividade¹⁹⁸.

Por fim, ainda tomando por base Brenner e Glick, pode-se questionar se a crise do fordismo teve origem com a compressão dos lucros como resultado da ampliação do salário real acima da produtividade, que cresceria, segundo o argumento regulacionista, a taxas menores, a partir do final dos anos 1960. Na verdade, alguns dados contradiriam isso. É o caso da estatística citada por Brenner e Glick, elaborada pelos desenvolvedores da escola da estrutura social de acumulação, Bowles, Gordon e Weisskopf: de 1948 a 1966, a produtividade média do setor manufatureiro cresceu 2,9% ao ano. E, de 1966 a 1973, cresceu, em média, 3,3% ao ano¹⁹⁹. Em resumo, aparentemente há, entre os regulacionistas, uma visão de que o crescimento da produtividade, exógeno ao nível de crescimento econômico, estabelece um limite físico à ampliação da demanda. Muitos autores defendem que o oposto é que é a regra no sistema capitalista: a elevação da demanda é que impulsiona os aumentos de produtividade²⁰⁰.

Em um artigo posterior, Brenner (1999, p. 61-63) elabora outros argumentos críticos, direcionados ao que classifica como dois tipos de explicações para a mudança de fase do capitalismo, ocorrida na década de 1970. O primeiro tipo de explicação é chamado, de modo abertamente provocativo, de malthusiano. A escola da regulação se enquadraria nesse tipo de explicação. A segunda abordagem para a crise dos anos 1970 é a que foca no poder excessivo

197 Brenner e Glick (1991, p. 83) observam que o salário real cresceu 33% entre 1914 e 1924 e, mais ainda, cresceu 44% entre 1917 e 1924.

198 Neste ponto específico, os autores contradizem a opinião de Duménil e Lévy (1999).

199 De 1973 a 1979, cresceu, em média, 1,5% ao ano.

200 Alguns dos mais célebres autores a defender tal ponto de vista são Verdoorn e Kaldor.

da classe trabalhadora. O autor não é explícito em relação a isto, mas a escola da estrutura social de acumulação pode ser enquadrada nesse segundo tipo de explicação.

Brenner (1999, p. 61-63) argumenta que as teorias que enquadra como malthusianas não buscam a causa da crise no crescimento excessivo da população, como uma teoria tipicamente malthusiana faria, mas se apoiam em outro tipo de explicação que o autor também caracteriza como malthusiana: a capacidade declinante – e exógena à economia – de desenvolver as forças produtivas.

A abordagem da regulação é a principal escola de pensamento que apresenta uma explicação para a diminuição do crescimento das economias capitalistas com base na exaustão das tecnologias fordistas e tayloristas. Segundo o autor, essa narrativa da crise seria incapaz de explicar porque países que não se enquadravam no caso típico do fordismo e obtinham elevados ganhos de produtividade, como por exemplo o Japão, também entraram em crise. De fato, a produtividade só teria crescido de modo menos acelerado no mundo como um todo a partir de 1973, sendo causa, e não consequência, da diminuição do nível de crescimento econômico e do volume de investimento (BRENNER, 1999, p. 62).

No que se refere às teorias que centram as explicações para a mudança de fase do capitalismo no poder excessivo da classe trabalhadora, Brenner (1999, p. 62) adota uma posição ambígua. Por um lado, reconhece que os mercados de trabalho aquecidos da década de 1960 possibilitaram a elevação do poder político dos trabalhadores. Por outro lado, argumenta que o poder de barganha da classe trabalhadora diminuiu nos vinte anos seguintes à década de 1970, mas sem recuperação da taxa de lucro. O autor advoga, então, que deveriam ser procuradas outras causas para a queda da taxa de lucro.

Do ponto de vista teórico, uma das críticas mais pertinentes à abordagem da regulação é a ênfase excessiva ao plano nacional de análise. Samir Amin (1994, p. 1), por exemplo, destaca que os autores regulacionistas usam sua “lupa no capitalismo fordista”, mas ignoram o resto do mundo. Uma análise mais pertinente das economias contemporâneas deveria levar em conta que “o capitalismo realmente existente é um sistema mundial”²⁰¹.

Diferentemente de outros autores de inspiração marxista, como Hobsbawm (2003), os autores da AR e da EESA não posicionam a Guerra Fria no centro da explicação do surgimento e da decadência do padrão de crescimento da era de ouro do capitalismo

201 Vários autores procuraram desenvolver periodizações do capitalismo que, por um lado, se inspiram na escola da regulação e, por outro lado, procuram adotar um ponto de vista transnacional. Entre esses autores se destacam Bob Jessop (JESSOP, SUM, 2006), Robert Cox (2007) e os pesquisadores ligados à Escola de Amsterdã, tais como Kees van der Pijl (1998), Henk Overbeek, Bastiaan van Apeldoorn e Andreas Nölke (2007).

(AGLIETTA, 1979; BOYER, 1990, 2004a; BOYER, SAILLARD, 2002a; GORDON, 1978; GORDON, EDWARDS, REICH, 1982; MCDONOUGH, REICH, KOTZ, 2010²⁰²) e não investigam adequadamente a relação entre a ascensão da China e os padrões de crescimento prevalentes nas últimas décadas (BOYER, 2002b, 2004a, 2004b; BOYER, SAILLARD, 2002a; KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994a; MCDONOUGH, REICH, KOTZ, 2010)²⁰³.

Outro comentarista da escola da regulação que sublinha o viés nacional das investigações da AR é Carlos Aguiar de Medeiros (1998, p. 218-221), que utiliza a expressão “nacionalismo metodológico” para entender tal viés, que também pode ser atribuído à escola da estrutura social de acumulação. Além do “nacionalismo metodológico”, a escola da regulação possuiria outra grave insuficiência: uma análise inadequada das relações políticas e de poder, que seriam, segundo o autor, indissociáveis das esferas do mercado e da economia²⁰⁴. A consideração do poder e do plano internacional permite que o autor adote uma interpretação diferente tanto do capitalismo do pós-guerra, quanto da economia na década de 1990. O autor argumenta que a Guerra Fria desempenhou um papel central na sustentação do padrão de crescimento americano do pós-guerra, foi importante para a sustentação das coalizões social-democratas europeias e foi a razão para o apoio americano às políticas de desenvolvimento do Japão e da Coreia:

Do mesmo modo, se não se partisse do “nacionalismo metodológico” como referência analítica sobre regimes de acumulação centrados na relação salarial, seria possível abordar de forma mais articulada a diversidade dos capitalismos nacionais e dos modelos sociais no pós-guerra com a dinâmica e as características da guerra fria. A existência da URSS até 1989 não apenas contribuiu para a sustentação de coalizões social-democratas nos países europeus, como abordado no texto [BOYER, 1998]. Na verdade, a ampla variedade de formas alternativas de organização industrial como os *keiretsus* e os *chaebols* na Ásia, bem como a ajuda americana e a abertura unilateral de seu mercado interno, foram resultado de políticas de apoio ou de concessão dos EUA tendo em vista o conflito com o socialismo real. Foi este processo que estava na base da “complementaridade das formas de regulação” como se refere Boyer. A base desta complementaridade era a existência do inimigo externo comum. Com o fim do bloco socialista e com a amplíssima hegemonia moral e intelectual dos EUA, os apoios e as concessões foram-se dissolvendo e, com ela, a complementaridade com formas institucionais diversas (MEDEIROS, 1998, p. 221).

A dificuldade de compreender o caráter conflituoso do capitalismo é atribuída por

202 Uma excessão é McDonough (1994b).

203 Lipietz (2015) e Boyer (2011a) recentemente começaram a destacar a importância da China para a compreensão do capitalismo contemporâneo.

204 Medeiros (1998, p. 215-216) observa um problema em relação ao fato estilizado da crise do fordismo, nos Estados Unidos. Na verdade, contrariamente ao que argumentam os autores regulacionistas, desde o final da década de 1980, os Estados Unidos crescem mais que os países do Leste Europeu, que a América Latina, que o Japão e que as principais economias da OCDE. No caso específico do Japão e da Europa, as baixas taxas de crescimento não seriam decorrentes da crise do keynesianismo, mas resultado da opção política de não adotar políticas expansionistas de cunho keynesiano.

Toni Negri (1994) ao socialismo francês, marcado pelo reformismo e pela apologia à colaboração de classes. Mesmo no período no qual o trabalho se torna cada vez mais móvel, flexível, imaterial e intelectual, os regulacionistas continuariam idealizando os trabalhadores como operários industriais e ainda acreditariam na velha fórmula dos compromissos e dos contratos.

Os regulacionistas deveriam, de acordo com o autor, se preocupar com as características particulares do operariado ao longo da história do capitalismo. Nas décadas anteriores à publicação do artigo, por exemplo, o capitalismo teria passado por transformações tecnológicas e políticas comandadas pelo capital, com o intuito de dissolver os compromissos anteriores, nos quais os trabalhadores obtinham algumas vantagens, e estabelecer a primazia do mercado: “Nos últimos vinte anos o capital agiu de maneira coerente não só para reverter a seu proveito o conteúdo dos compromissos, mas também para eliminar a figura mesma do compromisso, a forma contrato. O mercado contra o contrato, o individualismo contra todo sujeito coletivo e solidário, o liberalismo contra o Estado de bem-estar” (NEGRI, 1994, p. 3)²⁰⁵.

Um autor brasileiro, Ruy Braga Neto (2002, p. 313-322), critica a abordagem da regulação em termos similares aos de Negri, destacando a “presença orgânica da corrente regulacionista na alta administração do Estado”. A corrente teria substituído a concepção marxista e gramsciana da luta de classes pelo conceito de relação salarial, que deixa implícita uma visão de mundo na qual as classes sociais colaborariam umas com as outras na direção de um progresso social comum. A AR teria acabado abraçando um ponto de vista reformista, no qual haveria um “suposto destino dos trabalhadores em colaborar inevitavelmente com a burguesia”, mais especificamente com a fração mais modernizadora da burguesia. Idealizando o passado, os autores regulacionistas adotariam um ponto de vista nostálgico em relação ao fordismo, que, teria sido interpretado por Gramsci, em uma direção oposta ao regulacionismo, como um momento de revolução passiva nos Estados Unidos, uma tentativa do grupo dirigente de combater o movimento operário, combinando coerção (destruição do sindicalismo mais combativo) e consenso (salários mais elevados e outros benefícios), em um processo de racionalização e modernização da produção. No plano internacional, enquanto Gramsci aponta para a continuidade do imperialismo, a AR nada diria sobre o assunto.

Uma última crítica teórica, dirigida tanto à abordagem da regulação quanto à escola

205 “Pendant ces vingt dernières années le capital a agi de manière cohérente non seulement pour renverser à son profit le contenu des compromis, mais aussi pour éliminer la figure même du compromis, la forme-contrat. Le marché contre le contrat, l’individualisme contre tout sujet collectif et solidaire, le libéralisme contre le welfare-state” (NEGRI, 1994, p. 3).

da estrutura social de acumulação, foi elaborada por Stavros Mavroudeas. Depois de concordar com o objetivo geral das duas correntes de não se ater ao nível mais abstrato de análise e procurar construir conceitos que descrevam as mudanças históricas do capitalismo, Mavroudeas (2006, p. 200-201) critica ambas as escolas por terem se afastado de uma “teoria geral abstrata” do capitalismo e adotado um “tipo de análise intermediária”.

O autor argumenta que a maneira adequada de periodizar o capitalismo, realizada por Lênin e outros autores, seria operacionalizando a teoria abstrata por meio da criação de um nível intermediário, menos abstrato e mais concreto, de análise. O estilo de teoria que tanto a EESA quanto a AR teriam desenvolvido seria de tipo intermediário, deixando de lado uma análise geral do capitalismo. Tais análises intermediárias procurariam se basear em fatos estilizados e explicá-los. Por isso seriam populares durante o período histórico no qual os fatos estilizados identificados são relevantes. Entretanto, uma vez que ocorra uma mudança no capitalismo, as questões mais fundamentais voltariam a ser destacadas e as teorias intermediárias perderiam capacidade explicativa (MAVROUDEAS, 2006, p. 203).

De acordo com Mavroudeas (2006, p. 202-203), abrir mão de uma teoria geral e realizar um mergulho no mundo concreto teria provocado graves problemas. A tentativa de superação de um estruturalismo rígido e determinista, procurando resolver o debate entre agência e estrutura, teria redundado no indeterminismo e no relativismo pós-modernistas. O emprego da análise das instituições em lugar da análise das classes sociais poderia redundar na diminuição da capacidade explicativa da teoria e, até mesmo, na infiltração de concepções ortodoxas, tais como o individualismo metodológico²⁰⁶.

O terceiro foco importante de insuficiências, tanto da AR quanto da EESA, seria a incapacidade de compreensão do capitalismo das últimas duas décadas. Coutrot (2009, p. 261) é um dos autores que reconhece a falha das correntes em identificar nas experiências neoliberais (no caso americano estudado pela EESA, a “reaganomics”) uma alternativa viável a longo prazo para o capitalismo:

(...) assim como os regulacionistas franceses, os radicais subestimaram consideravelmente a coerência e efetividade da contrarrevolução de Reagan. Custou-lhes um longo tempo para

206 A crítica de Lamarche (2012) ao livro de Mavroudeas (2012), “The limits of regulation”, que reúne textos críticos à escola da regulação, é uma das respostas mais diretas aos críticos que um autor ligado à essa escola publicou. Lamarche, por um lado, critica, com justiça, a Mavroudeas, por não incorporar textos regulacionistas posteriores a 1990. Por outro lado, considera que a abordagem da regulação não deve se ocupar de uma teoria geral do capitalismo (ou de uma teoria do valor). Além disso, o autor aponta para a riqueza da escola, que estaria associada à capacidade de interagir e produzir com as mais diversas teorias econômicas (especialmente as de inspiração keynesiana, marxista ou institucionalista) e mesmo com diversas disciplinas das ciências humanas, tais como a sociologia, a filosofia, a teoria política e a história. Essa característica da escola favoreceria uma perspectiva das ciências humanas como uma única disciplina (perspectiva que pode ser chamada de pós-disciplinar) (LAMARCHE, 2012, p. 11-13).

entender que o neoliberalismo poderia gerar novas estruturas sociais para a acumulação capitalista, que seriam certamente menos homogeneizadoras e menos igualitárias que aquelas do período do pós-guerra, mas, no entanto, capazes de restaurar a lucratividade do investimento de forma duradoura (COUTROT, 2009, p. 261)²⁰⁷.

Husson, em uma crítica severa, argumenta que a obra fundadora da AR, de Aglietta (1979), não apresenta grande novidade conceitual. É uma renovação em relação a um marxismo stalinista, maoista ou althusseriano, mas a análise em termos de um regime de acumulação intensiva é uma novidade apenas “relativa”.

Husson (2009, p. 181-183) sublinha que os regulacionistas desempenharam um papel central, a partir dos anos 1980, ao participar ativamente do governo, fazendo parte do Conselho Econômico do Primeiro Ministro. O autor nota que os regulacionistas fizeram apenas sugestões para aumentar a produtividade e tentar construir melhores compromissos sociais (um pós-fordismo)²⁰⁸ (HUSSON, 2009, p. 182). E, vinte anos após a crise do fordismo, os regulacionistas ainda estariam elaborando diferentes cenários para a saída da crise, em vez de estudar o modelo realmente implantado, o neoliberalismo.

Ainda de acordo com Husson (2009, p. 185), se o capitalismo não entrou em colapso nas últimas décadas, é porque um novo modo de regulação foi criado. Tal modo de regulação não está sendo estudado pelos regulacionistas devido ao seu harmonicismo (a concepção falsa de que um modo de regulação deveria ser estável, coerente e legítimo). Na verdade, mesmo dentro da teoria da regulação deveria ser possível compreender o capitalismo atual, que tem mais exploração, desemprego e especulação:

Se o fordismo acabou e o capitalismo não colapsou, é porque ele tem sido capaz de inventar algo novo e um novo modo de regulação foi instituído. Basicamente, os regulacionistas têm esquecido de ser regulacionistas, porque eles têm passado vinte anos explicando que nós estamos “em uma encruzilhada”, em vez de estudar o modo de regulação sendo estabelecido diante dos nossos olhos. Ou, levando a tendência ao harmonicismo à sua última conclusão, nós deveríamos reservar o rótulo para as formas boas, estáveis, coerentes e legítimas de regulação (...). Em contrapartida, me parece que é perfeitamente possível estabelecer, de um ponto de vista marxista-regulacionista, se desejado, as coordenadas de um modelo para o funcionamento do capitalismo baseado no crescimento conjunto da taxa de exploração, da taxa de desemprego e da parcela da renda nacional indo para os rentistas

207 “(...) like the French regulationists, the radicals considerably underestimated the coherence and effectiveness of the Reagan counter-revolution. It took them a long time to understand that neoliberalism could generate new social structures of capitalist accumulation, which were certainly less homogenizing and less egalitarian than those of the postwar period, but nevertheless capable of restoring the profitability of investments on an enduring basis” (COUTROT, 2009, p. 261).

208 Os autores da AR participaram do governo de Jacques Attali, formado após a vitória da esquerda nas eleições de 1981 (Aglietta, Boyer, Coriat, Lipietz e Mistral foram conselheiros do governo) e do Conselho de Análise Econômica do Primeiro Ministro, entre 1997 e 2003 (Boyer, Aglietta e Lipietz participaram desse conselho). Lipietz se tornou uma importante liderança do Partido Verde e membro do Parlamento Europeu. Apesar dessas posições políticas de destaque, defensores da corrente argumentam que os regulacionistas não teriam conseguido sensibilizar os governantes a adotar suas propostas de institucionalização de novos compromissos sociais, favoráveis aos trabalhadores, à competitividade e ao crescimento (JESSOP, SUM, 2006, p. 223-224).

(HUSSON, 2009, p. 185)²⁰⁹.

Na próxima seção será realizada uma crítica das duas correntes. Nessa crítica será possível compreender que a trajetória das duas escolas criou algumas importantes lacunas teóricas que não foram resolvidas. O problema central que será identificado a seguir, e é justificado pela evolução histórica das duas abordagens, é suficientemente geral para que se compreendam várias das insuficiências identificadas pelas críticas dos diversos autores. Felizmente, o problema não é insolúvel. Sua superação pode redundar em uma concepção teórica mais adequada para o entendimento do capitalismo e de suas etapas.

4.4 CRÍTICA À VISÃO BÁSICA DO CAPITALISMO DA ABORDAGEM DA REGULAÇÃO E DA ESCOLA DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO

As trajetórias teóricas da abordagem da regulação e da escola da estrutura social de acumulação possuem diversos aspectos em comum. Da perspectiva da origem e da evolução teórica das duas abordagens, cinco pontos principais, entre outros vários aspectos menos relevantes, podem ser destacados. Em primeiro lugar, ambas as teorias surgiram, na segunda metade dos anos 1970, procurando atualizar e tornar menos abstrata a análise de Marx acerca do capitalismo. Em segundo lugar, ao longo das décadas de 1980 e 1990, as escolas se distanciaram de uma visão sobre as características gerais do capitalismo e passaram a adotar um ponto de vista mais historicista. Uma terceira convergência importante entre ambas as abordagens é que elas compreenderam as décadas de 1980 e 1990 como um período de continuidade da crise iniciada no fim dos anos 1960. A quarta convergência das escolas é que, depois do ano 2000, elas diagnosticaram uma mudança maior no capitalismo, que teria entrado em uma fase neoliberal, segundo os autores americanos, ou financeirizada, segundo os teóricos franceses. Por fim, depois da crise que eclodiu nos Estados Unidos no ano 2008, tanto a EESA quanto a AR diagnosticaram uma virada histórica na economia, na direção de uma nova etapa do capitalismo, que viria a ser construída.

209 “If Fordism is at an end and capitalism has not collapsed, it is because it has been able to invent something new and a new mode of regulation has been instituted. Basically, the regulationists have forgotten to be regulationists, because they have spent twenty years explaining that we are ‘at a crossroads’, rather than studying the mode of regulation being established before our very eyes. Or, taking the drift towards harmonicism to its ultimate conclusion, we should reserve the label for good, stable, coherent and legitimate forms of regulation (...) In contrast, it seems to me that it is perfectly possible to set out, from a Marxist-regulationist standpoint if one wishes, the co-ordinates of a model for the functioning of capitalism based on a conjoint increase in the rate of exploitation, the rate of unemployment, and the share of national income going to rentiers” (HUSSON, 2009, p. 185).

Alguns intérpretes e alguns adeptos de ambas as correntes argumentaram que, ao abandonar a teoria básica de Marx, os autores das escolas ficaram sem uma visão geral do capitalismo (VIDAL, 2001; MAVROUDEAS, 2006; JESSOP, SUM, 2006; BOYER, 2004a; LAMARCHE, 2012). Segundo alguns desses intérpretes, isso teria provocado algum nível de dificuldade de compreender o capitalismo contemporâneo (MAVROUDEAS, 2006; JESSOP, SUM, 2006).

O diagnóstico aqui realizado contraria a concepção de que a AR e a EESA abandonaram uma visão geral do capitalismo e aponta que, quando os teóricos das duas escolas tentaram abrir mão de uma concepção geral do funcionamento do sistema econômico, eles não conseguiram fazê-lo. E acabaram adotando, seja de modo explícito, seja de maneira implícita, uma compreensão do modo de produção capitalista inadequada e inconsistente com o projeto inicial das duas escolas. A visão de mundo acerca das características fundamentais do capitalismo adotada pelas duas escolas não é adequadamente justificada em elementos teóricos, empíricos ou históricos identificados na realidade do modo de produção. Quando abriram mão de uma teoria geral do sistema capitalista, ambas as escolas acabaram adotando uma concepção pré-teórica do capitalismo.

Desse modo, é possível compreender, por exemplo, que os autores da EESA aceitaram, sem nenhuma justificativa teórica adequada, que uma estrutura social de acumulação seria um arcabouço institucional que permitiria “estabilidade econômica” e “crescimento relativamente rápido” (KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994b, p. I) ou um arcabouço institucional que “promove acumulação rápida e estável” (KOTZ, 2001, p. 97).

Tal posicionamento teórico, que foi adotado de modo bastante explícito pela EESA, foi feito mais implicitamente pela AR, já que poucos autores afirmaram textualmente que todo regime de acumulação deve ser estável (CLÉVENOT, 2008; LAMARCHE, 2012), embora toda a discussão acerca da viabilidade de um regime de acumulação liderado pelas finanças tenha apontado para a instabilidade e o baixo crescimento como fatores que bloqueariam a consolidação desse tipo de regime (BOYER, 2000, 2004a, p. 91-103; LIPIETZ, 2001).

Embora a escola da regulação não tenha adotado em todos os seus textos a visão de que os regimes de acumulação necessariamente são estáveis, adotou outra concepção equivocada e injustificada: a visão de que as etapas do capitalismo estão associadas às mudanças no ritmo de crescimento da produtividade (AGLIETTA, 1979; BOYER, 1990, 2004a; BOYER, JUILLARD, 2002; LIPIETZ, 1988; CORIAT, 1994a). Os regulacionistas interpretaram o capitalismo dos Estados Unidos e de alguns países europeus da década de 1980 em diante como um padrão de crescimento ainda não consolidado, mas que estaria marcado

pelo crescimento extensivo (BOYER, JUILLARD, 2002; BOYER, 2002b, 2004a; 2012; JUILLARD, 2002; LIPIETZ, 2001).

Assim, as duas correntes não conseguiram vislumbrar o capitalismo realmente existente nas décadas de 1980 e 1990 como um capitalismo viável. Ao abandonar a ligação com a teoria marxista básica do capitalismo, os adeptos das duas correntes, acabaram por adotar uma outra visão sobre os fundamentos do capitalismo. Segundo tal visão, a economia normalmente é estável e com elevadas taxas de crescimento. Esse é um elemento fundamental de várias críticas dirigidas às duas escolas, tais como as apreciações elaboradas por Negri (1994), Husson (2009) ou Coutrot (2009). Entretanto, estas críticas não adotam a perspectiva histórica do presente trabalho, que permite que a insuficiência seja localizada, não no seio das teorias elaboradas pelas duas escolas, mas na incapacidade das duas correntes de explicitar de forma convincente uma visão geral do funcionamento do capitalismo.

Demorou cerca de trinta anos para que alguns autores da escola da estrutura social de acumulação (KOTZ, 2006; WOLFSON, KOTZ, 2010) percebessem que haviam, de modo irrefletido e injustificado, adotado a hipótese de que o funcionamento normal do capitalismo pressupõe elevado crescimento e estabilidade. Os teóricos da regulação ainda não fizeram uma autocrítica desse tipo.

O equívoco aqui identificado não foi fruto diretamente da posição acadêmica e política dos autores²¹⁰, pois foi cometido por autores de variadas nacionalidades e ocupando as mais diversas posições acadêmicas e políticas. Foi resultado de um equívoco semelhante ao realizado por muitos dos teóricos do imperialismo e do capitalismo monopolista: reduzir o modo de produção capitalista a uma de suas características possíveis e transitórias.

Em relação às teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista, a AR e a EESA adotam posições contrárias, como ficou claro ao longo do texto. Os regulacionistas adotam uma posição crítica em relação aos teóricos do imperialismo e do capitalismo monopolista, enquanto os desenvolvedores da EESA argumentam que estão desenvolvendo a periodização do capitalismo trabalhada por autores como Lênin, Hilferding, Mandel, Baran e Sweezy.

Aglietta (1979, p. 29), por exemplo, critica o uso “dogmático” do conceito de imperialismo, que “esterilizou a pesquisa teórica”, ao reduzir o fenômeno a uma “perspectiva economicista”. A mesma posição é adotada por Lipietz, que critica a teoria do imperialismo e

210 Husson (2009) e Braga Neto (2002) são alguns intérpretes que relacionam a perda de capacidade de explicar a economia contemporânea, por parte de autores da AR, com a posição desses autores em órgãos do Estado francês.

a teoria da dependência como se “sua análise tivesse parado no fim dos anos sessenta numa dogmática a-histórica” (LIPIETZ, 1985, p. 19). O autor quer evitar que se deduzam “leis imanes” a partir de um “conceito universal” (LIPIETZ, 1985, p. 20). Boyer (2004a, p. 35-36) critica Marx, Rosa Luxemburgo, Hilferding, Baran, Sweezy e a teoria do capitalismo monopolista de Estado por defenderem a “existência de leis gerais derivadas apenas do pertencimento de uma economia ao modo de produção capitalista”²¹¹. Entre essas leis gerais criticadas por Boyer estariam a queda da taxa de lucro e a transformação progressiva do capitalismo rumo à coletivização.

Entretanto, essa não é a posição dos radicais americanos ligados à teorização das estruturas sociais de acumulação. Gordon (1980, p. 32-35) cita os trabalhos de Kondratiev, Schumpeter, Uno, Mandel, Baran e Sweezy como exemplos de teorias das etapas do capitalismo que antecederam a teoria das estruturas sociais de acumulação. McDonough defende o mesmo ponto de vista de que a EESA procura desenvolver as teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista, em vez de fazer oposição. Em 1994, argumentando sobre Lênin e Mandel, diz que a EESA procura definir melhor a periodização do capitalismo realizada pelos autores marxistas: “A noção marxiana de estágios do capitalismo é, portanto, usada frequentemente, mas não é bem definida. A EESA mantém a promessa de resolver este problema na teoria marxiana” (MCDONOUGH, 1994a, p. 80)²¹². O mesmo autor mantém essa linha de argumentação em texto mais recente, no qual afirma que “há uma tradição fundamentalmente contínua na teoria marxista das etapas do capitalismo desde o início do século XX [com Hilferding, Bukharin e Lênin], até os dias atuais [com a AR e a EESA]” (MCDONOUGH, 2010, p. 1)²¹³.

Do ponto de vista da história do pensamento econômico, pode-se considerar que a AR e a EESA incorreram em equívocos opostos e simétricos aos realizados pelos autores das teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista. Enquanto os teóricos das primeiras décadas do século XX acreditavam que o capitalismo era um sistema econômico com tendência à estagnação, que só se mantinha graças ao consumismo, ao nacionalismo, às lutas de classificação e ao militarismo, os autores das últimas décadas do século XX acreditam que o capitalismo normalmente possui elevadas taxas de crescimento e leva necessariamente à

211 “Une autre différence avec la tradition marxiste tient aux doutes qu’entretient la théorie quant à l’existence de lois générales dérivant de la seule appartenance d’une économie au mode de production capitaliste” (BOYER, 2004a, p. 35).

212 “The Marxian notion of stages of capitalism is thus frequently used, but not well defined. The SSA framework holds the promise of resolving this problem in Marxian theory” (MCDONOUGH, 1994a, p. 80).

213 “This paper will argue that here is a fundamentally continuous tradition of Marxian stage theory from the beginning of the twentieth century until the present day” (MCDONOUGH, 2010, p. 1).

melhoria do bem-estar de boa parte da população. Entretanto, a história do modo de produção capitalista mostra que o sistema econômico tanto pode possuir estruturas institucionais que garantam elevado crescimento, quanto estruturas institucionais que privilegiem a concentração da renda e a manutenção do poder dos grupos capitalistas, mesmo que ao custo de baixo crescimento econômico. É irônico que os autores da escola francesa da regulação, que criticaram teóricos marxistas, keynesianos e neoclássicos pela adesão a teorias que supostamente tratariam o capitalismo como um sistema invariante, tenham adotado, de modo implícito, a concepção de que o funcionamento normal do capitalismo invariavelmente pressupõe elevado crescimento e estabilidade econômica.

A maneira mais adequada de evitar que características idiossincráticas a uma fase específica do capitalismo sejam generalizadas equivocadamente a todas as etapas do capitalismo é elaborando uma teoria estratificada do modo de produção capitalista. Tal teoria pode ter início com a construção de um plano mais básico de análise, das características presentes no capitalismo em geral (nas suas diversas fases).

Depois de construído o nível teórico fundamental, é possível analisar mudanças que geram as diferentes etapas, compreendidas em um plano teórico menos abstrato, mas ligado ao nível analítico mais geral. Desse modo, pode ser construído o nível intermediário de análise que os teóricos das duas escolas procuraram estabelecer (AGLIETTA, 1994; BOYER, 1990, p. 68; GORDON, 2000, p. 251; GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 20-22). Entretanto, o nível intermediário de análise deve ser construído sem que seja abandonada a investigação das características fundamentais do capitalismo.

A elaboração, ainda que de maneira provisória e inacabada, de uma concepção estratificada do modo de produção capitalista permitirá, do ponto de vista do presente texto, que dois objetivos sejam atingidos. Em primeiro lugar, estabelecerá a possibilidade de conjugar uma teoria abstrata, acerca das características mais básicas do capitalismo, com uma teoria das etapas do capitalismo, capaz de descrever diferentes maneiras nas quais o modo de produção se reproduz. Em segundo lugar, ajudará a esclarecer os equívocos teóricos que os autores da EESA e da AR cometeram²¹⁴.

214 Nesse sentido, a crítica aqui realizada não pretende descartar a relevância da AR e da EESA para a compreensão do capitalismo, mas sim apontar para uma grave insuficiência, que pode ser solucionada sem abrir mão dos conceitos centrais das escolas (especialmente os conceitos de modo de regulação, formas institucionais e estrutura social de acumulação). Vários autores procuraram desenvolver aspectos dessas escolas considerados por eles como insuficientes. Por exemplo, Jessop (JESSOP, SUM, 2006) e Hirsch (2010) procuraram conciliar a AR com uma teoria mais elaborada do Estado e a Escola de Amsterdã procurou conciliar a AR com uma abordagem transnacional do capitalismo. Tais empreendimentos teóricos geraram importantes contribuições, que não serão analisadas aqui. Entretanto, por não reavaliarem criticamente os aspectos pré-teóricos adotados pela AR, as

4.5 ELEMENTOS PARA UMA TEORIA ESTRATIFICADA DO CAPITALISMO

Como todas as ciências, as ciências humanas se ocupam de investigar as estruturas e as propriedades do mundo real (BHASKAR, 1975; VANDENBERGHE, 2010). No caso específico do mundo social, as unidades básicas de análise são as relações sociais. O individualismo metodológico não se sustenta como método de investigação da sociedade, pois a ação individual pressupõe a existência de estruturas sociais que antecedem aos indivíduos (estes só conseguem interagir quando já internalizaram algumas normas de convívio, tais como o idioma e as leis) (VANDENBERGHE, 2010; ARCHER, 1998). As pessoas alteram as relações sociais nas quais vivem, mas o fazem a partir de condições herdadas do passado: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 1852, p. 25). Por isso, o estudo do modo de produção capitalista, e também o estudo de suas etapas particulares, deve partir – assim como Marx fez e os autores regulacionistas e da escola das estruturas sociais de acumulação fizeram – das relações sociais e de como tais relações são reproduzidas e transformadas por meio da ação humana.

O tecido social é formado por uma multiplicidade de relações sociais e por agentes, que ocupam posições sociais. As relações sociais formam um todo articulado de posições e poderes causais (ou tendências). Aqui é importante fazer duas observações, que os atores analisados no presente trabalho – teóricos do imperialismo, do capitalismo monopolista, das estruturas sociais de acumulação e da escola da regulação – não apreenderam, acerca das características básicas das relações sociais e das instituições.

A primeira observação se refere à espacialidade das relações humanas. As relações sociais e as instituições são reproduzidas e modificadas no tempo histórico e no espaço geográfico. No caso específico do espaço, o âmbito nacional não é o ambiente único nem o mais adequado para se analisar a reprodução e as transformações das relações sociais específicas do modo de produção capitalista, que, por sua própria característica expansiva, procura abarcar todo o planeta. Desse modo, diversas instituições do modo capitalista de produção se estruturam no âmbito mundial, embora não sejam necessariamente explicáveis por uma lógica transnacional. Por exemplo, os padrões monetários internacionais (padrão libra,

tentativas de reformular o regulacionismo correm o risco de reproduzir seus equívocos.

padrão ouro-dólar e padrão dólar inconversível) são estruturas transnacionais que marcam diferentes épocas do capitalismo. O mesmo vale para os padrões de comércio internacional e de fluxo de capital. A grande facilidade dos fluxos de mercadorias, de serviços e de capitais nas últimas décadas criam uma pressão competitiva transnacional nos mercados de trabalho nacionais que não ocorria nas décadas do pós-guerra, marcadas pela maior força dos sindicatos e, por isso, por expansões salariais robustas.

A segunda observação diz respeito às diferentes temporalidades implícitas nas relações humanas. O tecido social é composto por uma miríade de relações, que não podem ser adequadamente entendidas de forma totalmente isolada. Algumas dessas relações sociais remontam às primeiras comunidades humanas, enquanto outras estão sendo construídas neste exato momento. É importante distinguir e analisar, de maneira articulada, os efeitos das estruturas de diferentes temporalidades. Deve-se ter em mente que, assim como nas ciências naturais, as propriedades e as tendências associadas às relações sociais necessariamente se sobrepõem, se combinam e se anulam. No caso específico do presente trabalho, que procura analisar diferentes teorias de periodização do capitalismo, é relevante distinguir duas temporalidades principais nas relações sociais: as estruturas de longa duração, ou multisseculares, *versus* as estruturas específicas, ou de época²¹⁵. Se o intuito da análise for a compreensão mais concreta do funcionamento do capitalismo em um intervalo mais curto de tempo é preciso, ainda, fazer o estudo do âmbito mais conjuntural ou factual do mundo político e social, a temporalidade mais imediata de investigação.

Algumas analogias com outros sistemas de relações sociais permitem compreender as diferentes temporalidades das relações sociais. Um primeiro exemplo se refere às características e aos efeitos do patriarcado (aqui entendido de modo amplo como um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres), que são muito antigos na história da humanidade. Ainda assim, diferentes instituições fazem com que o patriarcado tenha formas diversas de acordo com a estrutura econômica, a religião local, o nível de liberdade política e os avanços dos movimentos feministas. Uma mesma relação social multissecular aparece nas mais diversas configurações históricas específicas, embora a relação fundamental de dominação ainda não tenha desaparecido.

Um segundo exemplo é o do sistema interestatal. A generalização dos Estados

215 A obra de Fernand Braudel (1987; 1992) procurou distinguir e analisar várias estruturas com diferentes temporalidades e que implicam em tendências históricas diversas: “Assim chegamos a uma decomposição da história em planos escalonados. Ou, se quisermos, à distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual” (BRAUDEL, 1992, p. 15). Entretanto, do ponto de vista da economia, a ênfase de Braudel nas trocas, no comércio e nas finanças o afasta das tradições discutidas no presente trabalho.

Nacionais é um fenômeno da modernidade e está associado a disputas, entre os países, por territórios, por mercados e por recursos naturais. Entretanto, as formas de competição interestatal variaram historicamente: desde guerras generalizadas e sistemas coloniais, até a união de diversos países sob blocos econômicos e políticos, passando pelo mundo bipolarizado da Guerra Fria. As relações interestatais, com seus sistemas de troca, de rivalidade e de guerra são estruturas duradouras dos últimos séculos e implicam em tendências multisseculares de competição e cooperação, apesar de aparecerem em diversas formas históricas em cada época.

O mesmo raciocínio é válido para o capitalismo. O sistema de relações sociais baseado no mercado, na propriedade privada e no trabalho assalariado existe há vários séculos, tendo se originado na Inglaterra e se espalhado, primeiro para a Europa, depois para o resto do mundo. Tais relações sociais multisseculares estruturam diversas propriedades, tais como a busca pela redução dos custos e pela elevação da produtividade, a hierarquização espacial entre regiões mais competitivas e menos competitivas e a possibilidade de crises econômicas. Entretanto, o capitalismo, historicamente, se apresenta em diversas formas, tais como experiências mais liberais, outras mais keynesianas, outras desenvolvimentistas e ainda uma infinidade de formas de capitalismo periférico. Como os autores institucionalistas de diversas linhagens perceberam, não é possível a compreensão adequada do funcionamento da economia em um dado país ou em uma dada época apenas levando-se em conta os aspectos gerais do capitalismo. Deve-se observar, além das estruturas gerais do capitalismo, os aspectos históricos ou geográficos específicos, mas esses não apagam as características gerais do sistema econômico.

Uma teoria adequada das etapas do capitalismo deveria partir das características mais básicas e gerais do capitalismo, como, por exemplo, fizeram Keynes, na “Teoria geral do emprego, dos juros e da moeda”, ou Marx, em “O capital”. Depois de estabelecidas as propriedades básicas do capitalismo, inerentes a todas as formas históricas, pode-se derivar diferentes modalidades possíveis de capitalismo, a partir da análise dos casos específicos. Foge ao escopo do presente trabalho delinear tal teoria, mas alguns elementos podem ser adiantados, para servir de um, entre outros possíveis, pontos de partida teóricos. No total, serão identificadas dezesseis tendências multisseculares, derivadas das características fundamentais do modo de produção capitalista, mas a lista desenvolvida a seguir não é exaustiva.

Marx (1894b, p. 312-315) identifica duas características centrais do modo de produção capitalista. Em primeiro lugar, a produção social aparece na forma de mercadorias. Isso significa que os bens que as pessoas necessitam para sua reprodução cultural, física e material são obtidos primariamente por meio do mercado, mas a produção não é realizada com

o intuito de satisfazer as necessidades das pessoas (o valor de uso) e sim com o objetivo de garantir a ampliação dos recursos (valor) originalmente adiantados pelos proprietários dos meios de produção. A segunda característica definidora do modo de produção capitalista é que a própria força de trabalho é uma mercadoria. Os trabalhadores apenas terão acesso aos bens necessários para a sua sobrevivência vendendo a própria força de trabalho aos detentores dos meios de produção. O modo de produção capitalista é, então, um sistema social estruturado em torno da mercadoria e que é reproduzido por meio da cisão entre capital e trabalho:

Ele [o modo de produção capitalista] produz seus produtos como mercadorias. Produzir mercadorias não o diferencia de outros modos de produção; mas sim que ser mercadoria é o caráter dominante e determinante de seu produto. Isso implica inicialmente que o próprio trabalhador só aparece como vendedor de mercadoria e, daí, como assalariado livre e o trabalho, portanto, em geral como trabalho assalariado (...). Os principais agentes desse modo de produção, o capitalista e o trabalhador assalariado, são enquanto tais apenas corporificações, personificações do capital e do trabalho assalariado; caracteres sociais determinados que o processo de produção social imprime nos indivíduos; produtos dessas relações sociais de produção determinadas (MARX, 1894b, p. 312-315).

O fato de a vida econômica da sociedade se estruturar em torno da relação capital-trabalho traz algumas importantes características e tendências para o mundo da produção e do trabalho, que não podem ser adequadamente tratadas no presente texto, embora devam ser mencionadas. Antes de explorar tais consequências, é importante mencionar outras características do modo de produção capitalista, derivadas da circulação de mercadorias.

Uma primeira tendência associada à própria lógica da circulação de mercadorias é a definição de alguma mercadoria específica, que se destaca das demais, configurando o dinheiro. O desenvolvimento histórico e lógico da forma dinheiro aponta para a substituição do dinheiro mercadoria tanto pelo crédito quanto por formas fiduciárias da moeda, que prescindem do conteúdo material, do valor intrínseco. A padronização da moeda em um espaço geográfico é feita por alguma autoridade, algum poder político, capaz de estabelecer as regras para a adequada monetização da economia.

Uma segunda tendência ligada à generalização das trocas em uma sociedade é a possibilidade de descompasso entre as decisões individuais dos agentes privados, descoordenados, uma das principais causas das crises. A forma elementar desse descompasso se dá pela decisão de retenção de moeda, por definição o ativo mais líquido da economia. A existência de moeda faz com que sejam desconectadas espacialmente e temporalmente, as decisões de compra e de venda: “ninguém precisa comprar apenas pelo fato de ele mesmo ter vendido” (MARX, 1867, p. 187). A possibilidade de retenção de ativos líquidos está na base tanto do princípio da demanda efetiva, na forma elaborada por Keynes, quanto da refutação da

Lei de Say, realizada por Marx²¹⁶.

Ninguém pode vender sem que outro compre. Mas ninguém precisa comprar apenas pelo fato de ele mesmo ter vendido. A circulação rompe as barreiras temporais, locais e individuais da troca de produtos precisamente porque provoca uma cisão na identidade imediata aqui existente entre o dar em troca o próprio produto do trabalho e o receber em troca o produto do trabalho alheio, transformando essa identidade na antítese entre compra e venda. Dizer que esses dois processos independentes e antitéticos formam uma unidade interna significa dizer que sua unidade interna se expressa em antíteses externas. Se, completando-se os dois polos um ao outro, a autonomização externa do internamente dependente avança até certo ponto, a unidade se afirma violentamente por meio de uma crise. A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento. Por isso, tais formas implicam a possibilidade de crises, mas não mais que sua possibilidade (MARX, 1867, p. 187).

O fato de a sociedade se estruturar em torno da produção e da circulação de mercadorias faz com que o trabalho privado tenha que se realizar enquanto trabalho social. A divisão do trabalho da sociedade aparece como uma relação social entre coisas e as pessoas aparecem como simples mediadoras dessa relação entre mercadorias. Nos momentos de crise econômica, quando é cindida a reprodução adequada do mercado, tais contradições ficam mais evidentes.

Se, por um lado, uma diminuição abrupta da demanda – ou da realização da produção, nos termos de Marx – provoca crises econômicas, por outro lado, devido ao fato de as decisões de gasto serem autônomas em relação ao nível de renda anterior em uma economia mercantil, não há necessidade dos níveis de renda, de crescimento e de emprego manterem-se elevados. Esse é um dos temas centrais do programa de pesquisa de Keynes, definido pelo autor como o estudo de uma “economia monetária de produção”, um sistema econômico em que existe incerteza (no sentido de risco imensurável, de Frank Knight) e no qual a moeda, o ativo mais líquido da economia, afeta as decisões dos agentes (CARVALHO, 1992). Uma economia monetária de produção pode funcionar normalmente em diversos níveis de produção, mesmo que esses níveis de atividade impliquem em elevadas taxas de desemprego e baixo crescimento econômico²¹⁷.

216 De acordo com Possas (1987, p. 51), “em qualquer ato de compra e venda tomado isoladamente, produz-se um fluxo monetário – pagamento de um lado, recebimento de outro – decorrente de uma única decisão autônoma: a de efetuar determinado dispêndio. Portanto, tomando-se o conjunto de transações efetuadas numa economia mercantil durante um período de tempo arbitrário, o fluxo monetário total de receitas, idêntico ao de despesas, a elas correspondente terá sido determinado pelas decisões individuais de gasto dos agentes econômicos na aquisição de mercadorias (bens e serviços). Este é, em essência e em sua expressão mais simples possível, o princípio da demanda efetiva”.

217 Essas considerações básicas acerca de uma economia monetária de produção contradizem a concepção pré-

O desenvolvimento lógico da forma dinheiro implica na terceira tendência do modo de produção capitalista, a substituição do dinheiro (seja ele dinheiro mercadoria ou dinheiro fiduciário) por formas mais flexíveis de realização de compras e vendas: os títulos de dívida tornam-se uma promessa de pagamento futuro, que pode não se concretizar (MARX, 1867, p. 208-215). A existência do crédito, de títulos de dívida e de ativos baseados na promessa de remuneração futura permite um maior grau de plasticidade ao sistema capitalista, embora amplie as possibilidades de crise econômica, pois a multiplicação de tais ativos pode se dar de forma autônoma à produção de bens e serviços.

A segunda relação social básica do modo de produção capitalista, que não foi analisada por Keynes, mas foi minuciosamente explorada por Marx, é a produção de mercadorias. No capitalismo, o trabalho social é distribuído e realizado por meio do mercado. Uma parte da produção social remunera os trabalhadores, enquanto a outra parte, que Marx chama de mais-valor, é apropriada pelos capitalistas. Trabalhadores e capitalistas disputam a distribuição da produção social.

A concorrência entre os capitalistas impele as unidades produtivas a procurarem reduzir os custos de produção e, com isso, diminuir a quantidade de trabalho dispendida no processo produtivo. Essa é a quarta tendência importante que será destacada no modo de produção capitalista: o aumento da produtividade do trabalho, originando o que Marx chama de mais-valor relativo. Ao contrário do que defendem os autores regulacionistas, a ampliação da produtividade é uma característica central do capitalismo, presente em todas as suas etapas. E, novamente contrariando os regulacionistas, a prevalência da extração de mais-valor relativo não implica necessariamente na ampliação da cesta normal de consumo da totalidade, ou da maior parte, da população, já que o aumento da produção pode corresponder ao aumento do consumo por parte de uma parcela relativamente pequena da sociedade.

Uma das consequências da estruturação da vida material em torno da forma mercantil é marginalização da produção não voltada ao mercado. Ao diferenciar a “produção dos meios de vida” da “produção da vida”, feministas marxistas conseguiram explicar o papel subordinado das mulheres na sociedade capitalista a partir do papel ocupado por elas na produção da vida (gravidez, amamentação e criação de filhos, por exemplo), que gera uma quinta tendência importante no capitalismo: a carga excessiva de trabalho doméstico realizado pelas mulheres, com atividades não monetizadas e não reconhecidas pela sociedade, e a

teórica da abordagem da regulação e da escola da estrutura social de acumulação de que o funcionamento normal do capitalismo está necessariamente associado ao elevado crescimento e à estabilidade.

difficuldade do acesso delas às posições de destaque no mundo do trabalho (HAUG, 2015).

Outra característica básica da estruturação da sociedade em torno do mercado, já mencionada anteriormente, é que as relações sociais entre as pessoas aparecem como propriedades naturais das coisas. Desse modo, o fato de o trabalho social ser distribuído na forma de mercadorias é obscurecido. O fato de as pessoas adquirirem os bens e serviços de que necessitam no mercado, faz com que a forma mercantil seja considerada algo natural e inerente aos objetos, como o peso, a cor e o volume. Quando obtemos produtos no mercado não tomamos conhecimento das condições de trabalho envolvidas na produção e no comércio das mercadorias. Marx chama esse processo de fetichismo da mercadoria. Essa é a sexta tendência do capitalismo: a mistificação e a naturalização das relações sociais capitalistas.

O fetichismo existe em diversos níveis na sociedade capitalista. Um dos âmbitos no qual ocorre é o fenômeno que Marx chama de “personificação das coisas e coisificação das pessoas”, processo complexo associado, por exemplo, à personificação de estruturas sociais, como o mercado – que parece ter uma vontade própria, à qual as pessoas devem se submeter – e associado também à reificação dos trabalhadores, considerados como um mero custo de produção (o capital variável), que pode e deve ser reduzido, ou descartado. A personificação das coisas implica que os problemas da sociedade apareçam como problemas dos indivíduos. Desse modo, problemas como desemprego e criminalidade, por exemplo, aparecem como características inerentes aos desempregados e aos criminosos em vez de características da sociedade. Os agentes políticos muitas vezes optam pela repressão aos indivíduos em vez da reforma da estrutura social que origina o problema, o que reforça a coisificação das pessoas. A coisificação do ser humano no sistema capitalista pode, inclusive, estar associada à guerra e a violência endêmica em várias partes do mundo, uma sétima tendência importante do capitalismo.

Outro dos aspectos mais importantes do fetichismo, no capitalismo, é que a elevação da produtividade do trabalho social aparece como elevação da produtividade do capital:

O capital produz essencialmente capital, e só o faz na medida que produz mais-valia. Ao examinar a mais-valia relativa e, além disso, ao examinar a transformação da mais-valia em lucro, vimos como sobre isso se funda um modo de produção peculiar ao período capitalista – uma forma especial do desenvolvimento das forças sociais produtivas do trabalho, mas como forças do capital autonomizadas diante do trabalhador e, por fim, em oposição direta a seu próprio desenvolvimento, ao desenvolvimento do trabalhador. A produção para o valor e para a mais-valia inclui, como se mostrou ao longo do desenvolvimento da análise, a tendência sempre operante de reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria, isto é, seu valor, abaixo da média social de fato vigente. O impulso no sentido de reduzir o preço de custo a seu mínimo torna-se a mais forte alavanca para a elevação da força produtiva social do trabalho, que aqui, porém,

só aparece como constante elevação da força produtiva do capital (MARX, 1894b, p. 313).

Como consequência da própria lógica mercantil, de redução dos custos de produção, o trabalho da sociedade fica cada vez mais produtivo, ao ser reorganizado de modo capitalista, principalmente pelo aprofundamento da divisão do trabalho e pela mecanização da produção. Como, e isso configura a oitava tendência, cada vez menos trabalho é utilizado diretamente na produção de valores de uso, ocorre uma tensão entre o fato de a produção depender cada vez mais do trabalho passado – que se cristaliza no conjunto de máquinas e equipamentos, mas também no acúmulo de conhecimento científico e tecnológico – em detrimento da força de trabalho viva, que ainda precisa ser vendida pela maior parte dos membros da sociedade, para sua própria sobrevivência. Essa é a forma principal de funcionamento da lei do valor²¹⁸: a sociedade se estrutura e se reestrutura de diferentes maneiras em torno do trabalho social²¹⁹, que é potencializado, mas não necessariamente é utilizado para satisfação das necessidades humanas.

O trabalho morto, o trabalho concreto acumulado das gerações passadas, aparece como algo alheio aos trabalhadores: o capital, que domina e estrutura as condições de trabalho e vida das pessoas (POSTONE, 2014). As pessoas são utilizadas pelo sistema econômico em vez de utilizarem os avanços científicos e tecnológicos acumulados para a melhoria das condições de trabalho e de vida²²⁰.

A concorrência intercapitalista e os avanços tecnológicos levam à nona tendência, a criação de grandes empresas com poder de mercado (concentração e centralização de capital) em vez de pequenas empresas concorrenciais. A mesma pressão concorrencial que impele à criação de novos produtos e aos aumentos de produtividade também pressiona para a redução do padrão de vida dos trabalhadores e para a ampliação da jornada de trabalho. Por isso, ocorre uma décima tendência: grande parte da classe trabalhadora ou do exército de reserva não tem acesso aos bens produzidos pela sociedade e por isso a história do capitalismo é marcada por conflitos distributivos, ou, de maneira mais ampla, pela luta de classes.

Em virtude da perene elevação da produtividade do trabalho social, o mesmo

218 Tal compreensão da lei do valor supera a problemática da transformação dos valores em preços. Postone (2014) e Borges Neto (2002) tratam do assunto, que não será abordado aqui.

219 “O valor (...) é uma categoria de uma totalidade dinâmica. Essa dinâmica envolve uma dialética de transformação e reconstituição que resulta da natureza dual da forma-mercadoria e dos dois imperativos estruturais da forma de valor da riqueza – a busca de níveis crescentes de produtividade e a necessária retenção do trabalho humano direto na produção” (POSTONE, 2014, p. 356).

220 De acordo com Moishe Postone (2014), a superação do modo de produção capitalista só seria possível se acompanhada pela superação do valor, a estruturação da sociedade em torno do trabalho. Esse assunto, embora essencial, não será tratado no presente trabalho.

volume de produção de valores de uso pode ser realizado por um número decrescente de trabalhadores. Estes se tornam cada vez mais supérfluos no âmbito da produção, mas devem ser inserir no modo de produção capitalista para garantir sua sobrevivência: “O fato de o dispêndio de tempo de trabalho humano imediato continuar central e indispensável para o capitalismo, apesar de ter se tornado anacrônico pelo desenvolvimento do capitalismo, gera uma tensão interna” (POSTONE, 2014 p. 51)²²¹.

O volume de emprego em uma sociedade capitalista só aumenta se a produção crescer mais que a produtividade, como Marx deixa claro ao investigar a “lei geral da acumulação capitalista”. Isso significa que, em uma sociedade na qual há um imperativo sistêmico ilimitado para a ampliação da produtividade, a produção tem que crescer ilimitadamente, para a manutenção do nível de emprego, gerando enormes pressões no meio ambiente. O desemprego e a destruição do meio ambiente são a décima primeira e a décima segunda tendências importantes do capitalismo²²²:

E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais um país, como os Estados Unidos da América do Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 1867, p. 573-574).

É importante destacar que não há nenhuma razão intrínseca para que a economia cresça sempre mais que a produtividade. Em alguns momentos históricos, a produção pode crescer de modo mais lento e em outros, de modo mais acelerado. Contrariamente ao que

221 Em um texto originalmente publicado em 1985, Hirsch faz interessantes prognósticos em relação ao futuro do capitalismo. Observa a tendência ao desenvolvimento da microeletrônica e das tecnologias de informação, que estariam associadas a novas formas de produzir, com maior flexibilidade, mas maior substituição do trabalho vivo. Essas novas tecnologias poderiam aprofundar o abismo entre o trabalho intelectual e formas mais monótonas de trabalho (de características tayloristas), além de possibilitarem a extensão da jornada de trabalho em direção ao tempo de descanso, ao ampliar a possibilidade de execução de tarefas em casa. Haveria, estruturalmente, uma superpopulação de trabalhadores, o que se refletiria na tendência à ampliação do trabalho temporário, informal, periférico ou flexibilizado, em detrimento do trabalho mais estável e protegido. Um misto de Estado de bem-estar com políticas repressivas ajudaria a manter o controle da sociedade, mesmo com a crescente desigualdade de renda entre os países e dentro de cada nação (HIRSCH, 1991, p. 25-28). Tal prognóstico vem se mostrando bastante pertinente. Além dos aspectos mencionados pelo autor, o crescimento da intolerância e do extremismo religioso e político em diversas partes do mundo parece estar intimamente relacionado à dificuldade de inserção das pessoas no trabalho formal ou no trabalho não precário. Por sua vez, o crescimento do extremismo reforça tendências intervencionistas e imperialistas de alguns países centrais.

222 “Para Marx, esse padrão de crescimento tem duplo caráter: envolve a constante expansão da capacidade produtiva humana, ainda que vinculada a uma estrutura social dinâmica e alienada, essa expansão tem uma natureza acelerada, ilimitada e fugidia sobre a qual não se tem controle. Deixando de lado considerações de possíveis limites ou barreiras à acumulação de capital, uma das consequências implícitas por esta dinâmica particular – que gera mais crescimento na riqueza material do que no mais-valor – é a aceleração da degradação ambiental” (POSTONE, 2014, p. 360).

acreditam os autores da escola da regulação e da abordagem da estrutura social de acumulação, o capitalismo pode funcionar normalmente com variadas taxas positivas de crescimento e de desemprego (termo próximo às expressões superpopulação relativa e exército industrial de reserva, de Marx). Não é do interesse geral de todos os membros da sociedade capitalista que a economia cresça sempre a taxas elevadas.

É necessário mencionar uma décima terceira tendência importante, pouco explorada por Marx, mas relacionada à criação de produtos e à transformação dos processos produtivos. Marx observara que o capitalismo apresenta uma tendência de se expandir pelo globo terrestre e de gerar inovações. Entretanto, não observou que as inovações tendem a se concentrar em áreas que já introduziram inovações anteriormente. Tais regiões, que tendem a conformar o centro (ou núcleo) do capitalismo global possuem elevados custos de infraestrutura, de serviços e de força de trabalho, mas conseguem originar produtos que se beneficiam de tais custos e os incorporam nos preços mais elevados que aqueles dos produtos originados em regiões mais periféricas. As regiões centrais conseguem repelir atividades menos dinâmicas para as áreas periféricas ou semiperiféricas do capitalismo²²³. Ocorrem processos de “causação circular e acumulativa” *à la* Myrdal, nos quais as regiões com melhores infraestrutura e índices de qualificação conseguem gerar renda para pagar por essas condições superiores e reproduzir e criar as atividades econômicas mais intensivas em tecnologia e em conhecimento ao longo do tempo²²⁴. Assim como as atividades que demandam altos custos de produção no interior de uma economia nacional em particular são acessíveis a parcelas mais ou menos restritas da população, as atividades originadas no núcleo do capitalismo global podem ser reproduzidas em apenas umas poucas áreas e podem ser adquiridas no comércio internacional com preços relativos altos em comparação com a produção originada nas áreas com piores infraestrutura e qualificação (ARRIGHI, 1998).

Nos diversos territórios ocorrerão discrepâncias entre: os graus de domínio tecnológico; os níveis de produtividade e de intensidade do trabalho; a maneira como o aumento da produtividade se difunde; o desenvolvimento dos sistemas monetários, financeiros e

223 “(...) no ambiente típico da zona do núcleo orgânico – caracterizado por mercados remuneradores, infraestruturas e serviços eficientes e um clima político favorável à empresa capitalista – os custos altos não são um obstáculo, mas sim um incentivo ao fluxo contínuo de inovações que é necessário para reproduzir o status de zona do núcleo orgânico. Em contraste, no ambiente típico da zona periférica – caracterizado por mercados fragmentados e descontínuos, infraestrutura e serviços ineficientes e um clima político frequentemente desfavorável à capacidade empresarial capitalista – os custos altos são incapazes de sustentar as inovações, enquanto que os custos baixos simplesmente oferecem um incentivo para organizar atividades periféricas” (ARRIGHI, 1998, p. 156).

224 Importante destacar que a diferenciação entre produtos das áreas centrais e produtos da periferia não está mais reduzida à dicotomia entre indústria e agricultura (ARRIGHI, 1998).

bancários. Tais discrepâncias implicam na hierarquização espacial do capitalismo global, criando centros e periferias, no âmbito planetário.

A projeção das relações sociais capitalistas ao âmbito mundial também redundava na projeção da competição intercapitalista e dos conflitos entre frações de classe a todo o globo terrestre. Essa é a razão pela qual o imperialismo, a décima quarta tendência do sistema capitalista, é uma tendência sempre presente. E por isso, a ênfase que os autores da AR e da EESA dão ao nível nacional de análise dificulta a compreensão das diferentes formas do capitalismo, que se articulam, em vez de serem independentes.

Depois de observadas algumas das características mais essenciais do modo de produção, que podem servir para delinear uma visão básica sobre o capitalismo, é necessário abordar as características do sistema econômico que fazem com que a investigação histórica e a periodização do capitalismo sejam possíveis, ou mesmo necessárias, em níveis menos abstratos de compreensão. Essas características servem de ponte entre a análise mais geral e abstrata e a análise histórica e institucional do capitalismo. Adotando tal ponto de vista é possível compreender que as análises históricas e sociológicas do capitalismo, realizadas pela abordagem da regulação e pela escola da estrutura social de acumulação são necessárias, mas não são suficientes, para a compreensão do funcionamento do sistema econômico.

É essencial destacar que, mesmo no âmbito mais abstrato possível, a lógica mercantil não está presente em uma forma pura, alheia aos aspectos políticos, culturais e morais da sociedade. No caso da exposição de Marx em “O Capital”, por exemplo, o valor da força de trabalho, a cesta de consumo básica de uma família de trabalhadores, é delimitado não só pelas mercadorias estritamente necessárias para a subsistência dos trabalhadores, mas contém também os bens socialmente aceitos que permitem acesso ao lazer, à educação e à cultura, entre outros tipos de bens e serviços. O mesmo raciocínio é aplicado por Marx no longo capítulo em que trata da jornada de trabalho, delimitada por fatores políticos e morais, não apenas pelos limites físicos do ser humano.

Também é muito importante notar que, mesmo nesse nível mais fundamental de investigação, o Estado está implícito. Ele é pressuposto para: estabelecer regras na relação entre capitalistas e trabalhadores (por exemplo, regulando uma cesta de consumo básica, fornecendo bens de consumo coletivo, proibindo o trabalho infantil e limitando a jornada de trabalho); garantir o funcionamento adequado da moeda e do sistema de crédito; assegurar a propriedade privada; administrar conflitos de interesses entre proprietários privados independentes; estabelecer regras quanto à interação da nação com outros países; prover uma infraestrutura física básica necessária para a produção e o comércio. Tal fato é consensualmente aceito por

Smith, Marx, por outros autores associados à economia política clássica, pelos autores ligados ao institucionalismo original, embora seja negligenciado por algumas versões da teoria neoclássica, como por exemplo as teorias do equilíbrio geral.

Se a existência do Estado-nação foi um pressuposto básico para a dissolução dos laços econômicos e de proteção feudais e para a origem do capitalismo (WOOD, 1998), a existência de diferentes Estados-nacionais implica na projeção, para além da esfera de uma economia fechada, das relações sociais capitalistas. A maneira como se difundem as inovações tecnológicas, os ganhos de produtividade e a maneira como se organizam os sistemas bancário e financeiro no âmbito internacional implicam em diferentes maneiras de estruturação dos centros e periferias, no âmbito planetário.

Portanto, não é possível fazer uma teoria totalmente fechada e pura do capitalismo. Mesmo no plano mais básico de análise, é necessário ter em conta que o sistema econômico possui “impurezas”, ou seja, é necessariamente ligado a sistemas que não se reduzem à lógica mercantil, entre os quais a família, o Estado e as relações interestatais. Esse argumento está presente, por exemplo, em um texto de Hodgson (2001) e outro de Hodgson, Itoh e Yokokawa (2001a), nos quais os autores criticam a concepção defendida por Kozo Uno²²⁵, de que seria necessário elaborar uma teoria estratificada do capitalismo tendo como nível mais abstrato de análise uma teoria fechada e pura do capitalismo, que, segundo Uno (1980), teria sido elaborada por Marx.

Mesmo no nível mais geral de análise, é importante ter em mente que não é possível a mercantilização completa de todos os bens necessários para o funcionamento do capitalismo. Polanyi (1944) argumenta que existem importantes mercadorias fictícias, como o trabalho, a moeda e a natureza, que não são reproduzíveis pela lógica dos mercados. Mesmo o funcionamento normal dos mercados pressupõe a inserção desses em um ambiente cultural e social. Nesse ponto, a AR e a EESA estão completamente corretas.

Portanto, não é possível desenvolver uma teoria pura do capitalismo, ignorando totalmente as estruturas não econômicas que contribuem com a existência do modo de

225 A principal característica da escola unoísta de economia política é a distinção entre três níveis de análise do capitalismo: a teoria pura, a teoria das etapas do capitalismo e a análise histórica (SEKINE, 1975; ALBRITTON, 1986; MAWATARI, 2000; BELL, 2009). De acordo com Uno (1980), a teoria pura trata de elementos gerais, abstratos, do modo de produção, ao analisar um ambiente hipotético governado pela lei do valor e sua lógica. A introdução de outras lógicas (derivadas principalmente da luta de classes, da ação do Estado e dos diferentes valores de uso produzidos) no sistema teórico permitiria que fossem estudadas as etapas do capitalismo. Por fim, uma análise mais detalhada do comportamento real do sistema econômico só seria possível de um ponto de vista histórico. A abordagem de Uno é criticada por considerar a possibilidade da existência de uma economia pura e por adotar um ponto de vista teleológico acerca da superação do capitalismo (BIDET, 2009; CLARKE, 1989; HODGSON 2001; YOKOKAWA, 2012).

produção. Uma teoria abstrata do modo de produção capitalista não pode ser uma concepção totalmente fechada em si mesma, deve comportar aberturas, pois importantes variáveis do sistema econômico são determinadas por dinâmicas não econômicas. “O capital”, de Marx, pode ser compreendido como um livro que propõe uma teoria geral que comporta aberturas às lógicas não mercantis.

Desde o início do século XX, o caráter aberto de muitos dos principais elementos da economia capitalista é captado pelo conceito de instituição. Nessa perspectiva, as mudanças de etapas do capitalismo podem ser compreendidas como transformações dos conjuntos de instituições (YOKOKAWA, 2012).

Uma vez admitida a importância das impurezas no sistema econômico (a décima quinta tendência do capitalismo), torna-se lógica a possibilidade de existência de variedades do capitalismo (a décima sexta tendência). Além disso, torna-se importante a análise de outras temporalidades históricas para a compreensão da economia. Há dependência de trajetória (*path dependency*), já que as relações culturais, políticas e sociais são essenciais para uma compreensão mais concreta do funcionamento dos mercados (HODGSON, ITOH, YOKOKAWA, 2001a, p. 10-11). O reconhecimento da centralidade das formas institucionais para a compreensão mais concreta do funcionamento do capitalismo faz com que análises centradas na investigação das formas institucionais, tais como os estudos realizados pelos adeptos da escola da estrutura social de acumulação e da escola da regulação, sejam necessárias.

O Quadro 4 resume as principais tendências multisseculares do modo de produção capitalista. Cabe destacar que mesmo as formas mais progressistas de capitalismo, defendidas por autores da escola da estrutura social de acumulação e por autores da abordagem da regulação, não suprimem as contradições básicas do capitalismo (personificação das coisas, coisificação das pessoas, destruição ambiental, geração de desemprego estrutural, pressão pela redução dos salários reais e pela ampliação da jornada de trabalho, entre outras contradições), que podem ser administradas pelas formas institucionais, mas só podem ser definitivamente eliminadas com o fim do modo de produção capitalista.

A exposição das tendências e contradições gerais do modo de produção capitalista deixa claro que a AR e a EESA não realizam uma crítica ao sistema econômico. Os autores de ambas as correntes reconhecem a importância das instituições para o funcionamento do capitalismo, ou seja, elaboram uma crítica sociológica ao capitalismo, que está aquém da crítica de Marx (CLARKE, 1991, p. 112). E procuram estimular formas de capitalismo que consideram superiores e mais racionais, em vez de defenderem uma reestruturação mais profunda da sociedade (HUSSON, 2009; BRAGA NETO, 2002).

Quadro 4: tendências multisseculares do capitalismo

Características básicas do capitalismo	Tendências
Relação mercantil	1. Formação do dinheiro/dinheiro fiduciário
	2. Descompasso entre os agentes/crise
	3. Crédito/títulos de dívida
Relação capital-trabalho e concorrência intercapitalista	4. Inovação/elevação da produtividade
	5. Posição subordinada das mulheres
	6. Mistificação/naturalização do capitalismo
	7. Coisificação do ser humano
	8. Subordinação do trabalho vivo ao morto
	9. Aumento da concentração de capital
	10. Exclusão social e conflitos distributivos
	11. Desemprego
Espacialidade das relações sociais capitalistas	12. Destruição ambiental
	13. Formação de centros e periferias
Existência de limites à lógica mercantil	14. Imperialismo
	15. Importância das instituições
	16. Variedades do capitalismo

Fonte: elaboração própria.

Com inspiração na elaboração de Marx, a AR identifica a relação salarial, a moeda e a concorrência como as três relações sociais mais importantes do capitalismo, as quais codificam as três formas institucionais principais: a forma da restrição monetária, a configuração da relação salarial e a forma da concorrência (BOYER, 1990, p. 73-79). Porém, tais formas institucionais não resultariam da simples lógica da economia capitalista, mas dependeriam também da relação entre atores sociais e políticos, além do próprio ambiente mundial no qual determinada economia está inserida. Por isso, os regulacionistas consideram outras duas formas institucionais, o tipo de inserção internacional e a forma do Estado:

A definição destas três formas institucionais leva-nos, obrigatoriamente, a refletir sobre o espaço em que elas operam: essencialmente o espaço do Estado-Nação. De um lado, a moeda nacional organiza um desnivelamento entre circulação interna e externa (...). De outro lado, a forma da relação salarial resulta de compromissos, de fato ou institucionalizados, realizados no interior de alianças de classes ligadas à história nacional de cada país. Finalmente, as formas do Estado originam-se, historicamente, num espaço social bem delimitado, definido pela gestão da moeda e pelos componentes mais importantes da relação salarial (BOYER, 1990, p. 76).

É importante destacar que a investigação do sistema econômico com base nessas características fundamentais não é uma idiossincrasia regulacionista. Pelo menos desde Adam Smith, passando por Ricardo e por Marx, esses cinco elementos de análise estão presentes. Era comum os livros de economia política apresentarem investigações sobre valor, moeda, salário, preço e lucro (questões análogas às tratadas pelos regulacionistas, de modo menos abstrato, quando se debruçam sobre a relação salarial, as formas da concorrência e a estrutura monetária),

seguidas pelos estudos do Estado, da tributação, do comércio exterior e das colônias (mais uma vez, questões análogas às tratadas pelos regulacionistas no estudo sobre as formas do Estado e da inserção internacional). Smith, em “A riqueza das nações”, segue um caminho análogo a esse e mesmo Marx, por exemplo, embora não tenha escrito sobre todos esses temas em “O Capital”, considerado um livro mais abstrato, apresenta na introdução dos “*Grundrisse*” o seguinte plano para sua obra:

Evidentemente, é preciso fazer a subdivisão da seguinte maneira: 1) As determinações universais abstratas, que, por essa razão, correspondem mais ou menos a todas as formas de sociedade, mas no sentido explicado acima. 2) As categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais se baseiam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. As suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre elas. Circulação. Sistema de crédito (privado). 3) Síntese da sociedade burguesa na forma de Estado. Considerada em relação a si mesma. As classes “improdutivas”. Impostos. Dívida Pública. Crédito público. A população. As colônias. Emigração. 4) Relação internacional da produção. Divisão internacional do trabalho. Troca internacional. Exportação e importação. Curso do câmbio. 5) O mercado mundial e as crises (MARX, 1857/58, p. 61).

Um pensador, ligado ao institucionalismo, Karl Polanyi (1944), realizou um estudo da civilização liberal do século XIX, em “A grande transformação”, no qual tal civilização aparece baseada em quatro instituições: o sistema de balanço de poder, que prevenia guerras entre as grandes potências; o padrão ouro internacional, que organizava o comércio entre as nações, unificando o mercado mundial; o mercado autorregulado e o Estado liberal. Ainda nessa obra, a natureza, a moeda e a força de trabalho são mercadorias fictícias cuja organização via mercado não é plenamente possível, sendo, então, imersas em instituições. A imersão dos mercados nas instituições é o principal legado institucionalista herdado pela escola da regulação e pela abordagem da estrutura social de acumulação.

É importante destacar que, de forma alguma, a consideração da importância de se compreender as mudanças históricas e qualitativas do capitalismo impede que sejam investigados os elementos estruturais e imutáveis do modo de produção. A ausência de uma investigação das estruturas multisseculares do sistema econômico pode levar a considerações equivocadas sobre o capitalismo. Com o intuito de conciliar a investigação das propriedades básicas do capitalismo com a necessária variabilidade das economias reais, a economia política e, mais especificamente, Marx, investigaram o sistema econômico com base em leis tendenciais, que poderiam ou não se manifestar, dependendo do comportamento de uma série de variáveis, que não podiam ser reduzidas à lógica econômica. A análise das propriedades básicas e das tendências fundamentais do modo de produção deve servir de base para a análise histórica e institucional da economia.

É adequado periodizar o capitalismo a partir de mudanças do Estado, das relações

internacionais, da correlação de forças envolvida na luta de classes, das formas predominantes da moeda, do padrão de concorrência intercapitalista (que são formas nas quais aparecem as relações sociais básicas do capitalismo), como fizeram os adeptos da escola da estrutura social de acumulação e da abordagem francesa da regulação. A investigação de uma série de instituições relacionadas à política, à cultura, às relações internacionais e outras esferas da sociedade permite que as mudanças qualitativas do capitalismo não sejam explicadas por um número pequeno de variáveis, como alguns teóricos do imperialismo e do capitalismo monopolista faziam, ao explicar quase todas as características de uma etapa do capitalismo com base em mudanças na forma da concorrência.

Foi com inspiração em Marx que, desde meados dos anos 1980²²⁶, autores como Hirsch (1991, p. 8-12) já vislumbravam a ascensão de um conjunto de estratégias de crescimento associadas a um projeto hegemônico de poder marcado pela ideologia neoliberal, que promove uma mudança fundamental na estrutura institucional do sistema político-social, que inclui o combate aos sindicatos, a mudança no padrão de consumo, a reestruturação e o desmantelamento do Estado de bem-estar social, a desregulamentação da economia, o enfraquecimento das práticas keynesianas e o fortalecimento da competição e dos mercados. Clarke (1991, p. 120-129) é outro autor que já compreendia o neoliberalismo como a ideologia que representava a subordinação dos trabalhadores às aspirações do capital, promovendo combate aos trabalhadores, transferência de renda favorável aos capitalistas, endividamento das famílias, desregulamentação da economia e aumento dos gastos militares²²⁷.

Seguindo a tipologia das formas institucionais da escola francesa da regulação e da abordagem das estruturas sociais de acumulação é possível compreender as mudanças do capitalismo nas últimas décadas a partir de uma análise que combina as tendências multisseculares do capitalismo com as mudanças das instituições transnacionais que servem de base para os diferentes tipos de capitalismo nacional: o padrão de concorrência internacional, o padrão monetário internacional e o poder das classes sociais e frações de classe²²⁸.

Do ponto de vista da inserção internacional, a liberalização do comércio provocou a ampliação da concorrência, a diminuição do poder político da classe trabalhadora e a

226 Esse artigo de Hirsch foi originalmente publicado em alemão em 1985.

227 Apenas recentemente, depois do ano 2000, autores ligados à AR e à EESA, adotaram, de forma mais consensual, a visão de que o capitalismo neoliberal (ou financeirizado) é viável.

228 Foge ao escopo do presente trabalho realizar uma análise aprofundada das principais instituições do capitalismo contemporâneo. Chesnais (1996), Fiori (2004), Harvey (2003; 2005; 2008), Varoufakis (2011) e Piketty (2014) são alguns dos autores que aprofundam os temas aqui mencionados.

diminuição dos ganhos salariais. Além da maior competição no mercado internacional, a dissolução da URSS contribuiu para a diminuição, em nível mundial, do poder de barganha da classe trabalhadora. Por sua vez, o crescimento dos salários deixou de desempenhar o papel central na ampliação da demanda, que havia na época do fordismo.

Uma das principais maneiras de se ampliar a competitividade das economias capitalistas é por meio da diminuição dos direitos sociais adquiridos ao longo do século XX e da privatização de atividades controladas pelo Estado. As economias crescem menos que na época de ouro do capitalismo, fato que, associado às mudanças tecnológicas ligadas à informática e à automação, ajuda a promover a elevação das taxas de desemprego e a deterioração das condições de vida de uma parte significativa da população mundial. Recentemente tem havido o crescimento de movimentos extremistas, estimulados pela deterioração das condições de vida em muitas regiões do planeta.

Para viabilizar o crescimento econômico, a demanda, no capitalismo das últimas décadas, é puxada, em grande parte, pelo endividamento das famílias e pelos déficits públicos. Estes, por seu turno, alimentam os mercados financeiros, onde os capitais buscam boa parte da sua rentabilidade. As grandes empresas têm optado por adquirir ativos de maiores liquidez, risco e rentabilidade nos mercados financeiros, em detrimento de realizar grandes investimentos produtivos, que precisariam de uma ampliação maior da demanda para se justificarem.

A principal economia do mundo, os Estados Unidos, desempenha um papel privilegiado por ser detentor da moeda de reserva internacional. O país pode realizar grandes déficits comerciais, que permitem a entrada de produtos industriais a preços muito baixos no país. Ao mesmo tempo, tais déficits estimulam o acelerado crescimento econômico chinês e alimentam os mercados financeiros globais. A ascensão da China à posição de principal país produtor de bens industrializados do mundo contribuiu com a perda de competitividade das economias ocidentais e com a ampliação do desemprego e da desindustrialização de regiões tradicionalmente industriais. Estes fatos, por sua vez, enfraquecem a classe trabalhadora e limitam a capacidade de crescimento, pois países que crescem mais rápido podem ficar pouco competitivos, caso o crescimento esteja associado ao aumento dos salários acima da produtividade. A China está se consolidando como uma grande potência econômica global, mas dificilmente conseguirá, no médio prazo, ocupar o papel que os Estados Unidos ocupam de provedor de liquidez no âmbito planetário.

O baixo poder da classe trabalhadora e o poder político dos grupos financeiros e das corporações multinacionais fazem com que os salários cresçam menos que a produtividade e que a concentração de renda tenha alcançado, no início do século XXI, patamares bastante

elevados, próximos daqueles encontrados nas primeiras décadas do século XX. Mesmo que algumas dessas tendências do capitalismo contemporâneo sejam revertidas e a economia mundial volte a crescer rapidamente, as contradições do sistema econômico podem se acirrar, por causa das ameaças de destruição ambiental e do aquecimento global, desafios sérios que, aparentemente, nem a economia convencional nem a atual geração de governantes está capacitada para enfrentar. O enfrentamento sério dos problemas causados pela destruição do meio ambiente pode implicar na necessidade de uma restrição séria à lógica dos mercados, que não está na ordem do dia dos principais partidos políticos no governo das economias centrais.

A crise contemporânea, que eclodiu após o estouro das hipotecas *subprime* nos Estados Unidos e depois atingiu várias economias diferentes, está associada à ampliação do setor financeiro, ao endividamento dos trabalhadores de alguns países e à dificuldade de realização de políticas anticíclicas (especialmente na Europa). Os pesquisadores ligados à abordagem da regulação e à escola das estruturas sociais de acumulação previram que tal crise marcará o fim das estruturas institucionais liberais ou ligadas às finanças. Entretanto, as forças políticas em atuação nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina não estão dispostas a modificar as estruturas institucionais do capitalismo contemporâneo. Pelo contrário, os cenários políticos atuais apontam para o reforço de várias das tendências neoliberais.

Mais uma vez, os autores das duas escolas adotaram uma visão simplista da economia, ao acreditar que a crise financeira, iniciada em 2008, marcaria necessariamente uma transformação qualitativa no capitalismo. Os pesquisadores ligados à AR e à EESA deveriam adotar uma análise não teleológica, sem um fim pré-determinado, como o fundador do institucionalismo procurou fazer (VEBLEN, 1898).

A compreensão adequada dos caminhos que o capitalismo trilhará no futuro não pode ser realizada apenas tendo em vista as tendências específicas do capitalismo das últimas décadas. Essa compreensão deve ser feita articulando três níveis de análise: as estruturas e tendências multisseculares do capitalismo; as estruturas e tendências específicas de cada época; o plano factual, no qual agentes e grupos sociais atuam nos diferentes espaços políticos e sociais. O Quadro 5, a seguir, apresenta três possíveis níveis de análise do capitalismo.

O terceiro nível de análise tem proximidade com o que Braudel chama de “história ocorrencial”, uma história dos eventos mais superficiais (no sentido de mais imediatos e menos estruturais), mas muito rica em informações e acontecimentos. Como alerta Braudel, deve-se desconfiar das narrativas dos atores contemporâneos aos acontecimentos históricos, já que tais narrativas são sempre permeadas pelas paixões da época:

Terceira parte, enfim, a da história tradicional, se quisermos, da história à dimensão não do

homem, mas do indivíduo, a história ocorrencial (*événementielle*) de François Simiand: uma agitação de superfície, as ondas que as marés elevam em seu poderoso movimento. Uma história com oscilações breves, rápidas, nervosas. Ultrasensível por definição, o menor passo põe em alerta todos os seus instrumentos de medida. Mas que, sendo assim, é a mais apaixonante, a mais rica em humanidade, a mais perigosa também. Desconfiemos dessa história ainda ardente, tal como os contemporâneos a sentiram, descreveram, viveram, no ritmo de sua vida, breve como a nossa. Ela tem a dimensão de suas cóleras, de seus sonhos e de suas ilusões (BRAUDEL, 1992, p. 14).

No caso das narrativas acerca da crise contemporânea elaboradas por autores da abordagem francesa da regulação e da escola das estruturas sociais de acumulação, elas parecem influenciadas pelo desejo de que o neoliberalismo seja superado, fato que, pelo menos por enquanto, ainda não se realizou, mesmo passada quase uma década da eclosão da crise atual.

Quadro 5: Diferentes planos de análise do capitalismo

Plano de análise	Unidades de análise	Temporalidade
Modo de produção capitalista	Relações sociais básicas; tendências e propriedades multisseculares	Multissecular
Etapas do capitalismo/variedades do capitalismo	Formas institucionais; tendências e propriedades específicas	Períodos históricos
Factual	Agentes econômicos, suas interações, suas ações e os efeitos dessas	Tempo curto

Fonte: elaboração própria.

A superação da crise atual pode se dar, aparentemente, dentro dos limites das instituições neoliberais. O neoliberalismo enquanto um regime de crescimento garante o funcionamento da economia dentro dos padrões capitalistas, mesmo não sendo virtuoso segundo aspectos sociais e humanos. Do ponto de vista da acumulação e da geração de lucro, que é o ponto de vista essencial para a lógica do capital, o neoliberalismo é uma etapa normal como qualquer outra, mesmo que do ponto de vista humanitário, social e ambiental seja um momento de grave crise. Se forem analisados outros períodos mais virtuosos do ponto de vista do desenvolvimento econômico, como os anos de ouro do capitalismo, também aqui ocorreram crises sociais e humanitárias. As guerras de descolonização, a Guerra Fria, as ditaduras e mesmo a ameaça de guerra nuclear são sintomas disso²²⁹.

229 Hirsch (1991, p. 15-24) associa o fordismo ao imperialismo americano, à superexploração do trabalho na periferia do capitalismo, ao apoio das grandes potências a regimes ditatoriais e terroristas, à dissolução de formas tradicionais e comunais de sociabilidade, à burocratização, ao individualismo, à mercantilização das práticas humanas e à destruição de recursos naturais.

CONCLUSÃO

A abordagem da regulação e a escola da estrutura social de acumulação se originaram, em meados da década de 1970, procurando compreender as especificidades da crise do período, que foi explicada pelas duas abordagens como resultante do tipo de estrutura institucional predominante nas economias avançadas da época. Ambas as escolas de pensamento compreendem o capitalismo como um sistema econômico que não é autorregulado, mas organizado com base em instituições, que são construções sociais permeadas por elementos políticos, culturais e ideológicos, portanto irredutíveis à lógica econômica.

Os pensadores regulacionistas e os radicais americanos não estavam plenamente satisfeitos com as periodizações do capitalismo elaboradas anteriormente. Os principais autores que periodizaram o capitalismo antes da AR e da EESA e influenciaram ambas as escolas foram os teóricos do imperialismo e do capitalismo monopolista. De acordo com os desenvolvedores da AR e da EESA, as teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista teriam sido incapazes de compreender o capitalismo do pós-guerra, que foi marcado por altas taxas de crescimento econômico, pela ascensão de boa parte da classe trabalhadora dos países desenvolvidos ao mundo do consumo e pela ampliação de direitos sociais.

Se, por um lado, os teóricos do imperialismo e do capitalismo monopolista falharam na compreensão das mudanças políticas e institucionais do pós-guerra, por outro lado, o fenômeno do imperialismo se manteve presente, em graus e maneiras diversas, nas diferentes etapas do capitalismo, ao longo do século XX. Os pesquisadores ligados à AR e à EESA subestimaram a importância do imperialismo e da Guerra Fria para a manutenção do padrão de crescimento da era de ouro do capitalismo. O imperialismo continuou importante para a compreensão do capitalismo do pós-guerra e do capitalismo contemporâneo, mesmo não sendo o único o fator responsável pelas mudanças qualitativas do modo de produção.

A existência de monopólios e oligopólios não implica em um tipo único de política de Estado. As transformações ocorridas ao nível dos Estados nacionais e no âmbito internacional ao longo do século XX indicam que diferentes lógicas, cristalizadas em formas institucionais diversas, podem prevalecer, mesmo em economias pouco concorrenciais. A escola francesa da regulação e a abordagem da estrutura social de acumulação procuraram compreender justamente essas lógicas diversas presentes nas diferentes etapas do capitalismo.

A AR e a EESA procuraram, na sua origem, nos anos 1970, construir conceitos que pudessem estabelecer um nível intermediário de análise entre as categorias mais fundamentais para a compreensão do modo de produção capitalista – que, segundo as duas escolas, teriam

sido elaboradas por Marx – e a pesquisa empírica. A mediação entre as categorias básicas do modo de produção e a descrição histórica seria realizada pelos conceitos de modo de regulação, regime de acumulação e estrutura social de acumulação. Estes conceitos foram utilizados para o entendimento da construção e da decadência do padrão de crescimento do pós-guerra.

Nas décadas de 1980 e 1990, os autores de ambas as escolas se afastaram do projeto inicial de conjugar uma teoria geral do capitalismo com a análise de suas diferentes etapas. E as duas correntes se voltaram à análise da conjuntura do período, considerado como continuação da grande crise (decadência da estrutura institucional do pós-guerra), iniciada no fim dos anos 1960. Foi somente a partir do ano 2000 que os desenvolvedores das duas escolas começaram a vislumbrar a possibilidade do capitalismo neoliberal (ou financeirizado) corresponder a uma estrutura institucional viável.

O diagnóstico realizado no presente trabalho contraria a concepção de que a AR e a EESA abandonaram uma visão geral do capitalismo e aponta que, quando os teóricos das duas escolas tentaram abrir mão de uma concepção geral do funcionamento do sistema econômico, não conseguiram fazê-lo. E acabaram adotando, seja de modo explícito, seja de maneira implícita, uma compreensão do modo de produção capitalista inadequada e inconsistente com o projeto inicial das duas escolas. Segundo tal visão, todas as etapas do capitalismo necessariamente estariam associadas ao alto crescimento e à estabilidade econômica e social. A AR e a EESA criticaram diversas abordagens devido ao caráter a-histórico de tais concepções (como as teorias neokeynesianas, as teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista). Porém, ao abrir mão de uma compreensão geral do funcionamento do capitalismo, as duas correntes adotaram a posição a-histórica de que o funcionamento normal do capitalismo pressupõe crescimento econômico elevado e estabilidade.

A crítica sociológica ao capitalismo (a compreensão de que o mercado não é uma esfera separada ou separável do mundo político e cultural), realizada com sucesso pelas duas correntes, é totalmente pertinente e necessária, mas não é suficiente para a compreensão do sistema econômico. É mais adequado que a periodização do modo de produção articule uma compreensão adequada dos fundamentos do capitalismo com a necessária variabilidade histórica e geográfica do mesmo.

A presente tese argumenta que é possível articular a análise das tendências multisseculares do modo de produção com a análise tanto das características específicas a cada espaço geográfico e a cada período histórico do capitalismo quanto com a investigação dos elementos mais concretos da vida econômica. Desse modo, poderia ser retomado o projeto original da escola francesa da regulação e da escola das estruturas sociais de acumulação, a

conjugação de uma teoria geral do capitalismo com a periodização do sistema econômico. O reconhecimento da existência distinta das características gerais do modo de produção e das características específicas do capitalismo em alguns períodos e em algumas regiões também pode permitir um diálogo mais aprofundado entre diferentes escolas de pensamento econômico, tais como o marxismo, o institucionalismo e o keynesianismo.

Por fim, o entendimento das características mais gerais do sistema econômico não exclui a compreensão da historicidade do mesmo, mas, pelo contrário, possibilita que se vislumbre a articulação necessária entre a economia, a política, as relações internacionais e outras áreas do conhecimento humano, permitindo uma melhor compreensão das mudanças qualitativas do capitalismo e do funcionamento concreto da vida econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOITES, J; MIOTTI, L; QUENAN, C. Les approches régulationnistes et l'accumulation en Amérique latine. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. **Théorie de la régulation**: l'état des savoirs. Paris, La Découverte, 2002.
- AGLIETTA, M. L'évolution des salaires en France au cours des vingt dernières années. **Revue économique**, Vol. 22, No. 1, 1971.
- AGLIETTA, M. De "Régulation et crises du capitalisme" à la "Violence de la monnaie" et au-delà. In: SEBAÏ, F; VERCELLONE, C (Eds.). **Ecole de la régulation et critique de la raison économique**. Paris, L'Harmattan (nombre especial da Futur Antérieur), 1994.
- AGLIETTA, M. **A theory of capitalist regulation**: the US experience. Londres e Nova York, Verso, 2000a (1979).
- AGLIETTA, M. Postface. **A theory of capitalist regulation**: the US Experience. Londres e Nova York, Verso, 2000b.
- AGLIETTA, M. Le système monétaire international. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation**: l'état des savoirs. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.
- AGLIETTA, M. **Macroeconomia financeira**. São Paulo, Loyola, Vol. 1 e 2, 2004.
- AGLIETTA, M; COURBIS, R. Un outil du plan: le modèle Fifi. **Economie et statistique**, No. 1, 1969.
- AGLIETTA, M; ÓRLEAN, A. **A violência da moeda**. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- ALBRITTON, R. Stages of capitalist development. **Studies in Political Economy**, No. 19, 1986.
- ALTHUSSER, L; BALIBAR, E. **Reading capital**. Nova York, New Left Books, 1970.
- AMABLE, B; BARRÉ, R; BOYER, R. **Les systèmes d'innovation à l'ère de globalisation**. Paris, OST-Economica, 1997.
- AMIN, S. A propos de la régulation. In: SEBAÏ, F; VERCELLONE, C. (Eds.). **Ecole de la régulation et critique de la raison économique**. Paris, L'Harmattan (nombre especial da Futur Antérieur), 1994.
- ARCHER, M; BHASKAR, R; COLLIER, A; LAWSON, T; NORRIE, A. (Eds.). **Critical realism**: essential readings. Londres, Routledge, 1998.
- ARCHER, M. Introduction: realism in the social sciences. In: ARCHER, M; BHASKAR, R; COLLIER, A; LAWSON, T; NORRIE, A. (Eds.). **Critical realism**: essential readings. Londres, Routledge, 1998.

ARESTIS, P; SAWYER, M (Eds.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. Cheltenham, Edward Elgar, 2000.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro, Contraponto, São Paulo, Unesp, 1996.

AYMARD, M. História econômica. In: NOVAIS, F; SILVA, R. (Orgs.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo, Cosac Naify, 2011.

BARAN, P; SWEEZY, P. **Monopoly capital**. Nova York, Monthly Review Press, 1966.

BELL, J. **Capitalism and the dialectic: the Uno-Sekine approach to marxian political economy**. Nova York, 2009.

BENASSY, J; BOYER, R; LIPIETZ, A. Approches de l'inflation: l'exemple français. **Recherches Économiques et Sociales**, No. 12, La Documentation Française, 1978.

BENKO, G; LIPIETZ, A. De la régulation des espaces aux espaces de la régulation. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

BHASKAR, R. **A realist theory of science**. Londres, Verso, 2008 (1975).

BIDET, J. Kozo Uno and his school: a pure theory of capitalism. In: BIDET, J; KOUVELAKIS, S. **Critical companion to contemporary marxism**. Chicago, Haymarket Books, 2009.

BILLAUDOT, B. **Régulation et croissance: une macroéconomie historique et institutionnelle**. Paris, L'Harmattan, 2001.

BOCCARA, P. Análise e teoria do capitalismo monopolista se Estado. In: BOCCARA, P. **Estudos sobre o capitalismo monopolista se Estado**. Lisboa, Editorial Estampa, 1978 (1966).

BOCCARA, P. Elementos sobre a natureza e as perspectivas da crise do CME. In: BOCCARA, P. **Estudos sobre o capitalismo monopolista se Estado**. Lisboa, Editorial Estampa, 1978 (1972).

BOCCARA, P. Evolution et fonctionnement économiques dans la démocratie avancée, comme phase de transition révolutionnaire au socialisme: quelques problèmes et hypothèses. **Economie & Politique**, setembro de 1971.

BOCCARA, P. **Estudos sobre o capitalismo monopolista se Estado**. Lisboa, Editorial Estampa, 1978a.

BOCCARA, P. Introdução. In: BOCCARA, P. **Estudos sobre o capitalismo monopolista se Estado**. Lisboa, Editorial Estampa, 1978b.

BORGES NETO, J. **Duplo caráter do trabalho, valor e economia capitalista**. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 2002.

BOTTOMORE, T. **Introdução**. In: HILFERDING, R. O capital financeiro. São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1985 (1910).

BOULLÉ, J; BOYER, R; MAZIER, J; GASTON, J. Le modèle Star. **Statistiques et études financières**, No. 15, 1974.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo, Edusp, 2008.

BOWLES, S. **Hardly a surprise**. Disponível em: www.thecrison.com. Acesso em 20/4/2012, 1973.

BOWLES, S. Samuel Bowles. In: ARESTIS, P; SAWYER, M (Eds.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. Cheltenham, Edward Elgar, 2000.

BOWLES, S; EDWARDS, R (Eds.). **Radical Political Economy**. Aldershot, Edward Elgar, 1990.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. **Beyond the waste land**: a democratic alternative to Economic Decline. Nova York, Doubleday, 1984.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. Power and profits: the social structure of accumulation and the profitability of the postwar U.S. economy. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 13, No. 1 e 2, 1986.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. Business ascendancy and economic impasse: a structural retrospective on conservative economics, 1979-1986. **Journal of Economic Perspectives**, Vol. 1, No. 3, 1989.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. **After the waste land**: a democratic economics for the year 2000. Armonk, M. E. Sharpe Inc., 1990.

BOYER, R. La croissance française de l'après-guerre et les modèles macroéconomiques. **Revue économique**, Vol. 27, No. 5, 1976.

BOYER, R. **A teoria da regulação**: uma análise crítica. São Paulo, Nobel, 1990.

BOYER, R. Os modos de regulação na época do capitalismo globalizado: depois do boom, a crise? In: FLORI, J. L; TAVARES, M. C; RAMONET, I; CASTEL, R; HIRST, P; BOYER, R. (Orgs.). **Globalização**: o fato e o mito. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998.

BOYER, R. Is a finance-led growth regime a viable alternative to Fordism? A pre-liminary analyse. **Economy and Society**, Vol. 29, No. 1, 2000.

BOYER, R. Postface à l'édition de 2002: la théorie de la régulation à l'épreuve des années quatre-vingt-dix. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation**: l'état des savoirs. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002a.

BOYER, R. **La croissance, début de siècle**: de l'octet au gène. Paris, Albin Michel, 2002b.

BOYER, R. **Théorie de la régulation**, Vol. 1: les fondamentaux. Paris, La découverte,

collection Repères 2004a.

BOYER, R. **Une théorie du capitalisme, et-elle possible?** Paris, Odile Jacob, 2004b.

BOYER, R. Systemic subprime crisis: plea for social control of financial innovations. **Japan Spotlight: Economy, Culture & History**, Vol. 28, No. 2, 2009.

BOYER, R. **Les financiers détruiront-ils le capitalisme?** Paris, Economica, 2011a.

BOYER, R. Post-keynésiens et régulationnistes: une alternative à la crise de l'économie standard? **Revue de la régulation**, outono de 2011b.

BOYER, R. The four fallacies of contemporary austerity policies: the lost Keynesian legacy. **Cambridge Journal of Economics**, No. 36, 2012.

BOYER, R; FREYSSINET, M. O mundo que mudou a máquina: síntese dos trabalhos do GERPISA 1993-1999. **Nexos Econômicos**, Vol. 2, No. 1, 2000.

BOYER, R; JUILLARD, M. Les États-Unis: adieu au fordisme! In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

BOYER, R; MISTRAL, J. **Accumulation, inflation, crises**. Paris, Presses Universitaires de France, 1978.

BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002a.

BOYER, R; SAILLARD, Y. Un précis de la régulation. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002b.

BOYER, R; SOUYRI, P.-F. (Eds.). **Mondialisation et régulations: Europe face à la singularité américaine**. Paris, La Découverte, 2001.

BRAGA NETO, R. **A nostalgia do fordismo: elementos para uma crítica da teoria francesa da regulação**. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp, 2002.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalism**. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1987.

BRAUDEL, F. Escritos sobre a História. São Paulo, Perspectiva, 1992a.

BRAUDEL, F. Prefácio de o Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo à época de Filipe II. In: BRAUDEL, F. Escritos sobre a História. São Paulo, Perspectiva, 1992b.

BRENNER, R; GLICK, M. The regulation approach: theory and history. **New Left Review**, No. 188, 1991.

BRENNER, R. Reply to critics. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, Vol. XIX, No. 2, 1999.

BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1986 (1917).

CARVALHO, F. **Mr. Keynes and the post keynesians**. Cheltenham, Edward Elgar, 1992.

CHAUNU, P. A economia: ultrapassagem e prospectiva. In: NOVAIS, F; SILVA, R. (Orgs.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo, Cosac Naify, 2011.

CHAVANCE, B. Institutions, régulation et crises dans les économies socialistes. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

CHAVANCE, B. **Institutional Economics**. Nova York: Routledge, 2009.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

CLARKE, S. The basic theory of capitalism: a critical review of Itoh and the Uno school. **Capital & Class**, No. 13, 1989.

CLARKE, S. **Overaccumulation, class struggle and the regulation approach**. In: BONEFELD, W; HOLLOWAY, J. Post-fordism & social form: a Marxist debate on the post-fordist state. Londres, MacMillan Academic and Professional, 1991.

CLÉVENOT, M. Les difficultés à nommer le nouveau régime de croissance. **Revue de la régulation**, outono de 2008.

CLÉVENOT, M. Post-keynésianisme et théorie de la régulation: des perspectives communes. **Revue de la régulation**, outono de 2011.

CLÉVENOT, M ; HÉRON, E. Renouveler la macroéconomie postkeynésienne? Les modèles stock-flux cohérent et multi-agents. **Revue de la régulation**, outono de 2014.

COBAN, A. La régulation et l'école radicale américaine. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

CONANT, C. The economic bases of "imperialism". **The North American Review**, Vol. 167, No. 502, 1898.

CORIAT, B. La théorie de la régulation: origines, spécificités et perspectives. In: SEBAÏ, F; VERCELLONE, C (Eds.). **Ecole de la régulation et critique de la raison économique**. Paris, L'Harmattan (nombre especial da Futur Antérieur), 1994a.

CORIAT, B. **Pensar pelo Avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro, ed. UFRJ/Revan, 1994b.

CORIAT, B. France: un fordisme brisé... et sans sucesseur. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

CORIAT, B; DOSI, G. The institutional embeddedness of economic change: an appraisal of the “evolutionary” and “regulationist” research programmes. In: HODGSON, G. (Ed.). **A modern reader in institutional and evolutionary economics**. Cheltenham, Edward Elgar, 2000.

CORIAT, B; DOSI, G. Évolutionnisme et régulation, différences et convergences. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

CORIAT, B; SABOIA, J. Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de Fordização forçada e contrariada. **Ensaio FEE**, Vol. 9, No. 2, 1988.

COUTROT, T. **The american radicals: a subversive current at the heart of the empire**. In: BIDET, J; KOUVELAKIS, S. **Critical companion to contemporary marxism**. Chicago, Haymarket Books, 2009.

COX, R. **Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método**. In: GILL, S. (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

DE BERNIS, G. Les limites de l'analyse en termes d'équilibre économique général. **Révue Economique**, Vol. 26, No. 6, 1975.

DELORME, R. L'État relationnel intégré complexe (ERIC). In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

DOERINGER, P; PIORE, M. **Internal labor markets and manpower analysis**. Lexington, Lexington Books, 1971.

DORFMAN, J. **The economic mind in American civilization**. Nova York, The Viking Press, Vol. III, 1949.

DORFMAN, J. The background of institutional economics. In: DORFMAN, J; AYRES, C; CHAMBERLAIN, N; KUZNETS, S; GORDON, R. **Institutional economics: Veblen, Commons, and Mitchell reconsidered**. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1963.

DUMÉNIL, G; LÉVY, D. **The regulation school in light of one century of the U.S. economy**. Manuscrito não publicado. Paris, CEPREMAP. Disponível em: <http://cepremap.ens.fr/~levy/>. Acesso em 15/04/2013, 1999.

EDWARDS, R; REICH, M; GORDON, D. (Eds.) **Labor Market Segmentation**. Lexington, Lexington Books, 1975.

EDWARDS, R; REICH, M; WEISSKOPF, T (Orgs.). **The capitalist system**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1986.

EL AOUI, N. Trajectoires nationales au Maghreb. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches,

nouvelle édition complétée, 2002.

FAVEREAU, O. Conventions et régulation. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

FIORI, J. L. (Org.). **O poder Americano**. Petrópolis, Vozes, 2004.

FOSTER, J. B; MAGDOFF, F. **The great financial crisis: causes and consequences**. Nova York, Monthly Review Press, 2009.

FREEMAN, C; LOUÇÃ, F. **Ciclos e crises no capitalismo global**. Das revoluções industriais à revolução da informação. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

GALBRAITH, J. K. **Galbraith essencial: os principais ensaios de John Kenneth Galbraith**. São Paulo, Saraiva, 2012.

GILL, S. (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

GILLY, J.-P; PECQUEUR, B. La dimension locale de la régulation. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

GLYN, A; HUGHES, A; LIPIETZ, A; SINGH, A. The rise and fall of the golden age: an historical analysis of post-war capitalism in the developed market economies. In: MARGLIN, S; SCHOR, J. (Eds.). **The golden age of capitalism**. Oxford, Clarendon Press, 1990.

GORDON, D. Up and down the long roller coaster. In: Union for Radical Political Economics (Eds.). **US capitalism in crisis**. Nova York, Union for Radical Political Economics, 1978.

GORDON, D. Stages of accumulation and long economic cycles. In: Wallerstein, I; Hopkins, T. (Eds.). **Processes of the world system**. Beverly Hills, Sage Publications, 1980.

GORDON, D. The global economy: new edifice or crumbling foundations? In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). **Social Structures of Accumulation: the Political Economy of Growth and Crisis**. Nova York, Cambridge University Press, 1994.

GORDON, D. David M. Gordon. In: ARESTIS, P; SAWYER, M (Eds.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. Cheltenham, Edward Elgar, 2000.

GORDON, D; EDWARDS, R; REICH, M. **Divided works, segmented workers: the historical transformation of labour in the United States**. Nova York, Cambridge University Press, 1982.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 1978a.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 1978b.

GROSSMAN, H. **The law of accumulation and breakdown of the capitalist system.** Londres, Pluto Press, 1992 (1929).

GUIMARÃES, J. **Democracia e marxismo:** crítica à razão liberal. São Paulo, Xamã, 1999.

HAMILTON, W. The institutional approach to economic theory. **American Economic Review**, Vol. 9, No. 1, 1919.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, D. **The new imperialism.** Oxford, Oxford University Press, 2003.

HARVEY, D. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

HAUG, F. Marx within feminism. In: MOJAB, S (Ed.). **Marxism and Feminism.** Londres, Zed Books, 2015.

HEINRICH, M. An interview with Michael Heinrich: the interpretation of Capital. **World Review of Political Economy**, Vol. 2, No. 4, 2011.

HILFERDING, R. **O capital financeiro.** São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1985 (1910).

HIRSCH, J. Fordism and post-fordism: the present social crisis and its consequences. In: BONEFELD, W; HOLLOWAY, J. **Post-fordism & social form:** a Marxist debate on the post-fordist state. Londres, MacMillan Academic and Professional, 1991.

HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado.** Rio de Janeiro, Revan, 2010.

HOBSBAWN, E. **A era dos impérios:** 1875-1914. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos:** O breve século XX. 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

HOBSON, J. A. **Imperialism:** a study. Nova York, James Pott & Co., 1902.

HODGSON, G. The evolution of capitalism from the perspective of institutional and evolutionary economics. In: HODGSON G; ITOH, M; YOKOKAWA, N. (Eds.). **Capitalism in evolution:** global contentions – East and West. Cheltenham, Edward Elgar, 2001.

HODGSON, G. **The evolution of institutional economics:** agency, structure and darwinism in American institutionalism. Nova York, Routledge, 2004.

HODGSON G; ITOH, M; YOKOKAWA, N. Introduction. In: HODGSON G; ITOH, M; YOKOKAWA, N. (Eds.). **Capitalism in evolution:** global contentions – East and West. Cheltenham, Edward Elgar, 2001a.

HODGSON G; ITOH, M; YOKOKAWA, N. (Eds.). **Capitalism in evolution:** global contentions – East and West. Cheltenham, Edward Elgar, 2001b.

HUSSON, M. **The regulation school: a one-way thicket from Marx to social liberalism?** In: BIDET, J; KOUVELAKIS, S. *Critical companion to contemporary marxism*. Chicago, Haymarket Books, 2009.

JESSOP, B. Regulation theories in retrospect and prospect. **Economy and Society**, Vol. 19, No. 2, 1990.

JESSOP, B; N. L. SUM. **Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place**. Cheltenham, Edward Elgar, 2006.

JONES, C. **Imperialism**. In: JONES, B. *Routledge Encyclopedia of International Political Economy*. Londres e Nova York, Routledge, 2001.

JUILLARD, M. Régimes d'accumulation. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

KATZNER, D. **At the edge of Camelot: debating economics in turbulent times**. Nova York, Oxford University Press, 2011.

KAY, C. **Imperialism, marxist and non-marxist theories of**. In: JONES, B. *Routledge Encyclopedia of International Political Economy*. Londres e Nova York, Routledge, 2001.

KOTZ, D. The regulation theory and the social structure of accumulation approach. In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). **Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis**. Nova York, Cambridge University Press, 1994a.

KOTZ, D. Interpreting the social structure of accumulation theory. In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M (eds.) **Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis**. Nova York, Cambridge University Press, 1994b.

KOTZ, D. The state, globalization and phases of capitalist development. In: ALBITTRON, R; ITOH, M; WESTRA, R; ZUEGE, A. **Phases of capitalist development: booms, crises, and globalizations**. Nova York, Palgrave, 2001.

KOTZ, D. Neoliberalism and the social structure of accumulation theory of long-run capital accumulation. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 35, No. 3, 2003.

KOTZ, D. **Institutional structure or social structure of accumulation?** Artigo apresentado na conferência: "Growth and Crises: Social Structure of Accumulation Theory and Analysis," National University of Ireland, Galway, November 3, 2006.

KOTZ, D. The current economic crisis in the United States: a crisis of over-investment. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 45, No. 3, 2013.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T. Global neoliberalism and the contemporary social structure of accumulation. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. **Contemporary Capitalism and its Crises: Social Structure of Accumulation Theory for the 21st Century**. Nova York, Cambridge University Press, 2010.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). **Social structures of accumulation:** the political economy of growth and crisis. Nova York, Cambridge University Press, 1994a.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. **Introduction.** In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis. Nova York, Cambridge University Press, 1994b.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. **Afterword:** New international institutions and renewed world. In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis. Nova York, Cambridge University Press, 1994c.

KRUGMAN, P. **Austeridade é sofrimento inútil e pode dificultar saída da crise na Europa.** Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/paul-krugman/2012/09/29/austeridade-e-sofrimento-inutil-e-pode-dificultar-saida-da-crise-na-europa.htm>, 29 de setembro de 2012. Acesso em 05/11/2014.

KRUGMAN, P. EUA criam desculpas e atrasam a recuperação econômica. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/paul-krugman/2011/07/12/eua-criam-desculpas-e-atrasam-a-recuperacao-economica.htm>, 12 de agosto de 2011. Acesso em 05/11/2014.

LAMARCHE, T. Des limites de la régulation... qui peuvent en cacher d'autres. **Revue de la régulation**, outono de 2012.

LAPLANE, M. Inovações e dinâmica capitalista. In: CARNEIRO, R (Org.). **Os clássicos da economia.** São Paulo, Editora Ática, Vol. 2, 1997.

LAYCOCK, S. **All the countries we've ever invaded:** and the few we never got round to. Stroud, The History Press, 2013.

LEE, F. **History of heterodox economics:** challenging the mainstream in the twentieth century. Nova York, Routledge, 2009.

LÊNIN, V. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo.** Campinas, Navegando Publicações, 2011 (1917a).

LÊNIN, V. Prefácio. In: BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo.** São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1986 (1917b).

LIPIETZ, A. **Crise et inflation, pourquoi?** Paris, Maspero, 1979.

LIPIETZ, A. **Le monde enchanté:** de la valeur à l'envol inflationniste. Paris, La Découverte, 1983.

LIPIETZ, A. **Miragens e Milagres. Problemas da Industrialização do Terceiro Mundo.** São Paulo, Nobel, 1988.

LIPIETZ, A. As relações capital-trabalho no limiar do século XXI. **Ensaio Econômico FEE**,

Vol. 12, No. 1, 1991.

LIPIETZ, A. From althusserianism to "regulation theory". In: KAPLAN, E; SPRINKER, M. **The althusserian legacy**. Londres, Verso, 1993.

LIPIETZ, A. The fortunes and misfortunes of post-fordism. In: ALBITTRON, R; ITOH, M; WESTRA, R; ZUEGE, A. **Phases of capitalist development: booms, crises, and globalizations**. Nova York, Palgrave, 2001.

LIPIETZ, A. Fears and hopes: The crisis of the liberal-productivist model and its green alternative. Artigo apresentado na conferência **Responding to the Crisis in International Development**. International Development dept, London School of Economics, 2011.

LIPIETZ, A. Quelles régulations internationales pour le XXI^e siècle? **Revue Politique**, abril, 2012.

LIPIETZ, A. La trop évitable crise européenne. In: AUFFREY-SÉGUETTE, M; FERRY, J.-M. LECLERC, A. **Crise et critique**. Paris, Presses Univ. de Paris-Sorbonne, 2015.

LIPPIT, V. The reconstruction of a social structure of accumulation in the United States. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 29, No. 3, 1997.

LIPPIT, V. Social structure of accumulation theory. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. **Contemporary Capitalism and its Crises: Social Structure of Accumulation Theory for the 21st Century**. Nova York, Cambridge University Press, 2010.

LIPPIT, V. The neoliberal era and the financial crisis in the light of SSA theory. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 46, No. 2, 2014.

LORDON, F. Les systèmes d'innovation à l'ère de la globalisation, note de lecture. **L'Année de la régulation: économie, institutions, pouvoirs**, Vol. 1, 1997.

LORDON, F. Vers une théorie régulationniste du politique: croyances économiques et pouvoir symbolique. **L'Année de la régulation: économie, institutions, pouvoirs**, Vol. 3, 1999.

LORDON, F. Changement d'époque? In: LORDON, F. **Jusqu'à quand?** Pour en finir avec les crises financières. Paris, Ed. Raisons d'agir, 2008.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital**. São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1985 (1913).

MANDEL, E. **The economics of neocapitalism**. The Socialist Register, 1964.

MARIUTTI, E. **Interpretações clássicas do imperialismo**. Campinas, Texto para Discussão, Unicamp, No. 216, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo, Martin Claret, 2007 (1848).

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Boitempo, 2011 (1852).

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2011 (1857/58).

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I. São Paulo, Boitempo, 2013 (1867).

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro II. São Paulo, Boitempo, 2014 (1885).

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro III, Tomo I. São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1986a (1894a).

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro III, Tomo II. São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1986b (1894b).

MATA, T. **Migrations and boundary work**: Harvard, radical economists, and the committee on political discrimination. *Science in context*, Vol. 22, No. 1, 2009.

MAVROUDEAS, S. Social structures of accumulation, regulation approach and stages theory. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D; GONZALES-PEREZ. **Growth and Crises: Social Structure of Accumulation Theory and Analysis**. Galway, National University of Ireland, 2006. Disponível em: <http://ssagalway.blogspot.com>, acesso em 10/06/2010.

MAVROUDEAS, S. **The limits of regulation**. A critical analysis of capitalist development. Cheltenham, Edward Elgar, 2012.

MAWATARI, S. Uno, Kozo. In: ARESTIS, P; SAWYER, M (Eds.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. Cheltenham, Edward Elgar, 2000.

MAZIER, J. L'intégration européenne. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

MCDONOUGH, T. Social structures of accumulation, contingent history, and stages of capitalism. In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M (eds.) **Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis**. Nova York, Cambridge University Press, 1994a.

MCDONOUGH, T. The construction of social structures of accumulation in US history. In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M (eds.) **Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis**. Nova York, Cambridge University Press, 1994b.

MCDONOUGH, T. SSA theory: the state of the art. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D; GONZALES-PEREZ. **Growth and Crises: Social Structure of Accumulation Theory and Analysis**. Galway, National University of Ireland, 2006. Disponível em: <http://ssagalway.blogspot.com>, acesso em 10/06/2010.

MCDONOUGH, T. Marx and long wave theory. Artigo apresentado na **IIPPE and Greek Scientific Association for Political Economy**, Creta, 2010.

MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. **Contemporary capitalism and its crises: Social**

Structure of Accumulation Theory for the 21st Century. Nova York, Cambridge University Press, 2010.

MEDEIROS, C. Globalização, mercados e instituições segundo a perspectiva regulacionista: uma análise crítica. In: FLORI, J. L; TAVARES, M. C; RAMONET, I; CASTEL, R; HIRST, P; BOYER, R. (Orgs.). **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998.

MELLENDEZ, E. Accumulation and crisis in a small and open economy: the postwar social structure of accumulation in Puerto Rico. Em: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (eds.) **Social Structures of Accumulation: the Political Economy of Growth and Crisis**. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1994.

MIROWSKI, P. **Machine dreams: economics becomes a cyborg science**. Nova York, Cambridge University Press, 2002.

MJOSET, L. Pays scandinaves: des régulations originales en crise. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

MOJAB, S (Ed.). **Marxism and Feminism**. Londres, Zed Books, 2015.

NATTRASS, N. Apartheid and capitalism: social structure of accumulation or contradiction? Em: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (eds.) **Social Structures of Accumulation: the Political Economy of Growth and Crisis**. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1994.

NEGRI, T. L'école de la régulation face à des nouveaux problèmes. In: SEBAÏ, F; VERCELLONE, C (Eds.). **Ecole de la régulation et critique de la raison économique**. Paris, L'Harmattan (nombre especial da Futur Antérieur), 1994.

NORTH, D. **Growth and welfare in the American past**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1974.

O'HARA, P. **An institutionalist review of long waves theories: Schumpeterian innovation, modes of regulation and social structures of accumulation**. Journal of Economic Issues, Vol. 28, No. 2, 1994.

O'HARA, P. Principles of institutional-evolutionary political economy: converging themes from the schools of heterodoxy. **Journal of Economic Issues**, Vol. XLI, No. 1, 2007.

O'HARA, P. The contemporary relevance of Thorstein Veblen's institutional-evolutionary political economy. **History of Economics Review**, No. 35, 2002.

OMINAMI, C. **Croissance et stagnation au Chili: éléments pour l'étude de la régulation dans une économie sous-développée**. Thesis, Université de Paris X, 1980.

OVERBEEK, H; APELDOORN, B; NÖLKE, A (Orgs.). **The transnational politics of corporate governance regulation**. Nova York, Routledge, 2007.

PIORE, M; SABEL, C. **The second industrial divide**. Nova York, Basic Books, 1984.

PIKKETY, T; SAEZ, E. Income and wage inequality in the United States, 1913-2002. In: ATKINSON, A; PIKKETY, T (Eds.). **Top incomes over the twentieth century: a contrast between continental European and English-speaking countries**. Oxford, Oxford University Press, 2007.

PIKKETY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca, 2014.

POLANYI, K. **The great transformation**. Nova York, Farrar & Rinehart, 1944.

POSSAS, M. **Dinâmica da economia capitalista: Uma abordagem teórica**. São Paulo, Braziliense, 1987.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo, Boitempo, 2014.

REICH, M. Radical economics in historical perspective. **Review of radical political economics**, Vol. 25, No. 3, 1993.

REICH, M. Michael Reich. In: ARESTIS, P; SAWYER, M (Eds.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. Cheltenham, Edward Elgar, 2000.

REICH, M; GORDON, D; EDWARDS, R. Dual Labor Markets: A Theory of Labor Market Segmentation. **American Economic Review**, Vol. 63, No. 2, 1973.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro, ED. UERJ/Contraponto, 2001.

RUTHERFORD, M. **Institutions in economics: The old and the new institutionalism**. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

RUTHERFORD, M. **American Institutionalism and its British connections**. The European Journal of the History of Economic Thought, Vol. 14, No. 2, 2007.

RUTHERFORD, M. **The institutionalist movement in American economics, 1918-1947: science and social control**. Cambridge, Cambridge University Press, 2011.

SAILLARD, Y. Globalisation, localisation et spécialisation sectorielle: que deviennent les régulations nationales? In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

SAPIR, J. Crise et transition en URSS et en Russie. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1988 (1911).

SCHUMPETER, J. **Imperialism and social classes**. Nova York, Meridian Books, 1955 (1919).

SEKINE, T. Uno-Rion: a Japanese contribution to Marxian political economy. **Journal of**

Economic Literature, Vol. 13, No. 3, 1975.

SERRANO, F. **The sraffian supermultiplier**. PhD dissertation submitted to the Faculty of Economics and Politics at the University of Cambridge, 1996.

SHILLER, R. **The subprime solution**: how today's global financial crisis happened, and what to do about it. Princeton, Princeton University Press, 2008.

STEINER, J. La tradition française de critique sociologique de l'économie politique. **L'Année de la régulation**: économie, institutions, pouvoirs, No. 5, 2001.

STIGLITZ, J. **After the financial crisis we were all Keynesians, but not for long enough**. Disponível em: <http://www.theguardian.com/business/economics-blog/2013/oct/10/financial-crisis-keynesians-eurozone-recession>, 10 de outubro de 2013. Acesso em 05/11/2014.

TALHA, L. Théorie de la régulation et développement. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation**: l'état des savoirs. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

THÉRET, B. La place de l'état dans les théories économiques françaises de la régulation: éléments critiques et repositionnement à la lumière de l'histoire. **Economie Appliquée**, Vol. 63, No. 2, 1990.

THÉRET, B. Introdução: a teoria da regulação e as transformações contemporâneas do sistema internacional, dos Estados e da economia mundial. In: THÉRET, B; BRAGA, J. **Regulação econômica e globalização**. Campinas, UNICAMP IE, 1998.

THÉRET, B. État, finances publiques et régulation. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation**: l'état des savoirs. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

TRIBE, K. Historical schools of economics: German and English. In: SAMUELS, W; BIDDLE, J; DAVIS, J. **The history of economic thought**. Oxford, Blackwell Publishing, 2003.

TSURU, T. The social structure of accumulation approach and the regulation approach: a US-Japan comparison of the reserve army effect. Em: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (eds.) **Social Structures of Accumulation**: the Political Economy of Growth and Crisis. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1994.

TURSE, N. **America's secret war in 134 countries**. Disponível em: <http://www.thenation.com/article/177964/americas-secret-war-134-countries#>, 16 de janeiro de 2014. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

UNO, K. **Principles of political economy**: theory of a purely capitalist society. Brighton, Harvester Press, 1980.

URPE. **General history of URPE**. Disponível em: www.urpe.org. Acesso em 14/06/2012.

VAN DER PIJL, K. **Transnational classes and international relations**. Nova York, Routledge, 1998.

VANDENBERGHE, F. **Teoria social realista: um diálogo franco-britânico**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

VAROUFAKIS, Y. **The global minotaur: America, the true origins of the financial crisis and the future of the world economy**. Londres, Zed Books, 2011.

VEBLEN, T. **Why is economics not an evolutionary science**. The Quarterly Journal of Economics, Vol. 12, 1898.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo, Abril Cultural, 1982 (1899).

VEBLEN, T. **The theory of the business enterprise**. Nova York, Charles Scribners, 1904.

VEBLEN, T. **The socialist economics of Karl Marx and his followers I**. The Quarterly Journal of Economics, Vol. XX, 1906.

VEBLEN, T. **The socialist economics of Karl Marx and his followers II**. The Quarterly Journal of Economics, Vol. XXI, 1907.

VEBLEN, T. **The instinct of workmanship and the state of the industrial arts**. Blackmask Online, 2003 (1914).

VIDAL, J. Birth and growth of the French regulation school in the French intellectual context. In: LABROUSSE, A; WEISZ, J. **Institutional Economics in France and Germany: German Ordoliberalism versus the French Regulation School**. Berlin, Springer, 2001.

VILLEVAL, M.-C. Une théorie économique des institutions? In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

WEISSKOPF, T. Thomas E. Weisskopf. In: ARESTIS, P; SAWYER, M (Eds.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. Cheltenham, Edward Elgar, 2000.

WEISSKOPF, T. The origins and evolution of radical political economics. Apresentação na conferência **A new insurgency: the Port Huron statement in its time and ours**, 25 de setembro de 2012, Disponível em: <https://sites.lsa.umich.edu/tomweisskopf/2015/08/10/the-origins-and-evolution-of-radical-political-economics>. Acesso em 25 de junho de 2014.

WOLF, M. The rescue of Bear Stearns marks liberalisation's limit. **Financial Times**, 25 de março de 2008. Disponível em: <http://www.ft.com/cms/s/0/8ced5202-fa94-11dc-aa46-000077b07658.html#axzz3vGYQQtX0>

WOLFSON, M; KOTZ, D. **A reconceptualization of Social Structure of Accumulation Theory**. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. Contemporary Capitalism and its Crises. Social Structure of Accumulation Theory for the 21st Century. Nova York, Cambridge University Press, 2010.

WOMACK, J; JONES, D; ROSS, D. **A máquina que mudou o mundo**. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

WOOD, E. The agrarian origins of capitalism. **Monthly Review**, Vol. 50, No. 3, 1998.

YOKOKAWA, N. Institutional Marxian political economy: a conceptual marriage between Marx and Veblen. **The Uno Newsletter: Rejuvenating Marxian Economics through Uno Theory**, Vol. 2, No. 9, 2012.